

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JORGE LUIZ AMARAL DE MORAES

**DINÂMICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS
TERRITÓRIOS RURAIS: OS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs)
DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO-RS**

**PORTO ALEGRE
2008**

JORGE LUIZ AMARAL DE MORAES

**DINÂMICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS
TERRITÓRIOS RURAIS: OS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs)
DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO-RS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Schneider

Série PGDR – Tese nº 13
PORTO ALEGRE
2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

P203p

Jorge Luiz Amaral de Moraes

Dinâmicas Sócio-Econômicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) da Região Vale do Rio Pardo / Jorge Luiz Amaral de Moraes – Porto Alegre, 2008.

222 f. : il.

Orientador: Sergio Schneider.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Desenvolvimento territorial rural. 2. Sistemas Produtivos Localizados. 3. SPL Rural;. 4. Territórios rurais. I. Schneider, Sergio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

JORGE LUIZ AMARAL DE MORAES

**DINÂMICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS
TERRITÓRIOS RURAIS: OS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs)
DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO-RS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em Porto Alegre, em 28 de agosto de 2008.

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador)
Departamento de Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. Carlos Aguedo Paiva
Departamento de Ciências Econômicas/UNISC

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán
Secretaria de Desenvolvimento Territorial – MDA

AGRADECIMENTOS

Inicialmente faço um agradecimento às quatro principais instituições que viabilizaram a realização do doutorado e do estágio em Coimbra. Primeiro, à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), onde aprendi muito do que sei sobre o ofício da docência e da pesquisa, por ter me permitido o afastamento por três anos para cursar o doutorado. Segundo, à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), em Portugal, por ter me recebido como estagiário do doutorado sanduíche e disponibilizado as suas instalações e equipamentos para a execução do trabalho de pesquisa e redação, e o acesso aos restaurantes universitários. Terceiro, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao PGDR e seus professores e funcionários, pela recepção, ensinamentos e acolhimento nos quatro anos em que fui aluno do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural. E, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (Capes) pelo financiamento de uma Bolsa de Estágio Sanduíche (PDEE) em Portugal, no segundo semestre de 2006.

Mas, além das organizações e instituições, sou grato também às pessoas que muito contribuíram para a execução deste trabalho. Começando pelo colega de trabalho na UNISC, dedicado à causa dos Coredes, muito me incentivou para que eu ingressasse nos estudos relacionados com o tema do desenvolvimento regional, mas que lamentavelmente já nos deixou, o Professor Dr. Dinizar Becker (in memoriam). Também sou muito grato ao Professor Dr. José Reis, da FEUC, por ter aceitado o trabalho de co-orientação, pelas sugestões ao trabalho escrito e aos ensinamentos sobre territórios e instituições, durante os seminários e reuniões individuais para tratar do trabalho executado durante o estágio de doutorado na Universidade de Coimbra.

E, de forma muito especial, meus agradecimentos pela grandiosa contribuição para a realização desta tese ao meu orientador no PGDR, com o qual muito aprendi, o Professor Dr. Sérgio Schneider, um estudioso, com grande determinação aos estudos, de temas como a pluriatividade e a agricultura familiar.

Agradeço também aos colegas e amigos do PGDR, em especial aos companheiros de caminhada Marcelo e Oscar, sem citar outros nomes para não incorrer em eventuais esquecimentos, e do grupo de estudos GEPAD, com os quais compartilhamos algumas idéias e angústias durante a elaboração deste trabalho. Da mesma forma, agradeço, a todos os amigos e

colegas brasileiros, que estudavam e/ou trabalhavam em Portugal durante o período em que estive naquele país, pela amizade sincera e pela solidariedade nos momentos de aflição ou de saudades. Da mesma forma, é necessário agradecer ao acolhimento e à dedicação de alguns novos amigos portugueses, tais como Fernanda e Orlando, que juntamente com seus familiares, foram incansáveis na busca para tornar a nossa permanência em Portugal mais agradável.

Aos meus pais, por terem me dado, desde muito cedo, a oportunidade e o respaldo para que eu pudesse ter me dedicado aos estudos.

Por fim, agradeço profundamente a três pessoas a quem dedico este trabalho: as minhas filhas Júlia e Sofia e a minha mulher Ana Lúcia, às quais peço desculpas pelos muitos, e talvez irrecuperáveis, momentos de ausência e pelos planos adiados.

RESUMO

Este estudo parte dos reflexos da reestruturação produtiva capitalista sobre as dinâmicas locais de desenvolvimento dos territórios rurais e a tentativa de identificar a complexidade das respostas em nível territorial. A justificativa do trabalho assenta-se na necessidade de um aprofundamento do debate sobre as novas abordagens teóricas explicativas da gênese e funcionamento das atuais dinâmicas de desenvolvimento desses territórios. O objetivo principal do estudo consiste em analisar as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais do Rio Grande do Sul através da utilização da abordagem teórico-metodológica dos *Sistemas Produtivos Localizados ou Locais (SPLs)*, modificada para esses territórios. Os ajustes nesta abordagem permitem a identificação das realidades estruturais e dos processos históricos de formação e reprodução dos territórios rurais mediante a utilização de variáveis relacionadas com os mercados formais de trabalho e a produção agrícola dos municípios. Isto permitiu identificar as aglomerações produtivas que conformam o que se denomina “SPLs Rurais”. Através deste ajuste analítico, pretende-se compreender os mecanismos de articulação das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais com os seus sistemas produtivos localizados (SPLs) rurais. A metodologia utilizada consistiu na realização de uma análise empírica aplicada à região gaúcha do *Vale do Rio Pardo (VRP)* e a utilização da análise fatorial e do cálculo dos quocientes locacionais (QL) para a elaboração da tipologia dos SPLs. Como resultado da aplicação da abordagem teórico-metodológica dos SPLs foi possível identificar quatro SPLs Rurais, descritos como distritos “agropastoril”, “agrícola”, “agroindustrial” e “agroindustrial e de serviços”. Constatou-se a utilidade da abordagem proposta, pois verificou-se que a região VRP é constituída por territórios rurais diversificados e complexos, que se formam e se reproduzem através de diversos tipos de SPLs, na forma de distritos *rurais, industriais, agro-industriais, agro-pastoris, agrícolas e de serviços*, resultante dos efeitos da regulação global e da governação local dos territórios. A perspectiva territorial do desenvolvimento rural e a abordagem dos SPLs representaram pontos de partida para se chegar à noção de “SPL-Rural” e para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento territorial rural. Sistemas Produtivos Localizados. SPL Rural. Territórios rurais.

ABSTRACT

This study initiates from the consequences of the capitalist productive reorganization on the local dynamic of development of the rural territories and the attempt to identify the complexity of the answers in territorial level. The justification this work is based in the necessity of a deepening of the debate on the new explicatives theoretical approach of genesis and functioning of the current dynamic of development of these territories. The main objective of the study consists of analyzing the socio-economic dynamic of development of the rural territories of the Rio Grande do Sul using the approach theoretician-methodological of the Located or Local Productive Systems (SPLs), but modified for rural territories. The adjustments in this approach allow to the identification of the structural realities and the historical processes of formation and reproduction of the rural territories through of the use of variable related with the formal markets of work and the agricultural production of the cities. This allowed to identify the productive agglomerations, that conform what is called "Rural SPLs". Throug this analytical adjustment, it is intended to understand the mechanisms of joint of the socio-economic dynamic of development of the rural territories with its *rural located productive systems (SPLs)*. The used methodology consisted of the accomplishment of an empirical analysis applied to the "gaúcha" region of the *Valley of Rio Pardo* (VRP) and the use of the factorial analysis and the calculation of the "localization quotients" (QL) for the elaboration of the tipologia of the SPLs. As result of the application of the approach theoretician-methodological of the SPLs it was possible to identify to four *Rural SPLs*, described as districts: "agropastoril", "agrícola", "agroindustrial" and "agroindustrial and of services". Utility of the approach was evidenced it proposal, therefore it was verified that region VRP is constituted by diversified and complex rural territories, that they are formed and reproduced through diverse types of SPLs, in the form of rural, industrial, agri-industrial, agri-pastoral, agricultural and of services districts, resultant of the effect of the global regulation and the local governance of the territories. The territorial perspective of the rural development and the approach of the SPLs had represented starting points to arrive themselves at the "Rural SPL" notion and study of the dynamic of development of the rural territories.

Key-Words: Rural Territorial Development. Located Productive Systems. Rural SPL. Rural Territories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de ocupação do Rio Grande do Sul.....	120
Figura 2 - Paisagem típica dos campos do sul da região VRP.....	122
Figura 3 - Igreja de Rio Pardo - influência portuguesa no sul da região VRP.....	123
Figura 4-Sede de uma “estância” em Encruzilhada do Sul: vestígios da ocupação luso-brasileira.....	124
Figura 5-Vista atual da região onde foram implantadas as primeiras colônias alemãs.....	125
Figura 6 - Início da colonização alemã nas áreas de “matas” da região.....	126
Figura 7 - Região de abrangência do COREDE Vale do Rio Pardo.....	128
Quadro 1 – Os Distritos e os Municípios Integrantes.....	133
Figura 8 - Vale do Rio Pardo e seus quatro territórios (I, II, III e IV).....	134
Figura 9 - Presença institucional da Igreja Luterana entre os colonos alemães.....	141
Figura 10 - Localização do “Distrito Agropastoril” dos Campos do Sul.....	164
Figura 11 - Pastagens e lavouras de arroz e soja.....	163
Figura 12 - Parte da área de campo nativo substituída por lavoura de soja.....	164
Figura 13 -Lavoura de arroz nas partes baixas e silvicultura nas partes mais altas(ao fundo).....	168
Figura 14 - Colheita da uva no município de Encruzilhada do Sul.....	169
Figura 15 - Localização do “Distrito Agrícola” do Planalto das Araucárias.....	170
Figura 16 - Lavoura de tabaco.....	171
Figura 17 - Estufa para secagem do tabaco.....	172
Figura 18 - Localização do “Distrito Agroindustrial” de Venâncio Aires.....	174
Figura 19 - Localização do “Distrito Agroindustrial e de Serviços” de Santa Cruz do Sul.....	178
Figura 20 - Agroindústria e comércio de carnes e derivados na zona rural de Santa Cruz do Sul.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das Características Demográficas da Região VRP.....	129
Tabela 2 – Valor Adicionado e PIB por Setores – VRP em R\$1.000.....	129
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IDESE) da Região VRP.....	130
Tabela 4 – Empregos Formais por Setores na região VRP – em 2007.....	130
Tabela 5 – Características Demográficas dos Distritos e VRP.....	133
Tabela 6 – Estrutura Agrária dos Distritos e da Região VRP.....	135
Tabela 7 – Empregos Formais por Setor e por Distrito - números absolutos.....	135
Tabela 8 – QIs Comparativos e Índices de Desenvolvimento dos Distritos.....	136
Tabela 9 – Valor da Produção Agrícola na região VRP em 2005.....	154
Tabela 10 - Comércio Mundial de Produtos Agrícolas e Alimentos.....	156
Tabela 11 - Arroz em Casca – Produção Mundial nos Dez Principais Países.....	158
Tabela 12 - Rebanho de Bovinos e Ovinos - efetivo animal.....	164
Tabela 13 - Produção Física e Valor da Produção - Distrito Agropastoril.....	165
Tabela 14 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais.....	168
Tabela 15 – Produção Agrícola do Distrito Agrícola.....	171
Tabela 16 – Empregos Formais em Sub-Setores Industrial Não-Agroindustrial.....	172
Tabela 17 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais.....	173
Tabela 18 – Empregos Formais em Sub-Setores Industrial Não-agroindustrial.....	175
Tabela 19 – Produção Agrícola do Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires.....	176
Tabela 20 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais.....	177
Tabela 21 – Empregos Formais em Sub-setores de Serviços Não-agroindustriais.....	179
Tabela 22 – Empregos Formais em Sub-setores da Indústria Não-Agroindustrial.....	180
Tabela 23 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais.....	180
Tabela 24 – Produção Agrícola do Distrito Agroindustrial e de Serviços.....	182

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA, GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS DINÂMICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	22
2.1	Da Crise do Regime de Acumulação Fordista ao Capitalismo Flexível.....	26
2.1.1	A Alternativa da Globalização.....	28
2.1.2	A Hipótese do Capitalismo Flexível.....	34
2.2	A Abordagem Territorial do Desenvolvimento	39
2.2.1	Do Espaço ao Território: A Origem da Territorialidade.....	41
2.2.2	Território: Lugar de Encontro entre Global e Local	45
2.2.3	O Território como Referência para as Políticas de Desenvolvimento.....	49
2.3	As Dinâmicas Sócio-Econômicas de Desenvolvimento dos Territórios.....	53
2.3.1	A “Imersão” (<i>Embeddedness</i>) da Economia de Mercado na Sociedade.....	55
2.3.2	O “Duplo Movimento” da Dinâmica Sócio-Econômica	57
2.3.3	A Capacidade de Organização e o Grau de Participação dos Atores Locais.....	60
2.4	Resumo e Considerações Finais.....	62
3	OS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs) COMO MECANISMO DE REGULAÇÃO E GOVERNAÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	65
3.1	A Regulação e a Governança das Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios.....	67
3.1.1	As Instituições como Estruturas de Regulação e Governança dos Territórios.....	71
3.1.2	A “Nova Economia Institucional” (NEI)	74
3.1.3	Os Hábitos e a Cultura na Origem das Instituições.....	78
3.2	Os Sistemas Produtivos Localizados - SPLs	81
3.2.1	Dos Distritos Industriais aos SPLs.....	84
3.2.2	Diversidade e Tipologia	90
3.3	As Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais.....	92
3.3.1	O Setor Agroalimentar e as Cadeias Globais de Produção e Consumo.....	95
3.3.2	A Perspectiva Territorial do Desenvolvimento Rural.....	99
3.3.3	SPLs Rurais: Os Distritos “Agropastoril”, “Agrícola” e “Agroindustrial”.....	102
3.3.4	Os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) como Meta.....	105
3.4	Resumo e Considerações Finais.....	108
4	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS NA REGIÃO VRP.....	111
4.1	Metodologia para Determinação dos Distritos Rurais da Região VRP	113
4.1.1	Seleção das Variáveis e a Formação dos Grupos	115
4.1.2	As Variáveis: Produção Agropecuária e Mercados de Trabalho Locais	116
4.2	O Contexto Histórico de Formação e Desenvolvimento dos Territórios Rurais	119
4.2.1	A Ocupação do Território pelos Luso-Brasileiros	121
4.2.2	A Colonização e a Imigração Alemã	124
4.3	A Região Vale do Rio Pardo.....	127
4.3.1	A Ruralidade dos Territórios da Região VRP	131

4.4	As Instituições de Coordenação dos Territórios Rurais da Região VRP	137
4.4.1	A Relação Institucional do “Sistema Integrado de Produção” do Tabaco	143
4.4.2	Os Principais Atores e a Coordenação das Aglomerações	143
4.5	Resumo e Considerações Finais.....	150
5	A DIVERSIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs) DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO (VRP).....	152
5.1	A Relação dos Territórios Rurais com os Mercados Agroindustriais.....	153
5.2	Os Distritos Rurais como Estruturas Sócio-Econômicas dos SPLs Rurais	160
5.2.1	Métodos Estatísticos para a Formação dos Grupos	161
5.2.2	Distrito Agropastoril dos Campos do Sul	163
5.2.3	Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias	169
5.2.4	Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires	174
5.2.5	Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul	177
5.3	Resumo e Considerações Finais.....	182
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
	REFERÊNCIAS	194
	APÊNDICE A.....	212
	APÊNDICE B	214
	ANEXO A	216
	ANEXO B.....	217
	ANEXO C	218
	ANEXO D	220

1 INTRODUÇÃO

Quais são as origens da diversidade, como são as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento e qual é o futuro do desenvolvimento dos territórios rurais do Rio Grande do Sul? Os pressupostos teóricos das abordagens dos Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) podem ser identificados e/ou são aplicáveis no estudo das dinâmicas sócio-econômicas dos territórios rurais? A busca de respostas para estas questões constitui o fio condutor desta Tese, que tem como objeto de estudo as dinâmicas sócio-econômicas dos territórios rurais. Enquanto na Europa a diversidade local e as potencialidades territoriais já são reconhecidas como elementos estratégicos para a competitividade local e regional, o debate brasileiro em relação ao futuro do desenvolvimento dos territórios rurais ainda é embrionário. Atualmente, esse debate vem acontecendo entre aqueles que defendem a hipótese da perda crescente de importância desses territórios, como um “determinismo estrutural”, e, por outro lado, aqueles que defendem a hipótese de um desenvolvimento “local” ou “endógeno” dos territórios. Estes consideram tanto os reflexos dos fatores externos sobre o local como a importância dos recursos territoriais e das ações dos atores e das instituições. Por esse motivo, para compreender as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, é necessário um aprofundamento desse debate, utilizando-se novas abordagens para o estudo, em torno das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, que considerem, ao mesmo tempo, as formas estruturais existentes e a possibilidade destas serem modificadas pela ação dos atores sociais.

Este estudo tem como ponto de partida uma investigação sobre os reflexos da reestruturação produtiva mundial nas dinâmicas sócio-econômicas locais de desenvolvimento dos territórios e, por outro lado, da complexidade e capacidade de resposta dessas dinâmicas, tendo como foco os territórios rurais e as aglomerações produtivas, particularmente, os *Sistemas Produtivos Localizados ou Locais (SPLs) Rurais* existentes nesses territórios. O trabalho parte da constatação de uma situação de crise que atingiu o modelo fordista do capitalismo mundial, ainda no final da década de 1960, quando se completou a difusão da matriz produtiva fordista do pós-guerra e começaram a aparecer problemas estruturais de lucratividade no sistema produtivo capitalista. Uma das principais causas dessa crise é a produção industrial padronizada, inflexível e movida pelo consumo de massa. Além desta, também são apontados como fatores responsáveis

pela desaceleração e desestabilização do capitalismo mundial do pós-guerra a primeira elevação dos preços do petróleo, em 1973, a maior competitividade nos mercados, a redução dos investimentos de capital em novas tecnologias, o esgotamento das políticas industriais tradicionais, que se manifestou no aumento dos custos do bem-estar social, nos países com um desenvolvimento capitalista mais adiantado.

Este cenário gerou, em alguns locais, uma latente crise econômica que fez com que, já nas décadas de 1970 e 1980, algumas regiões industriais tradicionais iniciassem um período de declínio econômico. Ao mesmo tempo, em outras regiões, começaram a ter destaque os cenários positivos com outras dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico, com novos, ou renovados, e mais complexos e diversificados sistemas produtivos locais.

Os novos espaços localizados não são mais considerados somente receptores de processos industriais determinados de forma exógena ao ambiente local. Esses novos espaços de produção, a industrialização difusa e a acumulação flexível, decorrentes da crise do fordismo, poderão se tornar os novos paradigmas da produção industrial. A descentralização industrial, a interiorização das empresas e o aparecimento de formações territoriais específicas e geograficamente localizadas são apenas partes do aspecto da reconversão espacial em curso (SCHNEIDER, 1999).

A reestruturação produtiva e a reorganização da produção globalizada contribuiram significativamente para as mudanças nos processos locais e territoriais de produção e aprofundaram os desequilíbrios regionais. Como resultante desse processo, teve início uma reestruturação dos Estados-Nação, que gerou novas demandas e formas de políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios. Então, esses territórios e seus atores locais tentam responder aos efeitos da globalização, ao mesmo tempo em que passam a fazer parte, de forma mais ativa, da trajetória da reestruturação do sistema produtivo global, através de modificações, adaptações e da formação de novos sistemas produtivos locais.

Nesse novo contexto, emerge um debate entre os que defendem a reestruturação produtiva capitalista como um fator determinante e infalível sobre os processos locais de desenvolvimento (globalistas) e aqueles que acreditam no potencial endógeno destes processos locais, para gerarem e conduzirem de forma relativamente autônoma a sua própria dinâmica de desenvolvimento (territorialistas). Sem dúvida que, entre estes últimos, há uma variação do grau de aceitação das influências externas sobre o desenvolvimento do território, que vai desde admitir uma influência “negociada” da globalização nos processos locais até o ponto de vista de uma

completa autonomia em relação à escolha de um tipo de desenvolvimento totalmente endógeno, utilizando somente os seus próprios recursos.

As transformações nos processos produtivos locais e os seus resultados nas diferentes regiões, associadas às características físicas, político-culturais e sócio-econômicas internas de cada território, deram origem a diversificadas dinâmicas de desenvolvimento local com trajetórias bastante diferenciadas e complexas. A falta de conhecimentos sobre essas dinâmicas sócio-econômicas locais tornou-se um importante limitador do alcance dos instrumentos e políticas públicas e privadas de desenvolvimento e das ações do Estado como agente indutor eficaz desse desenvolvimento das aglomerações produtivas e, por conseqüência, dos territórios.

Como resultado, emergiu a necessidade de mudanças nas formas de interpretação das teorias e políticas de desenvolvimento com base nos paradigmas que pretendiam explicar os desequilíbrios regionais a partir apenas da reorganização da produção globalizada. Isto deu um novo impulso na busca por abordagens teóricas que, após uma necessária constatação empírica, pudessem explicar a gênese e o funcionamento das atuais dinâmicas de desenvolvimento dos territórios. Espera-se que essas abordagens, além de contribuírem para fornecer algumas dessas respostas, possam também servir de base para políticas e instrumentos de produção e desenvolvimento, mais ajustados ao perfil específico de cada território e às suas potencialidades locais.

Embora já existam contribuições, nas diversas escolas de pensamento, para a análise das atuais aglomerações produtivas, ainda é preciso avançar na consolidação de uma abordagem teórico-metodológica, ou até mesmo de um modelo teórico, para o estudo e a formulação de uma tipologia que expresse as origens, formas, similaridades e complexidades das dinâmicas das aglomerações produtivas locais nos territórios rurais. Por esse motivo, justifica-se a necessidade de um aprofundamento do debate em torno de novas abordagens para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, que levem em conta, ao mesmo tempo, as formas estruturais e institucionais de regulação e governação existentes e a possibilidade destas serem modificadas pela ação dos atores locais.

Este estudo se justifica pela constatação de que as informações e o conhecimento sobre as aglomerações produtivas em geral e os resultados de estudos sobre os diversos tipos de Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) ainda são relativamente muito recentes, dispersos e superficiais no Brasil. Os estudos ainda são praticamente limitados aos estudos de Clusters ou, como estes são

mais conhecidos no Brasil, de Arranjos Produtivos Locais (APLs), mas estes são recortes analíticos limitados para o estudo das relações entre as aglomerações industriais e as dinâmicas de desenvolvimento territorial. Embora nos estudos dos APLs sejam consideradas a proximidade espacial e a concentração geográfica de atividades similares e interdependentes, os mesmos ignoram a influência dos processos sociais e restringem a relevância dos efeitos das ações dos atores sociais.

Essa escassez de informações também se verificou quando o governo do estado do Rio Grande do Sul, iniciou, em 1999, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento baseada no fortalecimento da matriz produtiva existente e no fomento a novos segmentos estratégicos e atividades associativas. Como prioridade, começou com a identificação dos Sistemas Locais de Produção (SLPs)¹ no estado e, em seguida, com a formulação de políticas públicas de desenvolvimento através do Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção-SLPs (Castilhos, 2002). No entanto, foi necessário realizar um seminário internacional, em março de 2000, com a participação de especialistas e de formuladores e gestores de políticas públicas de desenvolvimento local, com o objetivo de trazer formulações teóricas e experiências internacionais, já que no estado e no Brasil estas informações eram insuficientes ou limitadas.

Se isso pode ser dito em relação aos territórios e Sistemas Produtivos Locais/Localizados (SPLs) em geral, também pode-se afirmar que os resultados de estudos aplicados aos territórios rurais, e aos seus SPLs, ainda são muito raros no Brasil e quase inexistentes no Rio Grande do Sul. Além disso, a utilização de diferentes terminologias para o mesmo fenômeno ou para o mesmo objeto de estudo interfere negativamente na solução de problemas e na possibilidade de diferenciação entre as diversas experiências a partir de uma tipologia.

O que parece mais razoável e mais próximo das definições de desenvolvimento territorial é a situação em que alguns territórios conseguem desenvolver suas potencialidades e, ao mesmo tempo, aproveitar oportunidades externas, constituindo uma dinâmica sócio-econômica local diferenciada de desenvolvimento. Assim, para se desenvolver, alguns territórios aproveitam exclusivamente as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento, enquanto que outros conseguem combinar eficientemente a utilização sustentável de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento capitalista contemporâneo.

¹ Naquele momento, SLPs era a denominação (tradução) dada aos SPLs, Clusters e APLs.

Portanto, torna-se urgente buscar subsídios teóricos e empíricos para uma proposta teórico-metodológica de estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais do estado, que identifique tanto essas dinâmicas territoriais de desenvolvimento como as suas estruturas históricas de formação. Como contribuição ao debate, este trabalho apresenta o resultado de um estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, utilizando-se a abordagem teórico-metodológica dos Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) e uma identificação dos processos históricos, culturais e institucionais de sua formação e de suas realidades estruturais.

A origem deste trabalho está no grupo de pesquisa formado dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Economia da UNISC, denominado “Estudos Setoriais e Regionais Comparados”, coordenado pelo Prof. Dr. Dinizar Becker, em 2002. O estudo específico que deu origem a esta Tese, inicialmente, tinha como meta a identificação do papel do capital social no desenvolvimento rural. Posteriormente, já sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Schneider, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS, evoluiu-se para o interesse pelos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs), como um tipo específico de SPL. No transcorrer do Curso de Doutorado, através de um estágio de *Doutorado Sanduíche*, financiado pela Capes, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal, com a tutoria do Prof. Dr. José Reis, alargou-se o interesse pelas questões relacionadas com a regulação e a governação dos territórios. Assim, após esse estágio, agregaram-se ao estudo os referenciais teóricos do institucionalismo e das relações dos territórios com as instituições e, dentro das limitações impostas pela utilização predominante de dados secundários sobre a região VRP, procurou-se incorporar, nesta Tese, algumas demonstrações empíricas da importância dessas questões para o desenvolvimento dos territórios rurais.

E ainda, na etapa final do trabalho, novamente ampliou-se o foco do estudo, que ainda estava limitado à preocupação com o papel dos SIALs, como um tipo específico de SPL. Passou-se, então, a investigar a possibilidade de existência de outros tipos de SPLs, notadamente rurais, já que no transcorrer do estudo verificou-se que, na região, este tipo específico de SPL (os SIALs) era, na prática, inexistente ou sem uma representação significativa. A partir desse momento, a preocupação passou a ser com o estudo dos diferentes tipos de *SPLs Rurais*, pois se constatou que esses eram realmente as formas de SPLs encontradas na região e, provavelmente,

nos demais territórios rurais do Rio Grande do Sul. Então, a partir desses *SPLs Rurais*, foram traçados os caminhos para o estudo do desenvolvimento dos territórios rurais da região VRP e do estado.

Espera-se que, dessa forma, seja possível compreender melhor as relações das dinâmicas de desenvolvimento com os sistemas produtivos locais - produção, distribuição e consumo - e com os processos históricos de regulação e governação dos territórios e das aglomerações produtivas. Mas, para isso, são necessárias novas abordagens, e/ou modelos, com bases teórico-metodológicas que dêem conta de explicar as dinâmicas sócio-econômicas contemporâneas de desenvolvimento dos territórios. Algumas teorias, não necessariamente novas, vêm servindo de base para essas novas abordagens utilizadas para compreender as trajetórias e dinâmicas sócio-econômicas dos territórios e para propor novos instrumentos e políticas de desenvolvimento, mais ajustados ao perfil de cada território e às suas potencialidades locais. Na Europa, estudos mais recentes das aglomerações produtivas destacam a forte ligação dessas dinâmicas com as suas estruturas locais de regulação e governação - as *Instituições* - nas suas diferentes formatações e denominações teóricas (formais, informais, capital social, hábitos, regras, organizações, convenções, normas e rotinas).

Este estudo tem como objetivo discutir e analisar as contribuições da abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar dos *Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)* para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais, identificando as diferentes realidades estruturais e os processos sócio-econômicos, institucionais e culturais desses territórios. Isto foi feito utilizando-se uma abordagem que considera relevante a evolução histórica de todas as instituições (organizações, convenções, hábitos, regras, normas e rotinas) que, supostamente, têm ou tiveram alguma relação com a dinâmica de desenvolvimento dos territórios. Mais especificamente, o trabalho tem como objetivo realizar uma tipologia dos territórios rurais existentes na região VRP, com base nas variáveis classificatórias relacionadas, principalmente, com os mercados de trabalho formal e com a produção agropecuária. Além desta, procurou-se identificar um conjunto de fatores institucionais que indicassem a possibilidade da região VRP e dos seus territórios rurais estarem articulados com a regulação global, através dos mercados agrícolas, e com a governação local, realizada pelas instituições locais formais e informais.

A hipótese mais geral deste estudo é a possibilidade de existirem dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento nos territórios rurais, resultantes, ao mesmo tempo, dos fatores externos sobre o território (local), da forma como são gerenciados e aproveitados os recursos ou “capitais” territoriais (ambientais, culturais, econômicos, financeiros, humanos, sociais e tecnológicos, basicamente) e das ações dos atores e instituições locais. Por esse motivo, quase todas as regiões administrativas do Rio Grande do Sul², representadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), semelhantes ao da região Vale do Rio Pardo (VRP), são constituídos por territórios rurais diversificados e complexos, como consequência das variações dessas dinâmicas. Esses territórios se formam e se reproduzem através de diversos tipos de Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), na forma de distritos ou sistemas rurais, industriais, agroindustriais, agrícolas, de serviços, entre outros, que são coordenados (regulados e governados) por mecanismos institucionais.

A perspectiva territorial do desenvolvimento rural e as abordagens dos SPLs (SIALs, distritos rurais, industriais, agrícolas e agroindustriais e sistemas locais e rurais) representam pontos de partida, tanto para se tentar chegar à noção de “SPL-Rural” como para o estudo das aglomerações produtivas ou das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, numa perspectiva multidisciplinar. Como pressuposto, também, era esperada a existência, dentro da diversificada região administrativa VRP, de aglomerações produtivas e/ou “SPLs Rurais” muito diferenciados, desde aqueles com características predominantemente agro-industriais até aqueles essencialmente agrícolas.

Para demonstrar as contribuições teórico-metodológicas dessas abordagens, e da perspectiva territorial do desenvolvimento rural, para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, realizou-se uma análise empírica das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento da região *Vale do Rio Pardo (VRP)*, formada por territórios predominantemente rurais. Essa análise foi feita a partir dos resultados de uma tipologia dos SPLs e de um estudo da trajetória histórica dessa região, demonstrando-se como se formaram e como se reproduzem os diversificados e complexos territórios rurais e “SPLs-Rurais”, assim como, dos seus mecanismos institucionais de regulação e governação.

Com a metodologia para alcançar os objetivos do estudo, identificou-se um conjunto de variáveis, base para o cálculo dos Quocientes Locacionais (QLs), predominantemente

² A única exceção seja a região Metropolitana de Porto Alegre.

relacionados com as características dos mercados de trabalho formais, utilizados para identificar em quais os sub-setores produtivos os territórios seriam especializados, e com a produção agropecuária que, da mesma forma, serviria para identificar as especializações agrícolas dos territórios. Em seguida, imediatamente antes da realização da tipologia desses SPLs. Essas variáveis foram imprescindíveis na identificação das dinâmicas e das formas estruturais sócio-econômicas dos SPLs na região VRP, assim como, das suas articulações com as dinâmicas de desenvolvimento territorial rural. Também, procurou-se detectar e selecionar variáveis e/ou fatores indicadores da presença de processos internos de industrialização flexível e de regulação institucional na região. E ainda, verificou-se a possibilidade de que um “SPL-Rural” (Sistema Agroalimentar Localizado-SIAL, APL, “distrito rural” ou um “distrito agroindustrial”), alicerçado na produção de tabaco, pudesse ser ainda determinante da dinâmica de desenvolvimento da região VRP e o principal mecanismo de articulação dos territórios com o processo de reestruturação do sistema produtivo global.

Argumenta-se, então, que seria possível compreender as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios e as suas formas de articulação com os sistemas de produção, distribuição e consumo alimentar, locais e externos, e de seus processos de regulação sócio-econômicos locais. Como resultados, algumas relações foram estabelecidas entre a evolução histórica do desenvolvimento dos territórios e a presença de mecanismos institucionais de regulação e governação desses territórios na região. Então, identificou-se a contribuição histórica de algumas instituições nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região e na origem do atual estágio do capitalismo fordista e verificou-se que ainda existe um curto período com condições favoráveis ao processo de expansão capitalista na região.

Em contraste com o processo de esgotamento do capitalismo fordista mundial, a região aproveitou uma grande oportunidade oferecida pelo mercado externo de tabaco e as potencialidades de seus recursos ambientais, humanos e sociais, como por exemplo, a presença de um grande contingente de agricultores familiares.

Portanto, para o estudo multidisciplinar das atuais dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios rurais, utilizam-se os referenciais teórico-metodológicos da “Teoria da Regulação”, do “Institucionalismo” e da abordagem do “Desenvolvimento Territorial”, articulados pela “Sociologia Econômica” de Karl Polanyi e apresentados no próximo capítulo. O referencial teórico-metodológico dos “Sistemas Produtivos Localizados (ou Locais) - SPLs”

utilizado neste estudo, conteúdo do terceiro capítulo, é contextualizado e articula-se com as perspectivas territoriais e institucionais do desenvolvimento pela tese da imersão da economia de mercado no sistema social (POLANYI, 2000). Estes são os subsídios teóricos de sustentação de uma abordagem elaborada para se estudar as dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios, sob uma perspectiva multidisciplinar, que poderão ser úteis para ações e políticas que levem em consideração as diferentes dinâmicas territoriais (regionais ou locais) de desenvolvimento e que abram a possibilidade de participação democrática para todos os atores.

No capítulo quatro são apresentadas as principais características da região VRP, as origens dos territórios e as relações entre a evolução histórica do desenvolvimento dos territórios e a presença de mecanismos institucionais de regulação e governação desses territórios na região. E ainda, realiza-se uma análise empírica das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento da região, através de um estudo da trajetória histórica dessa região. No capítulo cinco, apresenta-se o resultado da análise empírica das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios da região e da tipologia dos SPLs. Nessa tipologia demonstra-se que os diversificados e complexos territórios da região VRP se reproduzem através dos seus SPLs Rurais e verifica-se a composição e caracterização dos seus “distritos rurais” e de potenciais sistemas agroalimentares localizados (SIALs).

Assim, constatou-se a utilidade das abordagens propostas, porque através das mesmas verificou-se que a região VRP é constituída por territórios diversificados e complexos, predominantemente rurais, que se formam e se reproduzem através de diversos tipos de SPLs rurais, na forma de distritos rurais, podendo ser industrial, agroindustrial, agropastoril, agrícola ou de serviços. Esses SPLs são coordenados por mecanismos institucionais, resultantes dos efeitos da regulação global (mercados agrícolas globais e/ou nacionais) e, ao mesmo tempo, da governação local (ação dos atores locais) dos territórios. A partir daí, espera-se que as demais regiões administrativas do Rio Grande do Sul, com exceção da Metropolitana de Porto Alegre, também sejam constituídas de forma muito semelhante. A perspectiva territorial do desenvolvimento rural e a abordagem dos SPLs representaram pontos de partida para se chegar à noção de “SPL-Rural” e para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA, GLOBALIZAÇÃO E AS DINÂMICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo apresenta-se a evolução das abordagens e interpretações sobre os rumos do capitalismo mundial, a partir de um contexto em que o capitalismo fordista entrou em crise no início da década de 1970 e, em 2008, já atinge inclusive o país que foi o principal articulador e beneficiário dessa etapa do capitalismo, os Estados Unidos. Os dois principais conjuntos de interpretações e abordagens sobre as direções da reestruturação produtiva mundial e seus reflexos sobre as formas de desenvolvimento local ainda são as idéias da globalização, por um lado, e o das visões locais e endógenas, por outro.

A partir disso, argumenta-se por uma saída alternativa territorial que poderá representar uma situação onde os efeitos do capitalismo global sobre as dinâmicas locais de desenvolvimento possam ser mediadas pelas suas estruturas internas de regulação e governação. Essas mediações geram diversificadas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento, que podem aproveitar ou desperdiçar, as diferentes potencialidades locais do território e, ao mesmo tempo e da mesma forma, as oportunidades externas. Nesse novo contexto, os Sistemas Produtivos Locais/Localizados (SPLs) emergem como a representação dos instrumentos de regulação e governação dessas dinâmicas territoriais contemporâneas.

O contexto que deu origem a essa nova situação é o do capitalismo fordista do pós-guerra, considerado um período com condições favoráveis ao processo de acumulação capitalista, que combinava empresas racionalizadas, centralizadas e integradas verticalmente, com a expansão dos poderes dos sindicatos e a ampliação do papel do Estado. Para isso, utilizou-se de uma elevada especialização e mecanização da produção, burocratização das empresas, planejamento extensivo e controle de “cima para baixo” (BONANNO, 1999). Nos países economicamente mais ricos, este sistema aumentou a inclusão de pessoas antes marginalizadas, gerou crescimento econômico, favoreceu a elevação dos salários e ampliou a participação e os benefícios do trabalho, provocando a elevação do padrão de vida e o crescimento da classe média.

No entanto, já no início da década de 1970, quando se completou a difusão da matriz produtiva fordista do pós-guerra, começaram a aparecer problemas estruturais de lucratividade nesse sistema produtivo capitalista e teve início uma crise mundial gerada por uma superprodução industrial, padronizada, rígida e sustentada pelo consumo de massa e pela intervenção estatal no controle da demanda efetiva. Com o aumento da velocidade da

produção e distribuição de mercadorias, acelerada pela combinação de máquinas com a microeletrônica, chegou-se a uma superprodução de mercadorias e a uma redução na demanda por trabalho. Com a primeira elevação dos preços do petróleo, em 1973, a exigência de maior competitividade nos mercados, o baixo nível de investimentos de capital em novas tecnologias, o esgotamento das políticas industriais e o aumento dos custos do bem-estar social inicia-se um processo de desaceleração e desestabilização do capitalismo mundial do pós-guerra, gerando um cenário de crise econômica latente. Nas décadas de 1970 e 1980 muitas regiões industriais tradicionais iniciaram um período de declínio econômico.

Para os adeptos da “Teoria da Regulação”, essa instabilidade do sistema se explica porque o capitalismo é dividido em períodos específicos de estabilidade sócio-econômica seguidos de períodos de crise. As contradições inerentes ao sistema capitalista não permitem que se tenham períodos contínuos de estabilidade e crescimento. Ao contrário, o capitalismo gera crises que requerem uma reestruturação e o estabelecimento de novos mecanismos de estabilidade. A interpretação da escola regulacionista para esse processo é a de que quando essa forma de produção capitalista entrou em crise, as estruturas macroeconômicas que garantiam o crescimento econômico do pós-guerra não foram suficientes para manter a expansão do regime de acumulação capitalista. Essa expansão do “regime de acumulação” fordista perdeu velocidade e, com isso, a rigidez do sistema fez diminuir a sua eficácia e aumentar as incertezas com relação ao futuro das economias capitalistas, iniciando um período denominado de “pós-fordismo”, por alguns, e de “neo-fordismo”, por outros.

Para os regulacionistas, no atual modelo de desenvolvimento fordista acontece uma crise de eficácia e uma falta de legitimação do modelo, que resulta da falta de flexibilidade e sustentabilidade das cadeias de produção e pela ineficiência da macroeconomia para garantir a acumulação capitalista. Então, uma das estratégias de “saída” do fordismo seria a experimentação flexível do trabalho, para resolver a baixa “produtividade da coerção direta” e aprofundar as relações capitalistas, dando início a uma nova configuração internacional da divisão do trabalho, com novos setores de acumulação, transferências de empresas para regiões periféricas ou semi-periféricas, com níveis salariais mais baixos e crescente aumento do número de pequenas empresas, onde o “processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção” (BENKO, 2002, p. 32).

Outras vertentes teóricas que interpretam as mudanças do capitalismo contemporâneo divergem da interpretação dos regulacionistas. Algumas em relação às causas da crise, como a dos “neo-schumpeterianos”, e outras com relação aos desdobramentos atuais e futuros desse

processo de mudança, ficando mais próximos de um “neo-fordismo”, o que seria apenas uma adaptação do capitalismo a uma nova situação, ou uma nova etapa do capitalismo, denominada de “globalização”. Para estes, entre os quais se incluem os defensores de um neoliberalismo³, nas sucessivas etapas do desenvolvimento capitalista, um encadeamento de relações sociais que se refletem nas tecnologias de produção predominantes, a globalização é apenas mais uma etapa que está sendo percorrida neste início de século. Mas, todas essas interpretações, assim como a dos regulacionistas, afirmam que a capacidade dos Estados nacionais de controlar as atividades econômicas e de serem identificados com suas empresas (nacionais) tem diminuído significativamente⁴. Visando melhorar os seus rendimentos econômicos, algumas empresas transnacionais têm transferido suas operações, pela difusão de processos de produção, para além das fronteiras, ultrapassando as regulamentações e as exigências do Estado e diminuindo a capacidade mediadora deste, entre o mercado e a sociedade. Atualmente, ao surgir um clima desfavorável em algum país, muitas empresas mudam as suas bases operacionais para outros locais, procurando cenários com melhor ambiente de negócios (BONANNO, 1999).

Para os neo-schumpeterianos, o crescimento do pós-guerra ocorreu em conseqüência, por um lado, da intervenção do Estado, que sob a influência dos princípios keynesianos sustentou algumas atividades econômicas e, por outro, da liberação das trocas internacionais, que facilitou a expansão e a difusão da inovação. Isto gerou uma regulação geral e maiores possibilidades de crescimento do progresso técnico. Porém, esse crescimento vigoroso foi interrompido na década de 70, quando os investimentos em inovação e o progresso técnico atingiram a sua fase de maturação. As causas exógenas, como o aumento do preço do petróleo

³Boaventura Sousa Santos define a globalização neoliberal como um “novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A conseqüência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país” (SANTOS, 2003, p. 13).

²A perspectiva dos regulacionistas e as interpretações sobre a globalização serão aprofundadas ainda neste capítulo.

e de outras matérias-primas, agravaram a situação e precipitaram a necessária adaptação estrutural. No entanto, Benko (2002) acredita que a origem da crise mundial do fordismo não tem uma causa única, mas sim dois conjuntos de causas, as “internas”, como a crise do próprio modelo de desenvolvimento, principalmente do lado da oferta, e as “externas”, como a internacionalização da economia, que compromete a gestão interna da demanda.

Na esteira desse debate em torno dos caminhos da reestruturação produtiva capitalista e das mudanças no modo de regulação capitalista, desde o início da década de 1970, intensificaram-se os estudos através das abordagens “locais”, “endógenas” e, mais recentemente, “territoriais” do desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1997; BENKO, 2002; BENKO & LIPIETZ, 1994; REIS, 2004, 2005, 2006; VÁZQUEZ-BARQUERO, 2001)⁵. Assim, diversos estudos passaram a dar mais ênfase aos fatores endógenos, à ação dos atores sociais locais, ao papel das instituições e à dimensão territorial nos processos de desenvolvimento (PUTNAM, 2000; REIS, 1994).

Então, a questão a ser respondida, neste capítulo, é sobre qual é o fio condutor que vai da crise do regime de acumulação até as novas formas territoriais e institucionais locais de produção e, ainda, como se estabelecem as novas relações entre a regulação global e as dinâmicas locais.

A literatura sobre as novas configurações do capitalismo contemporâneo vem destacando as dimensões global e local como os dois lados de uma mesma moeda, como resultado da crescente importância da ação dos atores e do espaço na economia. Por um lado, a globalização está relacionada com a expansão da escala de atuação das empresas, ampliando os mercados e a organização da produção. Por outro lado, o local passa a ser o espaço onde as potencialidades e os recursos são aproveitados, em conjunto com as oportunidades externas, dentro de uma estratégia dos atores locais, que inclui a organização do território e políticas de desenvolvimento local. As situações temáticas abordadas nesta tese representam uma tentativa de captar essas duas situações dentro de um território, enfatizando, além das determinantes globais, os fatores endógenos, a ação dos atores sociais locais, as estruturas institucionais e a dimensão territorial nos processos de desenvolvimento.

Por esse motivo, neste capítulo apresentam-se alguns dos referenciais teórico-metodológicos da “Teoria da Regulação” e do “Institucionalismo” com potencial para serem utilizados no estudo das atuais dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios

⁵Utilizando-se de diferentes perspectivas teóricas, muitos desses investigadores iniciaram estudos para explicar o desenvolvimento de alguns territórios e a estagnação de outros, bem como, para entender as razões do sucesso ou do fracasso dos arranjos ou sistemas produtivos locais ligados a esses territórios.

rurais. Estes referenciais são articulados com as perspectivas territoriais e institucionais do desenvolvimento, bases teóricas para o estudo dos Sistemas Produtivos Localizados - SPLs, que será desenvolvido com mais detalhes no capítulo três. Essas articulações, a identificação das relações entre o *global* e o *local* dentro do território e as ligações entre esses referenciais serão realizadas com base nos pressupostos teóricos que sustentam a “imersão” ou “enraizamento” (*embeddedness*) da economia de mercado no sistema social, com base em Polanyi (2000).

Estes são subsídios teóricos de sustentação de uma abordagem para a interpretação de um modelo de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios e que poderão ser úteis para ações e políticas que levem em consideração as diferentes dinâmicas territoriais (regionais ou locais) de desenvolvimento e que abram a possibilidade de participação democrática para todos os atores. Por essa razão, serão desenvolvidos a seguir com mais detalhes.

2.1 Da Crise do Regime de Acumulação Fordista ao Capitalismo Flexível

A abordagem regulacionista sustenta que a evolução do sistema capitalista de produção acontece por meio de modelos de desenvolvimento baseados em *regimes de acumulação* e *modos de regulação* muito específicos. O *regime de acumulação* é uma forma específica do processo de acumulação capitalista, garantindo esta acumulação através da assimilação, no tempo ou no espaço, de suas distorções e desequilíbrios. Já o *modo de regulação* são todos os comportamentos institucionalizados, formais ou informais, que têm como objetivo a sustentação e adaptação das decisões dos agentes econômicos individuais ao regime de acumulação. Portanto, o regime de acumulação e o modo de regulação são os dois lados da mesma moeda de um modelo de desenvolvimento que se baseia no modo de produção capitalista, com fases estáveis de acumulação de capital ou modelos de desenvolvimento com regularidades que garantem a reprodução do sistema. O regime de acumulação e o modo de regulação são interrompidos por crises ou períodos de recessão que servem de ponte entre os períodos de estabilidade de dois modelos sucessivos.

As estratégias de reestruturação para tentar contornar as contradições do atual regime de acumulação capitalista passam pela “luta contra a rigidez”. Essas estratégias das forças capitalistas definem um novo campo de disputas sócio-políticas entre a "regulação keynesiana da economia liberal" e a "regulação liberal da economia keynesiana". Então, a resposta à crise de lucratividade é a desvalorização da força de trabalho, através da redução dos componentes

dos custos de sua reprodução e a utilização de tecnologias de automação como suporte material para a “remodelação” da organização do trabalho, dos processos de produção, dos sistemas de gestão, da qualidade dos produtos e das formas de consumo (BENKO, 2000).

A hipótese da crise do fordismo como aprofundamento das relações capitalistas é conceitualizado por Benko (2002) como a “destruição dos quadros de reprodução social em vigor por meio de um processo de desintegração social cujo trunfo outra coisa não é senão a consolidação de um novo bloco hegemônico de classe”. Essas mudanças devem ser interpretadas como resultado da emergência de um sistema denominado de pós-fordismo, que permite que as grandes empresas tenham maior mobilidade e obtenham vantagens sobre a qualidade de novos instrumentos sócio-econômicos mais flexíveis. Dessa forma, o consumo local e os mercados de trabalho se tornam recursos que podem ser incluídos ou excluídos dos circuitos globais de acordo com as necessidades dessas corporações, enquanto que o local é visto como potencializador ou desestimulador das estratégias das corporações transnacionais. Assim, caminhamos para “uma nova configuração do capitalismo”, denominada por ele de momento da acumulação flexível, que inclui práticas e estratégias de produção e de regulação pós-fordista, como “formas de organização da produção neo-fordistas, formas de fordismo periférico e até mesmo formas de taylorização” (BENKO, 2002, p. 42).

Como estamos em um período transitório de desenvolvimento, entre o declínio do regime de acumulação fordista e o aparecimento de um novo modelo de acumulação, as mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com outras mudanças da organização da produção, provocadas pelas exigências de um novo regime de acumulação. Estas requerem flexibilidade nos processos de produção, no desenvolvimento de produtos e na (des)regulação das relações de trabalho. Benko (2002) tem a convicção de que as novas técnicas de produção flexíveis e novos produtos provocaram uma reorganização do processo de produção global

A livre mobilidade e a extensão global do capital no pós-fordismo tornam as fronteiras políticas, sociais e espaço-temporais mais permeáveis. Então, não havendo mais constrangimento para o capital, cria-se uma nova vulnerabilidade para o bem-estar, a identidade dos indivíduos e as comunidades nacionais ou regionais-locais. A livre mobilidade do capital alterou qualitativamente as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas. Parece que nos encontramos num período de transição entre o fordismo e um “pós-fordismo” com contornos de um projeto “de um novo modelo de desenvolvimento” ainda confuso e indefinido (BONANNO, 1999).

Para Held & McGrew (2001), o aumento da regionalização da atividade econômica não provocou a divisão do mundo em blocos rivais, mas ao contrário, “o regionalismo tem facilitado e incentivado muito a globalização econômica” porque proporciona um engajamento estratégico das economias nacionais e regionais nos mercados globais. Embora atualmente os principais fluxos econômicos globais, como o comércio e as finanças, ainda se concentrem em torno de três grandes centros de poder econômico (Estados Unidos, Europa e Japão), o predomínio dessas economias vem sendo diluído, na “medida que a globalização econômica vai alterando significativamente a geografia da atividade e do poder econômico mundial” (HELD & MCGREW, 2001, p. 32).

2.1.1 A Alternativa da Globalização

David Held & Anthony McGrew, em seu livro *“Prós e Contras da Globalização”* (2001), procuram identificar os argumentos que estruturam as duas principais visões interpretativas que, segundo eles, caracterizam, por um lado os “globalistas”, que acham que a globalização veio para ficar e, por outro os “céticos”, que não acreditam na tese de uma economia, sociedade, política, cultura ou ambiente “globalizados”. Segundo eles, a origem da idéia da globalização, embora não com esse nome, está nos “anos dourados” do liberalismo, entre o final do século XIX e o início do século XX, no entanto, somente a partir dos anos 70 o uso do termo "globalização" se popularizou.

Por falta de uma alternativa melhor para o mundo “a idéia da globalização adquiriu a aura de um novo paradigma” (HELD & MCGREW, 2001, p. 23) e hoje, tal como o da modernização na década de 60, o discurso da globalização parece convincente com relação à condição humana contemporânea. A globalização passou a predominar entre os estudos das ciências sociais, gerando uma busca por abordagens que analisassem, ao mesmo tempo, as questões internas e as externas, as nacionais e as internacionais, assim como, as relações locais e globais, como uma via de mão dupla.

Aqueles que não acreditam no sucesso da globalização sugerem o uso dos termos “internacionalização”, que trata das relações entre as diferentes economias e sociedades nacionais, e “regionalização” ou “territorialização”. Os não-globalistas acreditam que os governos nacionais continuam a ser a principal “fonte de autoridade efetiva e legítima na gestão da economia mundial” e também os “principais agentes da coordenação e regulamentação” da economia internacional. Estes afirmam que o problema da globalização

é a sua “falta de referenciais geográficos claros, para que se possa distinguir o internacional (ou o transnacional) ou o regional do global” e o seu caráter ideológico, que justifica e legitima o projeto global neoliberal, de um mercado global “auto-regulável” e “a consolidação do capitalismo anglo-americano nas principais regiões econômicas do mundo”. Para os globalistas, de diferentes formas, os governos nacionais estão tendo que se adaptar aos avanços e recuos das condições e forças do mercado global. A análise globalista destaca a escala e a magnitude da interação econômica global contemporânea, historicamente sem precedentes. Eles dão como exemplo o movimento diário dos mercados de câmbio mundiais, que é sessenta vezes maior do que todas as exportações anuais mundiais e o aumento recorde de escala e de intensidade do comércio mundial. As economias nacionais estão muito mais inseridas nos sistemas globais de produção e comércio, através de redes fortes e duradouras, principalmente nas grandes regiões do mundo (HELD & MCGREW, 2001).

Para estes autores, o conceito de globalização se consolida a partir da ampliação dos fluxos globais e das relações e atividades sociais através das regiões e fronteiras, que levam a uma maior interdependência dos Estados e das sociedades, ligados aos sistemas mundiais e redes de interação. De acordo com estes autores, as várias definições de globalização destacam a “ação à distância” de atores sociais distantes, uma mudança na interpretação das relações espaço-temporais, o crescimento da interdependência entre economias e sociedades nacionais, o surgimento de um mundo sem barreiras para as atividades sócio-econômicas e as mudanças nas relações de poder e nas articulações inter-regionais. O que faz a diferença entre essas definições de globalização é a ênfase dada aos "aspectos materiais, espaço-temporais e cognitivos".

Segundo Fiori (1994), embora ainda sobreviva a idéia de nação, os atuais processos sociais, econômicos, políticos e culturais vêm promovendo a globalização. As estruturas e os pensamentos baseados no nacional vêm sendo enfraquecidos ou recriados com outros significados, devido à dinâmica das relações, processos e estruturas em escala mundial, colocando um novo desafio para as ciências sociais. Com a globalização, as nações transformaram-se em espaços, territórios ou “pontes” entre o local e a sociedade global. Ainda sobre a globalização, Acselrad (2002) afirma que esta provocou a desterritorialização e reterritorialização de capitais, gerando tensões e conflitos e, com isso, as diferentes escalas de governo passaram a tomar medidas para alinhar suas políticas à “nova ordem mundial competitiva”. Segundo ele, uma nova visão do desenvolvimento incorporou ao discurso, nos anos 90, uma distribuição de legitimidade e poder às diferentes formas de governo. Por outro

lado, ele faz a afirmação de que apareceu recentemente a noção de “governança”, originada do “esforço conceitual” para legitimar a ação das agências multilaterais de desenvolvimento nos países “com baixos índices de governabilidade” e sem interferir na sua soberania política, separando-se assim as funções políticas propriamente ditas das funções de “governança”.

A globalização acelerada desde os anos sessenta tem ajudado a ampliar, ainda mais, a extensão da mercantilização em três áreas. Primeiro, o consumismo - muito relacionado a produtos globais – ampliou o leque de alternativas do capital industrial. Embora este tipo de capital inicialmente fosse concentrado em produtos como tecidos, aço, substâncias químicas e armamentos, ele também passou a produzir uma grande quantidade de marcas industriais destinadas ao consumo pessoal imediato. Segundo, o crescimento da supraterritorialidade tem ampliado muito o escopo do capital financeiro. Os bancos e negócios com seguros e derivativos globais aumentaram muito o volume e a variedade de instrumentos financeiros que, em vez de servirem como facilitadores de outros tipos de produção, são basicamente canais de acumulação para si mesmo. Terceiro, a globalização tem encorajado uma expansão da mercantilização em novas áreas, como da informação e da comunicação. Como resultado disto, mercadorias como softwares e telefonia também se tornaram objetos de acumulação.

As relações da globalização com a evolução do capitalismo contemporâneo é o tema de pesquisa de estudos como o de Jan Aart Scholte, no qual o autor faz uma exposição de informações sobre a globalização e uma descrição do atual processo de produção globalizada, que embora sendo crítica, não adota, de forma explícita, uma posição contrária ao processo. Scholte (2000), em seu livro “*Globalization: A Critical Introduction*”, afirma que a globalização fortaleceu substancialmente a posição do capitalismo como a estrutura prevalecente da produção na história contemporânea e que o crescimento de espaços supraterritoriais facilitou a extensão de acumulação de excedentes aos setores de consumo, financeiro e de informação e comunicações. No entanto, isto não significa afirmar que o surgimento da supraterritorialidade não tenha afetado o capitalismo. Essas mudanças indicam, por um lado, a extensão da mercantilização e, por outro, um novo contexto organizacional de acumulação. Em relação à expansão dos mercados, a globalização estimulou o crescimento do capital financeiro e dos setores de produção de bens de consumo e de comunicação e informação. Como resultado, as atividades econômicas, mais do que nunca, aprofundaram a lógica capitalista. A expansão dos espaços transnacionais acelerou as trocas na organização do

capitalismo, incluindo o surgimento de centros *offshores*⁶, de empresas transnacionais e um crescente aumento de fusões e aquisições de empresas (SCHOLTE, 2000).

Para Scholte (2000), o modo capitalista de produção foi a causa central da dinâmica atual da globalização, mas levanta as questões como: Foi esse processo que deu origem ao atual crescimento rápido dos espaços mundiais do modo capitalista de produção? A globalização trouxe alguma mudança à estrutura capitalista prevalecente? A elevação da supraterritorialidade alterou as formas de acumulação de capital? Ou, a globalização está destruindo o capitalismo e está substituindo-o por algum outro modo de produção? Segundo ele, a globalização realizou expansões enormes das finanças e do dinheiro supraterritoriais, criou milhares de empresas transnacionais e alianças estratégicas, assim como causou o aparecimento de inúmeros produtos mundiais e de setores de maior acumulação nas indústrias de informação e comunicações. Estes fatos contribuem para o fortalecimento do capitalismo e indicam que a globalização ajudou o mesmo a se tornar mais difundido e fortalecido do que nunca, podendo até se afirmar que a globalização está gerando um supercapitalismo.

Na verdade, o revigoramento do capitalismo pelo surgimento da supraterritorialidade tem sido acompanhado de considerável volatilidade e crises periódicas. Citando documento da OCDE, Scholte (2000) afirma que a globalização causou um processo turbulento de nascimento e morte de empresas, a elevação e queda de setores inteiros de atividades e a realocação da produção intra e entre regiões e países. Porém, estas conseqüências não sugerem, nem de longe, um declínio terminal do capitalismo como estrutura de produção. A acumulação de capital continuou intensa, embora o ambiente tenha sido instável para muitos indivíduos, empresas e governos. Conseqüentemente, por enquanto, deveríamos nos concentrar não nos riscos que a globalização pode trazer para a sobrevivência do capitalismo, mas, nos danos que os processos globais de acumulação de capital podem trazer, particularmente, para os grupos sociais vulneráveis. O crescimento contemporâneo do capitalismo mundial está ligado a um substancial aumento das possibilidades de bem-estar material em alguns países, com uma elevada degradação ambiental, com uma fraca coesão social e com reduzidos controles democráticos da política econômica. Scholte (2000) conclui

⁶O fenômeno *offshore* ou “paraíso fiscal” trouxe um incremento para a acumulação capitalista. Os centros *offshore* geralmente oferecem isenções ou reduções de taxas e impostos aos ganhos de capital, lucro, etc... Estes locais também atraem capital com baixos custos, regulação limitada e garantias estatutárias de sigilo, criando enormes oportunidades para a acumulação de capital. Estados criaram zonas *offshore* para processos de produção e atividades financeiras globais. Muitos destes locais, como Bahamas ou Bahrain, são ilhas que literalmente estão “fora da costa”. Já em Bangladesh e na Romênia, ZPEs ficam situados “sobre a praia” ou em áreas costeiras próximas. Enquanto isso, alguns centros *offshore*, tais como Liechtenstein e Luxemburgo, estão na realidade localizados em terra firme, sendo o termo *offshore* um pouco inadequado.

sugerindo que o capitalismo tem sido não somente a causa primária, mas também a consequência principal da globalização e que o crescimento de espaços supraterritoriais tem, até agora, ampliado o leque de alternativas de acumulação de capital e aprofundado seu lugar na economia mundial. Segundo o autor, nenhuma alternativa ao capitalismo tem sido considerada suficientemente capaz de substituí-lo.

O conceito de globalização sugere também a ampliação dos fluxos globais e das relações e atividades sociais através de regiões e fronteiras, que levam a uma maior interdependência dos Estados e das sociedades ligados aos sistemas mundiais e redes de interação. Bonanno (1999) também faz uma leitura determinista da globalização pós-fordista - considerando a manutenção do predomínio das atuais políticas de cunho liberal da globalização - com relação ao futuro da sociedade capitalista. Ele analisou o período compreendido entre a metade da década de 1970 e o final da de 1990 e constatou o fracasso das estruturas de acumulação e a necessidade de modificações nas políticas sociais. Ele afirma que a ênfase agora é, principalmente, nos custos de regulação e segurança e destaca cinco questões julgadas importantes. Primeira, a permeabilidade das fronteiras espaço-temporais, políticas e sociais provocadas pela livre mobilidade e a extensão global do capital, o que tornaria frágeis as defesas e reduzidas as possibilidades de desenvolvimento das sociedades nacionais, regionais e locais. Segunda, a estimulação, pelo pós-fordismo global, de novos padrões de diferenciação e de homogeneização sócio-cultural, rompendo a estrutura de acumulação. Terceira, a geração, pelo pós-fordismo, de novas “teorias culturais” e representações e a destruição das teorias e políticas da “modernização” do pós-guerra.

A quarta questão, na qual ele mais se detém, é a da ruptura da unidade espaço-temporal da política e da economia, como era nas primeiras fases do capitalismo, quando os Estados nacionais faziam a mediação e a coordenação das atividades produtivas e do processo de acumulação de capital, através das políticas econômicas. Parece ser verdadeira a afirmação de que nas primeiras fases do desenvolvimento do capitalismo, os elementos-chave foram a capacidade do Estado para controlar as atividades econômicas internas e criar uma identificação das empresas com os países de origem, onde os negócios internacionais eram tratados como extensão das atividades internas dessas empresas e apoiadas pelo Estado. No entanto, conforme Bonanno (1999), com o pós-fordismo global, os Estados nacionais perderam essa capacidade de controlar as atividades econômicas e as empresas tornaram-se mais independentes de seus Estados de origem. Como consequência, as empresas têm transferido suas atividades para outros países, pela difusão de processos de produção, visando

melhorar os seus rendimentos e fugir das regulamentações e exigências do Estado de origem. Atualmente, da mesma forma que a alta mobilidade de capitais é uma das principais características do pós-fordismo global, os processos produtivos e as empresas são transferíveis, para qualquer país que lhe proporcione redução de custos. A indústria agroalimentar e as montadoras de automóveis são exemplos dessas transferências.

O autor afirma ainda, que, como consequência do pós-fordismo global, a “falta de uma identidade nacional aumenta a flexibilidade através da redução da fidelidade e da responsabilidade para com as entidades nacionais em suas exigências econômicas, sociais e políticas”, enquanto que a “capacidade mediadora do Estado, entre o mercado e a sociedade, tem sido enfraquecida”. Em consequência, reduziram-se os controles dos Estados nacionais sobre os ambientes sócio-econômicos, culturais e políticos e as comunidades e instituições nacionais perderam autonomia relativa e segurança “frente às irracionalidades econômicas”. Porém Bonanno ressalta que esse enfraquecimento se refere ao papel histórico dos Estados nacionais do período fordista, mas no pós-fordismo, emergem novas formas de Estado, em um ambiente em que “a regulação, a coordenação e a mediação das atividades sócio-econômicas estão sendo reorganizadas em níveis que transcendem os Estados nacionais” (BONANNO, 1999, p.57).

Por fim, a última questão abordada por Bonanno, como uma consequência da anterior, é a do funcionamento da democracia. Nas fases iniciais do capitalismo, a democracia liberal e a ideologia burguesa serviam de base de sustentação para a democracia nos Estados nacionais independentes. Em seguida, na fase fordista, os movimentos sociais e políticos e a expansão das forças produtivas criaram uma forma de democracia mais inclusiva e participativa nos países mais independentes. Porém, no pós-fordismo, por causa do aumento da incapacidade do Estado para controlar o ambiente sócio-econômico, ele não consegue mais atender ou implementar as sugestões ou “ordens” recebidas de seus cidadãos, dando início a uma crise de representação política. Ele conclui afirmando que o resultado disso é uma tendência a um deslocamento em duas direções diferentes. Ou para uma situação em que o campo político fica sujeito aos “preceitos da teoria da democracia liberal” ou para uma situação onde o “poder econômico de alguns atores faz crescer desproporcionalmente seu poder político em relação a outros grupos cujos interesses estão em risco” (BONANNO, 1999, p. 72).

Embora considerando a dificuldade para se medir a evolução do sistema produtivo capitalista dos últimos cem anos, Benko (2002) afirma que mudaram muito as bases do processo de desenvolvimento sócio-econômico regional. E, nos anos 90, inicia-se uma etapa

cuja dinâmica é uma transição entre dois *regimes de acumulação* e seus *modos de regulação*, onde a tecnologia é essencial e as “indústrias de ponta” e os serviços especializados se destacam. Nesta fase de transição, são reorganizados os métodos de trabalho, enquanto os agentes econômicos buscam e avaliam as novas oportunidades oferecidas pelas mudanças para o novo regime. A emergência e a consolidação de um novo *regime de acumulação* e suas dinâmicas devem ser analisadas como uma mudança qualitativa da organização das forças produtivas, em resposta à crise do regime de acumulação fordista. Desde os anos 80, observam-se os primeiros sinais de um novo período de desenvolvimento do capitalismo, neo-fordista ou pós-fordista, fundado na flexibilidade sócio-econômica crescente, o qual vem sendo chamado de *regime de acumulação flexível* por muitos autores (Scott; Storper, 1988; Benko, 2002).

2.1.2 A Hipótese do Capitalismo Flexível

Sob o ponto de vista das *teorias dos ciclos econômicos longos*, duas das mais importantes correntes teóricas de interpretação do mundo contemporâneo, os neo-schumpeterianos e os regulacionistas, cada um a seu modo, afirmam que estamos vivendo um momento de inflexão entre duas fases do capitalismo. Segundo elas, estamos iniciando um novo ciclo ou regime de acumulação capitalista, passando do fordismo para um pós-fordismo.

Para os neo-schumpeterianos, a alteração da matriz produtiva da sociedade contemporânea caracterizou uma mudança de paradigma produtivo e uma revolução tecnológica, início de um novo ciclo, um novo impulso para a acumulação capitalista gerado por inovações, com novas e mais amplas oportunidades. Para estes, fazendo uma necessária adaptação estrutural e impulsionada pela revolução tecnológica, a “quinta onda de Kondratieff” ou o “padrão de acumulação pós-fordista” vem abrindo espaço para uma produção mais flexível. O papel da inovação tecnológica está relacionado ao conceito de “destruição criadora”, pois como responsável pelo progresso, a inovação tecnológica é também fator de instabilidade do sistema. Após a inovação ser difundida pelo sistema e totalmente absorvida pelas atividades econômicas, o sistema entra em crise, forçando a busca por novas inovações, recomeçando o ciclo. Estes reconhecem a presença de capital social, atores coletivos como instituições e organizações, mas consideram estes como elementos dados, como variáveis exógenas ao processo econômico analisado, incapaz de mudar o rumo desse processo por ações dos atores coletivos em geral, poder exclusivo das inovações e das

empresas inovadoras. Apesar de seu potencial explicativo, essa linha de pensamento foi alvo de críticas, principalmente por tratar como exógenas algumas variáveis que seriam endógenas, e alguns autores tentaram formular outras teses para compreender e explicar a evolução do contexto econômico e social.

Para os autores regulacionistas (BENKO; LIPIETZ, 1994; BENKO, 2002; BOYER, 1994, 1995), a estabilidade temporária do sistema capitalista é obtida através da criação de *regimes de acumulação*, períodos históricos com condições favoráveis à reprodução do processo de acumulação de capital e à manutenção de níveis aceitáveis da ordem sócio-econômica capitalista. O regime de acumulação não é, necessariamente, um processo estável e único com um mesmo modo de produção no longo prazo. Sempre há a possibilidade de ocorrer rupturas, conflitos e crises. O regime de acumulação, ou o modelo de desenvolvimento, é o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação, como é o caso do *regime de acumulação fordista* do pós-guerra nos países ocidentais (LIPIETZ, 1991). Este regime de acumulação se baseou na produção industrial padronizada, na produção e consumo em massa e na forte intervenção do Estado-providência, visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção. Essa organização econômica fordista entrou em crise ao atingir as suas limitações no final dos anos 60. Robert Boyer (1994) define regime de acumulação como as “regularidades” que orientam os agentes econômicos e “asseguram a progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital”, ou seja, é o que “permite absorver ou desdobrar no tempo as distorções e os desequilíbrios que advêm permanentemente do próprio processo de acumulação”.

Ao conjunto de normas e instituições que dão suporte ao regime de acumulação denomina-se *modo de regulação*. Os mecanismos reguladores ou os *modos de regulação* são as formas institucionais, as redes, as normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade dos comportamentos dentro de um *regime de acumulação*, considerando as relações sociais e os seus conflitos (LIPIETZ, 1991). Essas formas de regulação, produzidas historicamente, estão relacionados com a formação dos salários e a relação salarial, com a concorrência entre as empresas e com os mecanismos de criação de moeda e crédito.

A evolução de um regime de acumulação acontece através de *formas de regulação*, os procedimentos sociais que garantem as modificações das normas de produção e consumo de um regime de acumulação e de *formas institucionais*, que concretizam ou operacionalizam as formas de regulação (LIPIETZ, 1991). É possível afirmar que estas formas de regulação induzem os agentes econômicos a se relacionarem através das formas institucionais. Estas são

codificações das relações sociais fundamentais, que estão em constante evolução e permitem uma melhor compreensão das regularidades de um determinado período histórico ou de um território (BOYER, 1995).

O pensamento desenvolvido dentro da perspectiva da “Teoria da Regulação” se distingue, pelo seu caráter “não-determinista” das análises marxistas tradicionais ou das propostas dos neo-schumpeterianos. Para os regulacionistas, as estratégias de superação dos problemas relacionados com o fordismo e o capitalismo, particularmente com a baixa resposta da coerção direta, direcionam o foco dos capitalistas para a experimentação flexível do trabalho. Esta seria uma tentativa de restaurar as margens de lucro, romper com as bases de sustentação da relação salarial fordista e de formar um mercado de trabalho mais concorrencial. No entanto, tudo para tentar interferir o mínimo possível nas bases de realização do capital e na reprodução da força de trabalho (BOYER, 1994).

Referindo-se freqüentemente ao caso da “Terceira Itália”, os autores regulacionistas afirmam que, com a crise do regime de acumulação fordista, emergiu um novo regime de acumulação, um sistema de especialização produtiva mais flexível. Na opinião desses autores, esse sistema permite o desenvolvimento de altos níveis de acumulação, ao incorporar as mudanças nas demandas dos consumidores e evitar os problemas associados aos “distúrbios” provocados pelos trabalhadores. Sob este ponto de vista, a especialização flexível e a industrialização difusa, como acontece nos Sistemas Produtivos Locais/Localizados (SPLs)⁷, resultam da crise do capitalismo fordista e, ao mesmo tempo, são soluções desejáveis para as crises sócio-econômicas atuais. A primeira, porque combina a emergência de novas tecnologias com o aumento da qualidade da produção a partir das estratégias empresariais, fazendo surgir a noção de industrialização difusa. Esta se diferencia da industrialização fordista porque não depende diretamente da concentração urbana das indústrias, de um exército industrial de reserva – obtido à custa de um acelerado processo de migração - e de grandes unidades produtivas.

A industrialização difusa pressupõe processos flexíveis de trabalho, com a produção descentralizada para várias pequenas unidades, um sistema de regulação da relação capital-trabalho também mais flexível. Mas é necessária uma dispersão de unidades industriais de pequeno porte em várias pequenas e médias cidades e uma organização sindical mais fraca do que a dos grandes centros urbanos, o que possibilita a contratação do trabalho com salários menores e as formas mais flexíveis de trabalho. Esta forma de organização da produção

⁷ Os temas referentes aos SPLs será tratado com mais detalhes no capítulo 3.

industrial tem um grande potencial no contexto de globalização, pois a sua flexibilidade favorece a segmentação de operações produtivas em locais que ofereçam condições mais favoráveis.

Então, é assim que as estratégias capitalistas de flexibilização estão remodelando as práticas de socialização fordista e provocando uma ruptura “parcial e gradual” do sistema, o que não deixa de ser um aprofundamento do capitalismo (BENKO, 2002). Esses novos modos de regulação, que ainda não estão claros, são reflexos de uma nova configuração da divisão internacional do trabalho, e de um novo bloco hegemônico de classe, que tenta reunir capitalistas e uma ampla camada da pequena burguesia intelectual e técnica.

Benko (2002), afirma que o elemento-chave da nova ortodoxia capitalista é a “mobilidade otimizada”, variável importante do desempenho produtivo global e daquela que deverá substituir a organização fordista, a “produção flexível”. Ele defende que práticas “neofordistas” podem conviver com práticas “pretensamente pós-fordistas” e acusa um impulso “modernizador”, de desregulamentação e de despolitização do funcionamento do mercado de trabalho, aprofundando o processo de transformação da força de trabalho em mercadoria, com uma maior diversidade e diferenciação de situações contratuais. Esta é uma tendência que implica o controle internacional capitalista dos locais de produção e das frações da classe operária geograficamente separadas, onde convivem atividades “nobres” do pós-fordismo em grandes cidades e regimes de trabalho “tradicionais”, com baixos salários, de plantas industriais que se deslocam em busca de reduções de custos com a força de trabalho. Este fato, ao lado de um conjunto de novas “práticas de controle capitalista” e “formas organizacionais maleáveis”, do aumento do consumo de mercadorias eletrônicas, configuram uma nova fase do capitalismo e da regulação capitalista. Benko (2002) chama esta nova fase de *momento da acumulação flexível*, no qual se inclui práticas e estratégias pós-fordistas de produção e de regulação, tais como “formas de organização da produção neofordistas” e “formas de fordismo periférico”.

Dessa forma, a palavra-chave *mobilidade* “resume o fundo comum das estratégias da acumulação flexível”, que não é um “modelo ideal-típico pós-fordista que estaria plenamente delineado em seu programa e em seus aspectos produtivos”, mas, ao contrário, está sujeito às numerosas e, muitas vezes, às grandes “zonas de incertezas que a acumulação contraditória e combinada em escala internacional veicula” (BENKO, 2002, p:23). Essas zonas, muitas vezes, não são controladas nem pelos Estados capitalistas nacionais nem pelas grandes empresas multinacionais.

Quando se refere ao tema do desenvolvimento, Reis (1992) afirma que, com o esgotamento dos modelos centralizados de desenvolvimento, o local reaparece como solução para duas problemáticas relativamente diferentes. Uma que analisa os sistemas produtivos locais (SPLs) e estuda o funcionamento das economias locais e a própria concepção de território, onde este deixa de ser apenas receptor de indústrias e passa a ser um agente de industrialização. A outra analisa o desenvolvimento local e estuda as relações entre os governos e a sociedade local para a solução de problemas sociais e de carências de recursos locais, onde os atores locais passam a empreender ações para fazer crescer a economia local e reestruturar seus sistemas produtivos.

A teoria da regulação, embora seja muito consistente na explicação da crise e das mudanças do capitalismo global, tem algumas dificuldades teóricas para abordar a agricultura e a produção de alimentos. Isto se deve às peculiaridades desse setor, no qual predominam as explorações familiares com um percentual muito baixo de mão-de-obra assalariada, ou seja, as relações salariais são praticamente inexistentes. No entanto, Lacroix & Mollard (1995) afirmam que é perfeitamente possível analisar e inserir a agricultura no modo de regulação global quando se leva em conta a sua coerência econômica e institucional construída progressivamente desde a segunda metade do século XIX. Para incorporar a agricultura (familiar) na análise regulacionista (setorial), no sentido de verificar a contribuição desta teoria para o estudo da agricultura familiar, os regulacionistas sugerem que não sejam separados os conceitos de “regime de acumulação” e “relação salarial”, como normalmente se faz no esquema da regulação global. Isto parece ser uma ferramenta compatível com o estudo da situação da agricultura familiar do sul do Brasil, que tem uma estrutura agrária formada por “unidades familiares de trabalho e produção”, nas quais o agricultor (familiar), na formação dos seus rendimentos, é trabalhador e, ao mesmo tempo, produtor-proprietário. Neste estudo, esse processo é determinante de parte dos resultados da base de dados sobre os mercados de trabalho locais e a produção agropecuária da região Vale do Rio Pardo (VRP).

Já desde o início da década de setenta, os Sistemas Produtivos Locais (SPLs) e, particularmente, aqueles ligados aos territórios rurais do sul do Brasil, onde a estrutura agrária é marcada pela agricultura familiar (unidades familiares de trabalho e produção), vêm caminhando para uma crescente articulação e, em alguns casos, até integração sócio-econômica, com as cadeias agro-alimentares globais de produção e consumo. Essa articulação e/ou integração tem sido o caminho seguido por alguns territórios, como respostas locais às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global, à modernização

tecnológica dos processos produtivos agroindustriais e ao crescente acesso das famílias rurais locais aos diversos mercados (de trabalho, de bens e serviços e de fatores). Além disso, a transição do fordismo para um “neo-fordismo” global está na pauta de discussão da Sociologia da Agricultura e da Alimentação, nos debates sobre os rumos do setor agroalimentar global e as mudanças nos Sistemas Agroalimentares. Alguns dos principais pressupostos e argumentos desse debate serão apresentados dentro do item seis, na parte II deste trabalho.

A seguir, procura-se demonstrar a contribuição das perspectivas territoriais do desenvolvimento para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais e a sua articulação com as abordagens dos SPLs aplicada a esses territórios.

2.2 A Abordagem Territorial do Desenvolvimento

Nas duas décadas imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico e as economias de escala provocavam uma crescente valorização do espaço, induzindo ao uso pleno e racional dos territórios nacionais (BECKER, 1986). Assim, a noção de espaço era mais valorizada do que a de território e o Estado era a única fonte de poder e mediação entre os interesses internacionais e o espaço nacional. Assim, era o aparelho político governamental que controlava a produção e o uso do território nacional. Porém, a partir da década de 1970, o espaço passou a ter um novo papel, como potência social e política. Cresceu a importância da instância política e verificou-se que o aparelho governamental não era mais o único instrumento de poder. Então, o Estado aparece como aparelho político global e não apenas como governo e, assim, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Dessa forma, a definição deste incorpora as relações multidimensionais de poder e o espaço em vez de produto reflexo da sociedade passa a ser o local onde acontece a reprodução social. O espaço é constituinte da realidade social é a dimensão material concreta das relações sociais.

As novas abordagens da geografia econômica e da sociologia econômica, em termos de definição do território, têm uma perspectiva muito dinâmica, o que parece relevante, já que os sistemas estão em constante evolução, embora em graus e tempos bastante diferenciados. O território é resultante da relação da sociedade com o espaço, quando neste se incorpora a sociedade com suas relações econômicas e de produção. Para que se tenha um território é necessário que a sociedade ou grupos sociais se apropriem do espaço físico, ampliem e

utilizem as inovações tecnológicas e que exista um sentimento de pertencimento ou a identificação da sociedade com o seu território.

Neste estudo, entende-se que a dinâmica territorial e institucional associa o território aos atributos da diferenciação e da aglomeração (ou densidades), os quais, de acordo com Reis (2006), justificam a existência do território. Essa dinâmica está relacionada com lógicas de proximidade, às quais dão origem às aglomerações, que servem de base para as estruturas institucionais. Além disso, o desenvolvimento territorial depende da capacidade de cada território para mesclar e aproveitar, ao mesmo tempo, as suas potencialidades locais e as oportunidades externas. Para que o território possa ser utilizado como recurso do desenvolvimento, o autor afirma que é necessária a “identificação das aglomerações locais” para que se possa conhecer o território e usar as suas potencialidades.

De acordo com Schneider & Tartaruga (2005), para se utilizar o território na perspectiva do desenvolvimento é necessário estabelecer a diferença entre o seu significado conceitual ou analítico e o seu significado instrumental ou prático. No primeiro, é necessário que se estabeleçam referências teóricas e epistemológicas e posterior experimentação empírica e reconstrução da sua forma abstrata e analítica. No segundo, não é preciso estabelecer as mesmas prerrogativas, podendo-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial, quando se refere aos processos ou contextos de um determinado espaço demarcado por diferentes atributos (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005). Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe, ao mesmo tempo, a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes, portanto com objetivos instrumentais e práticos. Os autores argumentam que há duas razões para se compreender porque as abordagens territoriais tornaram-se uma referência para a interpretação de processos e uma ferramenta para a intervenção, estimulando o interesse pelos enfoques e abordagens territoriais.

A primeira razão está relacionada ao atual contexto de crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, que teria desenvolvido, em resposta a essa crise, um novo regime de acumulação denominado de “acumulação flexível”. Este novo modelo de organização dos processos produtivos está assentado em uma dinâmica territorial específica, que se baseia na descentralização, flexibilização, industrialização difusa e nos sistemas produtivos locais (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005). Segundo estes autores, esta literatura foi fundamental para que as noções de local, regional e nacional fossem abandonadas e substituídas pela de espaço e território. Mas, neste caso, o espaço deixa de ser um simples suporte para se tornar território, o ponto de encontro dos atores do

desenvolvimento e o lugar onde se organizam as formas de cooperação entre empresas e a divisão social do trabalho.

A segunda razão do interesse pela abordagem territorial, apontada pelos autores acima, é a que relaciona esta perspectiva com os aspectos políticos e institucionais derivados da crise do Estado e da redução do seu poder de regulação. Esta crise do Estado está relacionada à sua incapacidade crescente de regulação e interferência na economia privada, decorrente principalmente do atual processo de globalização dos fluxos financeiros e produtivos e da economia de mercado.

Por esse motivo, nos próximos itens procura-se fazer uma exposição dos conceitos analíticos de território e posteriormente dos seus significados instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais.

2.2.1 Do Espaço ao Território: A Origem da Territorialidade

Neste item, buscam-se, principalmente nos autores ligados à geografia, os argumentos epistemológicos que sustentam os atuais conceitos de território e territorialidade, as relações de poder na formação dos territórios e a sua diferenciação com relação à noção de espaço, assim como a sua perfeita adequação nas mais recentes utilizações nas abordagens territoriais do desenvolvimento.

Segundo Becker (1986), é a partir de Ratzel, em 1897, que tem início os estudos dentro da geografia política, quando o território passa a ser a expressão concreta das unidades políticas no espaço. Para relacionar a nova geopolítica com as relações de poder multidimensionais em diferentes níveis espaciais, a autora busca inspiração em geógrafos como Lefebvre e Lacoste ao afirmar que o espaço não é mais apenas produto reflexo da sociedade, mas agora ele é a dimensão material concreta das relações sociais, constituinte da realidade social e sinônimo de poder. A autora entende que o território “define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado”. Assim, o território ocupa um espaço (próprio) de um Estado, “onde exerce a sua soberania e implica em uma noção de limite”, porque este “é consequência das relações de poder entre Estados”. A autora afirma ainda que enquanto na corrente funcionalista neoclássica o espaço é visto como uma estrutura autônoma do processo de produção e da sociedade, na corrente marxista o espaço é visto como reflexo das relações sociais de produção. Na primeira, o espaço é *produtor* e o conflito entre unidades espaciais substitui o conflito de classes e o Estado cria e concilia o conflito de

interesses entre o centro e a periferia e, na segunda, o espaço é *produzido* e a teoria e a prática do desenvolvimento regional, segundo seus seguidores, não servem para solucionar os conflitos gerados internamente.

Atualmente, enquanto define-se espaço apenas como um “campo de existência”, o qual não desaparece quando é criado o território, este tem sua forma ou limites e sua malha territorial determinadas pelas manifestações das relações de poder, que tem como origem a população, o território e os recursos (RAFFESTIN, 1993). A população está na origem do poder porque é de onde vem o potencial de transformação, ou seja, é o elemento dinâmico de onde vem a ação. Enquanto o espaço serve de cenário, o território é a cena do poder e o lugar onde acontecem todas as relações, mas sem a população este é apenas potencialidade. Como o território é um produto gerado pela prática social e consumido como meio, os recursos determinam os horizontes possíveis, o alcance da ação e o processo de produção do território. Então, pode-se afirmar que a formação e reprodução dos SPLs são determinados pela infraestrutura econômica e pela regulação e pela governação, em outras palavras, pela disputa sócio-econômica e política, pois os SPLs representam os aspectos relacionados à produção, distribuição e consumo e ao desenvolvimento do território.

Outras considerações em relação ao território são feitas por Boisier (1997), para o qual o território é um recorte da superfície terrestre que se apresenta como um conjunto de três características: um território “natural”, sem considerar a presença humana (o que está mais para uma noção de espaço); um território “equipado”, onde se verifica a presença humana através da instalação de fluxos e de atividades produtivas e extrativas; e o território “organizado”, quando aparecem atividades humanas e fluxos mais complexos e verifica-se a “existência de uma comunidade que se reconhece e que tem como auto-referência primária o próprio território”, ou seja, tem uma identidade com este. Esta última definição, o de território “organizado”, que passa a ser sujeito “de intervenções promotoras do desenvolvimento” e tem uma estrutura político-administrativa, é a que está mais próxima do que se entende atualmente como a mais adequada para uso nas abordagens territoriais do desenvolvimento. Dessa forma, a expressão “desenvolvimento territorial”, segundo o autor, passaria a se referir às escalas geográficas (continente, país, estado, região, município, distrito, etc...) ou “cortes” dos processos.

E, ainda, outra forma de caracterizar os territórios, dentro de uma perspectiva que atualmente estuda as redes, seria quanto à sua contigüidade, diferenciando os territórios contínuos dos descontínuos. Conforme Schneider & Tartaruga (2005), os territórios

“contínuos” são aqueles que possuem contigüidade espacial e podem ser visualizados como uma superfície, também chamados de *territórios-zona*, enquanto os “descontínuos” são caracterizados por pontos, que formam as *redes* ou os *territórios-rede*.

O uso do conceito de território pode ser um importante instrumento para estabelecer os limites das vantagens potenciais resultantes do desenvolvimento desse território, tanto físicos como simbólicos. No final do século XX, em vários países, as perspectivas territorialistas começaram a ter destaque na economia em função da importância da variável espaço na busca de equidade sócio-econômica e na avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas. Ao mesmo tempo, a escola regulacionista adaptou a sua teoria dos movimentos de longa duração e da lógica da criação e da inovação à nova realidade do desenvolvimento histórico e cultural dos territórios.

Em função da destacada importância da territorialidade para os SPLs e aceitando que ela significa a presença de condições ou situações que indicam a existência de um território, apresentam-se, a seguir, algumas interpretações em torno das definições de territorialidade.

2.2.1.1 A Territorialidade

Entre os autores que tratam do tema da territorialidade há quase uma unanimidade em relação ao seu conceito quando afirmam que este é abstrato e tem origem na complexidade dos contextos históricos e sociais. E, ainda, que dentro de um território as relações que dão forma à territorialidade são complexas e envolvem a sociedade e as suas interações, havendo uma estreita relação entre conflitos, ações dos atores e condições sociais. Entre esses autores, Sack (1980) afirma que a construção social da territorialidade só existe quando há interação entre os indivíduos, porque dessa forma o “espaço” passa a ser um mediador da correlação de forças entre os indivíduos. Ao desenvolver a idéia de controle e poder sobre o território, o autor define a territorialidade como a tentativa de um grupo de indivíduos, por meio de suas ações, controlarem e influenciarem pessoas, fenômenos e relações.

Portanto, para Sack (1980), é o contexto social que estabelece o “conteúdo” humano para o território e sem este conteúdo territorial, o conceito de território fica restrito às suas dimensões espaciais, medidos pela dimensão geográfica. Assim, a territorialidade é uma afirmação consciente do controle, mesmo que os atores envolvidos não estejam conscientes disso. Para o mesmo autor, as condições de territorialidade, consideradas como necessárias para a construção de um território, estão fundadas em três princípios básicos: da classificação,

da comunicação e do controle ou coerção (imposição por lei). A territorialidade pode ter uma classificação por área, em função das suas distâncias físicas, ou de acordo com a profundidade das relações de posse ou de acesso. A partir deste princípio são estabelecidas as disputas espaciais entre os territórios. Ele entende que o princípio da comunicação indica até onde vai ocorrer interação. A comunicação expressa esses limites, que podem ser demarcados por sinais que indicam posse ou exclusão, que tanto podem ser físicos como simbólicos. O poder de controle ou coerção, ou “por força de lei”, é o princípio que contribui para o controle dos recursos e das decisões sobre a direção dos processos internos do território, portanto, uma relação de poder incorporada ao espaço.

Becker (1986) fornece importantes subsídios para este estudo, principalmente na interpretação das dinâmicas sócio-econômicas dos territórios da região VRP, quando afirma que a territorialidade é uma relação de seus ocupantes com o espaço e com os demais atores e que está associada à organização do espaço em diferentes territórios. Isto permite que a autora defina territorialidade como a oposição entre o local e o global, o consumo do território ou, ainda, como a face *vivida* e concreta do poder, nas diversas escalas espaciais da territorialidade. As relações que dão forma à territorialidade são complexas porque envolvem a sociedade e as suas interações e porque há conexões entre os conflitos e as condições sociais. Portanto, estas definições são úteis também porque representam relações mais simétricas de poder, ao permitir o exercício do poder não-estatal e dos atores sociais, muito comum dentro dos territórios rurais.

Por fim, a territorialidade é uma modalidade de comportamento estratégico próprio de cada indivíduo e está ligada à essência do comportamento individual (PECQUEUR, 1992). Esta ação da territorialidade vem antes do território, pois é ela que constrói o território e é delimitada pela proximidade sócio-econômica dos atores e pela capacidade destes atores estabelecerem relações de coordenação, principalmente através da *governança* e da mediação com a regulação global.

A legitimação do território passa pelo discurso e pela negociação interna e entre o “local” e o “global”, em relação à história, política, ciência, sociedade e ao mercado. O “local” passa a ser um espaço de cooperação e conflito, um novo referencial da coesão social, antes estabelecida pela regulação e que agora substitui grande parte do papel regulador das estruturas e instituições do Estado-nação, que perdem parte de seu poder para outros atores sociais. Com isso, o Estado-nação não é mais capaz de realizar sozinho a coesão social e, então, os atores locais passam a administrar parte dos meios de vida dos cidadãos, crescendo a

importância da governação do território. Este tema referente ao território como o lugar de encontro e de disputa entre a regulação global e a capacidade local de governação, entre o determinismo global e o desenvolvimento local, será abordado no próximo item.

2.2.2 Território: Lugar de Encontro entre Global e Local

Reis (2006) afirma que a relação entre o global e o local, que o autor chama de “mobilidades” e “territorializações”, é uma *tensão* que se assemelha muito com a ideia de “duplo movimento” de Polanyi (apresentado na sub-seção 2.3) e gera processos de transformações globais nos sistemas. Para Reis, a ideia de *reprodução* de determinantes da globalização não é útil para configurar uma noção de território, porque a origem dos territórios não é apenas uma questão de diferenciação de escalas do Estado, do mercado, do capitalismo ou da globalização. Para compreender as relações de poder e a estruturação político-econômica do desenvolvimento, ele sugere a utilização das ideias de “morfologia do poder” e a noção de “polimorfismo” das sociedades contemporâneas no lugar do desenvolvimento funcionalista. O autor propõe uma alternativa institucionalista, que teriam as transformações territoriais e a morfologia das relações de poder mapeadas pelos territorialistas.

A evolução das relações nas sociedades contemporâneas favorece os conceitos e definições que enfatizam a relação dialética entre o local e o global. As relações sociais locais são conseqüências também das ações dos atores globais, com estas ações se concretizando no âmbito local. Ou seja, o global não existe sem o local e este se caracteriza pelas relações sociais estruturadas pelas relações sociais globais. Como há a necessidade de se buscar um equilíbrio entre o global e o local, o foco não deve ser apenas no local, mas também nas relações e interações entre os diferentes territórios e com o exterior, nesse caso, o local reage e responde aos estímulos provocados pelas ações dos atores globais. Esta é, portanto, uma das principais interpretações da perspectiva do desenvolvimento territorial rural, utilizada neste estudo.

Com relação ao termo “local”, Acselrad (2002) afirma que este tem um sentido ambíguo pois representa tanto o “*locus* de uma política alternativa de resistência” como o local “de assimilação e adaptação ao discurso econômico dominante”. Portanto, o espaço passa a ser a referência para o discurso e a ação, “configurando o que pode ser chamado de uma política de escalas” que, ao mesmo tempo, representa relações de poder e dinâmicas que

redistribuem poder sobre o território. O mesmo autor destaca que a noção de desenvolvimento local tende a utilizar duas lógicas opostas, a exógena e a endógena. A primeira está associada à “organização fordista do trabalho industrial e a sua dinâmica espacial” e a lógica endógena, que serve de orientação aos principais modelos de desenvolvimento local, caracteriza-se pela sua capacidade para combinar recursos próprios, práticas inovadoras, a poupança local e ofertas de emprego. O conceito de local tem sentido somente quando se vê de fora para dentro, ou seja, é relativo a um espaço mais amplo onde o local está inserido, por isso tem sido utilizado em contraposição ao termo global.

O território é o ponto de encontro entre as formas de mercado, os modos de regulação social e entre os atores do desenvolvimento. Sob o ponto de vista empresarial, o território tem um papel importante nas novas atividades e tecnologias e é o lugar onde se organizam as formas de cooperação entre empresas e onde se decide a divisão social do trabalho. Como a dinâmica territorial aparece em diferentes escalas, desde um sub-sistema, como uma unidade familiar de trabalho e produção (UFTP), até interações com territórios mais amplos, como sistemas globais que abrangem muitas formações territoriais menores. Por esse motivo, nos estudos sobre desenvolvimento territorial é importante a interpretação do território como um ambiente local que sofre influência de variáveis internas (participação dos atores locais, causas e efeitos ambientais, sócio-ambientais e culturais) e interage com os sistemas territoriais de maior escala ou globais. Visto dessa forma, o território é a arena de disputa ou de competição entre o local e o global, onde a regulação e a governação são realizadas pelos atores e instituições que têm o poder de dominação sobre o mesmo. Por um lado, no local, tem destaque a importância dada à sociedade, à natureza, à reciprocidade e à economia “solidária” e, por outro, no global, o que é determinante é a economia de mercado. Entende-se aqui que o conceito de local só tem sentido quando se vê de fora para dentro, ou seja, é relativo a um espaço mais amplo (global) onde o local está imerso e que as potencialidades e oportunidades locais de desenvolvimento dependem, em grande parte, das suas particularidades e das suas dinâmicas internas.

Quando se refere à natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, Reis (2006) afirma que esta questão tornou-se relevante quando a “metáfora territorial da globalização” passou a dominar o discurso corrente. Esta se apóia nas escalas territoriais relevantes para entender o funcionamento sócio-econômico, mas as relações entre o espaço e os atores são *hierárquicas*, previsíveis e implicam em que as relações locais são apenas derivações das relações globais. Sendo a globalização totalizante, o local interessa

apenas como um “canal de reprodução” do global e, por esta razão, as possibilidades de expressão territorial se limitam às alternativas de submissão, resistência ou exclusão. Com relação a este assunto, Reis (2006) faz duas indagações: a racionalidade e a ação dos atores e as suas relações com o espaço onde ocorre o “processo da vida” são funcionalmente determinados pelas dinâmicas externas do capitalismo, do mercado ou da globalização? Ou, ao contrário, há outros mecanismos de coordenação que dão poderes e ferramentas aos atores sociais para que eles possam perseguir os seus objetivos e concretizar os seus propósitos? O autor responde positivamente à esta segunda questão e argumenta que esses mecanismos de coordenação são fundamentos que estão presentes na construção de um conceito de território que responde à questão do seu papel nas dinâmicas sociais.

Reis (2006) destaca a contribuição da perspectiva territorial como uma nova ferramenta de conhecimento, para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas, das formas de estruturação das sociedades e, ao mesmo tempo, do significado do território para os processos e fenômenos sociais. Então, era necessário uma “epistemologia do território”, pois somente a explicação relacionada à mobilidade dos fatores de produção (o deslocamento espacial de pessoas, bens e capitais) não se mostrava suficiente. Para o autor, os territórios são construções sociais, discursivas e materiais, que “assumem materialidades, cognições e dispositivos relacionais que têm espessura e duração” e não sofrem transformações “instantâneas e permanentes”. O território é uma matriz relacional, formada pelas interações que “estruturam o mundo”, do qual o território também faz parte. Esta afirmação da sua natureza matricial exige “a afirmação da sua relevância enquanto ordem material e sócio-econômica” e “os recursos e os ativos de uma região, assim como as mobilidades pendulares que mapeiam o seu sistema de emprego são identificáveis e geram economias locais diferenciadas” (Reis, 2006). Em resposta à questão do que é um território, Reis afirma que é necessário que se considerem três dimensões das estruturas e das dinâmicas territoriais: proximidade, densidade e polimorfismo estrutural.

A *proximidade*, que desencadeia a formação de densidades, é o contexto e as relações que ela propicia entre as pessoas, são consolidações de culturas práticas e de instituições, é conhecimento e identidade partilhada de forma coletiva. As *densidades* são as interações continuadas, em aprendizagens e competências, em “ordens constitucionais” (SABEL, apud REIS, 2006) que coordenam a ação dos atores sociais, dentro de contextos institucionais e de governação. Por fim, o *polimorfismo estrutural* é o resultado das diferenciações causadas pela tensão entre mobilidades e territorializações. Assim, segundo Reis (2006), o mundo é

representado por uma visão em que há espaços estruturais de iniciativa e de autonomia, onde a incerteza e as “trajetórias inesperadas” fazem parte. As dimensões *proximidade* e *densidade* formam a rede matricial interna dos territórios, que representam a identidade, a capacidade dinâmica e o conflito. A dimensão *polimorfismo estrutural* representa a essência das relações de poder nos territórios e a forma como estes se inserem na estrutura mundial. O território é um recurso de desenvolvimento e um plano essencial da articulação e coordenação de políticas públicas. Ele tem um significado institucional relevante, pois é o lugar onde as pessoas vivem e interagem, onde as situações se concretizam (ou se materializam) e onde as instituições se fazem presentes através das normas, hábitos, regras e culturas e da organização do Estado (REIS, 2006).

A questão relacionada com as diferentes dinâmicas dos territórios se refere à compreensão da origem dos processos sócio-econômicos, ou seja, por que esses processos se iniciam num determinado local e não em outro ou qual é a “razão de ser” desses processos. Inicialmente, chega-se à pressuposição de que as relações resultantes do fator “proximidade” são determinantes na gênese das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios. Para Courlet & Pecqueur (1994b), o território se tornou a principal variável explicativa das dinâmicas econômicas, com a diversidade das condições históricas e culturais e das características sócio-econômicas regionais, jogando um importante papel nas diferenças entre as trajetórias de desenvolvimento. Isso leva a uma outra questão, a da natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, ou como são coordenados os processos coletivos e qual é o papel desempenhado pelos atores sociais e das relações entre os atores e os processos internos e externos.

A partir daí, pode-se afirmar que o desenvolvimento dos territórios tem como “combustível” principal o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades dos atores locais e a sua identidade social e histórica com o território. Isto pode ser realizado através do gerenciamento eficiente dos recursos atuais e potenciais, na incorporação de conhecimentos e na transformação de possibilidades externas em oportunidades internas, com o objetivo de resolver problemas ou atender necessidades locais, promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Ele pode ser visto como um novo paradigma de desenvolvimento, emergindo da organização de uma sociedade local em torno de uma estratégia de desenvolvimento. Por estas razões e características, a definição de desenvolvimento territorial tem sido confundida e utilizada como sinônimo desenvolvimento local, endógeno ou regional.

Por isso, além do interesse dos cientistas nos conceitos relacionados ao tema do território e do desenvolvimento territorial, verifica-se também que este tema, cada vez mais, vem despertando o interesse dos governos e das agências e organizações nacionais e internacionais de desenvolvimento, conforme será visto a seguir.

2.2.3 O Território como Referência para as Políticas de Desenvolvimento

Nesta sub-seção, pretende-se fazer algumas considerações gerais sobre possibilidade de a abordagem territorial do desenvolvimento tornar-se um instrumento para as políticas públicas ou uma forma de ação dentro do território, valorizando os atributos sócio-econômicos, ambientais e culturais das comunidades e dos atores sociais. Dessa forma, o território passaria a ser interpretado como uma unidade de referência e mediação para as ações e políticas públicas de desenvolvimento, neste caso, territorial.

Essas considerações são de grande relevância quando se trata de regiões e países periféricos, como no caso da América Latina, onde se verifica que as heterogeneidades históricas de situações locais se mantêm e, até mesmo, aprofundam-se as diversidades sócio-econômicas e culturais dos territórios, contrariando a hipótese de uma homogeneização generalizada das localidades, provocada pela globalização. E, neste caso, não se trata de territórios ou comunidades isoladas, embora existam ainda muitas comunidades nessas situações, mas, ao contrário, o que se destaca é a presença de territórios com uma dinâmica sócio-econômica estruturada em torno de relações de “proximidade” e com intensas relações com o exterior a partir de aglomerações multi-setoriais de pequenas e médias empresas. As atividades de produção e distribuição dos produtos desses territórios, muitas vezes e de várias formas, são globalizadas e intermediadas pelas empresas transnacionais ou pela ação de políticas estatais, embora não necessariamente através destas.

No entanto, para que seja constituído um território é necessário que a sociedade, ou grupos sociais, aproprie-se do espaço físico, amplie e utilize as inovações tecnológicas e exista um sentimento de pertencimento ou de identificação da sociedade com o seu território. A sua legitimação passa pelo discurso e pela negociação em relação à história, à política, à ciência, ao mercado e às relações sociais. A territorialidade está relacionada com a presença de condições ou situações que indiquem a existência de um território.

Antes de tratar sobre desenvolvimento adjetivado como “local”, “endógeno”, “territorial” ou “rural”, parece apropriado fazer algumas rápidas considerações sobre o

entendimento do significado prático ou do conceito normativo de “desenvolvimento”. Para isso, recorre-se a Boisier (1997), que argumenta que, após duas décadas sendo considerado como sinônimo de crescimento (econômico), o conceito de desenvolvimento começou a se diferenciar deste a partir de um artigo de Seers, publicado em 1970. Neste artigo, Seers afirmava que desenvolvimento “é um conceito normativo e cheio de juízos de valor” e que alimentação, emprego e equidade são condições básicas para o desenvolvimento. No entanto, Boisier lembra que somente a partir do início da década de noventa o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) começou a divulgar o IDH (índice de desenvolvimento humano) como uma nova forma de medir o desenvolvimento, embora, por razões metodológicas, não inclua todos os parâmetros considerados importantes para o desenvolvimento humano. Este autor afirma ainda que o desenvolvimento deveria satisfazer as necessidades humanas fundamentais, gerar níveis crescentes de independência e fazer a articulação dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais, do individual com o social, do determinismo externo com a autonomia e, ainda, da Sociedade Civil com o Estado.

Mais próximo da realidade da região de estudo e podendo ser utilizado como um indicador do grau de desenvolvimento dos municípios da região VRP, é o *Índice Social Municipal Ampliado (ISMA)*, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), com o objetivo de elaborar um *ranking* dos municípios e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), segundo suas condições sócio-econômicas (FEE, 2001). Para a elaboração desse índice levou-se em consideração a situação dos municípios em relação aos indicadores das condições de domicílio e saneamento, educação, saúde e renda, os quais expressam uma síntese das condições de vida das populações dos municípios gaúchos. Os dados brutos são obtidos de registros administrativos de diversas fontes públicas municipais, estaduais e federais.

Para este estudo, definiu-se que o conceito mais apropriado, e próximo de outras definições sobre o tema, é o de desenvolvimento territorial rural como o ambiente onde os territórios rurais conseguem desenvolver suas potencialidades e, ao mesmo tempo, aproveitar oportunidades externas, de diversos tipos e formas, constituindo uma dinâmica sócio-econômica local diferenciada de desenvolvimento rural. Em conseqüência, alguns territórios rurais aproveitam as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento e outros conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais (recursos ambientais, agricultura familiar, instituições, etc...) com o aproveitamento eficaz das

oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento capitalista contemporâneo, como é o caso do mercado mundial de tabaco para alguns territórios da região VRP. Após estas breves considerações sobre desenvolvimento, apresentam-se a seguir a origem e alguns significados dos termos local e endógeno quando utilizados como integrantes do conceito normativo de desenvolvimento territorial.

Desde o início dos anos 80, os atores locais e regionais passaram a realizar ações no sentido de incrementar o crescimento da economia local e realizar a reestruturação de seus sistemas produtivos, fazendo surgir, então, as políticas de desenvolvimento “local”⁸. A política econômica local, segundo Vázquez-Barquero (2001), seria uma abordagem “de baixo para cima” da política de desenvolvimento, com os atores locais desempenhando os papéis centrais. Dessa forma, as estratégias locais de desenvolvimento deveriam estimular o surgimento e a expansão de empresas locais e favorecer o aproveitamento de recursos que pudessem atrair empresas externas. A expressão “desenvolvimento local”, de acordo com Navarro (2001), deriva de duas grandes mudanças, iniciadas no final da década de 1980. A primeira é a multiplicação de ONGs, que criaram uma estratégia de “ação local” em oposição aos impactos dos processos globalizantes, e a segunda foram as mudanças nos processos de descentralização, ainda em curso, que valorizaram o “local”. Uma definição muito próxima da anterior é a de Campanhola e Silva, à qual descreve o desenvolvimento local como:

um processo micro-social de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação (CAMPANHOLA ; SILVA, 1997, p. 12).

Assim, o “desenvolvimento local” passou a ser interpretado como uma forma de reprodução social e territorial e um processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Boisier (1997) defende a idéia de que o desenvolvimento deve ser considerado endógeno em função de sua estreita associação com a cultura e os valores locais. Assim, então, os atores locais se transformariam em sujeitos do desenvolvimento e ampliariam a autonomia das comunidades nas decisões a respeito de seus destinos.

Da mesma forma, o desenvolvimento territorial pode ser considerado um modelo com características endógenas porque se baseia na capacidade das comunidades locais para desenvolverem estratégias de desenvolvimento e a prática da solidariedade e da participação.

⁸ O termo “local” tem sido utilizado em contraposição ao termo “global”.

Além desta, o desenvolvimento territorial pode ter origem endógena quando as comunidades se mobilizarem em torno de programas e processos permanentes de organização de capacidades, competências e habilidades endógenas.

Assim, então, surge a noção alternativa e a abordagem do desenvolvimento territorial, quando esta se torna um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais e o território passa a ser interpretado como uma nova unidade de referência e mediação das ações do Estado. Como consequência, a OCDE criou, em 1994, uma “divisão de desenvolvimento territorial” cujo primeiro trabalho consistiu numa nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano e na elaboração de indicadores que permitissem a compreensão das disparidades entre as diferentes situações territoriais.

O conceito de desenvolvimento territorial pode incluir as abordagens teóricas de crescimento econômico endógeno, onde a inovação tecnológica também passa a ser considerada um fator endógeno na função de produção. Com uma visão mais voltada ao desenvolvimento econômico e industrial, Vázquez-Barquero (2001) acredita que com a introdução de inovações e de formas mais flexíveis de produção e com o surgimento de novos espaços produtivos, é possível encontrar uma saída para as atuais formas de desenvolvimento que não dão conta de atender às necessidades ou demandas da sociedade. De acordo com o mesmo autor, os fatores determinantes do desenvolvimento econômico endógeno são as inovações e a difusão do conhecimento (nos sistemas produtivos), a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de diversidade, além do fortalecimento das instituições (aumento da flexibilidade e da complexibilidade institucional).

Dessa forma, os processos de difusão de inovações e de conhecimentos poderiam transformar e renovar o sistema produtivo, impulsionando o desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva. Estes processos são consequências da estrutura empresarial e institucional e da ação dos agentes econômicos e atores sociais. Esta interpretação “trabalha com a idéia de que a política de desenvolvimento local é capaz de viabilizar, de forma eficiente, uma resposta local aos desafios da globalização” e as abordagens do desenvolvimento territorial se transformam num instrumento de ação (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2001). Para este autor, os fatores produtivos criam um entorno, em resposta aos desafios da globalização, onde se formam os processos de transformação e de desenvolvimento endógeno das economias.

Para finalizar esta sub-seção, na qual buscou-se destacar a situação do território como referência e como conceito normativo para as políticas de desenvolvimento, destaca-se a

afirmação de Schneider e Tartaruga (2005), na qual argumentam que quando o território é visto sob esse ponto de vista:

Assiste-se a uma verdadeira instrumentalização do território, quer seja através da abordagem das transformações produtivas que partem das mudanças na economia industrial para mostrar que estes processos possuem uma territorialidade ou através do enfoque político e institucional que busca mostrar que o território torna-se a nova unidade de mediação entre o espaço e os atores locais e as demais esferas regionais e nacionais. Tanto num caso como noutro, o território deixa de ter um sentido heurístico e conceitual, [...], e assume a condição de uma abordagem ou um enfoque (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p.16).

Antes de passar para a próxima seção, pode se afirmar que a abordagem territorial vem sendo considerada como um novo paradigma de desenvolvimento, que emerge do processo de globalização e da organização das comunidades locais em torno de uma estratégia de ação, com identidade própria e fortalecendo a sua capacidade organizacional. O ponto de encontro entre esse “duplo movimento”, de disputa do global e o endógeno-local, é no território e nas suas instituições. O potencial de competição e desenvolvimento dos territórios é resultado das suas dinâmicas sócio-econômicas e institucionais. Ou seja, resultam das diferentes dinâmicas de cooperação entre os agentes econômicos e os atores sócio-políticos locais, conseqüentemente, das diferentes dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento territorial.

Na próxima seção, apresentam-se algumas contribuições da Sociologia Econômica para a análise das atuais dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, e os seus principais elementos constituintes. Na seção três, a seguir, recorre-se à tese de Karl Polanyi para se estabelecer as prováveis ligações das dinâmicas sócio-econômicas dos territórios com as visões globais da “Teoria da Regulação” e do “Institucionalismo”.

2.3 As Dinâmicas Sócio-Econômicas de Desenvolvimento dos Territórios

O objetivo principal desta seção é o de tentar demonstrar a importância do debate em torno da origem social dos mercados, da dimensão territorial e institucional do desenvolvimento e da importância das formas específicas de interação social. Por isso, descrevem-se algumas das conclusões teóricas de Karl Polanyi no sentido de estabelecer algumas possíveis pontes ligando a “Teoria da Regulação” e o “Institucionalismo” com as abordagens teórico-metodológicas dos “Sistemas Produtivos Localizados” (SPLs) e do “Desenvolvimento Territorial”. As duas primeiras representam e estudam uma visão global do

sistema econômico e, teoricamente, os principais determinantes globais nas dinâmicas locais de desenvolvimento, conforme apresentada na seção 2.1 deste capítulo. A abordagem dos SPLs, que será o tema tratado no capítulo 3, tem a sua origem a partir dos distritos industriais marshallianos e italianos e representa o aspecto produtivo e a coordenação das dinâmicas sócio-econômicas dos territórios. A última abordagem é a visão territorial do desenvolvimento, apresentada na seção anterior. Além disso, procura-se demonstrar também que os debates em torno das aglomerações territoriais e da regulação e governação das dinâmicas sócio-econômicas dos territórios são as principais origens das emergentes abordagens dos SPLs.

Na década de noventa, a principal questão dos modelos e das abordagens de desenvolvimento territorial era o conhecimento das causas da variação dos níveis de desenvolvimento econômico dos diversos territórios, quando estes tinham disponível as mesmas condições de acesso aos recursos e fatores produtivos. No debate atual sobre desenvolvimento territorial sempre se destaca a importância dada às atividades econômicas locais e o papel dos diversos atores sociais e instituições, incluindo as formas de governos locais, as redes sociais e os diversos tipos de agentes econômicos. E ainda, quando a preocupação é com as políticas e projetos de desenvolvimento regional ou rural, emergem novas abordagens de interpretação que consideram as especificidades do território e o seu valor estratégico para os atores sociais.

Neste estudo, entende-se desenvolvimento territorial como um processo histórico de mudança social, no qual os membros de uma sociedade utilizam as suas capacidades pessoais e institucionais para mobilizar e maximizar os seus recursos territoriais (sociais, ambientais, financeiros, humanos, tecnológicos, etc...), para produzir de forma sustentável e distribuir essa produção de forma justa, visando à melhor qualidade de vida da população. É um processo de transformação social de longo prazo, dinâmico e sem um ponto final de chegada e sem uma trajetória pré-determinada ou previsível, embora algumas de suas etapas possam ser planejadas, que resulta de esforços deliberados dos vários atores e instituições presentes no território.

Na tentativa de contornar as barreiras das teorias econômicas que não levam em conta os aspectos empíricos relacionados com o comportamento dos atores sociais, Bourdieu (2005) sugeriu a idéia de um mercado resultante do “produto de uma construção social”. Segundo o autor, o princípio das ações econômicas e as margens de liberdade dos agentes estão na estrutura do “campo econômico”, isto é, um campo de forças que tem origem em condições

econômicas e sociais integradas, resultante de um processo de diferenciação histórica. Este campo de forças tem leis específicas e é formado pelos diferentes capitais (social, tecnológico, financeiro, etc...) e suas correspondentes relações de força, um campo ou arena de lutas, caracterizado pelas relações de dominação, onde os preços são resultantes e formadores das estratégias dos agentes ou empresas. São estas, em função do seu volume e da sua estrutura do capital específico, que determinam a estrutura do campo e das forças que se exercem sobre o conjunto das empresas do mesmo setor ou ramo (sub-campos). Nessa mesma linha de pensamento, Bagnasco & Triglia (1993) defendem a tese de que as dinâmicas dos mercados e dos territórios são resultantes da capacidade dos atores sociais para se articularem e manterem relações dinâmicas que valorizem os conhecimentos, as tradições e a confiança, historicamente construídos.

Embora não pretendesse apresentar uma solução, Polanyi (2000) fornece algumas pistas para se tentar compreender a origem de alguns gargalos ou ausência de explicações para o funcionamento da atual economia de mercado, e do pensamento econômico dominante, que tenta criar uma “sociedade de mercado”. Ele fornece uma estrutura teórica que pode contribuir para explicar as relações da economia de mercado com a sociedade e as formas de construção social dos mercados contemporâneos, demonstrando que até o final do século XVIII, em todas as sociedades, o sistema econômico estava imerso no sistema social. Dessa forma, nenhuma economia era controlada por mercados, embora estes estivessem presentes na história da humanidade, mas apenas como um aspecto acessório da estrutura institucional controlada e regulada pela sociedade e reduzindo a abrangência da economia (POLANYI, 2000).

Na sua visão de uma economia de mercado imersa na sociedade, Polanyi fugiu da concepção reducionista-cartesiana do *homo economicus* e se recusou a aceitar o determinismo matemático na economia. A tese de Polanyi reaproxima a economia da antropologia, história, geografia e outras ciências sociais, através dos instrumentos analíticos multidisciplinares da Sociologia e da Antropologia Econômica, da Economia Regional, Industrial, Política e das Instituições e da Geografia Econômica.

2.3.1 A “Imersão” (*Embeddedness*) da Economia de Mercado na Sociedade

A característica principal dos sistemas econômicos na Europa, a partir da metade do século XIX, era o fato desses sistemas estarem separados institucionalmente do resto da

sociedade e em vez de a economia estar imersa nas relações sociais, acontecia o contrário, eram estas que estavam imersas nos sistemas econômicos (POLANYI, 2000). No entanto, defender o controle da sociedade sobre a economia como condição da sobrevivência da humanidade pode representar o fim da sociedade de mercado, mas não significa a ausência de mercado e sim que o mercado deixe de ser um órgão de auto-regulação da economia, guiado apenas pelo sistema de preços.

O processo de transformação e democratização dos países capitalistas europeus iniciou na segunda metade do século XIX e encerrou na metade do século XX, com a derrocada do estado liberal e o fim do padrão-ouro e do mercado auto-regulável. Esse processo, caracterizado pelo apogeu e colapso da “civilização liberal” do século XIX, foi descrito por Karl Polanyi na sua obra “A Grande Transformação”, publicada pela primeira vez em 1944. No período do pós-guerra, como resultado final da “grande transformação”, verificou-se um novo consenso político-econômico favorável à construção dos Estados de bem-estar social, ao crescimento econômico e ao pleno emprego.

Em 1944, Karl Polanyi propõe o estudo simultâneo e histórico das relações entre os Estados, moedas, mercados e disputa pela riqueza gerada. Segundo ele, a “civilização liberal” do século XIX atingiu o seu auge nos primeiros anos do século passado e entrou em crise nos anos 30, quando foram destruídos os seus quatro pilares: o “equilíbrio de poder”; o “sistema monetário internacional”, baseado no padrão-ouro; os “Estados e crenças liberais”; e os “mercados auto-regulados” (POLANYI, 2000). A tese de Polanyi inaugura a nova economia política internacional e a “nova sociologia econômica”, quando define um outro ponto de partida para o debate sobre as relações entre Estados, sociedade e a riqueza capitalista. Ele sugere a existência simultânea, no interior do sistema capitalista, de um contraditório “duplo movimento”, por um lado uma tentativa de estabelecer *um mercado auto-regulado* e, por outro, a pressão pela *proteção social*, que inclui a preservação do homem e da natureza e a organização produtiva. A “civilização liberal” de Polanyi teria a forma de seus mercados e de seus Estados e seria dominada pelo poder internacional e baseada no padrão-ouro (que desapareceu na década de 1930). Esse “duplo movimento” contraditório seria reflexo, por um lado, de uma expansão dos mercados e, por outro, de um movimento simultâneo de auto-proteção da sociedade. O “duplo movimento” expressa também, por um lado, o princípio liberal de um mundo sem fronteiras (globalização) e sem poderes políticos e, por outro, o princípio da territorialidade que vê o fortalecimento do poder do Estado e da organização social para manter a paz.

A situação neste início do século XXI é como se o mundo tivesse finalizando uma nova e breve "civilização liberal", iniciada com a crise fordista da década de 1970, e que agora também estaria entrando em crise. Um processo semelhante à “grande transformação” parece querer se repetir, quando se verifica o início de um período de mudanças no capitalismo contemporâneo, quando se generalizam as críticas às políticas liberais do *Consenso de Washington*, o poder das armas está presente em várias partes do globo e a economia mundial se aproxima de uma crise financeira e de crescimento. Em grande parte dos países da periferia capitalista mundial, incluindo o Brasil, vive-se um momento em que ocorre um processo de transformação e democratização da sociedade, muito semelhante, embora com suas etapas muito mais reduzidas em termos de tempo, ao que ocorreu durante aproximadamente um século nos países capitalistas europeus.

Ao propor o conceito de “imersão” ou “enraizamento” (*embeddedness*) social dos mercados, Polanyi afirma que sempre foi impossível separar mentalmente a economia de outras atividades sociais, quando as sociedades garantiam os meios materiais para a satisfação das suas necessidades através da reciprocidade e da redistribuição. A idéia de uma economia de mercado inserida no sistema social considera as relações econômicas como partes componentes das relações sociais. Dessa forma, a reciprocidade aparece como um importante mecanismo de funcionamento das economias contemporâneas. Conseqüentemente, os dois mecanismos de funcionamento dos sistemas locais de produção são os mercados, necessários para a regulação da demanda e da oferta de bens e serviços, e a reciprocidade, que, grosso modo, consiste numa troca de bens e serviços gratuitos e que vai além de uma transação puramente comercial.

2.3.2 O “Duplo Movimento” das Dinâmicas Sócio-Econômicas

Polanyi (2000) constatou que o processo de desenvolvimento do capitalismo era conseqüência de um “duplo movimento”, dois princípios que agem em sentidos opostos e convivem de forma permanente e contraditória dentro do capitalismo, o “princípio do liberalismo” com o objetivo de “estabelecer um mercado auto-regulável” e o “princípio da auto-proteção social” com a finalidade de “preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva” (POLANYI, 2000, p.164). O primeiro é determinado pela economia de mercado, que converte o trabalho humano, a natureza e o dinheiro em mercadoria e a sociedade em uma sociedade de mercado, e que atualmente se verifica pelo processo de

globalização econômico-financeira. O segundo é o contra-movimento sócio-ambiental de “comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças”, que ocorre em nível local-regional, que pode se manifestar através de várias formas de democratização política e social e da construção de redes de proteção coletiva da população e que se propõe a “enfrentar a ação do mercado em relação aos fatores de produção – trabalho e terra” (POLANYI, 2000, p.162).

Com relação ao mercado, seria de se esperar que as trocas mercantis locais evoluíssem, aos poucos, para o âmbito nacional ou internacional, no entanto, foi a intervenção do Estado e a expansão do comércio exterior, que progressivamente “penetraram” nos mercados locais e “modernizaram” estes, criando uma economia de mercado auto-regulável. Organizar a economia através do mercado pressupõe a transformação da natureza, do homem e do dinheiro em mercadorias, passando os dois primeiros a serem denominados pela teoria econômica, respectivamente, de “terra” e “trabalho”. E ainda, como consequência do surgimento e desenvolvimento da indústria, passou-se a exigir que a terra, o trabalho e o dinheiro fossem transformados em mercadoria, uma vez que estes são elementos essenciais e devem estar disponíveis para a indústria. A revolução industrial surgiu juntamente com a idéia de um mercado auto-regulável e a consequência da introdução do sistema industrial foi a ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria - *trabalho, terra e dinheiro*. Estes são definidos por Polanyi como mercadorias fictícias, pois não foram produzidos como mercadorias, mas são tratadas como se fossem. A crítica de Polanyi ao industrialismo se configura no que ele entende como a “máquina que criou uma nova civilização” e a revolução industrial se tornou num dos grandes momentos da história do homem, no entanto, alterou nossa relação com a natureza.

Como resposta à crítica de que isto poderia levar a uma limitação da liberdade total, Polanyi entende que ter liberdade em uma sociedade complexa implica em aceitar a realidade da existência da sociedade e a impossibilidade de se viver em tal sociedade sem nenhum compromisso mútuo e/ou de cooperação. Para isso é necessário algum grau de regulação e controle, uma vez que em qualquer sociedade, em diferentes graus, existem relações conflituosas de poder e a “compulsão”, às quais se resolvem somente através da regulação social sobre o mercado. As pressões da sociedade pelo estabelecimento de controles sociais sobre os mercados podem ser listados como contra-movimentos sócio-ambientais que: levam ao crescimento da importância dada à questão ambiental, mudam a forma como os recursos naturais são hoje mensurados no mercado; tentam superar a condição de mercadoria do

trabalho, quando o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho; lutam contra a especulação financeira internacional; que criam redes de comércio justo e de economia solidária na tentativa de tirar o dinheiro da condição de mercadoria.

Enfim, imersão da economia de mercado no sistema social significa, basicamente, reconhecer a inviabilidade de transformar a terra, as pessoas e o dinheiro em mercadoria, a possibilidade de re-introduzir a dimensão ética e moral na reflexão econômica, redescobrir a importância das instituições, das comunidades, da política e da cultura sobre a economia. Além destas destacadas características da imersão social da economia, ainda é importante salientar que essa situação favorece a diversificação do território e a integração deste com o “local”, destaca o papel das economias não-monetárias e da reciprocidade. Por fim, Polanyi (2000) chama a atenção para os graves riscos do mercado “auto-regulável” sobre a coesão social e, até mesmo, para as possíveis consequências negativas de um industrialismo “extremista” sobre a sociedade e a natureza.

Algumas questões surgem tanto da economia industrial como da economia regional em relação à organização espacial das empresas frente à globalização dos mercados e à localização de recursos. Assim, o território, como um novo ator do desenvolvimento sócio-econômico, emerge como um importante objeto de análise, com potencial para responder por algumas dessas questões, pois carregam consigo uma história e formas institucionais particulares e têm objetivos diferentes dos das empresas, embora interdependentes com os objetivos destas. Conseqüentemente, a formulação de políticas sócio-econômicas territoriais adequadas passa por uma delicada articulação entre empresas e territórios. Além disso, pela primeira vez na história do capitalismo está sendo possível combinar trabalho de alto nível tecnológico com a diversificação de produtos e processos, ao mesmo tempo em que o sistema produtivo se modifica e faz surgir “um mosaico de territórios diferenciados” (BENKO, 2002).

A partir disso, é possível afirmar que a definição de “local” não se limita apenas à definição do território físico, mas, sobretudo, abrange as relações locais que os diferentes atores incorporam nas suas decisões, nos seus projetos e nas suas estratégias de produção, transformação e consumo. Portanto, o que interessa é o processo de localização, a territorialidade dos atores que atuam sobre o território e as vantagens competitivas que vão além da produção, como por exemplo, a capacidade de cooperar, a confiança e as ligações entre as atividades de formação e de investigação nos sistemas produtivos (SAUTIER, 2002).

As oportunidades locais de desenvolvimento dependem das particularidades e da dinâmica de cada localidade. Estas refletem a complexidade de combinações de variáveis

sociais e ambientais endógenas e destas com variáveis exógenas ou globais, assim como, da regulação e da governação estabelecidas entre as diferentes esferas sociais, empresariais e do Estado.

A reciprocidade aparece como um importante mecanismo de funcionamento das economias contemporâneas. Assim, dois mecanismos de funcionamento dos sistemas produtivos locais (SPLs), os mercados e a reciprocidade, passam a ser os dois principais responsáveis pelo “duplo movimento”. Enquanto o primeiro consiste numa relação de compra e venda regulada unicamente pelo sistema de preços, o segundo mecanismo é uma troca de bens e serviços gratuitos e que vai além de uma transação puramente comercial. As relações de reciprocidade estão presentes, por exemplo, na família, entre amigos ou em algumas relações comunitárias ou sociais. Elas são resultantes de sentimentos reconhecidamente ligados a outras relações mais complexas, tais como as de fidelidade, de gratidão e de identidade. Verifica-se que estas relações, que eram essenciais para a sobrevivência familiar e da população da região VRP no início da imigração e da ocupação dos territórios, embora ainda subsistam nas comunidades rurais familiares, tenderam a se perder ao longo do processo histórico de desenvolvimento econômico da região. Esta perda ocorre na medida em que aumenta a integração da economia dos territórios aos mercados e processos econômicos nacionais e globais, principalmente nos casos da produção de tabaco, soja e eucalipto para celulose e, numa dimensão menor, na de arroz e carne bovina.

2.3.3 A Capacidade de Organização e o Grau Participação dos Atores Locais

Neste item busca-se responder à questão de como a organização e a participação dos atores e o dinamismo das instituições pode contribuir para o desenvolvimento e a competitividade de um território. Inicialmente, pode-se afirmar que as diferentes dinâmicas de cooperação entre os atores sócio-econômicos e políticos locais são determinantes das dinâmicas sócio-econômicas e dos processos de desenvolvimento territorial. Para confirmar, busca-se em Becker (2000) a referência de que, em função dos seus arranjos cooperativos e seus sistemas produtivos locais, alguns territórios conseguem responder satisfatoriamente aos desafios contemporâneos, construindo um modelo de desenvolvimento, outros não. Desse processo, pode resultar uma das quatro seguintes situações: na primeira, alguns territórios conseguem desenvolver suas potencialidades constituindo uma dinâmica própria local; na segunda, muitos só conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de

desenvolvimento; na terceira, alguns conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo; ou, quarta, outros não conseguem nem uma e nem outra, e tendem a desaparecer como local de desenvolvimento.

Considerando essas afirmações como verdadeiras, então é possível afirmar que a força da dinâmica sócio-econômica do desenvolvimento territorial é diretamente proporcional à qualidade das suas estruturas internas e na ação dos seus diversos atores no aproveitamento do seu potencial endógeno, incluindo a ação do Estado nessa dinâmica de desenvolvimento territorial. Os fatores internos com influência direta sobre a dinâmica do desenvolvimento territorial podem ser potencializados pela capacidade organizativa, técnica e gerencial das administrações locais, pela capacidade de articulação e mobilização dos recursos, assim como, pela formação social e de uma base econômica local. Por essa razão, para promover o desenvolvimento de um determinado território, independentemente da sua escala, é necessário estudar o grau e a forma de aproveitamento dos seus recursos e potencialidade endógenos e os elementos determinantes das diferentes dinâmicas estruturais e institucionais desses processos.

A noção de concertação social ou coordenação de interesses dentro do território passou a ser pensada também a partir da noção de capital social. Schneider & Tartaruga (2005) citam a interpretação de Putnam para o capital social, na qual este seria um conjunto de dispositivos que se apóiam nas comunidades cívicas, cujos valores culturais, normas e tradições têm um recorte territorial e que se referem às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Becker (2000) também tem opinião semelhante quando argumenta que o potencial competitivo de qualquer território é resultado direto também do seu capital social, entendido como o dinamismo da sua organização e participação social pró-desenvolvimento. Ou seja, são as dinâmicas diferenciadas de cooperação entre os agentes econômicos e os atores sócio-políticos locais que determinam as diversificadas dinâmicas dos processos de desenvolvimento territorial.

Os efeitos da reestruturação da produção capitalista sobre a agricultura e o mundo rural, de acordo com Schneider (2003), verificam-se na abertura dos mercados e na intensificação da competitividade, através de grandes cadeias agroalimentares que dominam a produção e o comércio em escala global e restringem a participação de imensas regiões produtoras. Além disso, as novas tecnologias e os processos de produção mais flexíveis e

descentralizados (neo ou pós-fordistas) reduzem as diferenças espaciais e setoriais, aumenta a importância do “agronegócio” como unidade de análise e diminui a importância das atividades agrícolas na ocupação e na geração de renda no meio rural. Paralelamente a isso, com o aumento das possibilidades de parcerias, da participação da sociedade e da ampliação da conscientização ambiental e da importância da sustentabilidade dos recursos naturais, modifica-se o papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais.

Com base em Reis, Schneider (2003) sugere uma abordagem que possibilite interpretar as situações em que a industrialização é derivada também de processos endógenos. Este autor entende que a estrutura original de um “sistema produtivo local” (SPL) resulta de processos territoriais e da mobilização das condições locais. Um SPL representa a capacidade das sociedades locais para conduzirem os seus próprios destinos, mobilizando os fatores produtivos disponíveis em sua área e aproveitando o seu potencial endógeno e caracterizando uma forma local de desenvolvimento territorial. Dentro das abordagens dos SPLs podem ser identificadas as dimensões: econômica, social, ambiental, cultural e política, com as *Instituições* locais servindo de base para o desenvolvimento do território ou região. Então, em função dessa vinculação existentes entre os territórios e os SPLs, o próximo capítulo deste trabalho será dedicado ao aprofundamento do estudo das relações entre os SPLs e as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios, incluindo o papel das instituições nesse processo.

2.4 Resumo e Considerações Finais

Neste capítulo buscou-se apresentar a evolução de algumas das principais interpretações sobre os rumos do capitalismo mundial a partir de um contexto de crise do capitalismo fordista, que começou no início da década de 1970, quando começaram a aparecer problemas estruturais de lucratividade no sistema produtivo capitalista. Esse processo de crise se ampliou com a primeira elevação dos preços do petróleo em 1973, a exigência de maior competitividade nos mercados, a redução dos investimentos em novas tecnologias, o esgotamento das políticas industriais, o aumento dos custos do bem-estar social e atingiu o seu auge com o processo de desestruturação do setor financeiro.

A “Teoria da Regulação” explica essa instabilidade do sistema através da divisão do capitalismo em períodos específicos de estabilidade sócio-econômica, denominados de “regimes de acumulação”, seguidos de períodos de crise. Os regulacionistas argumentam que

a contradição inerente ao sistema capitalista não permite que se tenham períodos contínuos de estabilidade e crescimento, gerando crises e a necessidade de uma reestruturação e de um novo mecanismo de estabilidade (regime de acumulação). Para os regulacionistas, no atual modo de desenvolvimento fordista, vem acontecendo uma crise de eficácia e uma falta de legitimação do modelo, resultante da falta de flexibilidade e de sustentabilidade das cadeias de produção de bens e serviços e da ineficiência das atuais políticas macroeconômicas para garantir a acumulação capitalista. Em consequência, então, o que se verifica hoje é uma estratégia de "saída" do fordismo, através da flexibilização das relações de trabalho, para resolver a baixa "produtividade da coerção direta" e aprofundar as relações capitalistas, dando início a uma nova configuração internacional da divisão do trabalho, com novos setores de acumulação, transferências de empresas para regiões com níveis salariais mais baixos e crescimento do número de pequenas empresas, onde o "processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção" (BENKO, 2002).

Outras vertentes teóricas que interpretam as mudanças do capitalismo contemporâneo são os "neo-schumpeterianos" e os "neo-fordistas", entre estes se incluem os chamados "neoliberais", que afirmam que o mundo está vivendo uma nova etapa do capitalismo, denominada de "globalização", na qual o Estado-nação teria controle e participação muito reduzidos na economia. De maneira geral, acredita-se que as causas que deram origem à crise mundial do fordismo possam ser "internas", como a crise do próprio modelo de desenvolvimento, e "externas", como a internacionalização da economia. Mas, com relação aos rumos da reestruturação produtiva mundial e seus reflexos sobre o desenvolvimento local, as idéias que despontam e polarizam o debate acadêmico são a da "globalização" e a das diversas interpretações "locais-endógenas".

A partir daí, argumentou-se por uma saída alternativa territorial que representa uma articulação das perspectivas territoriais e institucionais do desenvolvimento, onde os efeitos do capitalismo global sobre as dinâmicas locais de desenvolvimento são mediadas por estruturas de regulação e governação. Assim, estas poderiam gerar diversificadas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento e aproveitar, ao mesmo tempo, as potencialidades locais dos territórios e as oportunidades externas.

Essas articulações e a identificação das relações entre o *global* e o *local* dentro do território e as ligações entre esses referenciais foram realizadas com base nos pressupostos teóricos que sustentam a "imersão" ou "enraizamento" (*embeddedness*) da economia de

mercado no sistema social (POLANYI, 2000). Estes foram os principais subsídios teóricos de sustentação de uma abordagem do desenvolvimento sócio-econômico dos territórios.

Nesse novo contexto, os Sistemas Produtivos Locais/Localizados (SPLs) emergem como a representação tanto das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios como dos seus instrumentos de coordenação, a regulação e a governação. Esse tema dos SPLs será tratado ao longo do próximo capítulo, iniciando com algumas interpretações das formas de coordenação das dinâmicas de desenvolvimento territorial, passando pelos conceitos de SPLs e encerrando com a apresentação de uma proposta teórico-metodológica para o estudo dos SPLs e das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

3 OS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs) COMO MECANISMO DE REGULAÇÃO E GOVERNAÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Nos últimos anos é crescente o interesse da economia pela dimensão espacial do crescimento econômico, mas as externalidades positivas das aglomerações já eram conhecidas por Alfred Marshall desde o final do século XIX. Nos “distritos industriais marshallianos”, elas eram um fator intangível, a “atmosfera” industrial que se materializava na difusão do conhecimento técnico, no desenvolvimento de tecnologias para a produção especializada e, também, na criação de mercados de trabalho locais. Bagnasco & Triglia (1993) se referiam à dimensão territorial do desenvolvimento afirmando que os mercados e os territórios são resultantes de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas, das instituições e das organizações locais para promoverem articulações e relações dinâmicas, capazes de valorizar os conhecimentos, as tradições e a confiança que foram construídas historicamente.

As mudanças nos processos produtivos globais em diferentes territórios provocaram revisões nas teorias e geraram a necessidade de novas políticas de desenvolvimento. Com os desequilíbrios regionais-locais, intensificados pela reorganização da produção globalizada, cresceu a importância da produção flexível, da inovação e das vantagens competitivas. As mudanças verificadas nas economias capitalistas a partir do início dos anos 1970, provocados pelo esgotamento do modelo fordista de acumulação e crescimento, também provocaram reações dos governos para amenizar as consequências negativas desse esgotamento. Estes passaram a utilizar os instrumentos do Estado para atuar na organização da produção e na regulação da economia. Em termos de organização produtiva, um desses instrumentos é a reformulação dos padrões tradicionais de localização das empresas através da descentralização, resultando na formação dos sistemas produtivos locais (SPLs).

Os territórios assumem, então, a forma de Sistemas Produtivos Locais/Localizados (SPLs) quando são representados pelas suas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento e analisados do ponto de vista produtivo, internalizando as ações humanas de reciprocidade, cooperação e concorrência (PECQUEUR, 1992). Tendo esta afirmação como de grande relevância para este estudo, pretende-se apresentar, neste capítulo, uma argumentação referente à possibilidade de que os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) venham representar os mecanismos estruturais de mediação entre os efeitos do capitalismo global e as

dinâmicas locais de desenvolvimento, por meio de duas estruturas de coordenação: a *regulação* e a *governança*.

Essas mediações geram diferentes dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento, que aproveitam as potencialidades locais dos territórios e, ao mesmo tempo, as oportunidades externas disponibilizadas. Estas considerações teóricas, assim como uma abordagem de estudo que se apóia sobre as mesmas, são importantes na medida em que possam servir de base fundamental de sustentação para o estudo empírico da região VRP, seus territórios e seus SPLs rurais, apresentados nos capítulos quatro e cinco. Os aspectos relacionados com as potencialidades locais se verificam na presença do “saber-fazer” no cultivo do tabaco pelos agricultores familiares, com a organização sócio-institucional histórica e com os recursos ambientais, humanos e culturais da região. As oportunidades externas estão, principalmente, nas possibilidades de acesso aos mercados agrícolas nacionais e internacionais, tais como os de carne bovina, arroz, soja, tabaco e, mais recentemente, algumas frutas e madeira para celulose.

Ainda em 2004, Bernard Pecqueur afirmou que o desenvolvimento territorial constitui um modelo de desenvolvimento com características específicas, que se baseia essencialmente nas dinâmicas resultantes do gerenciamento dos recursos endógenos pelo conjunto dos atores do território. Por esse motivo, um modelo ou uma abordagem de desenvolvimento territorial inclui as noções de desenvolvimento “de baixo para cima” e de desenvolvimento “endógeno”, elaborados ainda na década de 1960. A abordagem territorial do desenvolvimento carrega também a noção de “proximidade”, tanto geográfica como institucional, para explicar e justificar a ação pública local e as coordenações dos atores, incluindo Estado, mercado e outras instituições sociais. Mas, este autor constatou que “os obstáculos e os limites importantes” do modelo demonstram que esse não é um tipo de desenvolvimento espontâneo e, conseqüentemente, “exige uma ação pública adequada”. O autor afirma ainda que os territórios assumem a forma de SPLs, pois é assim que todos os atores e instituições do território gerenciam os recursos e a produção e executam as suas ações de regulação e governança do território, gerando as suas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento.

Os Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) incorporam, também, os mecanismos de coordenação – a regulação e a governança – dessas dinâmicas territoriais. Por essa razão, a coordenação entre atores, centrada em uma atividade comum ou num mesmo SPL, tem um papel considerado importante para o desenvolvimento das aglomerações agroindustriais, principalmente quando a definição de território, como um espaço sócio-

econômico, é reforçada com o conceito de territorialidade. Essa coordenação – através da regulação e da governação – das dinâmicas sócio-econômicas do desenvolvimento dos territórios será o tema da primeira seção deste capítulo.

Nas próximas três seções deste capítulo serão apresentados as formas de coordenação dessas dinâmicas, algumas das principais interpretações sobre os significados e a classificação de SPLs e, por fim, a apresentação de uma proposta teórico-metodológica de uma abordagem de estudo dos SPLs e das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

3.1 A Regulação e a Governação das Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios

Numa forma de interpretação muito parecida com a de Pecqueur (2004), no entanto, mais focada no desenvolvimento econômico, Vázquez-Barquero (2001) procura estabelecer uma relação entre o território e as instituições, quando ele afirma que o desenvolvimento econômico é promovido por “atores de uma sociedade que tem uma cultura” e “formas específicas de organizações e instituições”. E então, citando Streeck, o autor defende que serão mais competitivos os territórios com SPLs e instituições que permitam produzir bens públicos e gerar relações de cooperação. Assim, quando as empresas estão integradas em territórios com densas redes de relações com instituições de ensino e pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, há um aumento da competitividade e da eficiência no uso dos recursos.

Em função das incertezas sobre os rumos da reestruturação produtiva capitalista, cresce a importância das instituições (organizações, hábitos, cultura, convenções⁹), porque estas são apontadas pelos autores institucionalistas e pelos regulacionistas, assim como nos estudos ligados à Sociologia Econômica, como as principais responsáveis pela redução das incertezas nas relações sociais, como as que acontecem no processo de formação e consolidação dos SPLs. Pois é esta contribuição das instituições na regulação, governação e estabilidade sócio-econômica dos territórios e SPLs que será discutida nesta seção.

Então, a partir do pressuposto de que o desenvolvimento e a competitividade de um território ou de um SPL está associado diretamente ao dinamismo das suas instituições e organizações, e à participação social, entende-se que as diferentes dinâmicas de cooperação

⁹Segundo a teoria das convenções, estas são necessárias para a coordenação dos atores econômicos e podem ser definidas como ações e expectativas mutuamente coerentes, em instituições formais e não-formais.

entre os atores sócio-econômicos e políticos locais são determinantes das dinâmicas sócio-econômicas e dos processos de desenvolvimento territorial. Mas, para que o território possa ser visto como uma forma de funcionamento sócio-econômico dos seus sistemas e de suas dinâmicas coletivas, Reis (2006) sugere uma interpretação territorialista que faça uma leitura sobre a origem das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia. Este é um entendimento de como se alcança a “coordenação dos processos coletivos”, do papel desempenhado pelos atores e das relações entre estes atores e os processos de diferentes escalas espaciais. O autor afirma que o território - atores, interações, poderes, capacidade e iniciativas – é a condição própria e lugar específico nas ordens, e das desordens, da sociedade e que os indivíduos e os territórios onde eles se encontram não são marionetes, com seus movimentos controlados pela dinâmica da globalização. Ao contrário, pode haver mecanismos internos de coordenação nesses territórios que possibilitem aos mesmos uma resposta satisfatória aos desafios contemporâneos e à construção de um modelo de desenvolvimento através de seus arranjos cooperativos e sistemas produtivos locais/localizados (SPLs).

A *coordenação*, resultante da interação entre a *regulação* “global” e a *governança* “local”, e a participação social são atributos do desenvolvimento territorial. Além das necessidades em termos de gestão e operação em nível de programas e projetos, os modelos de governança pretendem atender às exigências institucionais para resolver os problemas relacionados com as regras formais e informais, hierarquias, procedimentos e valores, normas e crenças culturais. O termo *governança* também pode ser utilizado como sinônimo de governança, pois *governança* (*governance* em inglês) é um conceito que está relacionado também com as políticas públicas e busca responder à questão dos modelos mais adequados de organização e gestão do setor público, para atender às necessidades de bens e serviços públicos da população. É o que fazem Schneider & Tartaruga (2005) quando afirmam que:

uma análise mais detalhada mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais. (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2005, p. 17).

Uma interpretação com uma visão que destaca mais a importância da proximidade dos atores para o desenvolvimento econômico e industrial é realizada por Pecqueur (1992, 1993), quando afirma que a proximidade e a densidade de uma aglomeração somente são importantes em condições onde é possível a aproximação dos atores. Por isso, na sua definição de SPL, este autor argumenta que na constituição de um território é necessária uma coordenação entre as relações comerciais e de confiança, através de redes sociais que são mantidas e incentivadas pela proximidade sócio-econômica dos atores. Dessa forma, estes podem aproveitar a proximidade para, através da coordenação ou governação, fazerem uso mais eficiente dos recursos disponíveis e assim maximizar os seus ganhos na forma de rendimentos. Por esse motivo, mais tarde o autor afirma também que:

Si l'activité productive est «située», cela entraîne une relation entre les caractéristiques d'un milieu socio-physique et une production qui en serait une fonction. Ainsi, certaines conditions de mobilisation territorialisée des ressources créeraient des conditions de rendements croissants. Cette situation n'est pas nouvelle et P. Krugman (1996) dans une revue critique de la théorie du développement rappelle la paternité du concept «d'externalités locales » à A. Marshall pour asseoir la notion plus générale d'externalité. La difficulté soulignée par Krugman consiste à sortir du syllogisme qui, à l'instar du médecin de Molière pour qui «l'opium fait dormir en raison de ses vertus dormitives» (P. Krugman P.52), désigne les externalités d'agglomération comme le résultat du fait que les agents s'agglomèrent! (PECQUEUR, 2000, p. 1).

Ainda sob o ponto de vista da geografia econômica e do desenvolvimento industrial, Courlet e Pecqueur (1994a) relataram algumas experiências de desenvolvimento industrial local na França, que correspondem a processos de territorialização que se estabilizaram ao longo do tempo. Além de alguma influência do trabalho de A. Bagnasco & C. Triglia “A Construção Social dos Mercados” (BAGNASCO; TRIGLIA,1993), eles se basearam nas análises da Escola da Regulação, para estudarem os “sistemas industriais locais”. Esses autores tratam o modelo de desenvolvimento como um modelo de industrialização, como uma divisão técnica do trabalho e da organização guiada por princípios que podem ser agrupados na noção de distrito industrial, derivada de Marshall e Becattini. Eles afirmam que os “sistemas industriais locais” franceses são aglomerações de pequenas empresas com características similares, especializadas em diferentes funções da produção, que resultam da divisão do trabalho e da ampliação do mercado.

No entanto, Courlet e Pecqueur (1994a) fazem duas ressalvas em relação aos sistemas industriais locais, a primeira é a de que eles teoricamente teriam algumas dificuldades para se

adaptarem às novas tecnologias. O motivo principal para isso seria a necessidade de reprodução desses sistemas, pois na origem eles estiveram ligados a uma grande multiplicidade de atores econômicos, à pequena dimensão das empresas e à utilização intensiva de trabalho. A outra é com relação aos requisitos para a reconversão tecnológica e um nível mais alto de dinamismo empresarial, pois estes requerem uma transformação ou uma reconversão das qualificações profissionais em todos os níveis e geram uma busca de conhecimentos que nem sempre estão presentes em nível local (informática, microeletrônica, etc.), os quais poderão ser mesclados com os conhecimentos tradicionais locais.

Os autores indicam algumas tendências que passam pela ação dos atores locais na busca de uma reestruturação do modelo de organização sócio-econômica dos sistemas industriais locais franceses para contornar as dificuldades encontradas, que passam tanto pelas ações dos agentes econômicos privados e das associações e poderes públicos locais na regulação do desenvolvimento local. Entre essas ações verificam-se os investimentos, visando aumentar a produtividade, e os serviços de consultoria, pesquisa-desenvolvimento e marketing, com o objetivo de aumentar a dinamicidade nas pequenas empresas. Courlet e Pecqueur (1994a) concluem afirmando que é necessário ter em conta a longa duração e as regulações parciais que caracterizam certos territórios infranacionais, pois essa forma de industrialização marca os limites do desenvolvimento polarizado pela grande empresa. E ainda, que esse modelo de desenvolvimento específico apresenta como características, a flexibilidade ou capacidade de adaptação, a capacidade de criação e inovação e a capacidade de regulação e governação dos atores e das instituições do território.

Esse tipo de aglomeração, por facilitar a transmissão de conhecimentos técnicos específicos e a livre troca das novas idéias, necessárias ao desenvolvimento da flexibilidade e da inovação, pode ser considerado um modelo de desenvolvimento com um modo de regulação perfeitamente original e específico com relação à economia industrial e a institucional. Esse é o exemplo de um modo de regulação que se traduz por um conjunto diversificado de formas de ajustes, de forma antecipada, dos comportamentos contraditórios dos agentes individuais, os quais incluem hábitos culturais e formas institucionais, aos princípios coletivos que regem os modos de produzir e de viver. Nestes casos, há um crescimento da importância dos mercados, das redes e das relações de reciprocidade sócio-cultural, que atuam em contextos locais específicos, dando origem a “verdadeiros sistemas territoriais de auto-regulação” (COURLET; PECQUEUR, 1994a). Essa combinação entre a economia de mercado e a reciprocidade, tema discutido na seção três do capítulo anterior,

com base nas propostas de Polanyi (2000), é um dos mecanismos essenciais para a regulação e a reprodução dos sistemas industriais locais.

A seguir, será analisada a problemática das relações entre governos e sociedades locais e o papel das instituições (organizações, hábitos, regras e convenções) no desenvolvimento territorial. Argumenta-se que as instituições são responsáveis pelo relacionamento interno dos territórios e podem solucionar problemas sociais e de carências de recursos locais, quando os atores sociais locais passam a empreender ações, para fazer crescer a economia local e reestruturar os seus sistemas produtivos locais.

3.1.1 As Instituições como Estruturas de Regulação e Governação dos Territórios

O principal objetivo desta sub-seção é trazer alguns elementos do debate sobre a importância das instituições (organizações, convenções, hábitos, regras, normas e rotinas) como estruturas de regulação e governação sócio-econômica do desenvolvimento dos territórios rurais, apresentando uma problemática que tenta estabelecer possíveis relações hierárquicas e de interdependência entre os territórios e as instituições a eles relacionadas¹⁰.

Além disso, pretende-se argumentar em favor da capacidade de adequação do referencial teórico do institucionalismo para analisar a evolução histórica do desenvolvimento dos territórios. O argumento está alicerçado em duas linhas teóricas básicas, uma que se apóia nas proposições da “nova economia institucional” e a outra, principalmente, nos trabalhos de Geoffrey Hodgson (1997, 2002, 2006). A primeira serve perfeitamente para analisar a relação entre os produtores rurais de tabaco e as indústrias processadoras desse produto no processo conhecido como “produção integrada de tabaco”. Para Douglas North (1990), as instituições representam as regras do jogo em uma sociedade, ou seja, os limites ou restrições criadas pelo homem e que definem a interação social, incentivando, assim, os intercâmbios políticos,

¹⁰ Embora neste trabalho as organizações sejam consideradas como mais um tipo de instituição, é importante ressaltar que alguns autores fazem uma diferenciação conceitual entre instituições e organizações. Este é o caso de Appendini & Nuijten (2002), quando dizem que, em nível local, as instituições constituem instâncias mediadoras que vinculam as políticas macro com os agentes econômicos e sociais ao nível da comunidade. As organizações são mais bem definidas em termos de estruturas de funções reconhecidas e aceitas, enquanto que as instituições são definidas mais precisamente em termos de crenças, normas e regras que permitem o desenvolvimento destas funções e estruturas. Eles usam o conceito de instituições em um sentido mais amplo, para não relacioná-lo apenas com aspectos normativos, mas também com aspectos reguladores e cognoscitivos. Segundo eles, a razão para isso é que muitas instituições são mais bem compreendidas como práticas rotineiras que persistem ao tempo do que como um conjunto de regras ou normas. O conceito de instituição como estrutura normativa e reguladora implica existência de diferenças de poder e interesses divergentes entre as pessoas por ela envolvidas. Para eles, as instituições estão vinculadas a configurações de poder e dominação mais amplas e podem reproduzir as obrigações ideológicas e políticas às quais estão vinculadas.

sociais ou econômicos. A segunda é útil para a análise do papel histórico das instituições sócio-econômicas e culturais para o desenvolvimento dos territórios da região VRP.

De maneira geral, por tudo o que se encontra na literatura sobre o tema do institucionalismo, é possível acreditar que está nas “Instituições” a resposta para duas questões relacionadas com o desenvolvimento dos territórios: os fatores determinantes das suas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento e a origem da diversidade de respostas à globalização ou, dito de outra forma, das reações diante da nova realidade global da reestruturação. O mais comum é uma reação passiva ou submissa dos atores locais do desenvolvimento, aceitando as oportunidades da nova divisão internacional do trabalho, definidas pelo processo de regulação global e pelos interesses econômicos do capital financeiro (BECKER, 2000).

Em função das incertezas que caracterizam os períodos de mudanças estruturais e de reestruturação produtiva, como o que se verifica atualmente com a crise do fordismo, aliados aos crescentes níveis de exigências em termos de competitividade nos diversos mercados, cresce a relevância dos estudos sobre o papel das instituições¹¹ (ALBUQUERQUE, 1997). Estas têm sido apontadas pelos institucionalistas e regulacionistas como as principais responsáveis pela redução das incertezas nas relações sociais.

Historicamente, o modelo teórico predominante da atividade econômica era o da entrada dos fatores de produção, principalmente capital e trabalho, numa “caixa preta”, como representação da empresa, com a respectiva saída de um produto pronto, sem fazer nenhuma consideração às determinantes estruturais. Porém, tudo começou a mudar quando R. Coase, em 1937, e depois O. Williamson (1987) abriram essa caixa preta para investigar a empresa como uma instituição, dando origem aos estudos sobre a influência das instituições sobre as dinâmicas de crescimento das empresas e ao que se conhece hoje como a nova economia institucional (NEI). O conhecimento das bases teóricas, e do papel desta para o estudo do desenvolvimento da região VRP, é de grande relevância para a o entendimento da relação entre as empresas que realizam o beneficiamento do tabaco e os produtores agrícolas familiares desse produto, no histórico processo de “produção integrada de tabaco” na região.

¹¹ Os desafios da revolução ocasionada pelas novas tecnologias produtivas e de gestão empresarial demonstram que é necessário que os esquemas institucionais e os instrumentos de fomento econômico sejam adequados aos elevados níveis de incerteza (ALBUQUERQUE, 1997).

O trabalho pioneiro de Douglass North (1990) na investigação do papel das instituições no desenvolvimento histórico do capitalismo moderno¹² é um dos grandes responsáveis pelo crescimento vigoroso, nos últimos 20 anos, nos meios acadêmicos, do destaque dado às abordagens que tratam do papel das instituições e das dinâmicas de funcionamento da economia. Estas se agrupam, principalmente, em torno da “nova economia institucional” (NEI), dos neo-institucionalistas, dos neo-schumpeterianos, dos regulacionistas e da “economia das convenções”. Para Hodgson (2006), a re-emergência da economia institucional (principalmente a emergência da “nova economia institucional”) no quarto final do século XX é um dos mais importantes e frutíferos desenvolvimentos, principalmente nas ciências sociais, assim como também na geografia econômica e na ciência política, com um interesse revivido nas instituições e nos vários enfoques teórico-institucionalistas, principalmente dos norte-americanos¹³. A matriz da escola institucionalista tem seu núcleo de pensamento relacionado aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, com um forte vínculo com as especificidades históricas e com a “abordagem evolucionária” (HODGSON, 1997, 2002). De acordo com os autores institucionalistas, no estudo das dinâmicas dos sistemas econômicos devem ser consideradas, além da cultura e das ações e interatividades endógenas dos atores, as incertezas, a regulação e o experimentalismo dos processos complexos.

Para Reis (1998), o institucionalismo interpreta a economia como um mundo onde, para além da mecânica abstrata da engenharia econômica, estão presentes realidades complexas e a regulação através de formas institucionais da macroeconomia, como os mercados, o Estado, as hierarquias empresariais, as associações de interesses e as comunidades ativas. E ainda, a estas formas se agregam, também, as "regularidades de comportamento" e as normas que são aceitas pelos membros dos grupos sociais e que dão origem a importantes ambientes institucionais e a arranjos institucionais específicos. O autor afirma ainda que as instituições são “as regras do jogo” que estruturam as relações de uma sociedade e podem ser tanto regras formais (jurídicas, regulamentos) como informais (convenções, normas de comportamento ou de conduta) com suas respectivas formas de se fazer cumprir.

12A partir daí, as instituições se transformaram num tema central de análise para muitos economistas, inclusive para aqueles que atuam na área de políticas públicas, com o Estado se transformando também em objeto da análise institucional.

13O institucionalismo econômico ou economia institucional, que tem a sua principal origem em Veblen e Commons, passando por Myrdal e Galbraith, entre outros, surgiu de uma inconformidade com a simplificação das (in)explicações da economia neoclássica para determinados fenômenos.

Para justificar a inclusão das *convenções* como um tipo de instituição utilizada neste estudo, é importante registrar que os SPLs mais dinâmicos carregam uma racionalidade endógena e diferenciada dos seus atores coletivos ligados uns aos outros por suas convenções locais. Teoricamente, as convenções são necessárias para a coordenação dos atores econômicos e podem ser definidas como ações e reações mutuamente coerentes nas instituições formais e não-formais. As convenções são importantes para a regulação das atividades produtivas devido às incertezas, quase sempre presentes nas relações econômicas e porque a diversidade dos grupos de atores, segundo sua história e sua geografia, os leva a sustentar racionalidades diferentes diante das situações de incerteza que encontram (STORPER, 1996).

Ao trazer as contribuições de duas das principais correntes institucionalistas da economia, Reis (1998) mostra que elas representam duas visões muito diferentes sobre um mesmo tema. A primeira é a da “Nova Economia Institucional (NEI)”, mais conhecida pelos trabalhos de Coase (1937), Williamson (1987) e North (1990), à qual vem se adaptando muito bem aos pressupostos da economia neoclássica, como se verificará na próxima seção. A segunda é aquela que se origina em Veblen, um dos fundadores do institucionalismo evolucionista, e “que valoriza a incerteza e relaciona a economia com o *processo da vida*”. Veblen (1994) afirmava que as mudanças são resultantes, ao mesmo tempo, das condutas individuais e institucionais que agem sobre o grupo. Este autor pensava numa via de dois sentidos em relação às causas e aos efeitos sobre os comportamentos individuais e institucionais, ou seja, os indivíduos atuam sobre as instituições, criando ou modificando-as, ao mesmo tempo em que são determinados e regulados por elas. Também se aplica à região VRP, objeto empírico deste estudo, quando se verifica que, no final do século XIX, imediatamente após a proclamação da república, algumas lideranças teuto-brasileiras passaram a tratar, também, dos interesses políticos das colônias, já que durante o Império os imigrantes naturalizados e os descendentes nascidos no Brasil permaneciam à margem do processo político.

3.1.2 A “Nova Economia Institucional” (NEI)

Nas duas últimas décadas, a abordagem conhecida como “Nova Economia Institucional” (NEI) vem sendo utilizada por investigadores que procuram superar as restrições da abordagem neoclássica com relação a aspectos microeconômicos, economia dos

direitos de propriedade e do trabalho, sistemas comparativos e organização industrial, enfatizando sua análise na economia dos custos de transação e nas falhas de mercado. Como a racionalidade limitada e o oportunismo geram custos de transação, usam-se estratégias para reduzi-los, as empresas se organizam na forma de mercados, hierarquias ou híbridas. O conceito de custos de transação se tornou a principal ponte entre as instituições e a microeconomia. Ao lado da economia dos “custos de transação”, os “direitos de propriedade”, a “teoria comportamental da empresa” e a “teoria da agência” passam a fazer parte da Nova Economia Institucional (NEI). O ambiente institucional atua sobre a forma de governança, provocando mudanças que alteram os parâmetros, os custos de mercado, os custos híbridos ou os custos das hierarquias. A ligação do ambiente institucional com as instituições define o padrão de governança e cria uma fonte de numerosas implicações analíticas (WILLIAMSON, 1987).

Quando se fala em “novo institucionalismo”, geralmente se referindo a autores como R. Coase, D. North e O. Williamson, em oposição ao “institucionalismo originário” ou “radical” de T. Veblen entende-se que se trata de uma teoria da empresa e das hierarquias empresariais, da economia dos custos de transação, da redução das incertezas e da importância dos direitos de propriedade. Ou, até mesmo, de uma abordagem complementar da economia neoclássica ou de uma concessão do liberalismo clássico para superar alguns “gargalos” do modelo individualista das preferências exógenas. Os teóricos do “novo institucionalismo” admitem a possibilidade da existência de repercussões institucionais sobre o funcionamento dos mercados e do sistema econômico e de diferenças concretas entre o modelo neoclássico e a realidade.

A NEI trata de aspectos microeconômicos, redefinindo algumas noções relativas a mercados e hierarquias e tentando resolver gargalos não solucionados pela microeconomia neoclássica ou convencional, dando ênfase à teoria da empresa, incorporando um pouco de história econômica, economia dos direitos de propriedade, economia do trabalho e industrial. Há um tratamento especial para as questões relativas às origens e funções das estruturas da empresa e do mercado. As transações e os seus custos e as falhas de mercado são destaques quando se definem as formas de organização e estes estão associados com a racionalidade limitada e o oportunismo, que levam às falhas de mercado. De acordo com Coase (1994), o eixo central da análise não é a tecnologia, mas sim as transações e os seus custos. A incerteza e a “racionalidade limitada” são os elementos-chave da análise dos custos de transação e a empresa teria que ter como meta reduzir estes custos de transação (WILLIAMSON, 1987).

Poderia ser realizado através do mecanismo de preços, substituindo um contrato incompleto, supostamente com custos de negociação e coordenação mais elevados, por vários outros contratos completos. O conflito é visto como um fato natural e as instituições, para os novos economistas institucionais, têm a finalidade de ordenar esses conflitos para se ter uma maior eficiência.

As transações são fundamentais ao comportamento das empresas porque afetam a forma de organização interna das empresas e a sua estrutura hierárquica. Assim, dá-se a fusão entre a estrutura organizacional interna e a estrutura de mercado¹⁴, o que explica a forma de inserção e o desempenho nos mercados industriais. Os contratos incompletos e as dificuldades geradas na elaboração e execução dos contratos, provocadas pelos fatores “ambientais e humanos” sobre os mercados e as hierarquias, levam as empresas a evitar o mercado e a recorrer a modelos hierárquicos de organização e arranjos contratuais, como os “contratos de integração” na produção de tabaco. Conseqüentemente, são estabelecidas as relações entre os conceitos de racionalidade limitada, oportunismo e custos de transação.

A racionalidade limitada e o oportunismo geram custos de transação, que obrigam as firmas a se reorganizarem para reduzi-los através do mercado, das hierarquias ou de formas híbridas. Estas formas, associadas ou não umas com as outras, definem os diferentes ambientes institucionais, que interagem com as empresas. As instituições de governança, representadas por contratos entre empresas ou entre empresas e fornecedores de matérias-primas, como é caso dos produtores de tabaco, são sustentadas pelo ambiente institucional, onde estão os indivíduos. O ambiente institucional, segundo Williamson (1987), provoca alterações sobre a forma de governação, alterando parâmetros, gerando diferenças em termos de custos de mercado, custos híbridos ou custo das hierarquias. A ligação do ambiente institucional com as instituições define o padrão de governação, que cria uma fonte de numerosas implicações analíticas.

O princípio da racionalidade limitada foi definido por Herbert Simon (WILLIAMSON, 1987), reconhecendo o limite da capacidade da mente humana na formulação e resolução de problemas reais complexos. Com esses limites, ficam mais difíceis as adaptações às novas situações que não foram previstas. Por esse motivo, os contratos de longo prazo precisam se antecipar a eles através da organização interna, de forma que a empresa possa se adaptar às incertezas por meio de processos administrativos. Assim, ao

14 A estrutura de mercado é importante para avaliar a eficácia das atividades mercantis e a estrutura organizacional interna da empresa.

interna é útil para avaliar a

invés de realizar um contrato completo, antecipando todas as circunstâncias possíveis, a empresa pode tomar decisões em situações de incerteza e em que os preços não são “estatísticas suficientes”. Dessa forma, as hipóteses de comportamento da Nova Economia Institucional se apresentam como mais realistas que as utilizadas na análise econômica tradicional.

A Economia dos Custos de Transação, de acordo com Williamson (1987), denomina de comportamento oportunista a “busca do auto-interesse com astúcia” e que pode ter três formas, o “manifesto”, o “sutil” e o “natural”. No primeiro, antecipando-se ao comportamento oportunista dos outros agentes econômicos com quem vai tratar, um determinado agente também tem um comportamento oportunista, rompendo contratos com impunidade, a partir do momento que este passasse a acreditar que não existia mais o vínculo de obrigações. Na forma sutil, ocorre o comportamento estratégico, com o agente buscando o auto-interesse, mas com astúcia. Na forma natural, o oportunismo é tratado de maneira secundária, de forma que as decisões são tomadas visando a auto-interesses corporativos. O oportunismo é uma manifestação de falta de sinceridade e de honestidade nas transações, que podem apresentar pouco risco, como nos casos das relações de troca muito competitivas, ou altos custos e riscos, nos casos de transações que, no início, envolviam licitadores qualificados ou confiáveis, mas que se transformam, durante o processo de execução do contrato, em agentes oportunistas (WILLIAMSON, 1987).

O programa de pesquisa em custos de transação faz parte do campo da economia das organizações. Os institucionalistas da nova economia institucional vêem os custos de transação, normalmente de identificação mais difícil do que os custos de produção, como um importante fator de tomada de decisão das empresas. Estes afirmam que os custos totais são compostos de custos de produção e de custos de transação, mas análises convencionais consideram apenas os primeiros porque os últimos são formados em ambientes institucionais variados e heterogêneos. Entretanto, o custo de transação existe e não há nenhuma possibilidade de que este seja nulo. No entanto, fundamental não é discutir a existência destes, mas, estabelecer como e por que os custos de transação variam conforme os diferentes modos de organização. Então, a Economia dos Custos de Transação considera que a transação é a unidade básica de análise, estas transações diferem devido aos seus atributos e à frequência, à incerteza e à especificidade dos ativos. Elas estão alinhadas conforme as estruturas de governança, que, por sua vez, diferem em custos e competências e são definidas por variados atributos e baseadas em diferentes tipos de contratos legais. O ambiente institucional

(instituições políticas e legais, leis, hábitos, regras, costumes e normas) é o local onde ocorrem as mudanças dos parâmetros dos custos de governança e onde se analisam os custos e a viabilidade das alternativas (WILLIAMSON, 1987).

A capacidade de adequação do referencial teórico do institucionalismo para analisar a evolução histórica do desenvolvimento dos territórios está alicerçado em duas linhas teóricas básicas. A primeira, que foi apresentada neste item, serve para analisar a relação entre os produtores rurais de tabaco e as indústrias processadoras desse produto no processo conhecido como “produção integrada de tabaco”. A segunda, que será apresentada no item a seguir, é útil para a análise do papel das instituições culturais e históricas para o desenvolvimento dos territórios da região VRP.

3.1.3 Os Hábitos e a Cultura na Origem das Instituições

Hodgson (2006) destaca que os institucionalistas norte-americanos davam ênfase à análise das instituições e à mudança institucional e insistiam que os mercados são instituições, parcialmente influenciados pela ação do Estado¹⁵. Há situações, como é o caso da instituição do dinheiro e a dos contratos, que é necessária a preexistência de instituições fortes que possam garantir a criação e a sustentação destas novas instituições. E aqui entra o debate em torno do papel do Estado como instituição na economia e na regulação dos mercados. Por exemplo, na garantia dos direitos e da instituição da propriedade privada, na redução das incertezas macroeconômicas, no estabelecimento de novas regras do jogo e nas negociações em nível internacional há necessidade da presença do Estado (BOYER & DRACHE, 1996). Com relação a isto, os autores são taxativos, afirmando que os mercados exigem organização para funcionar e para serem eficazes eles têm que ser socialmente construídos através de um conjunto de regras do jogo, acordadas ou impostas. Ou seja, não há uma aplicação “natural” ou “espontânea” dos mecanismos de mercado, que têm que estar encaixados nas instituições nacionais, no trabalho e no meio ambiente. E, ainda, que o mercado é uma instituição complexa que não é auto-organizada como aparece na teoria econômica (BOYER & DRACHE, 1996).

Outro tema que foi objeto de debate realizado por Hodgson (2006) com os institucionalistas da “nova economia institucional” é a questão da origem das instituições. Se

¹⁵ Há diferentes tipos de instituições que podem emergir e evoluir de maneiras distintas. Algumas instituições, como a língua por exemplo, podem surgir espontaneamente e se estabelecerem sem muito planejamento ou sem a interferência do Estado (embora em um estágio mais avançado seja necessário que se estabeleça algumas normas gerais).

forem estas que determinam os hábitos e o comportamento dos indivíduos ou, ao contrário, se estes são responsáveis pela criação e manutenção das instituições através de seus hábitos ou ações?¹⁶ Ele contesta a posição assumida por estes novos institucionalistas, que consideram os indivíduos como dados, que agem num determinado contexto com regras de comportamento que governam suas interações, sem nenhuma influência de alguma estrutura institucional anterior. Esta explicação para o surgimento das instituições parece ser a principal dificuldade do projeto teórico destes novos institucionalistas, pois a definição do estado inicial das instituições a partir de indivíduos dados apresenta dificuldades¹⁷.

Por fim, é necessário explicitar algumas definições teóricas chaves, sugeridas por Hodgson (2002) e adotadas neste estudo, que se referem aos termos instituições, estruturas sociais, regras, convenções, organizações e hábitos, que, de forma resumida, são apresentadas a seguir. Ele define “estruturas sociais” como a estrutura “guarda-chuva” que abrange todos os conjuntos de relações sociais, formais ou informais. As “instituições” são estruturas sociais definidas como sistemas de regras sociais estabelecidas e enraizadas na estrutura das interações sociais. As regras são compreendidas como “injunções normativas habituais” ou “disposições eminentemente normativas”, transmitidas socialmente e que “forçam” a tomada de algumas atitudes a partir de determinadas circunstâncias (HODGSON, 2006). As “convenções” são regras institucionais particulares. “Organizações”, segundo o conceito do autor, são instituições especiais que envolvem critérios para estabelecer os limites hierárquicos, de soberania e de poder, incluindo responsabilidades e incumbências da organização e dos seus membros. Os “hábitos” são determinados por um mecanismo psicológico (“habituation”) que leva a que os indivíduos, pertencentes a uma determinada comunidade ou território, disponham-se previamente a aceitar ou adotar, por adesão, um determinado comportamento. Segundo Hodgson (2006), o conceito de hábito é o elemento chave na compreensão de como as regras são encaixadas na vida social e de como se sustentam as estruturas institucionais. Ainda, o autor afirma que atualmente a distinção entre instituições ou regras formais (ou as definições de normas legais, escritas ou codificadas) e informais é um debate que vem ganhando espaço. No entanto, de acordo com o autor, não há

16O objetivo era levantar algumas questões teóricas a respeito dos processos da evolução institucional (HODGSON, 2002). O primeiro problema relacionado a isso era metodológico, pois ele não via a possibilidade de explicar o surgimento das instituições a partir apenas das forças da natureza.

17 Hodgson (2002) destaca o pioneirismo de Menger na análise de como as instituições surgem e evoluem. Algumas vezes nascem de um processo não planejado e imprevisto, de decisões e interações racionais de agentes individuais, resultante de um determinado contexto. Por exemplo, para resolver um problema de falta de dupla procura recíproca, os comerciantes procuram um produto de fácil aceitação por todos e frequentemente usado nas trocas, o qual passa a servir de unidade de referência na estipulação dos preços. E dessa forma surge a instituição do dinheiro, como no caso da região produtora de tabaco, onde ainda até hoje são realizados negócios com os preços estipulados em “arroba” (15 kg) de tabaco.

uma linha divisória clara entre instituições "formais" e "informais", porque o funcionamento das instituições "formais" (em qualquer sentido) dependem, muitas vezes, de regras "não-legais" ou de normas "não-explicitas" (HODGSON, 2006). O importante é que para as leis, convenções ou declarações terem efeitos significativos estas devem ser habituais e "enraizadas" nas disposições individuais e sociais¹⁸.

Estes conceitos serão úteis na análise da evolução histórica da região VRP, principalmente com relação às características culturais e étnicas de grande parte da população desse território, formada predominantemente por descendentes de luso-brasileiros e de alemães. Para efeito deste estudo, todas as formas institucionais existentes foram "enquadradas" dentro da denominação "instituições" (instituições em geral, organizações, convenções, hábitos, regras, normas e rotinas).

No entanto, para perceber as relações das instituições com as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios é necessário, também, incorporar uma abordagem que seja capaz de expressar as formas de articulação desses territórios com os seus sistemas produtivos. Para isso, sugere-se a utilização do conceito de Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), como um instrumento que pode ser adequado e, por essa razão, pode contribuir para demonstrar o papel das instituições no desenvolvimento dos territórios.

O aumento dos conflitos internos entre os atores e da diversidade e complexidade dos SPLs, que vivem um processo permanente de cooperação e conflito, estimulam a criação de organizações e instâncias de negociação entre esses atores. Um SPL só existe mesmo quando estão presentes instituições e/ou atores sociais locais, responsáveis pela governação e pela administração da solidariedade sistêmica e pelas relações de reciprocidade, ou seja, quando há capital social, existe uma *imersão social* ou um *enraizamento (embeddedness) social* do mercado (POLANYI, 2000). Estas formas institucionais e/ou de capital social são componentes indispensáveis na reprodução dos SPLs e responsáveis, junto com o Estado, pela regulação e governação desses SPLs. Para identificar algumas das principais instituições que contribuem nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, aproveitam-se as abordagens que se utilizam do conhecimento da composição, formação e da trajetória histórica das instituições (organizações, convenções, hábitos, regras, normas e rotinas).

¹⁸Quando as instituições são definidas como sistemas de regras sociais estabelecidas por um longo período e encaixadas nas estruturas das interações sociais, podem ser incluídos nesta definição desde a língua, o dinheiro, as leis, os sistemas de pesos e medidas e as convenções em geral, até os comportamentos padrões, os mercados, as empresas e outras organizações.

A definição de SPL destaca a forma de organização e o processo de desenvolvimento local e o papel dos atores e instituições dentro do sistema. Enquanto o desenvolvimento local corresponde à dimensão social do SPLs, pois implica em melhores condições de vida, a forma de organização corresponde a processos históricos de consolidação sobre um espaço físico de uma população que desenvolve relações culturais e de identidade com o território, além da localização das indústrias num determinado espaço geográfico (CORREA, 2003). Na próxima seção será apresentada com mais detalhes a origem e a evolução dos conceitos relacionados com os SPLs.

3.2 Os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)

Nesta seção, parte-se da noção marshalliana de distrito industrial, passando pelos estudos dos economistas italianos em torno da especialização flexível e da industrialização difusa para se chegar ao conceito de Sistema Produtivo Localizado (SPL) e sua tipologia. Os estudos sobre os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) têm origem nos trabalhos de Marshall sobre a organização da produção, identificando a formação dos distritos industriais. Estes serviram de ponto de partida para o surgimento de um leque de variantes a partir do conceito de distrito industrial, que buscam identificar e classificar a formação de aglomerações produtivas. O objetivo aqui é demonstrar que os argumentos em torno das aglomerações territoriais é a principal origem das emergentes abordagens dos SPLs, além de apresentar as principais definições, diferenciações e características dos SPLs, APLs e Cluster e tentar demonstrar a origem social dos mercados.

Na esteira do debate em torno dos caminhos da reestruturação produtiva capitalista e das mudanças no modo de regulação capitalista, desde o início da década de 1970, intensificaram-se os estudos através das abordagens “locais”, “endógenas” e, mais recentemente, “territoriais” do desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1997; BENKO, 2002; BENKO; LIPIETZ, 1994; REIS, 2004, 2005, 2006; VÁZQUEZ-BARQUERO, 2001)¹⁹. Assim, diversos estudos passaram a dar mais ênfase aos fatores endógenos, à ação dos atores sociais locais, ao papel das instituições e à dimensão territorial nos processos de desenvolvimento (PUTNAM, 2000; REIS, 1995). Esse debate em torno da reestruturação produtiva e do desenvolvimento regional, junto com os estudos das aglomerações territoriais,

¹⁹ Utilizando-se de diferentes perspectivas teóricas, muitos desses investigadores iniciaram estudos para explicar o desenvolvimento de alguns territórios e a estagnação de outros, bem como, para entender as razões do sucesso ou do fracasso dos arranjos ou sistemas produtivos locais ligados a esses territórios.

deu origem a diferentes abordagens territoriais de desenvolvimento e a emergentes perspectivas. Entre estas, as dos “Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)”, “Distritos Industriais”, “Arranjos Produtivos Locais (APLs)”, “Sistemas Industriais Localizados” e, mais recentemente, vinculados aos territórios rurais, a dos “Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)”, “SPLs Rurais” e “Distritos Rurais”.

As dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento de um território, região ou conjunto de municípios, são condicionadas pela organização local do seu sistema de produção. Estes sistemas são formados pelas interações entre as empresas locais, propiciando economias de escala, de escopo e de proximidade ou aglomeração nos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), que geram vários mercados internos e áreas de contato com o exterior, facilitando as trocas de informações e conhecimentos e outros bens e serviços. Do ponto de vista econômico, as ações têm como objetivo a implantação e gestão de projetos que dinamizam a economia regional-local, visando a geração de trabalho e renda, a criação ou fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas e/ou a implementação de estratégias de integração competitiva no mercado global (PAIVA, 2002).

Nestes primeiros anos do século XXI, principalmente devido ao ambiente competitivo das empresas, vem crescendo muito o interesse pelos sistemas produtivos locais ou localizados (SPLs) na literatura econômica heterodoxa, incorporando contribuições da economia industrial e da inovação e da geografia econômica. Esta crescente importância do assunto acontece ao mesmo tempo em que ocorre a emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado na microeletrônica e num processo produtivo mais intensivo em conhecimento. As mudanças derivadas desse processo, reforçadas pela liberalização econômica da globalização, alteraram o ambiente competitivo e causaram grandes dificuldades de acesso tecnológico para as pequenas e médias empresas (PMEs) das economias periféricas. Diferentemente do crescimento industrial verificado nos 30 anos do pós-guerra, os resultados de uma ampla variedade de estudos, citados anteriormente, indicam uma crescente importância atribuída aos territórios e o aparecimento de novas formas de segmentação destes.

Alfred Marshall, já no final do século XIX, destacava a localização das indústrias como fator gerador de diversas vantagens para a população local dos territórios, tais como: a transmissão quase espontânea dos conhecimentos do ofício de uma geração a outra; o desenvolvimento de tecnologias inovadoras relativas ao ofício e a transmissão das formas de organização do negócio entre os atores; as facilidades, geradas pela concentração de mão-de-

obra especializada, para os trabalhadores encontrarem trabalho e para as empresas encontrarem mão-de-obra de boa qualidade; e, o aumento da concorrência de fornecedores e de serviços associados, favorecido pela concentração das indústrias, o que diminui os custos de produção das empresas (MARSHALL, 1982).

Este autor verificou também que quando um grande número de pessoas, num mesmo local, interagindo uns com os outros e se dedicando à tarefas similares, eles também aprendem uns com os outros, gerando então uma “economia da aprendizagem” ou o “saber-fazer” local, o qual se torna disponível para todos num distrito industrial, que Claudio Cecchi (2001) chama de “conhecimento contextual”, em contraste com o “conhecimento codificado”. Este tipo de conhecimento é derivado da proximidade, homogeneidade cultural e dos contatos diretos entre os agentes, quando a presença de muitos estabelecimentos facilita as trocas, a circulação de novas idéias e a adoção e difusão de inovações. O território é introduzido na análise de distrito industrial quando a eficácia e a dinâmica do sistema localizado de pequenas e médias empresas passam a ser resultantes de suas características sócio-territoriais.

Outro fator importante do distrito industrial é a sua composição da população de empresas, pois elas são articuladas tecnicamente umas às outras e contribuem coletivamente com uma produção de um produto bem específico, o qual passa a ser a identificação principal do distrito, um produto industrial quando é o caso de distrito industrial, evidentemente. A economia do distrito tem como base as economias externas de aglomeração e na avaliação das variações do diferencial interno e externo dos custos de produção.

O conceito de distrito industrial utilizado por Becattini no final da década de 1970 fez ressurgir o conceito formulado originalmente por Alfred Marshall. Este descreve uma nova forma econômico-organizacional, emergente da crise do paradigma fordista, baseada na ligação entre os clusters de PMEs e a comunidade local, presente em algumas áreas da chamada “Terceira Itália”. Esse conceito de “distrito industrial” aponta para a superação do enfoque neoclássico do “individualismo” no comportamento econômico, passando para um enfoque sócio-econômico que reconhece os fundamentos coletivos e sociais do comportamento econômico. Então, muda o enfoque que percebe a empresa como uma unidade autônoma para outro, em que a empresa passa a ser analisada como fazendo parte de um ambiente ao qual ela pertence. Esse é o ambiente sócio-territorial onde ocorre o processo produtivo que, conseqüentemente, transforma-se numa nova unidade de produção e análise.

Nesse contexto, busca-se demonstrar que estudos empíricos e o debate em torno das aglomerações territoriais, da dimensão territorial do desenvolvimento e da importância das

formas específicas de interação social são as principais origens das emergentes abordagens dos SPLs, além de apresentar as principais definições, diferenciações e características dos SPLs, APLs, clusters.

3.2.1 Dos Distritos Industriais aos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)

Esta sub-seção procura apresentar algumas das principais correntes teóricas que discutem a origem e a formação dos diferentes tipos de sistemas produtivos locais. Para começar, o conceito de Sistema Produtivo Localizado (SPL) também tem sua origem em 1890, com Alfred Marshall, onde ele trata da localização das economias criando a noção de *distrito industrial*, uma forma particular de organização de um SPL. Conforme Marshall (1992), as vantagens da divisão do trabalho e da escala de produção das grandes empresas também podem ser obtidas através da aglomeração de um grande número de pequenas e médias empresas em um distrito, gerando economias internas, resultante da divisão da produção entre as diversas empresas. Na origem dos SPLs, ele destaca alguns fatores exógenos que devem ser considerados, tais como a habilidade dos imigrantes ou a influência de personalidades importantes. Isto porque, na sua formação, um distrito é caracterizado por uma divisão de trabalho e uma divisão de tarefas bem organizada entre empresas especializadas. No entanto, Marshall (1992) fazia a ressalva de que esta condição, embora fosse um fator importante, não explicava o essencial das vantagens de uma aglomeração territorial mais concentrada.

Algumas indicações sobre as origens dos estudos sobre os territórios, SPLs, APLs ou clusters podem ser encontradas nas abordagens teóricas que tratam da concentração espacial das empresas e das principais tipologias dos aglomerados industriais. Como estas têm implicações diretas na formulação de políticas industriais, elas podem contribuir também para as políticas de desenvolvimento de uma determinada região ou de um território.

Para os neo-schumpeterianos, que formam uma corrente que vem estudando os clusters ou arranjos produtivos locais - APLs (denominação mais utilizada no Brasil), a alteração da matriz produtiva da sociedade contemporânea caracteriza uma mudança de paradigma produtivo. Esta mudança da matriz produtiva, provocada pela inovação, pode representar até mesmo uma revolução tecnológica, dando início a um novo ciclo, um novo impulso para a acumulação capitalista gerado por inovações, com novas e mais amplas oportunidades. Para estes, o “padrão de acumulação pós-fordista” vem abrindo espaço para

uma produção mais flexível, como aquela que ocorre nos clusters ou APLs. Os neo-schumpeterianos reconhecem a importância da presença de capital social e de atores coletivos como instituições (“e organizações”), mas consideram estes elementos como dados, como variáveis exógenas ao processo. No modelo dos neo-schumpeterianos, essas variáveis não têm a capacidade de mudar o rumo do processo por ações dos atores coletivos em geral, pois quem tem o poder exclusivo para isso são as inovações e as empresas inovadoras.

Os regulacionistas entendem que o capitalismo gera crises que requerem uma reestruturação e o restabelecimento dos mecanismos de estabilidade, como o que se vem tentando obter através da industrialização difusa dentro dos SPLs. Esta perspectiva da industrialização difusa, associada a um enfoque setorial-territorial regulacionista (conforme foi tratado no primeiro capítulo deste trabalho) vem servindo de importante base para as abordagens dos SPLs.

Na década de 1970, alguns economistas italianos, com base na noção marshalliana de distrito industrial, iniciaram um debate sobre a importância da competitividade das empresas e dos processos de inovação, tendo como referência os conceitos de “redes”, “meios inovadores” e “efeitos de proximidade”. A teoria Marshalliana foi resgatada por Beccattini, nos anos 1970, para explicar o crescimento econômico de algumas concentrações industriais na Itália. Então, através do conceito de "distrito industrial" foi possível caracterizar as concentrações de pequenas empresas, onde as relações de proximidade e os efeitos derivados dessas relações serviam para promover o desenvolvimento local.

Beccattini (1994) foi o primeiro a relacionar os sistemas produtivos locais e território ao conceito marshalliano de distrito industrial. Para ele, a coexistência de rendimentos crescentes e concorrência são possíveis quando existem economias externas viabilizando o funcionamento de uma organização produtiva baseada na divisão de trabalho entre empresas. Para o autor, a definição de “distrito industrial” é a de um sistema sócio-territorial caracterizado por uma *comunidade de pessoas* e uma *população de empresas industriais* que interagem reciprocamente em um ambiente natural circunscrito historicamente, com duas características principais. A primeira é a de um território que tem as suas fronteiras estabelecidas ao longo de um determinado período de tempo, no qual é possível identificar relacionamentos específicos entre empresas, comunidade e instituições públicas, que caracterizam um determinado distrito e o diferenciam de outros. A segunda é que o distrito industrial é formado por uma população de empresas com uma “espessura” local de relações (espessas) inter-industriais, que foram estabelecidas historicamente.

O sistema produtivo local (SPL) é caracterizado por um grande número de pequenas e médias empresas especializadas e com um relacionamento não-hierárquico. Becattini (1994) define o distrito industrial como “uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num espaço geográfico dado”. Ainda, de acordo com o autor, o conceito de “distrito industrial”, que enfatiza as ligações dinâmicas entre as características sócio-culturais de uma comunidade produtiva, a taxa de crescimento de sua produtividade e sua capacidade inovativa, contribuiu para a crítica ao conceito de “setor industrial”, que se tornou inadequado tanto em termos empíricos como teóricos (BECATTINI, 1994; BECATTINI & RULLANI, 1995). De forma complementar, a seguir, apresentam-se algumas interpretações e conceituações de SPLs originadas na geografia econômica e industrial francesa.

Pecqueur (1992) afirma que as pequenas e médias empresas tinham começado a ter destaque como agentes principais da “industrialização difusa” e dos sistemas industriais locais e, assim, passavam a fazer parte das dinâmicas das redes globais que estruturam o desenvolvimento local. E, no início dos anos 1990, Courlet & Pecqueur (1994a; 1994b), a partir de estudos sobre os distritos industriais franceses, formularam as bases para o conceito de “Sistemas Produtivos Locais (SPLs)”, que inicialmente eles denominaram de “Sistemas Industriais Localizados”.

Pecqueur (1992, 1993) ressalta que o crescimento das relações comerciais e de confiança, em função da proximidade, tornou-se um fator essencial para o desenvolvimento local dos territórios onde existem SPLs. O autor destacou três características essenciais para definir um SPL: o tamanho pequeno das empresas; a proximidade entre elas, o que permite também a aproximação dos atores, de modo que desenvolvam relações de confiança para além da esfera exclusivamente comercial; e, a grande densidade de empresas no território. O autor analisou as aglomerações de pequenas empresas utilizando o conceito de território em lugar de espaço. Para ele, a territorialidade baseia-se nas estratégias dos indivíduos, com base na sua união e no seu sentimento de pertencimento a uma comunidade ou a um território e com relação à exploração dos recursos do território.

Courlet (1993) também reforçou a importância histórica na formação dos territórios quando afirmou que as economias externas das aglomerações são enraizadas no território através das estruturas históricas e sociais dos distritos. A definição de Courlet (1993) para Sistema Produtivo Localizado (SPL), embora considerando somente alternativas industriais, já admite a possibilidade de mais de uma especialidade. Para ele, um SPL é uma configuração

de empresas agrupadas num espaço de *proximidade* em torno de uma *única especialidade*, ou até mesmo de *várias especialidades* industriais, sendo que a presença de uma especialidade dominante não exclui a possibilidade de existência de vários ramos industriais, onde o *distrito industrial* é apenas um tipo de SPL.

As relações entre as empresas dentro de um SPL não são apenas comerciais, porque as relações informais estão presentes e produzem externalidades positivas para todo o conjunto. E, também, o SPL não se limita apenas às relações entre pequenas e médias empresas, mas dentro de um território se verificam relações entre grandes empresas ou entre estas e as pequenas e médias empresas. Além destas, Courlet (1993) apresenta como características de um SPL a divisão de trabalho entre as empresas, a industrialização difusa e uma mescla de relações de mercado com relações de reciprocidade.

A partir de uma reflexão sobre a dinâmica dos “sistemas produtivos locais” do sul da Europa, Vázquez-Barquero (2001) afirma que é necessário e possível que os governos locais tomem iniciativas para enfrentar o problema do desemprego. Além deste destaque do papel do Estado ou dos governos locais, o autor acrescenta ainda que são necessárias novas estratégias de desenvolvimento, para que seja realizada a reestruturação dos sistemas produtivos “locais” (territoriais) e o aumento dos postos de trabalho, visando melhorar a qualidade de vida das sociedades locais. E, ainda, que é preciso aproveitar as oportunidades que a reestruturação do Estado oferece, pois este está impulsionando novas formas de políticas públicas para o desenvolvimento local. Por outro lado, as comunidades locais procuram formas de responder às necessidades de reestruturação dos seus sistemas produtivos provocadas pela globalização e, por isso, vêm tentando modificar as dinâmicas de seus sistemas locais. Para o autor, desenvolvimento local significa um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural que leva a uma melhor qualidade de vida da população local, onde se identificam as dimensões econômica, sócio-cultural e político-administrativa.

Vázquez-Barquero (2001), que segue uma linha que dá mais destaque aos aspectos econômicos e urbanos do desenvolvimento territorial endógeno, afirma que o desenvolvimento econômico de uma região, ou de um território, é condicionado pela organização dos seus sistemas/arranjos produtivos locais. Estes sistemas são formados pelas empresas locais e as relações entre elas. Essas relações, segundo o autor, propiciam a utilização de economias de escala que estão ocultas nos sistemas produtivos e nos centros urbanos, os quais são fontes potenciais do desenvolvimento econômico local, ou seja, os centros urbanos são importantes e guardam potencialidades que devem ser aproveitadas no

processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, fazer parte das dinâmicas sócio-econômicas locais de desenvolvimento dos territórios.

Com relação à difusão de inovações e conhecimentos, Vázquez-Barquero (2001) afirma que estes transformam e renovam os sistemas produtivos locais e impulsionam o desenvolvimento econômico e são responsáveis pelas dinâmicas produtivas. Estes processos são conseqüências da estrutura empresarial e institucional e da ação dos atores econômico-sociais. Dessa forma, então, que as inovações provocam um aumento da produtividade e da competitividade das economias locais, o que é uma afirmação teórica do modelo neoschumpeteriano. Destacando também a produção e o fluxo de conhecimentos e inovações, Becattini (1994) afirma que nos sistemas produtivos localizados (SPLs) uma rede de empresas industriais locais gera vários mercados internos e de áreas de encontro que facilitam a troca de bens e serviços, incluindo informações e conhecimentos.

O conceito de SPL que serve de base comum para diversas abordagens está muito próximo da definição de Reis (1992), que afirma que:

Um sistema produtivo local (localizado) é um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermediário e não-metropolitano, definido simultaneamente por condições industriais próprias, por formas de representação coletiva e por condições sócio-econômicas e territoriais, significativamente relacionadas com os modos de reprodução social predominantes (REIS, 1992, p. 102).

O termo se refere à concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor agrícola, industrial ou, até mesmo, de serviços. Pode incluir desde estruturas artesanais, com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as firmas e produtos com elevado conteúdo tecnológico. Dentro do aglomerado, a divisão do trabalho entre as empresas permite que o processo produtivo ganhe flexibilidade e eficiência, já que as empresas são obrigadas a se tornarem competitivas nas suas atividades. A concentração de produtores especializados estimula o desdobramento da cadeia produtiva a montante, principalmente pelo surgimento de fornecedores de matérias-primas, máquinas e equipamentos, peças de reposição e assistência técnica, além de serviços especializados. Essa concentração estimula, também, o desenvolvimento da cadeia produtiva a jusante, através da atração de empresas especializadas nestes segmentos e do surgimento de agentes comerciais que levam os produtos para mercados distantes. Outro fator determinante do sucesso de um SPL, devido à alta

concentração em uma mesma atividade no espaço, é a formação de um contingente de mão-de-obra altamente especializado e concentrado (REIS, 1992).

Uma abordagem ou um modelo geral de SPL tanto pode englobar uma cadeia produtiva estruturada localmente como concentrar-se em um ou mais segmentos de uma cadeia produtiva específica de abrangência nacional e/ou internacional, agroalimentar ou não. Entre os atores que atuam nos SPLs, incluem-se, entre outros, as empresas produtoras, as fornecedoras de insumos, as prestadoras de serviços, as associações de classe, as associações comerciais, as instituições de suporte, de serviços, de ensino e pesquisa, de fomento, financeiras e o Estado (POMMIER, 2002).

Com diferenças de tamanho, peso e importância e sendo variáveis no tempo e no espaço, os componentes dos SPLs podem ser agrupados em seis conjuntos de atores e/ou atividades: atividades produtivas industriais (empresariais) ligadas diretamente ao produto final principal; atividades produtivas conexas; atividades produtivas complementares; os atores públicos não-estatais (como instituições, organizações e convenções), ou atores sociais (capital social); atores públicos estatais (Estado); e, por fim, estruturas de produção (formação) de ciência e tecnologia (pesquisa de ponta e inovação tecnológica).

Enquanto esse tema, até o momento, principalmente no Brasil, foi tratado quase que exclusivamente no âmbito da economia industrial, verifica-se que os autores acima não se preocuparam em fazer uma distinção entre as noções de SPL, de APL ou de Clusters. Embora estas duas últimas expressões possam ser consideradas como sinônimos, fazer a diferenciação das noções de SPL, de APLs e Clusters (SCHMITZ, 1998) é fundamental, em função dos objetivos deste estudo.

Começando a fazer isto, ao mesmo tempo em que reforça a importância de uma distinção entre proximidade geográfica e proximidade organizacional, Sautier (2002) afirma que o Cluster ou APL (como é mais conhecido no Brasil) designa qualquer aglomeração de empresas em torno de uma atividade comum, produzindo algumas externalidades ou vantagens passivas. Já a noção de Sistema Produtivo Localizado ou Local (SPL) ressalta a exigência de uma cooperação ativa e de maior reciprocidade entre estas empresas e, portanto, da existência de capital social. Quer dizer, quando a confiança e a fidelidade estão presentes no sistema, as relações informais entre as empresas crescem, levando essas empresas a operarem como se fosse uma unidade econômica com administração descentralizada.

Assim, abrem-se espaços para parcerias entre as empresas por meio de associações e consórcios, já que a proximidade física entre atores e agentes facilita a formação de laços de

confiança e cooperação. Então, quando se agregam ou se formam novas estruturas institucionais e de governação, a aglomeração, cluster ou arranjo produtivo localizado (APL) passam a ser denominados de sistemas produtivos localizados (SPL), com suas diversas variantes.

Um Sistema Produtivo Localizado (SPL) é um espaço sócio-econômico historicamente construído a partir de uma aglomeração de empresas interdependentes. Estas têm as suas atividades articuladas por um conjunto de atores sociais coletivos e por uma lógica econômica que aproveita as economias externas e de aglomeração e a cooperação, identidade sócio-cultural local, confiança mútua entre os atores locais (capital social) e o apoio do Estado. O desenvolvimento de uma aglomeração produtiva pode evoluir para um arranjo produtivo e, em seguida, para um sistema produtivo localizado (SPL), que é mais complexo, “organizado” e dinâmico que o anterior (PAIVA, 2002). O que normalmente se caracteriza como “vantagens de escala”, para o autor, não são mais do que as vantagens de um processo de integração vertical que reduzem os custos de transação, o principal objeto de estudo da economia institucional, na passagem para uma aglomeração mais complexa.

3.2.2 Diversidade e Tipologia

O impulso que deu origem aos estudos dos Clusters, APLs e SPLs também está relacionado à crise do *modo de regulação* fordista, iniciada no final dos anos sessenta. Porém, o regime de acumulação, as macro-instituições e as formas de regulação explicam apenas parte das decisões tomadas e não superam todas as restrições locais.

Então, por pressuposto, o desenvolvimento territorial é resultado também das ações e reações dos atores sociais, das instituições e das sociedades locais que tentam conduzir os seus destinos, aproveitando os fatores produtivos disponíveis no território, o seu potencial endógeno e, ao mesmo tempo, as oportunidades externas favoráveis. Para Reis (1999), essa forma territorial-local de desenvolvimento dos territórios é resultado da “espessura” social interna desses territórios, do processo de desenvolvimento econômico do território, e das suas relações externas estabelecidas com o seu entorno e com outros territórios locais.

Os SPL também são construções sócio-econômicas e institucionais, pois os agentes econômicos dos SPL têm relações que vão além do mercado e atuam com base em instituições. As empresas locais estão sempre enfrentando a necessidade de adaptação e de mudança e implica em aumento de custos individuais para cada empresa. Então, surge a

necessidade da criação de instituições para facilitar o rateio desses custos e cresce a importância das ações das instituições públicas locais e instituições de intermediação, tais como sindicatos profissionais e associações de comércio e indústria, na manutenção e/ou renovação das regras e valores das comunidades.

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), coordenada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CASSIOLATO & LASTRES, 2002), com uma visão bastante voltada para a economia industrial e os processos inovativos, define sistema produtivo local como sinônimo de arranjo produtivo local (APL): aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados num mesmo território, que apresentam fortes vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Nesta definição, os SPLs/APLs incluem empresas, associações, organizações e instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa, tecnologia e financiamento.

Uma das principais vantagens dos estudos focados nos SPLs/APLs, segundo Cassiolato & Lastres (2003), seria o fato de estes representarem uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na empresa, no setor ou numa cadeia produtiva. Assim, permite-se estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas; focalizar um grupo diversificado, tanto de agentes ligados diretamente à produção como de atividades conexas (principal característica de um sistema produtivo e inovativo local); a representação do território através de um espaço onde são oferecidas as condições para a inovação; e, por fim, representar um importante desdobramento da implementação de políticas de desenvolvimento industrial, territorial ou rural. E, ainda, nesse caso, pode-se avaliar a relevância da participação de agentes locais e de atores coletivos e da importância da coerência e da coordenação locais. Segundo os mesmos autores, na busca por uma melhor compreensão dos fatores subjacentes ao melhor desempenho competitivo das empresas, verifica-se uma crescente convergência de distintas visões analíticas.

Para Suzigan et al (2002), que também interpreta os SPLs mais pela ótica da eficiência empresarial e prefere adotar a denominação *Sistema Local de Produção (SLP)*, as economias externas estão no centro da discussão sobre as formas espaciais de organização da produção. Elas determinam a própria existência de um SPL, Clusters ou APL, ao reduzirem os custos para as empresas do sistema. As economias externas são derivadas do crescimento geral de um setor industrial, não estando necessariamente relacionadas com o tamanho das firmas e podem ser decorrentes da existência de mão-de-obra especializada, da atração de fornecedores especializados ou da disseminação de conhecimentos, habilidades e informações sobre as

atividades do SLP. Além disso, segundo eles, os atores locais (empresas e instituições) podem reforçar sua capacidade competitiva por meio de ações conjuntas deliberadas, tais como compra de matérias primas, promoção de cursos de capacitação gerencial e formação profissional, criação de consórcios de exportação, contratação de serviços especializados, estabelecimento de centros tecnológicos de uso coletivo e de cooperativas de crédito.

Desde o início da década de setenta, os sistemas produtivos locais (SPLs) e, particularmente, aqueles ligados aos territórios rurais do sul do Brasil, onde a estrutura agrária é marcada pela agricultura familiar, vêm caminhando para uma crescente articulação e, em alguns casos, até integração sócio-econômica, com o setor agroalimentar global, por intermédio de cadeias globais de produção e consumo. Essa articulação e/ou integração tem sido o caminho seguido por alguns territórios, como respostas locais às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global, à modernização tecnológica dos processos produtivos agroindustriais e ao crescente acesso das famílias rurais locais aos diversos mercados (de trabalho, de bens e serviços e de fatores).

3.3 As Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais

Após a segunda guerra mundial, as áreas rurais dos países com capitalismo mais avançado foram estruturadas com base num modelo de desenvolvimento da agricultura que ficou conhecido como *modernização agrícola*. Este modelo se caracterizou pela integração e funcionalidade da agricultura ao modo de desenvolvimento fordista do sistema econômico capitalista, no qual o rural era considerado sinônimo de agrícola, por isso, podendo ser denominado de *rural-agrícola*. Por essa razão, a agricultura modernizada foi se caracterizando, por dois processos contraditórios, um progressivo declínio do seu peso na participação da economia nacional e outro de integração da agricultura dentro do sistema produtivo industrial global, seguindo um modelo fordista. Assim, a agricultura *produtivista* do período fordista passou a ser orientada exclusivamente para o crescimento da produtividade, da escala e da padronização do produto. No Brasil, a modernização da agricultura – que o *rural-agrícola* cumpriu o seu papel funcional de fornecimento de trabalhadores, alimentos, matérias-primas, divisas e outros recursos para o setor *urbano-industrial* – provocou um grande fluxo de população, atraída pelas cidades e expulsa pela pobreza e pelo isolamento rural. Esse processo de migração rural-urbana gerou uma *favelização* dos grandes centros

urbanos, uma vez que o setor industrial-urbano não tinha capacidade para absorver todo o *excedente* de população rural.

Então, se no período de modernização os sinais de bem-estar indicavam para o progresso industrial e a vida nas cidades, agora, com a crise da modernização, já se verifica uma maior valorização dos valores tradicionais atribuídos à organização social das áreas rurais, embora os níveis de desenvolvimento sócio-econômico de muitos territórios rurais permaneçam ainda muito baixos. Essa revalorização do local, a capacidade de organização e de pressão dos atores sociais e os resultados das políticas públicas reforçam a existência do rural como um território rural. No debate brasileiro, dos últimos anos, em torno do desenvolvimento rural, da mesma forma que já se fazia na Europa desde o final da década de 1970, verifica-se uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para compreender o papel do rural no desenvolvimento regional do país.

Essas perspectivas vêm substituindo a visão tradicional, que se apóia na dicotomia rural-urbana e ainda relaciona o rural com atraso e como sinônimo de agrícola e, por outro lado, o urbano com moderno, industrial e serviços. A nova perspectiva sobre o mundo rural se apóia em argumentos que abrem a possibilidade de o *território rural* oferecer alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Mas, para oferecer isso, o território rural tem que utilizar o seu potencial local e aproveitar as suas características históricas e culturais particulares e, também, estar integrado sócio-economicamente com o seu entorno e com o exterior. Estes são os contornos que poderão levar a uma nova ruralidade e contribuir para o desenvolvimento local dos territórios rurais.

Para Abramovay (2000), não existe qualquer razão para que o conceito de meio rural seja associado à idéia de um declínio ao longo do tempo, mesmo considerando uma real e significativa redução histórica do peso da produção agrícola na maioria das economias nacionais. As dinâmicas de algumas regiões rurais, principalmente em função dos menores custos de reprodução da força de trabalho e da proximidade resultante da expansão da infraestrutura de transportes e comunicações, demonstram que a ruralidade não impede a geração de empregos e que, muitas vezes, também, a baixa densidade populacional e as distâncias não são obstáculos ao desenvolvimento. Muitas regiões rurais européias estão inseridas em algumas das zonas mais dinâmicas, no interior de alguns países, ajudando na geração de novos empregos. Para as regiões rurais que ainda estão procurando o seu caminho para o desenvolvimento, as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento de outras regiões rurais, mais prósperas, podem representar modelos alternativos de trajetórias de

desenvolvimento para elas, embora se reconheça a diversidade e a importância das características locais de cada território.

Este estudo fundamenta-se no pressuposto generalizado, neste início de século XXI, entre os principais investigadores dos processos de desenvolvimento, tanto no Brasil como na Europa, que a influência do rural é essencial para a compreensão da diversidade e das origens dos processos de desenvolvimento dos territórios e da sua reprodução. Até mesmo nos ambientes mais urbanos, verificam-se traços rurais, uma vez que as relações rurais-urbanas se aprofundaram, sem que estes dois espaços perdessem suas principais características. Contrária-se, então, as previsões anteriores, ainda presente em alguns estudos contemporâneos, que afirmam que um processo de urbanização generalizada, acelerado pelas migrações rumo ao *urbano-industrial*, ou mesmo da formação de um *continuum rural-urbano*, que tenderia a homogeneizar estes dois espaços, levando a uma *urbanização* do espaço rural²⁰.

Com a crise do modelo fordista, a emergência de um novo sistema de regulação social e a flexibilização geral do capitalismo, novas empresas de pequeno porte garantiriam a diversificação da produção e a flexibilização organizacional e das relações de trabalho. Essa transformação alterou profundamente a estrutura sócio-econômica e cultural do *rural-agrícola*, com este deixando de ser exclusivamente agrícola para se tornar um conjunto fragmentado, diversificado e heterogêneo de territórios, formando uma complexa articulação de sistemas territoriais. Neste estudo, esses casos passam a ser parte importante dos denominados *territórios rurais*, onde a agricultura deixa de ser central na economia do território e as atividades produtivas agrícolas, industriais e de serviços passam a co-existir internamente. Como consequência do declínio da importância da agricultura modernizada “fordista”, esta vai se tornando multifuncional e o território rural começa a ser caracterizado pela diferenciação produtiva e por um processo de integração territorial dos setores, com uma interrupção do fluxo migratório em direção aos centros urbanos (BASILE & CECCHI, 2001).

²⁰Kaiser (1990) define espaço rural como um modo particular de uso do espaço e da vida social, que possui um uso econômico do domínio agro-silvo-pastoril, um estilo de vida de seus habitantes caracterizado pela dependência às pequenas coletividades e pela sua relação particular com o espaço, uma identidade e uma representação específica, fortemente conceituadas pela cultura do camponês.

3.3.1 O Setor Agroalimentar e as Cadeias Globais de Produção e Consumo

A teoria da regulação, embora seja consistente na explicação da crise e das mudanças do capitalismo global e importante para o estudo da reestruturação produtiva mundial, vem tendo algumas dificuldades teóricas para abordar a agricultura e a produção de alimentos. Isto porque o conceito de “relação salarial” da teoria da regulação perde muito do seu sentido na agricultura, devido à grande predominância do trabalho familiar, o que é muito comum no sul do Brasil. As duas principais dificuldades dessa abordagem, quando aplicada ao setor agrícola são a articulação da aplicação setorial da teoria com a regulação global e a aplicabilidade ou adaptação dos conceitos-chaves da teoria da regulação em atividades com características muito peculiares e onde predominam as explorações familiares e o trabalho relativamente independente (BOYER, 1995).

No entanto, Lacroix & Mollard (1995) afirmam que é perfeitamente possível analisar e inserir a agricultura no modo de regulação global quando se leva em conta a sua “coerência econômica e institucional construída progressivamente a partir da segunda metade do século XIX”. Os principais elementos para justificar esta possibilidade seriam: as características da organização técnica, econômica e social, comum à maioria das unidades de produção; o fato de a agricultura se constituir em um espaço privilegiado de concorrência entre os produtores; e, a presença de muitos “dispositivos institucionais, historicamente construídos em nível social”.

E, ainda, quando trata dos dispositivos institucionais, Boyer (1995) se refere à “organização técnica e social da produção e as explorações familiares” como fornecedoras de elementos para a formulação do conceito de “relação social de trabalho” na agricultura, em substituição ao conceito de “relação salarial” da teoria da regulação global e setorial tradicional. Para incorporar a agricultura (familiar) na análise regulacionista (setorial), no sentido de verificar a contribuição desta teoria para o estudo da agricultura familiar, os regulacionistas sugerem que não sejam separados os conceitos de “regime de acumulação” e “relação salarial”, como normalmente se faz no esquema da regulação global. Então, parece ser uma ferramenta compatível com o estudo da situação da agricultura familiar do sul do Brasil, que tem uma estrutura agrária formada por “unidades familiares de trabalho e produção”, nas quais o agricultor (familiar), na formação dos seus rendimentos, é trabalhador e, ao mesmo tempo, produtor-proprietário. Neste estudo, esse processo é determinante de

parte dos resultados da base de dados sobre os mercados de trabalho locais e a produção agropecuária dos vinte e dois municípios da região VRP.

A transição do fordismo, não para um “pós-fordismo”, mas, para um “neo-fordismo” global está na pauta de discussão da Sociologia da Agricultura e da Alimentação, nos debates sobre os rumos do setor Agroalimentar Global e as mudanças nos Sistemas Agroalimentares. Bonanno (1999) destaca duas das mais importantes contribuições para esse debate. Uma alternativa crítica importante aos pressupostos das teorias regulacionistas e ao fim do fordismo, é a de William H. Friedland, na segunda metade da década de 1990. A outra é a de Arce e seus associados, que se utilizam da proposição do “ator orientado” de Norman Long para afirmarem que os processos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local. Alguns dos principais pressupostos e argumentos desse debate serão apresentados no próximo item deste capítulo.

Em seguida, procura-se demonstrar a contribuição das perspectivas territoriais do desenvolvimento para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais e a sua articulação com a abordagem dos SPLs aplicada a esses territórios.

Entre os autores da Sociologia da Agricultura e da Alimentação que discutem a possibilidade de haver ou não uma transição do fordismo, mas para um “neo-fordismo” global e o futuro do setor Agroalimentar, Bonanno (1999) cita William H. Friedland, como autor de uma alternativa crítica importante aos pressupostos das teorias regulacionistas e ao fim do fordismo. A proposta de Friedland, na segunda metade da década de 1990, reconhece tanto a natureza contraditória da evolução da economia global como a ação das diferentes classes sociais envolvidas neste processo e vê a globalização como um fenômeno desigual que não afeta da mesma forma e com a mesma abrangência todas as regiões, setores e mercadorias.

Ele se opõe à visão dos regulacionistas, argumentando que estes cometem dois erros fundamentais: equivocam-se em relação ao fim do fordismo e enfatizam demais a extensão da difusão da produção artesanal flexível. Embora reconhecendo que as tendências para a especialização e a globalização da produção tenham sido confirmadas, Friedland afirma que essas tendências não são caracterizadas pela produção artesanal. Ele cita como exemplo o caso da produção de frutas e vegetais *in natura* na Holanda, onde a presença de pequenas unidades familiares de produção e a descentralização de um amplo sistema de integração vertical não representa o fim da “produção em massa” e a emergência de um sistema manufatureiro baseado na forma artesanal. Segundo ele, indica o desenvolvimento de um sistema de produção em massa bem mais sofisticado (talvez mais apropriado fosse chamar de

um “neo-fordismo”) e que está ancorado nas pequenas unidades familiares de produção. Estas pequenas unidades não podem ser consideradas independentes, porque são controladas pelas grandes corporações transnacionais, que empregaram esquemas técnicos e legais para fragmentar o poder de barganha das unidades de produção. Este parece ser um caso semelhante ao que acontece na produção de tabaco no sul do Brasil.

Na perspectiva de Friedland, uma convicção bastante determinista, a descentralização da produção é um fenômeno complexo que se relaciona com um sistema de controle de descentralização da produção e com o fato de a produção individualizada ser altamente padronizada. O resultado dessa situação é uma produção em massa de mercadorias especializadas, com a produção artesanal sendo realizada em pequenas unidades, ao mesmo tempo em que é padronizado por um complexo sistema de inspeção, baseado em requisitos explicitamente detalhados. Os produtores atendem a esses requisitos quando geram produtos que são homogêneos para os diversos tipos de mercadorias, sendo uma produção individualizada que é gerada em massa.

Para Friedland, a formação de nichos de mercado é o tópico principal para se entender a produção em massa individualizada, pois este fenômeno é a fragmentação de um mercado de massa-padrão em uma variedade de mercados com produtos especializados. Isso responde à crise nos mercados homogêneos de massa, pois introduz um sortimento de produtos necessários para o atendimento das novas demandas dos consumidores globais. Na essência, apesar da aparente independência dos produtores, o processo de trabalho e os produtos mantêm seu caráter fordista e continuam totalmente controlados por aqueles setores que estão “acima” dos produtores. Foi a teoria dos nichos de mercado que permitiu a Friedland rejeitar as teses do fim do fordismo e a transição para o pós-fordismo.

Ainda dentro do debate sobre a sociologia da agricultura e da alimentação, ao afirmar que os fenômenos globais são mediados e reconfigurados pelos atores locais, Bonanno (1989) cita os trabalhos de pesquisa realizados por Arce e seus associados. Estes se utilizam da proposição do “ator orientado” de Norman Long, ao afirmarem que os processos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local e que este é um fenômeno local, baseado nas “leituras particulares dessa situação, feita pelas populações locais”. E, assim, os conceitos de fordismo e de pós-fordismo não teriam capacidade analítica para responder às demandas epistemológicas e para fugir das explicações estruturais reducionistas.

Por isso, Arce (apud Bonanno, 1989) propõe os conceitos de “configuração social”, como o conhecimento humano e as práticas baseadas nos processos e instituições em torno da

produção de mercadorias agrícolas, e o de “animação social”, como os processos que transformam um objeto em mercadoria. Para Arce, a mediação e a interpretação dos fenômenos globais permitem que os indivíduos e as comunidades se emancipem através da incorporação de algumas vantagens da globalização. Ele cita como um exemplo disso o caso do setor de frutas no Chile, que em poucos anos teve a sua produção transformada, passando de um setor limitado e orientado para o mercado interno para um dos maiores fornecedores para o mercado mundial de frutas frescas. No entanto, Bonanno (1989) descreve que Arce, ao enfatizar a capacidade dos atores locais para mediar e interpretar os processos globais, não considera devidamente o poder no contexto global e a importância do papel restritivo das ações dos atores globais.

Com isso, destacam-se somente os casos em que os atores locais obtêm sucesso ao utilizarem as vantagens da globalização, deixando de lado os casos em que os atores locais são prejudicados pelas consequências negativas do processo de globalização, como seria a situação de crise dos produtores argentinos de frutas frescas. Dessa forma, Arce estaria reconhecendo a importância das demandas dos mercados distantes sobre os produtores locais, mas estaria falhando ao não reconhecer o poder e as mudanças resultantes dessas forças após o estabelecimento de tais demandas.

Bonanno (1989) concluiu afirmando que os circuitos globais ainda estão dominados por “processos que destruíram as condições da democracia fordista”, onde o poder econômico domina o processo de tomada de decisões políticas e as reivindicações dos grupos subordinados e suas ações não estão incluídas no panorama político. A capacidade do mercado em incorporar os problemas sócio-econômicos ainda significa apenas dar poder e aumentar a participação dos atores que já possuem poder econômico no funcionamento dos mercados, enquanto diminui o poder daqueles que não podem participar e afetar a dinâmica desses mercados, legitimado pelo discurso da neutralidade dos mercados. Apesar dessa visão pessimista em relação aos rumos das mudanças, ele ainda acredita que possam surgir alternativas de participação nas decisões políticas em uma arena onde a participação agora não é exclusiva do poder econômico. E, ainda que com alcance limitado, existem “possibilidades de resistências” de grupos sociais que atuam também como consumidores, com base nas limitações e contradições das ações das corporações transnacionais, como por exemplo, restrições ambientais.

Por outro lado, as regiões rurais estão, cada vez mais, diversificando as suas trajetórias de desenvolvimento que, nos novos espaços rurais, são coordenadas por diferentes redes

(MURDOCH, 2000). Então, destacam-se as significativas interações entre as cadeias agroindustriais e os territórios, decorrentes do fato de que as suas lógicas – a das cadeias e a dos territórios – serem inseparáveis (SAUTIER, 2002). Essas interações, que são também relações de interdependência, encarregam-se de explicar as dinâmicas territoriais-locais e as formas específicas de articulação entre o “local” e o “global”, sendo que no espaço local é onde ocorre a convergência entre o rural e o urbano, onde se encontram o “mundo urbano” e o “mundo rural” (WANDERLEY, 2001). Com isso, surge o interesse pela perspectiva territorial do desenvolvimento rural, a qual será tratada a seguir.

3.3.2 A Perspectiva Territorial do Desenvolvimento Rural

Da mesma forma que se fez anteriormente em relação à abordagem do desenvolvimento dos territórios em geral, pretende-se, nesta sub-seção, também considerar a possibilidade de um referencial teórico-metodológico que possa ser útil, não só para a interpretação do desenvolvimento dos territórios rurais, mas também para estabelecer adequados instrumentos de políticas e formas de atuação pública nesses territórios rurais. Assim, seria possível passar a considerar o desenvolvimento rural como um processo de mudança social com o objetivo de promover ações articuladas, locais e endógenas, nesses territórios. Dessa forma, o território passaria a ser interpretado como uma nova unidade de referência e mediação para as ações e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Atualmente, no Brasil, um tema que vem sendo debatido nos encontros de especialistas em desenvolvimento rural é o planejamento para o desenvolvimento das áreas rurais. Nesse debate, discute-se a necessidade da presença de organizações administrativas intermediárias, formais ou informais, entre os municípios e os estados da federação e estão sendo incluídas na pauta de discussão, as definições e conceitos de território rural e desenvolvimento territorial. Estas organizações teriam a tarefa de construir conjuntamente projetos estratégicos de desenvolvimento com a participação da sociedade local, das diferentes instituições e das três esferas de poder Estatal.

Pensando na operacionalização do desenvolvimento territorial rural com a necessária consideração da participação social e das dinâmicas sócio-econômicas de reprodução da agricultura familiar, Schneider & Tartaruga (2005) levantaram a questão da utilidade e da adequação da abordagem territorial para o estudo dos processos sociais contemporâneos. E na tentativa de responder a esta questão, defendem a possibilidade de se recorrer ao território

como conceito e, ao mesmo tempo, aproveitar algumas sugestões que vêm da abordagem territorial para realizar a análise de processos de mudança social, como um diálogo entre os conceitos analíticos da geografia econômica e o significado prático e instrumental das abordagens territoriais. Para os autores, não se trata de ficar no “agnóstico e abstrato” campo da teoria e nem tão pouco permanecer somente no empírico e no descritivo, isto porque o tema do desenvolvimento rural requer uma negociação constante entre estas duas dimensões.

Na tentativa de estabelecer uma ponte hierárquica entre os significados de rural e local nos programas de desenvolvimento, Wanderley (2001) argumenta que os programas de desenvolvimento local, em vez de substituir o desenvolvimento rural, incorporam este como parte integrante, sem anular as particularidades de cada um. Acontece onde a diversidade e a proximidade são fontes de integração e cooperação e, ao mesmo tempo, de tensões e conflitos, configurando uma rede de relações recíprocas e complexas. A autora conclui afirmando que se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural dessa sociedade, não pode supor o fim do rural, pois o desenvolvimento rural é parte integrante do desenvolvimento local (WANDERLEY, 2001).

Embora a definição do que seja exatamente *desenvolvimento rural* tenha variado ao longo do tempo, normalmente nenhuma das propostas conceituais deixa de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final do desenvolvimento rural. O conceito de desenvolvimento rural alterou-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento macroeconômico e a vida social, gradualmente, impõem às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001). Este autor, fazendo uma diferenciação entre desenvolvimento agrário e rural, afirma que o *desenvolvimento agrário* é uma interpretação acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade mais ampla, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. Sob tal expressão, a análise centra-se nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais e nos mercados. Segundo o autor, a expressão *desenvolvimento rural* diferencia-se de *agrário* principalmente por tratar-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente ou território rural. Por isso, os diferentes níveis de governo sempre estiveram presentes em todas as propostas de desenvolvimento rural, como seu agente principal na elaboração de ações para implantar uma estratégia futura

de desenvolvimento rural ou visando alterar realidades do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos.

Neste estudo, além de sua abrangência empírica territorial, entende-se *desenvolvimento rural* como sendo também um campo multidisciplinar de produção de conhecimento, muitas vezes, divergentes entre si (NAVARRO, 2001). Um exemplo disso é a quebra da fronteira setorial associada à noção de desenvolvimento rural que tratava como sinônimos o agrícola e o rural. Desde os anos noventa, o próprio significado do que é realmente o rural tem sido objeto de debate entre os pesquisadores e, em consequência disso, os seus conceitos tradicionais vêm sendo repensados. O que já é fruto desse debate é o abandono da identificação do rural como meramente agrícola e a pouca utilidade da dicotomia rural-urbano para as análises do desenvolvimento. No caso desta última, discute-se a validade dos conceitos de área urbana e área rural utilizada pelo IBGE, principalmente quando se analisa essa mudança sob o ponto de vista do novo padrão do trabalho no meio rural, com o crescimento das atividades não-agrícolas.

A partir daí, então, começaram a surgir estudos baseados na perspectiva territorial do desenvolvimento rural, na qual o *local* e o *endógeno* são características integrantes. Neste ponto, é referência obrigatória o texto de Schejtman & Berdegúe (2003), onde estes descrevem, de forma sistemática, a evolução do enfoque territorial e os conceitos e critérios operativos da abordagem centrada no desenvolvimento territorial rural (DTR). Esses autores definem DTR como um processo de transformação produtiva e institucional em um determinado espaço rural com a finalidade de reduzir a pobreza local. Além desta permanente preocupação com a pobreza rural, reforçam o propósito de a produção se articular, de forma competitiva e sustentável, com a economia interna do território e com mercados externos dinâmicos. Além disto, segundo eles, o desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a interação e a articulação dos atores locais, entre si e com os agentes externos relevantes.

Portanto, pode-se afirmar que todo modelo de desenvolvimento que tenha a finalidade de impulsionar o desenvolvimento humano e elevar a qualidade de vida da população de um determinado território rural terá que levar em conta as realidades e potencialidades locais, a diversidade desses territórios e o perfil específico de cada território e seus SPLs, assim como, de suas articulações externas. Conhecer essas realidades é vital para a eficácia de políticas e instrumentos de desenvolvimento mais ajustados aos perfis territoriais, que tenham como alvo

a redução da pobreza, o fomento de atividades produtivas e a modernização tecnológica e empresarial.

Embora não se refira especificamente aos territórios rurais, Pecqueur (2000) admite a possibilidade de um modelo de SPLs não-especializado, ou seja, com uma estratégia de produção localizada em um determinado território e que destaca uma “cesta de produtos”, uma composição que combina bens e/ou serviços diversificados, quando afirma que:

Pour tenter d'entrer dans la boîte noire des économies externes localisées, on cherchera ici à mettre en évidence l'existence d'un modèle du panier de biens. On s'appuiera sur des observations empiriques pour montrer que les acteurs productifs sur un territoire peuvent mettre en place une stratégie de production d'une offre à la fois composite (combinant plusieurs biens et services) et située (liée à un espace particulier, à sa culture et à son histoire). (PECQUEUR, 2000, p.1)

Pecqueur (2004) afirma também que ainda há muitas reflexões para serem feitas com relação ao desenvolvimento territorial e suas articulações com a globalização e sobre a sua capacidade problemática para ser aplicado nos territórios sem um recurso ou produto específico, dominados pela produção “genérica” ou caracterizados por uma “cesta de bens”. Mais especificamente, poderia se afirmar, caracterizado por uma cesta de produtos agrícolas, agroindustriais e de serviços, como são os casos dos territórios rurais da região Vale do Rio Pardo.

Quando os territórios são rurais, com os seus principais sistemas produtivos também sendo caracterizados predominantemente como rurais ou tendo uma origem rural ou agrícola – esses SPLs passam a ser denominados de “SPLs Rurais”. Estes tomam diferentes formas e denominações, tais como, “Distritos Agropastoris”, “Distritos Agrícolas”, “Distritos Agroindustriais” e outras formas, algumas vezes parecendo híbridas quando não explicitamente integradas, que associam características de outros setores (industrial e de serviços) com características destes. A seguir, busca-se demonstrar as origens conceituais e teórica dos SPLs Rurais e de suas formas específicas (os distritos).

3.3.3 SPLs Rurais: Distritos “Agropastoris”, “Agrícolas” e “Agroindustriais”

Os investigadores que estudam o rural europeu concordam que este é complexo, dinâmico e diferenciado e, além disso, aparece hoje como um sistema regionalizado de redes rurais: uma série de territórios em rede, fragmentados e diversificados e cada um com suas próprias especificidades (BERTI, 2005). Como será utilizada na descrição da complexidade

da região VRP, discute-se aqui o potencial de uso e algumas características das noções de distrito: “rural”, “agropastoril”, “agrícola” e “agroindustrial”.

A mudança de foco das estruturas nacionais para as redes heterogêneas foi seguida pela “territorialização” do espaço rural. Como consequência, alguns economistas agrícolas italianos começaram a transferir a base conceitual do “distrito industrial” para a formação dos conceitos de “distrito agrícola”, “distrito agroindustrial” e “distrito rural”. Esta última noção foi introduzida na última década na literatura sobre desenvolvimento territorial (BRUNORI; ROSSI, 2007). Segundo estes autores, foram desenvolvidas diferentes formas de análise para superar os limites dos conceitos de “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola” e para explicar a relevância dos sistemas econômicos territoriais dentro do sistema agro-industrial italiano.

As duas principais razões que contribuíram para isso foram: a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de interpretar a nova economia e a nova sociedade rural emergente do processo de reestruturação que afetou o rural desde a década de 1970; e, mais por uma razão normativa, a necessidade de novos conceitos e um novo modelo de desenvolvimento rural, coerente com as transformações ocorridas nas áreas rurais. Os termos “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola” surgiram na década de 1990, na literatura econômica agrícola italiana (CECCHI, 2001; BELLETTI et al, 2006), como uma adaptação do conceito de “distrito industrial” criado por Becattini (1994).

Os conceitos de “distrito agrícola” e “distrito agroindustrial”, que tiveram origem no conceito de “distrito industrial” de Becattini (1994), foram formulados por economistas agrícolas italianos para descrever os modelos organizacionais econômicos, típicos do sistema agroalimentar italiano, baseado em clusters de PMEs, espacialmente concentrados (CECCHI, 2001; BERTI, 2005). Nos distritos agrícolas ou nos agroindustriais destacam-se os relacionamentos entre a produção agrícola, as empresas industriais e de serviços (fornecedores, processadores e distribuidores) e o ambiente sócio-econômico. Esta é a configuração teórica, muito semelhante aos conceitos e interpretações dos sistemas ou cadeias agroindustriais, de “agribusiness” ou de agronegócio. Essa abordagem interpretativa é formada por três fases, o “antes da porteira”, os fornecedores para a agropecuária (ou agricultura), o “dentro da porteira”, a produção agropecuária, e o “depois da porteira”, as empresas agroindustriais e as distribuidoras do produto.

Essa adaptação para “distrito agroindustrial” foi possível porque este guarda algumas características similares ao do “distrito industrial”, tais como, a concentração de PMEs e a

estrutura organizacional muito parecidas, a predominância da produção de um bem típico, a concentração e a especialização de empresas, os relacionamentos inter-industriais facilitam o funcionamento do mercado local e, por fim, os relacionamentos inter-pessoais que criam uma “atmosfera” favorável para as trocas de conhecimentos. Porém, há uma diferença fundamental entre “distrito agrícola” e “distrito agroindustrial”. O primeiro se forma a partir, apenas, do segmento da agropecuária (agricultura) e do segmento fornecedor de insumos, crédito, máquinas e equipamentos para esta. O “distrito agroindustrial” se forma a partir destas duas, mas também se inclui os segmentos que vêm “depois da porteira”, o segmento que realiza o processamento do produto agrícola, a agroindústria e indústria de alimentos, e o segmento que faz a distribuição desse produto, o atacado e o varejo.

Para Cecchi (2001), o “distrito agrícola” é o interior territorial dos clusters em que a agricultura é a força que impulsiona as outras atividades do distrito, que só existem por causa da produção agrícola local. Enquanto as características principais do “distrito agrícola” são similares às do “distrito agroindustrial” com relação ao realce da sua produção agrícola e da sua dependência em relação à indústria processadora. A principal diferença do segundo em relação ao primeiro está no fato de que nos “distritos agroindustriais” a indústria processadora sempre está presente e com um alto percentual de processamento de produtos agrícolas vindos de fora do distrito. A sensibilidade aos problemas do território, a sustentabilidade de um modelo do desenvolvimento baseado em aglomeração de PMEs, o “enraizamento” das empresas na sociedade local e valor dessas raízes sociais para o modelo organizacional da produção estão na interface da economia territorial com a economia agrícola.

O conceito de distrito rural tem uma história muito curta e não tem uma derivação facilmente identificável com o conceito de distrito industrial, mas apresenta um grande potencial para ser utilizado como ferramenta para políticas de desenvolvimento dos territórios rurais, por apresentar um caráter mais normativo do que analítico. O conceito de distrito rural é derivado de análises do processo de desenvolvimento que transformou a estrutura sócio-econômica do interior. As principais características desse processo de reestruturação são imigrações urbano-rurais, descentralização industrial, declínio da importância agrícola em termos econômicos e de ocupação, a “multifuncionalidade” da agricultura, a crescente importância do setor de serviços na geração de empregos e as mudanças nos modelos de consumo (BERTI, 2005).

3.3.4 Os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) como Meta

Em função das mudanças ocasionadas pela reestruturação do sistema produtivo global, pela modernização tecnológica dos processos produtivos agrícolas e pelo crescente acesso das famílias rurais aos diversos mercados (de trabalho, de bens e serviços e de fatores), os SPLs e, quando existirem, os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs), vêm caminhando para uma crescente integração social e econômica (SCHNEIDER, 1999). Esse processo vem acontecendo desde o final da década de sessenta nos territórios rurais do sul do Brasil, onde a estrutura agrária é caracterizada pela agricultura familiar.

A origem do conceito de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) também está presente nos estudos realizados por Marshall (1992) sobre as vantagens das aglomerações de pequenas empresas de um mesmo sub-setor industrial para o desenvolvimento de algumas regiões da Inglaterra. O conceito tem como seus dois principais pilares os estudos das cadeias ou sistemas agroindustriais ligados à agricultura familiar e a abordagem dos SPL. Sautier (2002) destaca a importância das interações entre cadeias agroindustriais e territórios, afirmando que as lógicas das cadeias agroindustriais e as lógicas territoriais são inseparáveis.

As principais especificidades dos SIALs são: o papel específico dos bens alimentares, pois são os únicos que são literalmente incorporados pelos consumidores no ato de consumo, em vez de serem somente utilizados como os demais bens de consumo; a especificidade da matéria-prima produzida, pois a atividade agro-alimentar tem origem numa matéria-prima agrícola, viva, heterogênea, sazonal e perecível; a relação com o meio e a gestão dos recursos naturais; e, por fim, as atividades agro-alimentares, mais do que outras atividades produtivas, estão vinculadas, frequentemente, com uma parte significativa do “saber-fazer” local (intransferível) e com os conhecimentos transmitidos por aprendizagem (SAUTIER, 2002; MUCHINIK, 2002).

Segundo Schneider (1999), o conjunto das relações sociais de trabalho e de produção, através das quais se dá a articulação da agricultura familiar com uma determinada indústria e integra um complexo sistema de relações multidimensionais, é o que constitui um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esses SPL, tanto em relação ao exterior como entre eles. Sautier (2002) e Muchnik (2002) propõem a noção de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) em vez de simplesmente utilizar a noção de clusters/APL ou SPL do setor agro-

alimentar porque os SIALs têm especificidades que os diferenciam significativamente dos outros SPLs.

Assim, nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de fabricação dos produtos e as preferências dos consumidores, com a produção e a economia rural centrada na transformação e na comercialização de produtos vindos, predominantemente, de unidades rurais familiares de pequena escala. O conjunto das relações sociais de trabalho e produção é o que constitui um SIAL. Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esses sistemas produtivos locais (SPL), tanto em relação ao exterior como entre eles. Assim, procura-se mostrar que nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de fabricação dos produtos e as preferências dos consumidores, com a produção e a economia rural centrada na transformação e na comercialização de produtos, predominantemente, vindos de unidades rurais familiares e com uma pequena escala produtiva.

Apesar da relevância das unidades agroalimentares de pequena dimensão nos SIALs, é certo que também estão presentes unidades de média ou de grande escala com características bem diferentes com relação aos vários aspectos organizacionais e produtivos. Os sistemas são muito dinâmicos, porque algumas unidades evoluem para modelos produtivos maiores ou para modelos mais ou menos "tradicionais", algumas desaparecem e outras emergem ou são criadas. No entanto, um SIAL ou um SPL não pode ser formado exclusivamente por médias ou grandes empresas, pois assim a dinâmica de interação entre elas e a troca de informações favorecidas pela proximidade estariam comprometidas (REQUIER-DESJARDINS, 2002).

No ambiente local, dentro de um determinado território rural é onde interagem as instituições, as organizações sociais, as unidades familiares de trabalho e de produção (UFTP), as empresas, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e financeiros. A estruturação das unidades em torno de uma atividade comum implica a necessidade de uma acertada coordenação entre os atores. Embora esta coordenação possa ser simplesmente de caráter comercial, a condição de proximidade e de pequena escala implicam relações de confiança que podem ser mais ou menos fortes entre os diversos atores que formam o sistema (CORREA, 2004). Para isso, é necessário o desenvolvimento de instituições democráticas, representativas, transparentes e capacitadas, que possibilitem o planejamento com a participação dos atores locais. Além disso, é preciso que estejam presentes mecanismos de gestão que articulem o Estado e as Instituições com a economia e a sociedade local.

A definição dos SIAL destaca o local, na forma de organização e no processo de desenvolvimento, e o papel dos atores dentro do sistema²¹. Enquanto o desenvolvimento local corresponde à dimensão social do SIAL, implicando em melhores as condições de vida, a forma de organização corresponde, além da localização das indústrias num determinado espaço geográfico, a processos históricos de consolidação de uma população sobre um espaço físico. Esta população desenvolve relações culturais e de identidade com o território (CORREA, 2004), ou seja, pressupõe a presença de capital social.

Em quase todas as definições de SPL e de SIAL chama a atenção o destaque dado ao papel dos atores e/ou do capital social dentro desses sistemas. De acordo com Requier-Desjardins (1999a), a definição de capital social reconhece tanto o seu componente social como o seu componente econômico. Assim, o capital social não se refere apenas às regras e normas empresariais e às relações de confiança e de amizade entre os indivíduos e as redes sociais, mas, também, às vantagens econômicas dos indivíduos obtidos através do capital social. Este rendimento é gerado pela troca de informações, conhecimentos, mão-de-obra ou outras formas de cooperação.

No entanto, no estudo das dinâmicas dos territórios rurais da região VRP e dos seus Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), não se encontrou nenhuma forma de aglomeração, com todas as características e/ou definições de SIAL, que tivesse algum destaque sócio-econômico, embora se tenha procurado incorporar as sugestões originais da abordagem teórica dos SIALs, sugerida por Requier-Desjardins (1999b, 2002a, 2002b). Porém, identificaram-se alguns tipos específicos de Sistemas Produtivos Localizado (SPL) diversificados, ligados às atividades agroalimentares ou agroindustriais (onde também se inclui o tabaco) e relacionado com um determinado território. Por isso, os SIALs permaneceram como uma meta a ser perseguida pelos territórios e pelos atores locais da região VRP no processo de busca do desenvolvimento, tendo como potencial para futuros SIALs na região, culturas agrícolas como a mandioca e a cana-de-açúcar, entre outras.

²¹ Na definição de SIAL, a área ocupada pelas unidades de produção agrícola deve estar incluída no território representado pelo SIAL. No entanto, a distância entre as empresas, a densidade por unidade de superfície e o grau de concentração variam conforme o tipo de indústria, a natureza da matéria-prima e o processo de evolução do território.

3.4 Resumo e Considerações Finais

O objetivo principal deste capítulo três era demonstrar que o debate em torno das aglomerações territoriais foi a origem das emergentes abordagens dos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs). A partir disso, apresentou-se a possibilidade de os SPLs representarem, então, os mecanismos de mediação entre os efeitos do capitalismo global e as propostas locais-endógenas para o desenvolvimento territorial, por meio de duas estruturas de coordenação: a regulação e a governação. Além disso, foi possível identificar e apresentar algumas definições, diferenciações e características relacionadas com SPLs, APLs e Clusters.

Este capítulo partiu da afirmação de Pecqueur (1992) de que os territórios podem ser representados pelos seus Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs), pois estes refletem as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento territorial, quando a análise dos SPLs é feita do ponto de vista produtivo, mas que incorpora as ações humanas de reciprocidade, cooperação e concorrência. Como resultado disso, pode-se afirmar, então, que as diversas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios, resultantes dessas mediações, combinam as potencialidades locais dos territórios com as oportunidades externas, com diversos graus de participação de cada uma. Estas vão desde as dinâmicas daqueles territórios formados por municípios com uma grande dependência (renda e emprego) do Estado (federal, estadual e prefeituras), como Lagoa Bonita do Sul ou Tunas, até as dinâmicas daqueles formados por municípios, tais como Santa Cruz do Sul, com fortes relações de dependência com os mercados - locais, regionais, nacionais e/ou globais - de produtos e serviços agroindustriais.

Conforme foi visto, a abordagem territorial do desenvolvimento tem uma proximidade geográfica e institucional que justifica a ação pública local e explica a coordenação feita pelos atores, tais como Estado, mercado e outras instituições sociais. Mas, Pecqueur (2004) constatou que o modelo tem obstáculos importantes e não funciona de forma espontânea, o que exige uma ação pública adequada. Por isso é que os territórios assumem a forma de SPLs, pois é assim que os atores e instituições do território passam a gerenciar os seus recursos e a produção e a executar as suas ações de regulação e governação do território, gerando as suas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento. Os SPLs incorporam também os mecanismos de coordenação – a regulação e a governação – dessas dinâmicas territoriais.

As incertezas sobre os rumos da atual reestruturação produtiva capitalista fazem crescer a importância das instituições, porque estas são capazes de reduzir as incertezas nas relações sociais e no processo de formação e consolidação dos SPLs. O estudo das contribuições das instituições na regulação, governação e estabilidade sócio-econômica dos territórios e SPLs, que também foi discutida na primeira seção deste capítulo, fornece subsídios para que se acredite que está nas “Instituições” a resposta para duas questões relacionadas com o desenvolvimento dos territórios: os fatores determinantes das suas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento e a origem da diversidade de respostas à globalização ou, dito de outra forma, das reações diante dos efeitos da crise do capitalismo e da nova realidade global da reestruturação.

Os estudos sobre os sistemas produtivos locais (SPL) tiveram origem nos trabalhos de Marshall (1992) sobre a organização da produção. Esses trabalhos identificaram a formação dos distritos industriais e serviram de ponto de partida para diversos estudos que buscavam identificar e classificar as aglomerações produtivas.

Com relação, especificamente, às dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, verificou-se que, com a crise do modelo fordista do capitalismo, está-se redescobrimo os valores tradicionais atribuídos à organização social dos territórios rurais, embora um baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico, que ainda permanece em muitos desses territórios, indique uma situação de pobreza. Essa revalorização do local, a capacidade de organização e de pressão dos atores sociais e os resultados das políticas públicas reforçam a existência do rural como um território rural.

No debate brasileiro em torno do desenvolvimento rural já se identifica uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para compreender o papel do rural no desenvolvimento regional do país. Uma nova perspectiva de estudo vem substituindo a visão tradicional, que se apoiava na dicotomia rural-urbana e confundia rural com agrícola, por uma visão sobre o mundo rural que se apóia na possibilidade de o “território rural” incluir também as pequenas cidades do “interior” e oferecer novas alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Espera-se que, assim, o território rural possa utilizar o seu potencial local, suas características históricas e culturais e as oportunidades externas, levando a uma nova ruralidade e contribuindo para o desenvolvimento desses territórios.

Estas considerações teóricas apresentadas neste capítulo foram fundamentais para o estudo empírico realizado na região VRP, na identificação de seus territórios e de seus SPLs rurais, os quais serão apresentados nos capítulos quatro e cinco, a seguir.

4 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS: O CASO DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO (VRP)

Conforme foi visto nos capítulos anteriores, o pressuposto da idéia de território utilizada neste estudo não é a de um simples suporte físico das atividades econômicas, mas de um espaço sócio-econômico construído historicamente, onde a eficiência das atividades econômicas é consequência, também, dos laços de proximidade e do sentimento de pertencimento. Por essa razão, desde o início, esperava-se que a região VRP, em função da sua diversidade sócio-econômica, ambiental, cultural e política, resultante das diferentes origens e trajetórias internas de ocupação e colonização, pudesse ser um campo fértil para a identificação de diversificados territórios dentro dessa região. Além disso, nos últimos anos, também na região VRP, como provavelmente é o caso das outras regiões de colonização antiga do Rio Grande do Sul, emergiram novas e diferenciadas formas de produção e de reprodução das relações sociais e de trabalho, o que configura uma nova dinâmica sócio-econômica, reconhecidamente ligada ao processo de acumulação capitalista (SCHNEIDER, 1999). Pelos motivos acima, pela necessidade de uma mudança da matriz produtiva da região, pelo interesse de alguns atores locais (tais como Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc) em conhecer e estudar a região e por outras razões que serão apresentadas ainda neste capítulo, é lícito supor que a região VRP é um excelente “laboratório” para a aplicação de alguns pressupostos teóricos das abordagens propostas. Estas destacam o papel dos territórios, dos SPLs e das instituições no desenvolvimento rural e regional.

Além da apresentação da metodologia, a outra razão para a existência deste capítulo é a necessidade de uma ponte entre a teoria apresentada nos capítulos anteriores e a demonstração da tipologia dos territórios rurais e seus SPLs, na forma de distritos, presentes na região VRP e apresentados no próximo capítulo. O que ocorre é que nem todos, ou nem sempre, os territórios apresentam, individualmente, somente características próprias exclusivas, que possam ser explicadas pelos pressupostos teóricos. Como por exemplo, pode ocorrer de mais de um território possuir características comuns em relação à sua origem, mas terem trajetórias históricas diferentes, ou serem dependentes em relação aos mercados de tabaco, mas, apresentam dinâmicas sócio-econômicas diferentes, o que não implicaria numa mesma solução ou estratégia de reprodução, no caso de um eventual problema com o mercado de tabaco. Por outro lado, alguns dos territórios da região, embora sejam diferentes na sua

essência, têm problemas ou soluções comuns, tais como aqueles que se referem às questões ambientais ou de infra-estrutura. Por isso, então, surgiu a idéia de um capítulo que atendesse as pressuposições teóricas que não se enquadrariam especificamente ou exclusivamente num determinado território, mas apresentaria os efeitos diretos da globalização e da regulação institucional (mercados, Estado, associações e organizações) ou, mais especificamente, do sistema agroindustrial, sobre a região VRP e, indiretamente, sobre os territórios rurais.

Dessa forma, então, poderia-se afirmar que os quatro territórios identificados na região VRP (descritos no próximo capítulo) são resultantes de uma “construção” estatística e histórica, a partir das estratégias dos atores locais envolvidos, dos recursos disponíveis e de mecanismos de aprendizagem e da aquisição de conhecimentos e informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva. A idéia central da abordagem territorial do desenvolvimento utilizada aqui é a da integração e coordenação (resultante tanto da regulação como da governação local do território) entre as atividades, os recursos e os atores, em oposição aos enfoques setoriais que separam tanto o urbano do rural, como o agrícola do industrial. Por esse motivo, a análise foi realizada através de um estudo da trajetória histórica dessa região, na tentativa de se demonstrar como se formaram e como se reproduzem os diversificados e complexos territórios e SPLs da região.

Neste capítulo, após a apresentação da metodologia e do contexto histórico de formação e desenvolvimento dos territórios da região, descrevem-se as principais características físicas, sócio-econômicas e culturais da região administrativa *Vale do Rio Pardo* (VRP)²². Por fim, procura-se mostrar o resultado da identificação das possíveis relações entre a evolução histórica do desenvolvimento dos territórios e a presença de mecanismos institucionais de regulação e governação desses territórios na região VRP. Esta investigação realizou-se através de uma análise da contribuição histórica de algumas instituições nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região desde o início da colonização alemã na região, nos últimos 150 anos, e na origem do atual estágio do capitalismo fordista na região, desde os primeiros anos da década de 1970, considerado este um período com condições favoráveis ao processo de expansão capitalista na região. Para demonstrar as contribuições teórico-metodológicas da abordagem territorial do

22Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Seus principais objetivos são: a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência da população na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente. O Rio Grande do Sul atualmente está dividido geograficamente em 24 regiões administrativas (COREDES).

desenvolvimento rural e das perspectivas regulacionistas, institucionalistas e dos SPLs para uma abordagem de estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, realizou-se uma análise empírica e uma tipologia das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento da região VRP.

Em contraste com o processo de crise do capitalismo fordista em algumas regiões do globo, a região VRP aproveitou algumas oportunidade do mercado externo e, ao mesmo tempo, as potencialidades de seus recursos – ambientais, humanos e sociais – e, especificamente, a presença de um grande contingente de agricultores familiares, para expandir a produção de tabaco e aprofundar as suas relações com o capitalismo fordista. Ao lado do trabalho quase artesanal da produção agrícola familiar, principalmente na fase de colheita, aprofundou-se a especialização e a mecanização em alguns segmentos específicos da cadeia de produção, basicamente na indústria, investiu-se em tecnologias para a produção agrícola e ampliou-se o planejamento extensivo das empresas agro-industriais. Em consequência, os frutos vêm sendo colhidos de forma muito semelhante ao que tinha acontecido nos países centrais, quando estes desenvolveram o capitalismo fordista, embora agora no caso da região VRP, essa fase tenha contado com a contribuição adicional da agricultura familiar. A partir daí, verificou-se, na região, um aumento da *inclusão* de muitas famílias no processo de desenvolvimento. Além disso, com mais intensidade em Santa Cruz do Sul, o crescimento econômico e a elevação da massa salarial provocaram uma elevação do padrão de vida e o crescimento da classe média, o que, por consequência, provocou uma movimentação populacional, em direção à Santa Cruz do Sul, de parte das populações dos municípios vizinhos.

4.1 Metodologia para Determinação dos Distritos Rurais da Região VRP

Nesta primeira seção são apresentados os principais passos utilizados para a sistematização dos dados e a realização da tipologia, que demonstra empiricamente a possibilidade de articulação da abordagem dos “Sistemas Produtivos Localizados – SPL” (*Systèmes Productifs Localisés - SPL*) com a perspectiva territorial do desenvolvimento rural.

A análise das dinâmicas de desenvolvimento da região *Vale do Rio Pardo (VRP)* foi realizada através da identificação das variáveis e fatores que determinam as formas estruturais sócio-econômicas dos SPLs na região VRP e as suas articulações com a dinâmica de desenvolvimento dos territórios. Para esta identificação e para realização da tipologia dos

SPLs foram utilizados dados secundários e a análise multivariada de dados e de métodos estatísticos como a análise fatorial e a classificação dos tipos principais.

A partir da afirmação de Polanyi (2000), de que a economia de mercado converteu o trabalho humano e a natureza (assim como também o dinheiro) em mercadorias, optou-se por uma análise que utilizasse principalmente as variáveis relacionadas com o mercado de trabalho e a produção agropecuária. A idéia era que essas variáveis, entre outras coisas, refletissem, pelo menos parcialmente na região, os efeitos do contra-movimento **sócio-ambiental** de comportamento defensivo da sociedade, que ocorre em nível territorial-local, enfrentando “a ação do mercado em relação aos fatores de produção – **trabalho e terra**” (POLANYI, 2000, p.162, grifo nosso) Esta é uma das principais referências teórico-metodológicas para a utilização, neste estudo, das variáveis e fatores relacionados com a produção agropecuária, representando indiretamente o fator terra, e os principais mercados de trabalho formal, representando o fator trabalho, dos municípios da região VRP.

Em quase todos os estudos sobre as aglomerações produtivas, basicamente SPLs, clusters e APLs, no Brasil, as metodologias de identificação das mesmas utilizam o Quociente Locacional (QL) como primeiro ou principal critério, geralmente em função do número de empregos gerados pelo setor, no município ou na região. Para determinar quantitativamente se uma região ou um município é especializado em um setor específico o valor do QL deve ser superior a um. Um segundo critério poderá ser utilizado para qualificar essa especialização, que geralmente é a participação relativa dos empregos gerados pelo setor numa esfera mais abrangente do que o município ou a região e/ou o número mínimo de estabelecimentos do setor. Portanto, pode-se concluir que o critério do QL é uma metodologia que tem um viés setorial significativo, mas é um indicador de grande utilidade para a identificação da especialização, ou da diferenciação, produtiva de uma região, de um território ou de um município, desde que seja acompanhado de um estudo das características sócio-econômicas locais. Este estudo foi feito, no caso da região VRP, quando se incluíram informações municipais referentes à produção agropecuária, além do tamanho das empresas, valor agregado (PIB) por setores econômicos (agricultura, indústria e serviços), população total e rural e, também, faixas de renda e de escolaridade da população com emprego formal.

4.1.1 Seleção das Variáveis Classificatórias e a Formação dos Grupos

Tendo como referência os marcos teóricos já expostos foram escolhidas as variáveis classificatórias originais, que foram selecionadas em seguida com a ajuda do programa estatístico, tanto as qualitativas como as inicialmente quantitativas, que depois foram transformadas em qualitativas. Todas essas variáveis foram agrupadas por conjuntos de critérios que refletem tanto a situação sócio-econômica dos municípios, e a sua relação com o desenvolvimento, como também identificam os atuais e os potenciais sistemas produtivos locais (SPLs) da região, neste caso, representados por quatro estruturas na forma de distritos rurais. Mais especificamente, as variáveis refletiram, em cada município, entre outras: as relações urbano-rurais; a estrutura agrária; as relações de trabalho; a origem, evolução e distribuição da população e da renda; a evolução histórica e a composição da estrutura de produção industrial, agrícola e serviços, a “cesta” de bens e serviços produzidos (atividades); a estrutura dos mercados agrícolas; a participação do Estado no mercado de trabalho; a presença de atores sociais coletivos e de algumas estruturas de produção.

Em seguida, após o cálculo dos QLs, fez-se uma distribuição dos resultados desses cálculos em cinco escalas ou intervalos que variavam de acordo com a intensidade de concentração setorial no município. Cada um desses cinco intervalos passou a representar uma variável para cada um dos setores geradores de emprego formal e para cada um dos produtos agropecuários produzidos em cada município. Então, o grau de concentração dos setores empregadores e das atividades de produção agropecuária foi distribuído da seguinte forma: entre 1,0 e 1,5; entre 1,5 e 2,0; entre 2,0 e 3,0; entre 3,0 e 4,0; entre 4,0 e 5,0; e, por último, mais de 5,0. Estes valores significam o número de vezes que a concentração da variável em questão é maior no município do que em relação à concentração da mesma variável na região VRP. Por exemplo, quando o QL de empregos da indústria de plásticos num determinado município for igual a 2,0 significa que o percentual de empregos dessa atividade, em relação ao total de empregos do município, é de duas vezes o percentual de empregos dessa atividade na região, em relação ao total de empregos da região.

Após a seleção preliminar das variáveis utilizadas no estudo, teve início a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que selecionou as variáveis que formaram os subconjuntos menores de fatores independentes. A ligação ou a dependência entre duas variáveis qualitativas, na AFC, é medida pelo teste Qui-Quadrado (X^2) de contingência, muito

utilizado na análise de dados. Assim, a observação de duas variáveis qualitativas sobre um conjunto de indivíduos permite construir uma tabela de contingência (FENELON, 1981).

Em seguida, com as variáveis já selecionadas e os fatores determinados, foi realizada a Classificação Ascendente Hierárquica (CAH), que permite separar os grupos de indivíduos (municípios) com características diferentes na região e juntar aqueles com características semelhantes dentro de um mesmo grupo, território ou um sistema produtivo local (SPL). Por fim, foi feita uma descrição das características de cada um dos grupos sub-regionais predominantes e de suas articulações com a dinâmica de desenvolvimento da região.

4.1.2 As Variáveis: Produção Agropecuária e Mercados de Trabalho Locais

A partir das considerações sobre as duas principais características do fordismo - os sistemas tecnológicos industriais e as relações capital-trabalho – utilizou-se como variáveis chaves, neste trabalho, aquelas relacionadas com os mercados de trabalho locais (agrícolas, não-agrícolas, rurais e urbanos) e com a produção agropecuária. Essas variáveis foram utilizadas para a determinação e caracterização dos diferentes sistemas produtivos (grupos) existentes dentro da região VRP e das articulações dos territórios com os seus sistemas produtivos. O primeiro conjunto de características do fordismo impulsiona o sistema, racionalizando a produção, implementando a divisão do trabalho, incorporando a inovação tecnológica e aumentando a escala de produção. Já a relação capital-trabalho é a tentativa de integrar aqueles que recebem salários na economia de mercado, como trabalhadores-consumidores do modelo de produção-consumo de “massa” de bens duráveis.

Essas características determinam os novos “modos de vida”, os ganhos de produtividade resultantes do uso da tecnologia e os modelos de consumo desde ao final da II Guerra Mundial. De acordo com a teoria regulacionista, para que houvesse estabilidade do sistema e/ou do regime de acumulação, esses modelos de consumo deveriam estar sincronizados com os de produção, o que não ocorreu no final da década de 1920, desequilíbrio semelhante ao que também vêm acontecendo atualmente nos mercados mundiais de alimentos e matérias-primas, e iniciou uma grande crise em 1930. Então o modelo fordista viabilizou a primeira condição para que houvesse a acumulação de capital, os assalariados deveriam ser também, ao mesmo tempo, consumidores de mercadorias em grande escala.

Foi esta a base para o crescimento das economias centrais no pós-guerra até o início dos anos setenta, deixando de lado, ou para posterior solução, os pequenos conflitos. Os ganhos de produtividade são regulados por formas institucionais e compromissos sociais que resultam em normas de produção e de consumo que se articulam. Boyer (1995) faz uma relação da evolução econômica do fordismo com um motor de dois tempos, a “explosão” e a “expansão”. O primeiro é o resultado do sistema produtivo, através da modernização dos ramos que produzem para o consumo e pela incorporação de inovações técnicas, aumento da taxa de investimento e pelas economias de escala. O segundo momento (tempo) é resultante da distribuição do poder de compra, que faz crescer o consumo e a aquisição de bens de produção (máquinas e equipamentos), provocado pela expansão dos mercados e do progresso técnico.

Então, as variáveis relacionadas com os mercados de trabalho nos municípios foram consideradas representativas da qualidade e da mensuração das relações e da interface entre os mercados e as sociedades locais. Enquanto que, as variáveis relacionadas com a produção agropecuária dos municípios foram consideradas representativas das relações do mundo rural com o mercado e de grande parte das relações entre sociedade, natureza e poder econômico.

Para a identificação da estrutura econômica e das potencialidades da região, as principais bases da tipologia dos SPLs, foi utilizado o Quociente Locacional (QL)²³, a medida de especialização regional mais utilizada nos estudos sobre APLs, Clusters e SPLs. A medida de participação nos mercados de trabalho mais utilizada é o percentual de empregos gerados num setor, segmento ou atividade em relação ao total de empregos ou empregados no município e o resultado deste em relação ao percentual do mesmo setor em relação ao total de empregos na região VRP (Paiva, 2004), ou seja:

$$QL = \frac{\frac{\text{N}^\circ \text{ de empregados do setor Y no município X}}{\text{N}^\circ \text{ total de trabalhadores do município X}}}{\frac{\text{N}^\circ \text{ de empregados do setor Y na região VRP}}{\text{N}^\circ \text{ total de trabalhadores da região VRP}}}$$

Paiva (2004) sugere uma adaptação deste QL para os territórios rurais e particularmente para a identificação dos diferentes segmentos produtivos rurais ou produtos agrícolas. A sugestão é de um QL “rural” que toma a seguinte forma:

²³ Paiva, 2004; IPARDES, 2003; Campolina Diniz, F. Santos e M. Crocco (2004).

$$\text{QL} = \frac{\frac{\text{Valor da produção do produto agrícola Y no município X}}{\text{Valor agregado bruto (VAB) da agropecuária no município}}}{\frac{\text{Valor da produção do produto agrícola Y na região VRP}}{\text{Valor agregado bruto (VAB) da agropecuária da região VRP}}}$$

Esta parece ser uma forma capaz de demonstrar a potencialidade dos territórios rurais. Quando se têm dados confiáveis sobre ocupação e emprego rural é possível calcular o QL em termos de percentual de trabalhadores ocupados em cada atividade ou produto agropecuário, do município em relação à região ou ao estado (RS). Mas, não sendo possível, quando é o caso de regiões como a do VRP, com grande quantidade de agricultores familiares que trabalham ao longo do ano em várias atividades diferentes ao mesmo tempo, a melhor alternativa é calcular o QL utilizando os valores da produção agropecuária.

4.1.2.1 Critérios Secundários para Estabelecer “SPLs Diversificados” e “Pólos”

Além do critério principal, através do nível de concentração medido pelo cálculo do QL (quociente de localização), também foram utilizados o número mínimo de empregados e, ao mesmo tempo, o número mínimo de empresas por sub-setor dentro do distrito (como critérios secundários e não-classificatórios dos grupos) para identificar a existência de sub-setores especializados dentro dos distritos. Esses números mínimos de empregados e de empresas para os sub-setores foram determinados de forma diferenciada, conforme o setor analisado. Quando foram analisados os setores industriais, “agroindustrial” e “não-agroindustrial” estabeleceu-se 30 empresas e 250 empregos, em cada sub-setor do distrito, e quando foi analisado o setor de serviços estabelece-se 60 empresas e 500 empregos por sub-setor. Este nível maior de exigência no setor de serviços se deveu ao fato deste setor estar, proporcionalmente, num patamar mais elevado em termos de geração de empregos, que é derivada ou, inicialmente, dependente dos outros setores. Caso não fosse assim, o setor de serviços seria, praticamente, o único determinante na formação dos “distritos diversificados” ou dos “pólos”.

Então, definiu-se que os sub-setores com QLs acima de um (1,0), que também tivessem acima desses níveis mínimos, ao mesmo tempo, tanto para o número de empregados como para o número de empresas, poderiam ser considerados como formadores de “distritos diversificados” (com esses sub-setores). Quando um sub-setor, após constatado que o seu QL

é maior que um (1,0), tiver em uma ou em outra situação (mas não nas duas), número mínimo de empregados ou número mínimo de empresas, o mesmo será considerado um “pólo”. Por exemplo, o distrito “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul” é um “distrito diversificado” e com uma “cesta de bens e serviços”, entre os quais se inclui o sub-setor de “construção civil” que emprega 1.171 pessoas, tem 110 empresas e tem um QL de 1,5 (Tab. 22). Enquanto que, no mesmo distrito, o sub-setor “ensino superior” é considerado um “pólo” porque emprega mais de 1.200 pessoas, no entanto, está restrito a apenas uma instituição de ensino (UNISC), embora o seu índice de concentração (QL) seja relativamente alto, ou seja, quase duas vezes (1,9) a média da região VRP. Mas, na origem e formação de todos esses distritos, está presente o contexto histórico da região, que exerce um papel fundamental nas atuais dinâmicas de desenvolvimento dos territórios e nas características dos seus distritos.

4.2 O Contexto Histórico de Formação e Desenvolvimento dos Territórios Rurais

De acordo com Ianni (1994), a evolução da sociedade nacional sempre é resultante da evolução de um processo histórico, que não amadurece porque está em constante evolução, embora em diferentes graus e velocidades. Tendo em vista essa afirmação, procura-se, neste trabalho, adaptar essa idéia para a dimensão regional e territorial do desenvolvimento. Com isso, pode-se afirmar que as sociedades locais também continuam vivendo um complexo e contraditório processo social, sendo a todo momento desafiada por diferentes tipos de relações ou interferências externas. Desde o mercantilismo, passando pelo colonialismo e o imperialismo, até o atual movimento de globalização, as dinâmicas sócio-econômicas locais estão sempre refletindo as tensões e exalando as contradições, que tanto podem conduzir à integração como a desintegração.

A formação das regiões e de seus territórios são processos históricos de criação geográfica, econômica, demográfica, cultural, social e política, que evolui de acordo com a negociação entre as forças sociais internas e externas. O processo de ocupação do Rio Grande do Sul teve início ainda na primeira metade do século XVII, com a entrada dos jesuítas a serviço da Coroa Espanhola. Um século depois, teve início a ocupação portuguesa, com a distribuição de sesmarias e a construção de fortes militares nas áreas de fronteiras (Fig. 1).

Essa foi a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e a defesa desse território disputado com a Espanha. Os beneficiários da distribuição de sesmarias, com áreas de aproximadamente 13 mil hectares, eram as pessoas ligadas à Coroa por vínculos de

amizade ou eram funcionários públicos ou militares graduados. A colonização com imigrantes trazidos das ilhas do arquipélago de Açores ocorreu a partir da metade do século XVIII, preferencialmente no litoral sul do Estado.

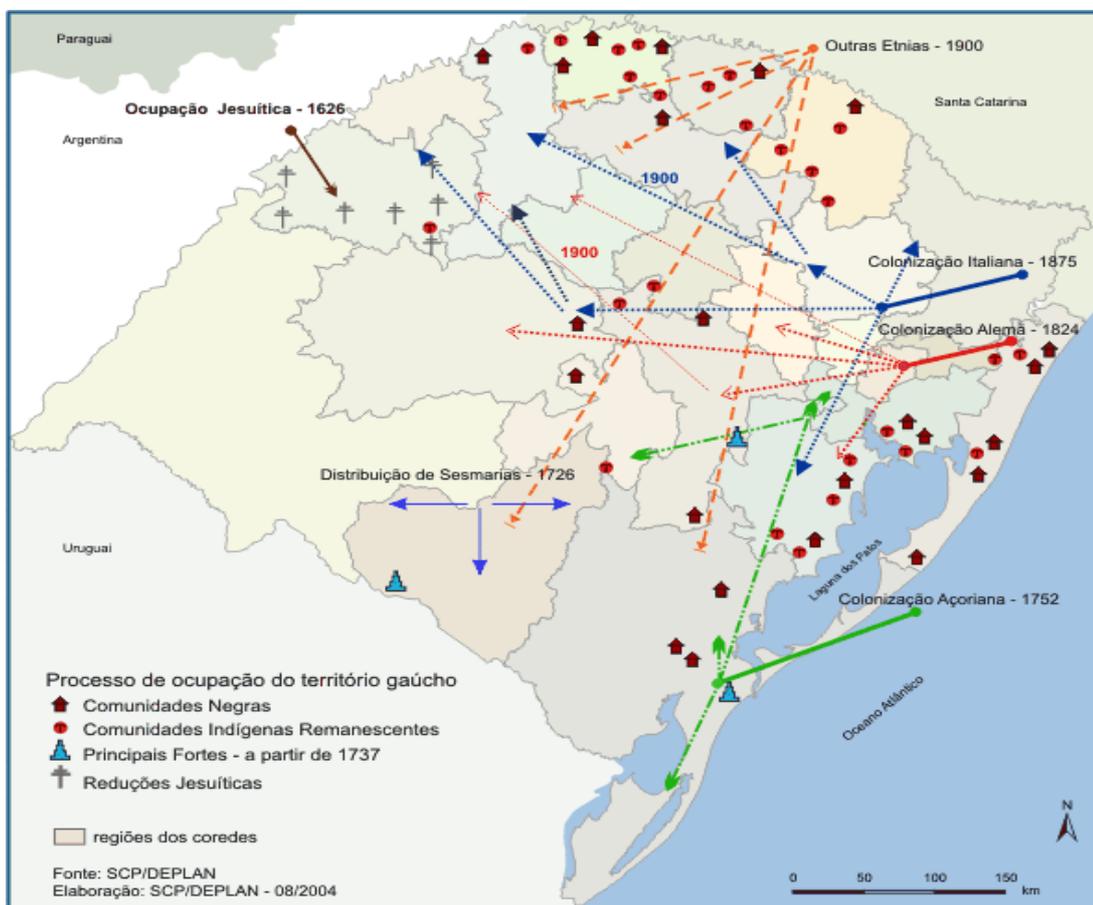


Figura 1 - Processo de ocupação do Rio Grande do Sul
Fonte: SCP/DEPLAN Elaboração: SCP/DEPLAN

A colonização alemã, assim como a italiana que veio em seguida, ocorreu a partir do centro e se estendeu em direção ao norte do Estado, com a implantação de colônias formadas, basicamente, por agricultores familiares e artesãos a partir da metade do século XIX, caracterizando os territórios como os que se conhece hoje como as “colônias velhas”. Posteriormente, já no início do século XX, a colonização pelos descendentes dos primeiros imigrantes ocorreu, predominantemente, em direção ao oeste do Estado, formando as “colônias novas”, consolidando uma estrutura fundiária, como a que já existia nas primeiras, baseada na agricultura familiar em pequenas propriedades

4.2.1 A Ocupação do Território pelos Luso-Brasileiros

Além do esforço necessário para garantir a ocupação e a posse da região mais ao extremo sul do Brasil, onde hoje é o Rio Grande do Sul, as vantagens econômicas com a exportação de couros e a descoberta das minas de ouro onde hoje é o estado de Minas Gerais tiveram grande importância no desenvolvimento da mesma. Com isso, a região passou a integrar de forma periférica a economia brasileira, por um longo período, através do abastecimento da região mineira, onde a mineração e a exportação de ouro eram as principais atividades econômicas, com grandes quantidades de gado muar e cavalos para o transporte e de gado vacum para a alimentação da população mineira.

Após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, com o objetivo estratégico de garantir a ocupação do território sul-riograndense, teve início a primeira tentativa de colonização do território com a vinda dos casais açorianos, que receberam terras, concessões com aproximadamente 270 hectares, na região da Lagoa dos Patos e dos rios Guaíba e Jacuí. Inicialmente, estes se dedicaram à produção de trigo, mas com o problema da “ferrugem” tiveram que abandonar essa atividade agrícola na década de 1810. Com isso, também passaram a se dedicar à pecuária, aproveitando-se da expansão da indústria do charque - “as charqueadas” - no final do século XVIII, quando teve início a utilização mais intensiva de mão-de-obra escrava.

Nos campos às margens do Rio Jacuí, o gado bovino era o principal atrativo para a ocupação, pois foi a abundância de gado que tornou possível o povoamento e a ocupação (Fig. 2). A coroa portuguesa garantia aos interessados a propriedade da terra, mas a subsistência deveria ficar por conta daqueles que a recebessem. Os eventuais problemas de sobrevivência nessas terras eram amplamente compensados pela exploração do gado, que garantia a alimentação e uma grande margem de lucro com a exportação da carne e a venda de couros para os estados do centro do país.



Figura 2 - Paisagem típica dos campos do sul da região VRP
Fonte: Fotografia do autor

A formação das primeiras invernadas e estâncias de luso-brasileiros, militares, paulistas e lagunenses, foram responsáveis pela introdução da pecuária no Rio Grande do Sul. Essas propriedades ficavam próximas dos caminhos das tropas que saíam da região e seguiam em direção ao norte, inicialmente pelo litoral e depois também por onde hoje se localiza o município de Lages, em Santa Catarina.



Figura 3 - Igreja de Rio Pardo - influência portuguesa no sul da região VRP
Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo

As marcas culturais e religiosas dessa etapa da ocupação do Rio Grande do Sul com descendentes de portugueses estão ainda presentes nos municípios de Encruzilhada do Sul, General Câmara e Rio Pardo (Fig. 3).



Figura 4 - Sede de uma “estância” em Encruzilhada do Sul: vestígios da ocupação luso-brasileira
Fonte: Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul

A atividade pecuária crescia juntamente com a progressiva e ampla distribuição de sesmarias e a formação de invernadas, que em seguida transformavam-se em estâncias (Fig. 4). A concessão das sesmarias, a partir de 1732, representou o nascimento e o estabelecimento da propriedade privada, tanto na região como no restante do Rio Grande do Sul.

4.2.2 A Colonização e a Imigração Alemã

Da mesma forma que nas demais colônias do Rio grande do Sul, os imigrantes europeus ocuparam terras com acentuada declividade e cobertura florestal natural (mata), que eram impróprias para a pecuária (Fig. 5 e 6). Portanto, sem a possibilidade de interferir nos negócios dos pecuaristas luso-brasileiros da região, que ocupavam os campos da planície central, às margens do Rio Jacuí. Ao mesmo tempo em que esta separação espacial atendia aos interesses dos pecuaristas, tornava os colonos independentes em relação ao grande proprietário, sendo este um elemento básico que separou as duas áreas.

Afirma-se que esta separação foi um dos fatores determinantes na distribuição e desenvolvimento das colônias alemãs (HEIDRICH, 2000). Esta foi uma forma de integração através de relações comerciais de complementação recíproca entre as duas culturas com estruturas diferentes, a da grande propriedade pecuarista, hierarquizada com fazendeiros,

peões e escravos, e a da propriedade colonial, mais igualitária e com um regime familiar de trabalho e produção.



Figura 5 - Vista atual da região onde foram implantadas as primeiras colônias alemãs
Fonte:Disponível em http://www.terra gaucha.com.br/DCP_6351.JPG (acesso em 15/10/2007)

A distância entre a zona colonial e a Campanha (região de campos para a criação de bovinos principalmente) durante essa época estimulou o surgimento de um mercado interno regional. Assim, possibilitou-se a inserção da formação social colonial agrícola na formação social rio-grandense. Junto com o cultivo do fumo, a partir de sementes trazidas de Cuba em 1851, eram cultivados também o milho, a mandioca, a batata e o feijão. No início era uma economia de subsistência, em seguida a agricultura começou a produzir alguns excedentes e posteriormente esta agricultura se tornou mais comercial, com a ampliação do mercado consumidor (MOURE, 1994). A produção agrícola na zona colonial, com base na pequena produção familiar, foi um importante componente para a formação do mercado, pois o imigrante possuía um poder de compra maior do que a massa assalariada do campo e da cidade de outras regiões do país (HEIDRICH, 2000).

Por várias décadas, a partir de 1849, a população da região em torno da colônia Santa Cruz foi quase totalmente formada por imigrantes alemães e seus descendentes. O modelo de exploração agrícola familiar dos imigrantes alemães mostrou-se mais eficiente do ponto de vista sócio-econômico e acabou gerando um desenvolvimento mais harmônico nessas regiões de colonização.



Figura 6 - Início da colonização alemã nas áreas de “matas” da região
 Fonte: foto do acervo particular da família Schneider

Até hoje, os dirigentes políticos, empresariais, sindicais e religiosos da região destacam o espírito empreendedor, a qualidade da mão-de-obra e a disposição para o “trabalho penoso” dessa população, assim como, a trajetória, a cultura, a característica da estrutura familiar, os princípios e valores (tendo como base de apoio a igreja e a escola) desses colonizadores alemães. Como exemplo, cita-se a mensagem do prefeito municipal de Santa Cruz do Sul José Alberto Wenzel, à câmara de vereadores, no dia 26 de junho de 2006, na qual faz algumas considerações históricas em relação aos imigrantes alemães do sul do Brasil. Entre estas está a afirmação de que os imigrantes alemães eram motivados para o trabalho pelo símbolo da liberdade (“*Arbeit macht frei*” – “o trabalho liberta”), pela religião e pelo instinto de sobrevivência, pois o que produziriam seria deles e de suas famílias. E afirma ainda que o modelo hierarquizado e escravocrata vigente antes da imigração era menos eficiente porque o trabalho simbolizava prisão e castigo para os escravos, enquanto que os “peões”, que vendiam o seu trabalho, não tinham motivação, pois os resultados do seu trabalho não lhes pertenciam. Por esses motivos, é possível reconhecer que a motivação das atividades humanas e a origem de algumas instituições podem ser compreendidas a partir de um contexto onde já existiam algumas instituições, que vieram com os imigrantes europeus.

Enfim, a partir da proposição de realizar uma revisão teórica das principais contribuições do institucionalismo e dos conceitos de instituição e território para o estudo das

dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, foi possível identificar a existência de uma relação entre os conceitos teóricos e a dinâmica de desenvolvimento encontrada na região VRP.

A seguir, apresentam-se as condições gerais e atuais da região VRP, principalmente em relação às características demográficas, à origem da renda, aos mercados de trabalho formal e à sua situação de ruralidade. Esta última situação faz com que a região VRP possa ser caracterizada como uma região formada essencialmente por territórios rurais.

4.3 A Região Vale do Rio Pardo (VRP)

A região administrativa denominada *Vale do Rio Pardo* (VRP), localizada na parte central do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente é composta por vinte e dois (22) municípios²⁴, com uma área de 13.210 km² e uma população em torno de 415 mil habitantes, predominantemente rural e composta por descendentes de imigrantes alemães e portugueses (VOGT; SILVEIRA, 2001; SOUSA, 2002). Na região VRP verifica-se um alto grau de concentração econômica, com o município de Santa Cruz do Sul destacando-se como pólo regional, onde está concentrada grande parte da produção industrial, da circulação de mercadorias e da população urbana.

De acordo com Klarmann (2001), existem três diferentes sub-regiões dentro da região Vale do Rio Pardo: a *norte*, representada pela área colonial, com pequenas unidades de agricultura familiar e com significativos níveis de êxodo rural e estagnação econômica; a *centro*, com um grau de concentração industrial relativamente alto e representada basicamente pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz; e a sub-região *sul*, com estabelecimentos rurais médios e grandes e identificados com uma economia agrícola baseada na pecuária extensiva e na produção de grãos.

Apesar da predominância do complexo “fumageiro” na formação da renda bruta regional, outros segmentos, agrícolas e não-agrícolas, também apresentam participações importantes, trazendo maior diversificação na estrutura produtiva regional. Além do destaque do setor de serviços, centralizado em Santa Cruz do Sul, a indústria regional de transformação responde por uma grande parcela dos empregos locais, salientando-se, além da agroindústria do tabaco (fumageiras), a indústria de vestuário, calçados, produtos alimentares e

24 Municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sininbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz

metalúrgicos. Embora com participação menor que a do tabaco na geração da renda, estas últimas representam aproximadamente a metade dos estabelecimentos industriais e do emprego industrial da região VRP.

A região VRP (Fig. 7), formada por territórios predominantemente rurais e polarizada pela aglomeração urbana de Santa Cruz do Sul, abriga o maior complexo mundial de produção de tabaco, onde aproximadamente 30 mil famílias produzem, de forma integrada com a indústria, 25% do fumo brasileiro exportado. O cultivo de tabaco nessas unidades familiares vem sendo a principal fonte de renda e uma excelente forma de reprodução do capital, não significando nenhum atraso para o desenvolvimento econômico ou na expansão do processo de acumulação capitalista. Este regime de acumulação capitalista, específico para o caso de atividades agroindustriais, tem origem na complexa articulação existente entre o capital industrial e as unidades rurais de produção e trabalho familiares.

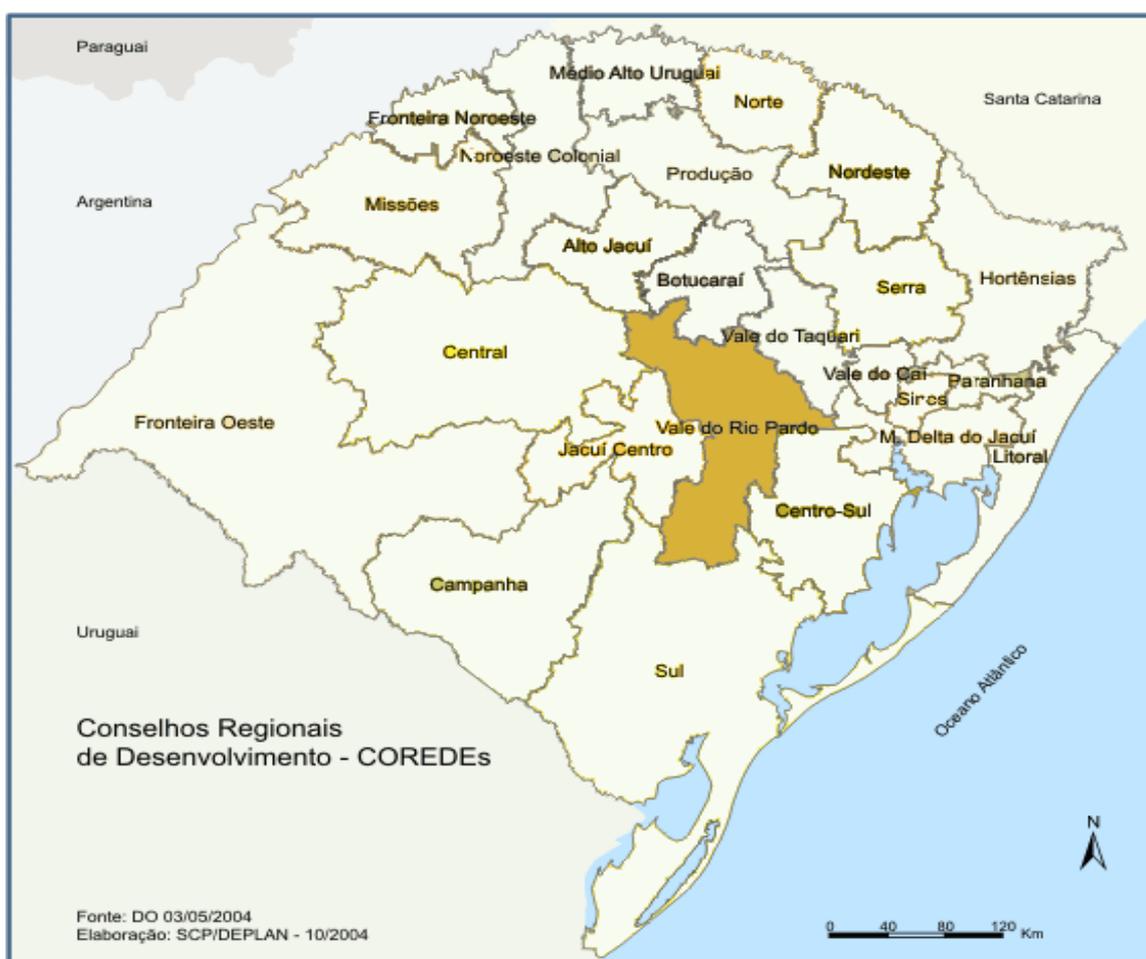


Figura 7 - Região de abrangência do COREDE Vale do Rio Pardo

Fonte: DO 03/05/2004

Elaboração: SCP/DEPLAN –

10/2004

Tabela 1– Evolução das Características Demográficas da Região VRP

Itens	VRP	
	2000	2005
População total	393.879	421.211
População rural	157.917	146.563
Pop. urbana/pop total (%)	60	65
Densidade Demográfica (hab./km ²)	30	32
Densidade Demogr. RURAL	12	11
Concentração urbana (Índice)	2,5	2,9
Crescimento demográfico(%)	1,3	-

Fonte dos dados: IBGE (2000 e 2005)

A renda (PIB a preço de mercado corrente) da região VRP, que de acordo com o IBGE, era de aproximadamente 5,6 bilhões de reais (conforme tabela 2, no capítulo anterior), em 2005, tem como principal origem o setor agro-industrial, do qual faz parte principalmente o sub-setor de processamento de tabaco em Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Venâncio Aires.

Tabela 2 – Valor adicionado e PIB por setores – VRP em R\$1.000

Itens	Distritos				VRP	
	Agropastoril	Agrícola	Agroindustri al	Agroindustri al e de Serviços		
Agropecuária: adicionado(%)	valor 24,3	49,0	13,0	13,0	100	1.233.191
Indústria: adicionado(%)	valor 3,8	5,0	22,0	69,0	100	2.346.834
Serviços: adicionado(%)	valor 14,4	22,0	17,0	47,0	100	1.650.108
PIB: preço de mercado corrente(%)	11,4	19,0	17,0	52,0	100	5.609.701
PIB total per capita (R\$/hab) ²	7.878 11.49	8.515	15.688	16.903		12.608
PIB agropec. per capita ²	6	7.432	6.572	6.449		7.809
VA agropec/PIB total (%)	47	56	17	6	100	22
VA indústria/PIB total (%)	14	10	54	56	100	42
VA serviços/PIB total (%)	37	34	28	27	100	29

Fonte dos dados: IBGE (2005)

Verifica-se que com relação ao índice de desenvolvimento sócio-econômico (IDESE) da FEE e aos seus componentes (educação, renda, condições do domicílio e saneamento e saúde) a região VRP, considerando os 24 Coredes do Rio Grande do Sul, a região está entre os últimos quatro colocados com relação à educação (20), condições de saneamento (21) e no próprio IDESE (21). Na tabela 3, a seguir, compara-se os índices da região VRP com as médias do Rio Grande do Sul e com a região da Serra, que ocupa o primeiro lugar na classificação do índice geral (IDESE) no Rio Grande do Sul. Em tese, comparando com os demais Coredes e considerando especificamente essas variáveis ou índices, os atores responsáveis pelo desenvolvimento da região VRP se preocuparam mais com os aspectos econômicos, pois é o 12º na classificação com relação à renda (Tab. 3), do que com os demais aspectos (saúde, educação, saneamento e saúde).

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IDESE) da Região VRP

Região e RS	Índice de desenvolvimento e ordem ¹ de classificação – em 2000									
	Educação		Renda		Condições domicílio e saneamento		Saúde		IDESE	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
VRP	0,80	20	0,71	12	0,38	21	0,84	17	0,69	21
RS	0,82	-	0,76	-	0,56	-	0,85	-	0,75	-
Serra	0,85	2	0,79	2	0,69	1	0,86	9	0,80	1

Fonte: FEE (2003)

¹ Ordem classificatória no ranking dos 24 Coredes do RS

Os empregos do setor *industrial não-agroindustrial* da região VRP estão concentrados quase que exclusivamente nos municípios de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul (Tab. 7). Com isso, e principalmente em função do seu setor de *serviços não-agroindustriais*, este último é o centro gerador de mais da metade dos 52.823 empregos em 2007 (Tab. 4)²⁵. Estes valores poderiam chegar a 30 mil empregos formais se fossem incluídos aqueles sub-setores com menos de 300 empregados formais totais, que foram descartados para a realização da tipologia, porque foram considerados irrelevantes na formação de um distrito, mesmo que fosse concentrado exclusivamente em um determinado município.

Tabela 4 – Empregos formais por setores na região VRP – em 2007

Setores	Nº empregos	Participação
---------	-------------	--------------

²⁵ Todos esses valores dos empregos formais são apresentados de forma detalhada no anexo 2, por sub-setores dentro dos setores “industrial não-agroindustrial” e “de serviços não-agroindustriais” e, por segmentos e sub-setores, no caso do setor “agroindustrial”.

		(%)
Agroindustrial	12.922	24,5
Industrial (não-agroindustrial)	9.532	18,0
Serviços (não-agroindustrial)	21.728	41,1
Estado e políticas públicas	8.641	16,3
Total	52.823	100,0

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

A região VRP, através das suas organizações empresariais e profissionais e dos poderes públicos municipais, vem tentando atrair investimentos em atividades geradoras de renda e emprego. Um dos objetivos dos atores regionais é fazer com que a região se torne um dos três principais eixos econômicos do Rio Grande do Sul, ao lado da região Metropolitana de Porto Alegre e da região da Serra (Caxias), e para isso uma das primeiras reivindicações é a finalização da rodovia RST 471. Sem perder de vista que a principal aglomeração urbana da região é a cidade de Santa Cruz do Sul e, portanto, aonde vem se concentrando o maior número de investimentos e atividades industriais e de serviços, a região busca uma articulação e uma integração mais intensa entre todos os seus municípios. Entre os projetos de maior envergadura dessas instituições, programados e em andamento, que dependem de uma articulação regional, mas que podem ser favorecidos se tiverem centralizados no núcleo urbano de Santa Cruz do Sul, podem ser citados, entre outros, a ampliação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), um Consórcio Regional de Saúde, a Ceasa Regional e projetos integrados de turismo.

4.3.1 A Ruralidade dos Territórios da Região VRP

Os territórios rurais vêm demonstrando ser um lugar com grandes potencialidades e capacidades, onde, entre outras coisas, têm-se consolidado alguns aspectos relacionados ao mercado de trabalho e à qualidade de vida, com atrativos tanto para turismo e lazer como também para aqueles que procuram um “bom lugar para morar”. Por esse motivo, neste trabalho, procura-se incorporar ao conceito de território rural, a idéia que as pessoas têm hoje quando se referem ao termo “interior”.

Assim, então, a definição de território rural supera a dicotomia rural-urbano, ao incorporar tanto as cidades com seu entorno, como todas as suas áreas rurais e agrícolas. Isso faz com que aumente o interesse por modelos e a busca por novas abordagens de interpretação dos sistemas econômicos regionais baseados em processos de produção industrial difusa, que

ultrapassam a dicotomia rural-urbano e incorporam componentes e influências rurais. Essas abordagens e modelos podem incorporar tanto as formas de uso de tecnologias e recursos ambientais como também de aproveitamento da força de trabalho familiar rural.

Esses territórios rurais se sustentam economicamente através de atividades de produção agropecuárias, nem sempre voltadas para produtos de melhor qualidade e/ou de maior valor agregado, ao lado de outras atividades, tais como a indústria, além da presença de pequenas e médias indústrias, que procuram se manter em equilíbrio com o ambiente natural, podendo, assim, melhorar sua imagem perante os seus clientes. Enfim, o desenvolvimento desses territórios depende tanto das dinâmicas externas, na maioria das vezes determinadas pelo processo de globalização, através dos mercados agrícolas ou agroindustriais, como também da capacidade dos seus agentes locais atraírem fluxos de recursos (capital para investimento produtivo, turistas ou trabalhadores capacitados) e dos seus “capitais territoriais”: ambiental, cultural, social, institucional e conhecimento humano, (BELLETTI et al, 2006).

Enquanto no “rural agrícola” a sociedade se organiza em torno dos interesses da agricultura, no território rural a sociedade se mostra mais heterogênea e os interesses ficam mais diversificados e conflituosos. O território rural é o reflexo, por um lado, da ruralidade, sob o ponto de vista da qualidade ambiental, da tranqüilidade, dos valores locais e da valorização das comunidades rurais, e, por outro, das dinâmicas sócio-econômicas e culturais e das particularidades institucionais e geográficas de cada território rural. Dessa forma, passe-se do setorial para o territorial quando se quer analisar as diversidades sócio-econômicas e as variações das dinâmicas de desenvolvimento. Ou seja, são os territórios, e não mais os setores, que passam a serem os elementos principais de diferenciação sócio-econômica.

Referindo-se à diferenciação sócio-econômica da economia portuguesa, Reis (1999) escreve que a diferenciação dos componentes territoriais é resultado das combinações locais e regionais, específicas, entre a organização dos sistemas produtivos locais, da estruturação e acumulação das economias familiares e, ainda, da reprodução das condições de vida e da força de trabalho. E ainda, que a “pequena agricultura” ou agricultura familiar é o “elemento estrutural decisivo” porque se mantém ao longo do tempo e multiplica os seus vínculos com a economia. E, mais importante do que isso, ela tem caráter complementar nos processos de ampliação territorial da industrialização, grande influência sobre as condições de funcionamento dos mercados de trabalho e atuação na estruturação do território, determinando os tipos de industrialização e urbanização difusas.

Na região VRP é significativa também a presença e a disponibilidade da força de trabalho familiar, quando se constata (Tab. 5) que havia, na região, em 1995-1996, quase 50 mil domicílios (famílias) rurais e mais de 100 mil componentes familiares rurais “não-remunerados”, o que representa quase o dobro dos empregados formais em toda a região. Com relação à estrutura agrária dos distritos, destaca-se a grande extensão de áreas rurais (as áreas urbanizadas são extremamente reduzidas) e a baixa densidade demográfica (3,7 hab./km²) do distrito “Agropastoril”. Este distrito tem 56,6% (mais de 600 mil hectares) da área total da região para pouco mais de 26 mil habitantes rurais ou 14,7% da população rural da região, o que se reflete também na grande área média dos estabelecimentos rurais (Tab. 6). Além disso, a área média das propriedades na região é de 30 ha, mesmo considerando que as grandes propriedades rurais localizadas nos municípios do sul da região sejam responsáveis pela elevação dessa média.

Os vinte e dois municípios da região VRP serviram de base para a formação de quatro grupos territoriais diferenciados, com seus respectivos SPLs predominantes (Fig. 8). Estes territórios vão desde um formado por quinze municípios com características semelhantes, com forte presença de população rural, como é o caso do “Distrito Agrícola” localizado no “Planalto das Araucárias”, mais ao norte da região VRP, até outros, como o que abriga o distrito “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul” (Quadro 1).

Quadro 1 – Os Distritos e os Municípios Integrantes

Distrito:	Municípios
I - “Agropastoril” dos Campos do Sul	Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande e Rio Pardo
II - “Agrícola” do Planalto das Araucárias	Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Passo do Sobrado, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol e Vale Verde
III - “Agroindustrial” de Venâncio Aires	Venâncio Aires
IV - “Agroindustrial e de Serviços” de Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul e Vera Cruz

Fonte: resultados da tipologia.

Enquanto o primeiro tem sua economia baseada na agricultura e na produção familiar, o segundo tem sua economia fortemente alicerçada nos setores industrial e de serviços, com a população concentrada em torno da cidade de Santa Cruz do Sul, que além deste município, ainda inclui o de Vera Cruz, que fica muito próximo.

Tabela 5 – Características demográficas dos distritos e VRP

Itens	Distritos				VRP
	Agro-pastoril	Agrícola	Agro-industrial	Agroindustri- al e Serviços	
População total ¹	82.654	130.033	66.898	141.626	421.211
Pop. urbana/pop total (%) ¹	74	39	66	84	65
Densidade Demográfica ¹	12	29	88	154	32
Nº total de domicílios ²	24.969	34.022	18.813	38.954	117.863
Pessoas/domicílio ²	3,3	3,6	3,2	3,3	3,3
Concentração urbana (Índice) ⁴	3,1	1,5	2,4	5,1	2,5
Crescimento demográfico (%) ³	1,0	6,3	9,2	12,5	5,6
Pessoas naturais (%) ²	74,0	78,1	76,2	65,2	73

Fonte: IBGE 2000 e 2005 ¹ Em 2005 ² Em 2000 ³ Entre 2000 e 2005

⁴ Densidade demográfica urbana/densidade demográfica rural

Por outro lado, verifica-se a presença de uma grande população rural, quase 80 mil habitantes rurais (quase 67% da população total), no distrito “Agrícola”, embora com uma densidade demográfica menor do que a do distrito “Agroindustrial” de Venâncio Aires (33 hab./km²). Essa população rural era formada majoritariamente por famílias com atividade principal na agricultura e onde o número de empregados rurais permanentes era de 1.353, ou 18,4% do total da região (Tab. 6), segundo o censo agropecuário de 1995-1996.

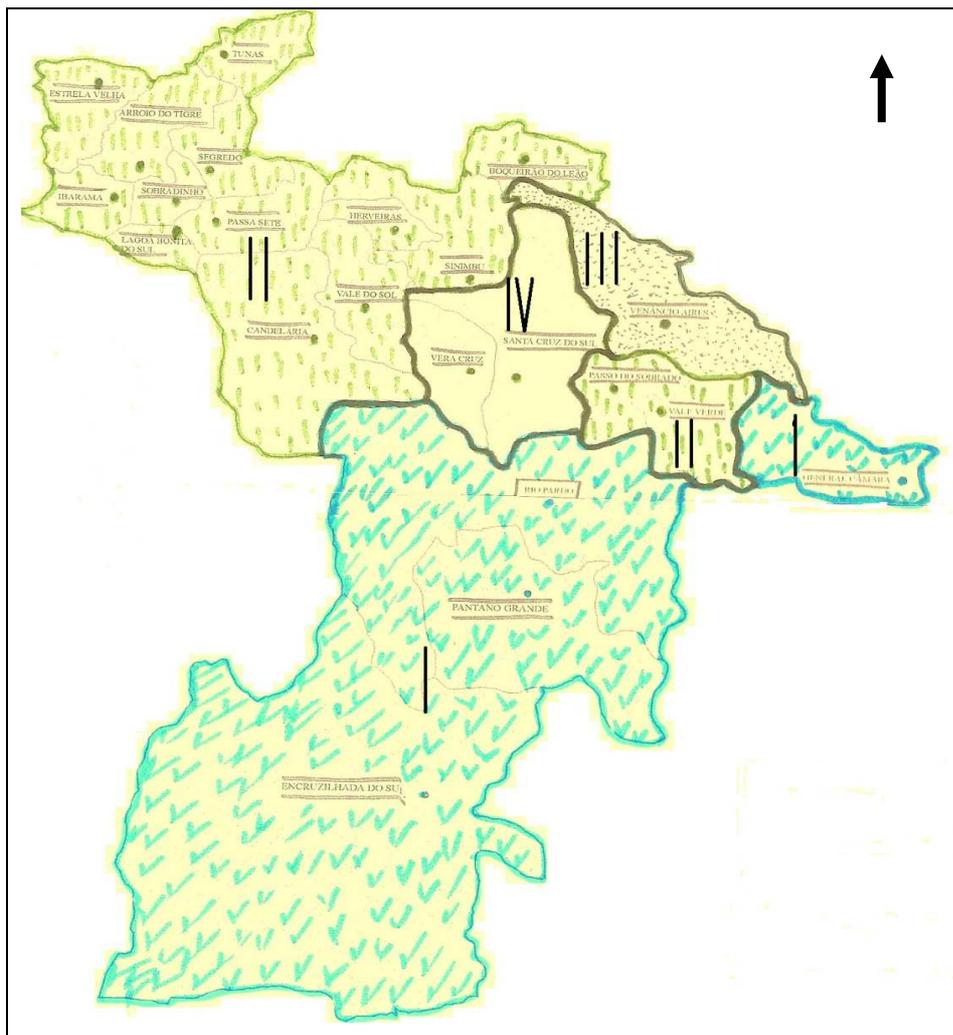


Figura 8 - Vale do Rio Pardo e seus quatro territórios (I, II, III e IV)
Elaboração: autor com base nos dados do Quadro 1

A economia dos distritos, as origens das rendas ou o valor adicionado em cada setor, contribuiu diretamente para a denominação dos distritos, uma vez que os percentuais de cada setor na formação do PIB dos distritos indicam as suas principais características. Na tabela 2 verifica-se que 56% do PIB total do distrito “Agrícola” vêm do valor adicionado pela agropecuária (R\$ 604,3 mil). Já no distrito “Agropastoril, um percentual de quase 47% do PIB total vem da agropecuária, mas quando é desagregado (Tab 14) verifica-se que a renda principal vem mesmo da agricultura e pouco da pecuária. No entanto, esta contribui para caracterizar o território que abriga o distrito devido a grande área ocupada com campos ou pastagens e por seus grandes rebanhos de bovinos e ovinos (Tab. 12).

Tabela 6 – Estrutura agrária dos Distritos e da região VRP

Distritos (Territórios)

Itens	Agropastor il	Agrícola	Agroindustri al	Agroindustri al e Serviços	VRP
População rural (%)	14,7	54,3	15,5	15,5	100,0
Pop rural/pop total (%)	26,0	61,0	34,0	16,0	35,0
Densidade Demogr. Rural (hab./km ²)	3,7	18	33	27	12
Nº de domicílios rurais (%) ¹	16,5	52,2	13,9	26,6	100,0
Pessoas/domicílio rural ¹	3,2	3,2	3,7	2,0	3,2
Familiares rurais não-remunerados(%) ²	18,4	52,8	14,8	13,9	100,0
Empregados rurais permanentes (%) ²	50,0	31,5	10,5	8,0	100,0
Área total (%) ²	56,6	31,0	5,6	6,7	100,0
Nº de estabelecimentos rurais(%) ²	21,1	49,8	15,4	13,8	100,0
Área média (ha/estabelecimento) ²	81 ha	19 ha	11 ha	15 ha	30 ha

Fonte dos dados: IBGE (1995 e 2005)

¹ Censo demográfico de 2000

² Censo agropecuário de 1995-1996

E ainda, verifica-se que no distrito “Agroindustrial e de Serviços”, 56% (Tab. 2) da sua renda é gerada no setor industrial (quando desagregado, verifica-se que o principal responsável por essa renda é o sub-setor agroindustrial do tabaco).

Tabela 7 – Empregos Formais por Setor e por Distrito - números absolutos

Setores	Distritos				VRP
	Agropastor il	Agrícola la	Agroindustri al	Agroindustrial e Serviços	
Agroindustrial	3.058	1.176	2.081	6.607	12.922
Industrial (não-agroindustrial)	109	1.865	3.222	4.336	9.532
Serviços (não-agroindustrial)	2.626	3.305	3.277	13.997	23.205
Estado e políticas públicas	1.624	3.117	913	2.987	8.641
Total	7.417	9.463	9.493	27.927	54.300

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007) e elaborados pelo autor

No entanto, conforme foi visto na tabela 2, apesar do setor de serviços ter uma importância relativamente baixa (27%) na formação do PIB do distrito “Agroindustrial e de Serviços” este distrito carrega este nome em função do alto percentual de empregos formais gerado pelo setor de serviços no distrito. Verifica-se na tabela 7 que o grande empregador é o setor de serviços, mesmo quando não se inclui a administração pública, principalmente as prefeituras, neste setor. Em seguida, aparece o setor agroindustrial, com quase 13 mil

empregos, mas como dentro deste setor se inclui desde o sub-setor “fornecedor para a agricultura”, passando pelo sub-setor de “produção agropecuária” e pelo da “agroindústria” e indo até o sub-setor de “distribuição”, varia muito o grau de importância de alguns sub-setores em cada distrito.

Tabela 8 – QLS comparativos e índices de desenvolvimento dos distritos

Indicadores de Desenvolvimento	Distritos				VRP
	Agropastoril	Agrícola	Agroindustrial	Agroindústria e Serviços	
QL crimes ¹	0,9	0,4	0,7	1,4	-
Hospitais ¹	1,2	1,1	0,4	0,9	-
Postos de saúde ¹	0,9	1,7	0,9	0,9	-
Domicílios c/ coleta de lixo ¹	1,0	0,4	1,1	1,3	-
Domicílios c/ abastec. Água ¹	1,1	0,4	1,0	1,4	-
IDESE-FEE	0,67	0,60	0,70	0,74	0,68
ISMA	0,47	0,42	0,56	0,56	0,49
Índice Analfabetismo (%)	11,8	11,8	5,8	5,2	9,3

Fonte dos dados: elaborados pelo autor com base em IBGE e FEE (2003) ¹ concentração em QL

Este é o caso dos distritos “Agroindustrial de Venâncio Aires” e “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul”, onde é relevante a geração de empregos no sub-setor de “processamento de tabaco”, chegando a representar neste último distrito 62,6% dos empregos do setor. Diferentemente, no “Distrito Agropastoril do Sul” o sub-setor de “produção agropecuária” é responsável por mais de 43% dos empregos nesse setor, principalmente na silvicultura, na pecuária de corte e nas lavouras onde se cultiva melancia. O percentual chega a 76% quando se soma a estes sub-setores as agroindústrias de alimentos (moinhos, frigoríficos) e as agroindústrias da madeira e derivados (serrarias e utensílios de madeira).

No “Distrito Agrícola” a quantidade relativamente significativa (1.865) de empregos formais no setor industrial (“não-agroindustrial”) se deve principalmente à instalação, no município de Candelária, de algumas empresas do sub-setor de calçados (“ateliers”). Isso faz com que esse sub-setor responda por mais de 75% dos empregos gerados no setor industrial (não-agroindustrial) desse distrito (Tab. 7).

Por fim, é necessário fazer algumas considerações em relação à forma de utilização do conceito de “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola” na descrição dos grupos encontrados, neste estudo, e de forma mais específica, da análise individual de um setor “agro-industrial”. Neste trabalho, como resultado das identificações empíricas e das adaptações e/ou derivações dos conceitos de “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola”, o “distrito agropastoril” passa a ser mais um tipo ou uma categoria de SPL-Rural, com algumas características peculiares que o diferencia dos outros distritos. De forma semelhante, e pela mesma razão, ao que foi feito na retirada do sub-setor “administração e políticas públicas” do setor de serviços, também o “agro-industrial” foi separado do setor “industrial”. Neste caso, foi analisado de acordo com critérios estabelecidos com dados do mercado de trabalho formal dos vários sub-setores que compõem esse setor agroindustrial, agrupados de acordo com os mesmos segmentos que formam as cadeias e os complexos agroindustriais em geral. Assim, o setor agroindustrial ficou formado pelos segmentos (conforme encontrados nas tabelas 4, 14, 17, 20 e 23): *Fornecedores* (para a produção agropecuária) comerciais e industriais; *Produção Agropecuária* (agricultura); *Agroindústria*; e, *Distribuição*.

4.4 As Instituições de Coordenação dos Territórios Rurais da Região VRP

As principais pontes de ligação entre os conceitos teóricos e a realidade empírica da região VRP se apresentam sob a forma de uma dinâmica de desenvolvimento territorial que se iniciou na metade do século dezenove e evoluiu até hoje. Essa dinâmica se verifica através de um processo endógeno de desenvolvimento agroindustrial (ou de governação local) e, ao mesmo tempo, estimulado por alguns fatores externos (ou de regulação externa ou global). Nesta seção, apresenta-se o resultado de uma identificação das principais formas de instituições que, em diferentes momentos ou situações, atuaram sobre ou influenciaram o processo evolutivo de desenvolvimento da região VRP. Dessa forma, as instituições presentes no VRP atuam como elos que fazem a mediação entre o regime de acumulação e os modos de regulação do território. É importante ressaltar, neste momento, que devido ao fato de não terem sido utilizados dados primários, nem todas as formas de ocorrência e as intensidades das relações institucionais de governação local (até mesmo algumas de regulação), e seus efeitos sobre as dinâmicas, dos territórios da região puderam ser explicitadas de forma clara e definitiva. Porém, a identificação e a descrição dessas instituições foram possíveis de realizar

nesta seção, embora sem o aprofundamento que seria possível em caso de disponibilidade de dados primários.

As relações apresentadas neste capítulo têm como objetivo estabelecer possíveis vínculos entre instituições e as realidades sócio-cultural, estrutural, histórica, étnica, rural, agroindustrial e organizacional existentes na região. Essas relações caracterizam as dinâmicas de desenvolvimento da região VRP e a avaliação do potencial de adequação do referencial teórico do institucionalismo para analisar a evolução histórica do desenvolvimento desse território. Com isso, foi possível estabelecer uma ponte, embora algumas vezes de forma muito precária, entre essas teorias e a realidade territorial, de forma que as primeiras pudessem explicar parte das novas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios. Como exemplo, a “Colônia Santa Cruz”, como era conhecida a região em torno do município de Santa Cruz do Sul, com uma população predominantemente formada por imigrantes alemães e seus descendentes, o modelo de exploração agrícola familiar adotado, tendo a família como uma instituição, mostrou-se muito eficiente do ponto de vista sócio-econômico e atuou positivamente sobre o desenvolvimento da região.

A idéia que está implícita em uma dinâmica territorial e institucional, e que serve de base para as estruturas institucionais, é a aquela que liga o território aos atributos da diferenciação e, quando associada à lógica de proximidade, da aglomeração. Tendo essa idéia como referência, verifica-se que o desenvolvimento dos territórios aproveitou, ao mesmo tempo, as suas potencialidades locais e as oportunidades externas, principalmente aquelas relacionadas à situação favorável do mercado internacional de tabaco.

Na região VRP, em alguns municípios que funcionam como pólos microrregionais, como Sobradinho e Rio Pardo, vêm sendo realizados seminários regionais de desenvolvimento “integrado” ou sustentável, para debater idéias, planos e projetos e ações para o futuro, reunindo prefeitos, secretários municipais e diversos outros atores sócio-políticos que representam instituições regionais e a sociedade local, tais como sindicatos e cooperativas. Nesses seminários também participam representações de municípios que não fazem parte formalmente dos mesmos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento Regional), mas têm problemas e proposições semelhantes, enquanto não participam outros municípios que fazem parte de um mesmo Corede. Algumas dessas novas formas de organização desses encontros têm sido articulados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que vem incentivando a criação de “macro-territórios” e de seus respectivos *Conselhos de Desenvolvimento Territorial* no Rio Grande do Sul, com o objetivo de facilitar e

dinamizar as ações de planejamento e investimentos para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Nesses encontros, quando se reúnem diversos representantes dos municípios que integram o “Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias”, verificam-se que as principais prioridades dos seus participantes são: o “planejamento de ações públicas” com a participação das comunidades locais, a “governança regional”, a sustentabilidade da agricultura familiar e a diversificação agrícola e dos setores geradores de renda. O que se observa também nesses encontros é uma grande preocupação com a “consciência regional”, o “acesso da população aos bens da sociedade” e a necessidade de “união” na busca de soluções de problemas e da “auto-sustentabilidade regional”.

Os elementos apresentados para o debate em torno do papel das instituições na regulação e governação e na evolução sócio-econômica do desenvolvimento da região VRP podem ser relacionados com a re-emergência da economia institucional (incluindo a emergência da “nova economia institucional”) e com os vários enfoques teóricos institucionalistas. Isto é possível porque a matriz da escola institucionalista tem seu núcleo de pensamento relacionado ao conceito abrangente de instituição, o qual inclui as organizações, convenções, hábitos, normas, regras e rotinas e a sua evolução histórica. Por isso, é importante que nos estudos das dinâmicas de desenvolvimento de territórios como o da região VRP sejam consideradas a cultura, as ações e interatividades endógenas dos atores, as incertezas, a regulação e o experimentalismo dos processos complexos.

A importância das instituições e da economia institucional surge da superação do oportunismo e na tentativa de redução dos custos de transação, quando as empresas se organizam para reduzir estes obstáculos, estabelecendo formas hierárquicas ou um misto entre estas e o mercado. Estas formas podem definir os diferentes ambientes institucionais e criar instituições de governação, na forma de contratos entre as empresas e fornecedores de matérias-primas, como é caso da relação entre os produtores familiares de tabaco e as empresas que realizam o beneficiamento do produto (“fumageiras”).

No caso dos colonos alemães e seus descendentes, as características básicas que definiam o seu pertencimento era o uso da língua alemã, a preservação de usos e costumes tradicionais, os seus hábitos alimentares, o comportamento religioso, a organização do espaço doméstico, as concepções de trabalho e lazer e as formas de sociabilidade. Nas colônias alemãs, o uso diário do idioma alemão, assim como toda a organização comunitária, que incluía a escola (rural ou urbana) com o ensino em alemão, o complexo econômico e social

originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar são anteriores à emergência da etnicidade, mas acabaram por se constituir como marcas diferenciadoras do colono alemão (SEYFERTH, 1986, 1988, 1990; ROCHE, 1969). Embora hoje seja possível encontrar alguns descendentes de alemães (idosos moradores em áreas rurais) que ainda não falam o português, já em 1937, as escolas alemãs da região haviam introduzido a língua portuguesa nos seus currículos.

As instituições também restringem o comportamento dos indivíduos e desenvolvem os hábitos de modos específicos. Por exemplo, a endogamia, embora de forma não muito visível e até representando um tipo de preconceito, condenava de forma explícita os casamentos com membros de famílias que não fossem de origem alemã. Assim como as instituições existentes podem ser determinantes no comportamento e nos hábitos dos indivíduos, também é preciso reconhecer, o que afirma Hodgson (2002), que a ação e a interação entre os indivíduos podem levar à formação de novas instituições. Esta situação se verificou quando, ao se instalarem no Brasil, os alemães promoveram grandes mudanças sócio-econômicas e culturais, dando início à criação de alguns importantes setores industriais e de diversas instituições de ensino, em diferentes níveis, quando na época da imigração não existiam escolas nessas regiões de colonização.

Centralizado no atual município de Santa Cruz do Sul, havia uma intensa vida associativa, através de um conjunto de sociedades culturais e recreativas, que se encarregavam de difundir os hábitos e os valores da cultura alemã. Essas atividades eram vinculadas ao teatro, literatura, música, dança, ginástica e esportes, a presença da escola alemã e da família no ensino da língua alemã (SEYFERTH, 1986, 1990). Tal situação tem correspondência com a inspiração que Hodgson (2002) busca em Veblen, ao afirmar que as atuais instituições têm como base as situações do passado, da mesma forma que as situações de hoje servirão de base para as instituições futuras. O elemento chave desse processo são os hábitos, que significam uma tendência para se comportar de uma maneira particular em determinadas situações. Estes, formados através da repetição da ação ou do pensamento, são duráveis, auto-sustentáveis e influenciados por uma atividade prévia.

Veblen (1994) afirmava que as mudanças são resultantes, ao mesmo tempo, tanto das condutas individuais como das instituições que agem sobre o grupo. Veblen pensava numa via de dois sentidos em relação às causas e aos efeitos sobre os comportamentos individuais e institucionais, ou seja, os indivíduos atuam sobre as instituições, criando-as ou modificando-as, ao mesmo tempo em que são determinados e regulados por elas. Tal fato parece ser

verdade quando se verifica o que acontece no final do século XIX, imediatamente após a proclamação da República, quando algumas lideranças teuto-brasileiras passaram a tratar, também, dos interesses políticos das colônias, já que durante o Império os imigrantes naturalizados e os descendentes nascidos no Brasil permaneciam à margem do processo político. Esta situação, no período imperial, era do interesse das classes dominantes brasileiras, que ainda os consideravam estrangeiros, devido à identidade étnica assumida por esses imigrantes e seus descendentes. As instituições comunitárias reforçavam o pertencimento étnico, auxiliadas pelo ideário germânico e a defesa do sangue comum (a origem comum era a base da identidade étnica), mas assumiam a cidadania brasileira e adotavam algumas tradições e costumes gaúchos. Permanece ainda, nas colônias alemãs, um forte dualismo teuto-brasileiro, que é uma conciliação entre a origem alemã e a cidadania brasileira (SEYFERTH, 1986, 1990; ROCHE, 1969).

Outro aspecto a destacar na imigração alemã é a sua religiosidade, que normalmente está associada ao luteranismo. É unanimidade entre os historiadores que os imigrantes alemães eram predominantemente protestantes, embora tenham vindo muitos católicos. Embora no início da colonização, por falta de lideranças religiosas, tenha predominado uma prática religiosa mais familiar, é muito comum atualmente a presença de igrejas luteranas (Fig. 9) em quase todos os municípios da região VRP, com exceção daqueles que formam o território que abriga o distrito “agropastoril” dos campos do sul, justificada pela descendência portuguesa de sua população. Radünz (2001, p. 151) faz uma descrição de como católicos e protestantes dividiam “o mesmo solo no mundo colonial” e apresenta uma reflexão sobre a importância da organização cultural, religiosa e educacional na colonização alemã no VRP, na qual destaca a necessidade de organização que havia, no início da colonização, afirmando que cooperativa, comunidade, escola e sociedade serviam de identificação do colono alemão.



Figura 9 - Presença institucional da Igreja Luterana entre os colonos alemães
Fonte: fotografia do autor

Nos ambientes locais ou territoriais da região se verificam muitas interações das instituições, organizações, atores sociais, unidades familiares de trabalho e produção, empresas, redes de infra-estrutura e intermediários comerciais e financeiros, representantes dos mercados, na regulação e na governação do território. Embora neste estudo ainda não tenha sido possível aprofundar a comprovação destes aspectos, todos esses atores coletivos aparentemente são representativos e capacitados para o planejamento com a participação dos atores locais. E ainda, em diversos momentos, na região, estiveram presentes mecanismos de gestão e de políticas que articularam o Estado, principalmente na esfera municipal e estadual, com a economia, a sociedade e as instituições locais. Por exemplo, na década de 1970 os poderes públicos, municipais e estadual, já atuavam na melhoria das condições de infra-estrutura nos sistemas de transporte e comunicações e, particularmente no caso de Santa Cruz do Sul, na criação de um espaço físico para o seu “Distrito Industrial” e a concessão de incentivos fiscais, visando à ampliação das plantas industriais existente e a atração de novas empresas. Para Vargas; Santos; Alieve (1998), o problema dessas políticas de apoio ao desenvolvimento industrial é que elas não viabilizam a criação de uma infra-estrutura tecnológica e configurações institucionais com vistas a consolidar competências tecnológicas e produtivas no interior do arranjo.

As instituições permitiram as experiências e a criatividade dos atores sociais locais, fortaleceram as sinergias e facilitaram o controle das políticas públicas e a abertura de novas

possibilidades de ação dentro e fora da esfera governamental. A proximidade foi estabelecida a partir das relações sociais diretas entre os atores.

A partir do que foi exposto em relação à região VRP, é possível verificar se há um aumento na competitividade e na eficiência no uso dos recursos, quando as empresas estão integradas em territórios com uma espessa rede de relações e com instituições de ensino e pesquisa, associações, fornecedores, sindicatos, governos locais, entre outras. Conseqüentemente, essa dinâmica pode se difundir para outras áreas e atividades, através de externalidades positivas, e promover um desenvolvimento mais harmônico do território. A partir disso, poderia deduzir-se que as instituições (organizações, convenções, hábitos, normas, regras e rotinas) são indispensáveis nos processos de desenvolvimento econômico dos territórios, incluso os rurais, principalmente pela redução das incertezas nas relações sociais e das “falhas de mercado”.

Os reflexos dos hábitos e da cultura se verificam também nos modos ou formas de produção. Nas áreas rurais, floresciam, desde o início do século XX, as cooperativas agrícolas, criadas pelos próprios colonos em suas regiões ou com sede na cidade. Inspirados no modelo alemão do sistema *Reiffeisen*, os agricultores levaram para o setor econômico o associativismo, que já cultivavam na igreja, na escola e na vida social. As cooperativas se disseminaram pelas regiões de colonização alemã e se tornaram uma das principais formas de comercialização da produção colonial. Como a suinocultura era a principal fonte geradora de proteína animal para a população, que tinha o hábito de consumir carne de porco diariamente, a banha surgiu naturalmente como o segundo grande produto de exportação, com um grande impulso a partir da década de 1920. No entanto, na segunda metade do século XX, com a introdução da cultura da soja, reduziu-se drasticamente o consumo de banha, que foi substituído pelo óleo de soja. Com isso, a suinocultura, a atividade que além da banha ainda gerava outros derivados da carne suína, chegou a ser até mais importante do que a produção de tabaco na região, entrou em decadência, o que acabou determinando um aumento relativo e absoluto da importância da produção de tabaco (VOGT, 1997).

4.4.1 A Relação Institucional nos Contratos do “Sistema Integrado de Produção” do Tabaco

Como a “nova economia institucional” é a teoria da empresa e das hierarquias empresariais, da economia dos custos de transação, da redução das incertezas e da

importância dos direitos de propriedade, ela pode ser utilizada para se analisar as relações entre os produtores rurais e as empresas processadoras de tabaco (“fumageiras”). Isto porque entre os atores do “sistema integrado” de produção não há um mercado estabelecido a partir de uma relação determinada pelos preços, portanto, o que ocorre é uma relação institucional e hierárquica, construída ao longo de aproximadamente 80 anos. As proposições da “nova economia institucional” são úteis para essa análise porque esta admite a possibilidade da existência dessas repercussões institucionais sobre o funcionamento dos mercados e do sistema econômico. Além disso, essa relação possibilita a redução dos custos de transação e das “falhas de mercado”, quando se definem a forma de organização através do sistema integrado, reduzindo a incerteza, uma vez que o produtor rural tem amenizado o risco de não ter comprador e preço para o seu produto. Por outro lado, a empresa garante o fornecimento de sua matéria-prima, em quantidades, preço e condições de entrega da forma esperada, garantidos por um contrato. O conflito continua a existir, mas para os novos economistas institucionais é visto como um fato natural e instituições, a do “sistema integrado”, têm a finalidade de ordenar esses conflitos para se ter uma maior eficiência.

A constituição da economia regional baseada na produção de tabaco se deve, em grande parte, a uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades rurais familiares, a existência de mão-de-obra especializada no cultivo e no beneficiamento do tabaco. E, ainda, foi fundamental também a contribuição da infra-estrutura de produção e comercialização existente no início da década de 1970, que tinha sido iniciada por empresas nacionais ainda na década de 1920 (SOUZA, 2002).

Na região Sul, a fumicultura, como é mais conhecida a atividade de produção de tabaco, é desenvolvida através do “Sistema Integrado de Produção” entre indústrias e agricultores desde 1918. Dessa forma, o tabaco é um dos únicos produtos agrícolas brasileiros que tem seu preço negociado entre produtores e indústria. A negociação é baseada em levantamentos dos custos de produção, que são pesquisados por ambas as partes entre um universo representativo de produtores. As negociações de preço levam em consideração também os aspectos mercadológicos de oferta e demanda internacional, bem como uma margem de lucratividade sobre o custo de produção. Além disso, o custo com mão-de-obra, basicamente familiar, ultrapassa 50% do custo de produção total, o que a caracteriza como uma atividade agrícola de grande efeito social, contribuindo para a redução do êxodo da população rural.

Com base em observações empíricas na região e relatos de técnicos e agricultores, verificou-se que pelo sistema integrado de produção de tabaco as indústrias mantêm acompanhamento constante junto aos agricultores, incentivando o reflorestamento devido à necessidade de utilização de lenha como combustível nas estufas de secagem do fumo. A lenha tem participação de aproximadamente 7,5% no custo de produção de tabaco, o que motiva os agricultores a reflorestar. Além disso, as indústrias também investem em novas tecnologias de produção, que vão desde o desenvolvimento de novas variedades de tabaco de maior produtividade e qualidade até as inovações em nível de propriedade rural, no que se refere às técnicas de plantio e condução das lavouras, colheita e cura do tabaco. As empresas desenvolvem pesquisa para a produção de sementes híbridas, apostando em inovação a partir de modelos de gestão cooperativos com seus fornecedores.

Através dessa “integração”, o agricultor é contratado para o plantio de determinado tipo de fumo que depois será comprado pela empresa. Os orientadores (técnicos) e os produtores elaboram contrato de produção no início do ano (janeiro-março), quando definem a quantidade, preço, tipo e característica do fumo que será plantado alguns meses depois e entregue à empresa no final do ano. O contrato antecipado obriga o agricultor a conduzir a sua lavoura de acordo com as especificações determinadas pela empresa compradora, que garante o recebimento da matéria-prima na quantidade, preço e características que o mercado está demandando. A partir da assinatura do contrato, a empresa fornece todos os insumos e financia investimentos como a construção de estufas para a secagem das folhas. Os empréstimos são obtidos por meio de crédito rural estatal e a empresa se torna avalista do agricultor, que devolve os recursos na forma de tabaco. Não existe inadimplência no financiamento das lavouras de tabaco, pois em caso de prejuízo em suas lavouras os produtores recorrem ao seguro agrícola.

Neste sistema, as indústrias fornecem assistência técnica aos agricultores integrados, através de aproximadamente 1.500 técnicos, entre engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas para quase 140 mil agricultores integrados. As indústrias fazem a intermediação do crédito agrícola entre o governo federal e os produtores e prestam assistência financeira; repassam aos produtores os insumos necessários para a produção agrícola; coordenam e assumem os custos de transporte da produção, da propriedade até os locais de beneficiamento; e garantem a compra integral da produção por preços negociados entre representantes dos agricultores e da indústria, com base em levantamentos de custo de produção e no poder de negociação de cada um dos atores coletivos. O sistema integrado proporciona o controle da

produção de acordo com os padrões qualitativos exigidos por um mercado extremamente competitivo.

O desenvolvimento e a consolidação desse sistema na região ocorreram em função das características agronômicas da cultura do tabaco, uma vez que a folha da planta necessita de cuidados especiais para se transformar em cigarro, dentro de exigências de qualidade do mercado, numa prática ou “saber-fazer” essencialmente artesanal, que exige sofisticação no cultivo. Além do sistema integrado de produção, a qualidade do tabaco produzido na região foi beneficiada pelo seu sistema baseado no regime familiar de trabalho e produção nas pequenas propriedades. Os produtores plantam, em média, pouco mais de 2 hectares de tabaco em propriedades com área total de aproximadamente 18 hectares. Algumas indústrias de laticínios e de suínos também já utilizam o sistema integrado e atualmente outros segmentos do *agribusines* (frutas e hortaliças, por exemplo) começam a implantar esse sistema.

A produção agrícola de tabaco tem cobertura de seguro (contratado através da Afubra - Associação dos Fumicultores do Brasil) que indeniza os agricultores associados que tiverem suas lavouras sinistradas por precipitações de granizo. Segundo informações de técnicos e dirigentes da Afubra, mais de 80% dos produtores de tabaco aderem, anualmente, ao seguro mútuo, que ainda oferece auxílio de reconstrução de estufas, quando esta é danificada por incêndio, e auxílio funeral em caso de falecimento do associado. Na eventualidade de ocorrência de outro tipo de acidente, pelo qual, por algum motivo, o produtor não possa pagar o financiamento de sua lavoura, a responsabilidade de quitação passa a ser da empresa a qual ele está integrado.

4.4.2 Os Principais Atores e a Coordenação das Aglomerações

Neste estudo, adotou-se o conceito de ator social sugerido por Sabourin (2002), que descreve ator social como os “agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantêm relações num determinado território”. Com isso, identificaram-se diversos atores sociais na região, tais como as organizações empresariais, trabalhadores rurais, produtores familiares, instituições de ensino e o próprio Estado, entre outros não menos importantes.

Assim, então, a aglomeração regional em torno do tabaco inclui quinze a vinte empresas industriais principais, instaladas em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Embora existam também empresas industriais de pequeno e médio porte que se

integram ao processo produtivo através do fornecimento de tabaco, com ou sem beneficiamento ou processamento, o sistema é dominado por três grandes conglomerados que atuam na industrialização do tabaco em folha e um que atua na fabricação de cigarros. Atuam na região, basicamente no beneficiamento e exportação de tabaco “em folha”, as empresas Souza Cruz, ligada ao grupo British American Tobacco-BTA, Universal Leaf Tobacco (VARGAS; SANTOS; ALIEVE, 1998). Mais recentemente, foi criada a Alliance One, resultante da fusão da Dimon do Brasil e da Meridional de Tabacos, como as demais, também fortemente ligadas ao capital anglo-americano

Os agricultores familiares que produzem tabaco estão vinculados às agroindústrias processadoras através da relação com fortes laços de interdependência. A dinâmica do aglomerado em torno do tabaco tem características particulares devido à existência do “sistema integrado” de produção, que regula as relações entre os produtores rurais familiares de tabaco e a agroindústria processadora. O sistema integrado já existia na região desde 1918, mas a partir da década de 1970, com a reestruturação e modernização do setor, essa forma de produzir passou a ser fundamental na organização do aglomerado. Esta é uma forma institucional que evoluiu ao longo do século XX e que, provavelmente, vem garantindo uma relativa estabilidade nas relações entre os agentes da cadeia e a expansão da produção.

As principais organizações coletivas locais que coordenam as relações entre os atores do aglomerado são a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), dos produtores agrícolas de tabaco, o Sindicato das Indústrias de Fumo (Sindifumo), Associação Brasileira de Fumo (Abifumo) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Cada uma destas associações representa e trata dos interesses dos atores presentes no aglomerado e regulam as relações de trabalho, a formação dos preços pagos aos produtores agrícolas de tabaco e sinalizam os volumes e variedades a serem produzidos em cada safra. A Afubra foi criada em 1955 e conta hoje com cerca de 150 mil produtores agrícolas associados nos três estados do sul do Brasil. Esta associação tem como principal eixo de atuação a participação nas negociações dos parâmetros do cálculo dos custos de produção e dos preços pagos pela indústria aos produtores agrícolas de tabaco. O Sindifumo representa os interesses de cerca de 20 agroindústrias responsáveis pela compra, processamento e comercialização de todo o tabaco da região. A Abifumo representa os interesses específicos das grandes empresas do setor, principalmente as questões relativas à legislação tributária. Os STRs também têm participação ativa no processo de negociação dos parâmetros para o cálculo dos custos de produção e dos preços pagos aos agricultores. Aqui se verifica uma forte e participativa

presença institucional na forma de organizações ou atores coletivos que atuam em prol dos interesses de seus membros.

Atuam também na coordenação do processo e na gestão de políticas públicas as administrações públicas municipais, principalmente no provimento de infra-estrutura física. O Conselho de Desenvolvimento Regional (Corede) do Vale do Rio Pardo, apesar da limitada autonomia deste em termos de recursos, também atua na orientação das políticas municipais e gestão e coordenação do processo.

Como resultados de uma pesquisa baseada numa linha de estudo apoiada na perspectiva teórica schumpeteriana dos APLs, Vargas; Santos; Alieve (1998) destacaram a importância do “arranjo produtivo” fumageiro do Vale do Rio Pardo para as estratégias das grandes empresas transnacionais do setor. Ressaltam que a organização do segmento da produção agrícola de *tabaco em folha* na região aproveita grande parte do potencial dos recursos ambientais, sociais, culturais e humanos da região, pois ocupa uma grande área total de terras agrícolas e a renda e o trabalho de um grande número de famílias tem origem nessa atividade. Estes autores afirmam ainda que, nos últimos 30 anos, os ganhos de competitividade estiveram relacionados à “abundância de uma mão-de-obra qualificada no manuseio da cultura do fumo” e na estrutura agrária baseada no trabalho familiar e em pequenas propriedades. Os autores fizeram um ranking das principais vantagens da região e que seriam os principais fatores potenciais de atração, segundo o ponto de vista das empresas, e os quatro primeiros dessa lista, nessa ordem, foram: concentração espacial dos produtores de tabaco em folha, disponibilidade de mão-de-obra, existência de uma infra-estrutura disponível e qualidade e custo da mão-de-obra.

Por outro lado, os segmentos de distribuição e comercialização de tabaco e de cigarros são organizados em nível mundial e coordenados de fora da região. Este fato, provavelmente, traz prejuízo para os processos de capacitação tecnológica, obtenção de informações e incorporação de inovações entre as empresas do arranjo, pois os autores verificaram a “inexistência de trajetórias de aprendizagem tecnológica envolvendo um esforço conjunto entre as empresas e demais atores e instituições locais” (VARGAS; SANTOS; ALIEVE, 1998, p. 35). Sobre isso, os autores defendem ainda que:

Essa articulação da produção entre uma escala global e outra local resultou no estabelecimento de uma forma de coordenação hierárquica onde as condições de competição enfrentadas pelos grandes conglomerados no mercado internacional condicionam o papel desempenhado pela região da divisão internacional de trabalho deste setor, bem como na organização e

formas de interação no interior do arranjo (VARGAS; SANTOS; ALIEVE, 1998, p. 35).

Portanto, isto pode representar a medida do peso da regulação e das determinações globais sobre as dinâmicas locais dos territórios, de dentro e de fora da região VRP, que produzem tabaco e dependem dos mercados desse produto. Por isso, os autores acima, afirmam que:

A análise do arranjo produtivo fumageiro no Vale do Rio Pardo constitui-se no exemplo expressivo daqueles casos nos quais os grandes conglomerados internacionais condicionam a organização e desenvolvimento do espaço local com vistas a garantir vantagens num contexto crescentemente globalizado (VARGAS, M.; SANTOS, N.; ALIEVE, R, 1998, p. 36).

Por fim, os autores concluíram que existiam, no final da década de 1990, evidências de um esgotamento da trajetória de desenvolvimento desse arranjo dentro dos mesmos moldes que viabilizaram a sua consolidação na região, devido à exigência de níveis crescentes de produtividade e redução do número de produtores integrados, para garantir a competitividade do setor no mercado mundial. Além disso, concluíram que essas mudanças lançavam dúvidas sobre o futuro do “arranjo fumageiro” na região, porque este se ressentia da “inexistência de vínculos mais sólidos entre os atores do ambiente local e as empresas que compõem este sistema produtivo” (VARGAS; SANTOS; ALIEVE, 1998, p. 36).

Com relação às instituições de pesquisa e formação de recursos humanos na região, citam-se duas universidades. A Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) é a principal instituição de pesquisa e formação de recursos humanos da região. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mesmo sem estar dentro da fronteira geográfica da região, também pode ser incluída como parte integrante deste aglomerado, porque interage com as empresas da região.

Como resultado de uma parceria entre algumas das principais instituições regionais com atuação direta nas decisões sobre as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais da região dos agricultores familiares pode ser citado o Projeto Biodiesel AFUBRA/UNISC. Este é um projeto que busca alternativas complementares para a produção agroindustrial da região e é uma parceria entre a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o apoio e a participação das prefeituras municipais, Emater e sindicatos dos trabalhadores rurais da região. Nos últimos dois anos, esse projeto vem trabalhando na investigação da possibilidade de produção de biodiesel a partir do

girassol, com lavouras desta espécie em 22 municípios das regiões Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. O objetivo principal é a produção local do biocombustível para uso interno nas unidades de produção agrícola conveniadas, além de testar a viabilidade do uso da torta de girassol para alimentação animal nessas unidades. O projeto oferece cursos de capacitação para: produção de sabão utilizando o glicerol e o óleo de girassol; processamento de carnes com elaboração de produtos cárneos e curados (lingüiças, salames, salsichões, mortadelas, salsichas, patês, presunto e apresuntado); produção de derivados do leite (iogurte, queijo e doce de leite); produção de ração para animais com torta de girassol obtida com a extração do óleo; e, produção de biodiesel, na propriedade, com óleo vegetal de girassol. Os cursos têm como público os agricultores familiares e jovens rurais e o objetivo é promover a diversificação produtiva e de atividades nas unidades agrícolas produtoras de tabaco (ver anexo 1).

4.5 Resumo e Considerações Finais

Através da apresentação das principais características físicas, sócio-econômicas e culturais da região VRP e das origens históricas dos territórios, procurou-se estabelecer possíveis relações entre a evolução do desenvolvimento dos territórios e a presença de mecanismos institucionais de regulação e governação desses territórios na região. Assim, identificou-se a contribuição histórica de algumas instituições, formais e informais, nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região e na origem do atual estágio do capitalismo fordista e verificou-se que ainda existe um período com condições favoráveis ao processo de expansão capitalista na região. Na região VRP verificou-se um alto grau de concentração econômica no município de Santa Cruz do Sul, destacando-se como um pólo regional onde está concentrada grande parte da produção industrial, da circulação de mercadorias e da população urbana.

Em contraste com o processo de esgotamento do capitalismo fordista mundial, a região aproveitou uma oportunidade oferecida pelo mercado externo de tabaco e as potencialidades de seus recursos ambientais, humanos e sociais, como por exemplo, a presença de um grande contingente de agricultores familiares. Da mesma forma que Reis (1999) identificou na economia portuguesa, pode-se afirmar que na Região VRP também a diferenciação dos componentes territoriais é resultado das combinações locais e regionais específicas entre a organização dos sistemas produtivos locais, da estruturação e acumulação das economias familiares e da reprodução das condições de vida e da força de trabalho. A agricultura familiar tem grande influência sobre as condições de funcionamento dos mercados de trabalho e atua de forma complementar nos processos de ampliação e estruturação do território. Além de multiplicar e sustentar ao longo do tempo os seus vínculos com a economia, ela determina os tipos de industrialização e de urbanização, uma vez que o contingente de população rural familiar na região sem emprego formal é o dobro da população com emprego formal.

De forma semelhante com o que já aconteceu nos países centrais, a região ainda vive um momento de capitalismo fordista, embora neste caso, a região tenha contado com a contribuição adicional da agricultura familiar na produção de tabaco. Junto com as transformações sócio-econômicas mais gerais, muitas características relacionadas com as instituições locais e as estruturas de produção familiar são determinantes das relações sociais de trabalho e da ligação dos sistemas produtivos locais da região com o processo global de acumulação capitalista. A forma de reprodução do capital na região pode ser considerada

endógena, pois, junto com as transformações sócio-econômicas globais, muitas características relacionadas com as instituições locais e as estruturas de produção familiar são determinantes das relações sociais de trabalho na região, ligando o sistema produtivo local da região com o processo global de acumulação capitalista.

Os territórios rurais da região se sustentam economicamente através de atividades de produção agropecuária, agroindústria e de serviços, demonstrados pelos dados secundários referentes aos valores agregados por cada setor econômico e pelo valor da produção dos sub-setores agroindustriais, além de algumas outras atividades de menor expressão econômica, como artesanato e turismo. Todas essas atividades dependem tanto da dinâmica do processo de globalização, da evolução da atual crise do capitalismo mundial, da variação da demanda e dos preços nos mercados agrícolas, como também da capacidade dos seus agentes locais atraírem fluxos de recursos (principalmente financeiros) e dos seus “capitais territoriais” (ambiental, cultural, social, institucional e conhecimento humano), que se expressam, por exemplo, na capacidade de expansão da universidade, do turismo, dos serviços ou da agriculturaagroecológica

5 A DIVERSIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCALIZADOS (SPLs) DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO (VRP)

Como forma de demonstrar as contribuições da perspectiva territorial do desenvolvimento rural e da abordagem dos SPLs para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, apresenta-se, neste capítulo, o resultado da análise empírica das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios da região *Vale do Rio Pardo (VRP)*. Procura-se apresentar os resultados empíricos da aplicação da abordagem teórico-metodológica dos SPLs e as contribuições da abordagem territorial do desenvolvimento rural, para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Os resultados foram obtidos por meio de uma análise empírica das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região *Vale do Rio Pardo (VRP)*, através de um processo de tipificação dos SPLs e territórios da região. Com essa tipologia foi possível identificar os diversos territórios da região e as suas formas de reprodução através dos seus SPLs Rurais. Dessa forma, foi possível demonstrar um pressuposto inicial desta tese, o de que os diversificados e complexos territórios da região VRP, assim como provavelmente é o que acontece também com os territórios das demais regiões administrativas (Coredes) do Rio Grande do Sul, com exceção da região administrativa *Metropolitana de Porto Alegre*, reproduzem-se através dos seus SPLs Rurais. Para se chegar a esses resultados realizou-se uma verificação da composição e caracterização dos seus *distritos rurais*, como a forma estrutural representativa dos SPLs Rurais, além de uma prospecção de potenciais sistemas agroalimentares localizados (SIALs).

Como meio para atingir os objetivos do estudo, antes de iniciar a realização da tipologia dos SPLs, identificou-se um conjunto de variáveis e de fatores, predominantemente relacionados com as características dos mercados de trabalho locais e da produção agropecuária dos municípios. A principal razão para a escolha dessas variáveis é o pressuposto de que as combinações entre a economia de mercado e a reciprocidade são os mecanismos essenciais da regulação, governação e da reprodução dos SPLs. A economia de mercado, representando a regulação do atual estágio da dinâmica mundial de reestruturação da produção capitalista é onde se insere parte da produção agropecuária da região, principalmente a do tabaco. O outro lado da mesma moeda é o “contra-movimento sócio-ambiental” que ocorre em nível territorial, que Polanyi (2000) chama de “comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças”. Este contra-movimento se propõe a

proteger os fatores de produção territoriais - trabalho e terra - da ação do mercado, conforme tema apresentada no capítulo um. Esta é uma das principais referências teórico-metodológicas para a utilização, neste estudo, das variáveis e fatores relacionados com a produção agropecuária e os principais mercados de trabalho formal dos municípios da região VRP.

Além dessas, procurou-se detectar e selecionar também variáveis e/ou fatores indicadores da presença de processos internos de industrialização flexível e de regulação institucional na região. Em seguida, verificou-se a possibilidade de existência de SPLs Rurais, na forma de ‘distritos agrícolas’, “distritos rurais”, “distritos agroindustriais” ou até mesmo “sistemas agroalimentares localizados” (SIALs), alicerçados ou não no tabaco. E, ainda, buscou-se saber se alguns destes poderiam ser determinantes das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região VRP ou um possível mecanismo de articulação do território com o processo de reestruturação do sistema produtivo global. Por fim, também, procurou-se identificar a possibilidade de as instituições (públicas, privadas, formais ou informais) presentes na região terem contribuído para o desempenho sócio-econômico ou para o desenvolvimento da região.

5.1 A Relação dos Territórios Rurais com os Mercados Agroindustriais

Bagnasco; Triglia (1993), quando se referem à dimensão territorial do desenvolvimento, afirmam que os mercados e os territórios são resultantes de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas, das instituições e das organizações locais para promover articulações e relações dinâmicas, capazes de valorizar os conhecimentos, as tradições e a confiança que foram construídas historicamente. Tendo essa referência como ponto de partida, procura-se demonstrar, nesta seção, as prováveis relações de dependência dos territórios, dos seus SPLs e da sua produção agropecuária em relação aos mercados e cadeias nacionais e/ou globais de produtos agroindustriais produzidos na região VRP, principalmente tabaco, arroz e carne bovina, que são mais importantes instituições de regulação desses territórios.

O Rio Grande do Sul, no final do século XIX, tinha seu desenvolvimento sócio-econômico baseado na agropecuária, uma atividade ligada à pecuária (couro e charque) na região da Campanha (“metade sul”) e a agricultura colonial na Serra (“metade norte”), produzindo bens de baixo valor agregado em um mercado altamente competitivo com uma acumulação de capital relativamente baixa quando comparada com as atividades agroexportadoras brasileiras. Nessa época, o destino final dos excedentes dessa produção era

o mercado interno brasileiro de alimentos. O estado estava integrado na divisão interna do trabalho no Brasil como estado periférico, produzindo alimentos e matérias-primas, enquanto as atividades principais eram a mineração, no século XVIII, e a agroexportadora cafeeira, a partir do início do século XIX. No entanto, a agricultura colonial já se tornava o principal setor econômico rio-grandense daquela época, com maior potencial de capitalização do que a pecuária, levando ao surgimento de atividades comerciais e industriais. Até o final do século XIX, a economia do Rio Grande do Sul ainda estava inserida na divisão regional do trabalho da economia brasileira, abastecendo o mercado interno com o charque, produtos agrícolas coloniais e o couro, mercado limitado pela baixa expansão da demanda interna brasileira por bens primários.

O desenvolvimento econômico da região VRP, depois de 1850, passou por duas fases históricas que podem ser destacados como mais significativas e que os neo-schumpeterianos entendem como duas fases decorrentes de duas mudanças tecnológicas significativas. A primeira foi a partir de 1917, quando teve início a produção de tabaco com secagem em estufas, substituindo o tabaco de galpão e iniciando uma fase de estruturação industrial para o beneficiamento e exportação do produto, quando foram criadas diversas indústrias com capital nacional e regional. A segunda fase foi na década de 1950, quando o mercado de banha de porco, um produto agropecuário quase tão importante para a região como o tabaco, perdeu a sua importância em função da substituição desse produto de origem animal pelo óleo de soja, quando também cresceu e se diversificou a produção agrícola na região (Tab. 9).

Tabela 9 – Valor da Produção Agrícola na região VRP – em 2005

Produto	VRP ¹
Tabaco (em folha)	819.617
Arroz (em casca)	114.427
Mandioca	85.299
Soja (em grão)	75.937
Milho (em grão)	37.336
Melancia	17.027
Feijão (em grão)	13.527
Trigo (em grão)	8.383
Cana-de-açúcar	8.198
Batata-doce	6.489
Batata-inglesa	4.191
Tomate	1.389
Amendoim (em casca)	1.169
TOTAL	1.193.949
Tabaco (%) sobre o total	69 %

Fonte: IBGE (LSPA 2005)

¹ Valores em R\$ 1.000

Como a globalização tem facilitado a expansão dos mercados para novas áreas, esse foi um setor que rapidamente entrou para o circuito global de acumulação. Atualmente, diante de algumas restrições ao consumo de cigarros em todo o mundo e aos riscos da dependência de apenas uma atividade econômica, os atores e instituições da região procuram diversificar a economia regional com atividades rentáveis e geradoras de empregos, que possam vir a ser complementares, ou mesmo alternativas, à produção agroindustrial de tabaco.

As grandes mudanças nos mercados agrícolas internacionais têm reflexos diretos sobre a produção brasileira de *commodities* agrícolas, pois os preços nesses mercados são determinantes sobre as variações nos volumes das exportações brasileiras, principalmente agora que o país começa a se posicionar como um potencial produtor e exportador de biocombustíveis. O que os analistas desses mercados esperam é que os preços agrícolas, principalmente dos alimentos, que tiveram um aumento médio entre 50% e 80% nos últimos dois anos, embora com algumas oscilações para baixo e para cima, deverão se manter numa tendência de alta nos próximos anos. Isto deverá ocorrer até que haja um novo reequilíbrio entre oferta e demanda, com a reposição dos estoques e um aumento da produção, inclusive da brasileira, para atender o crescimento do consumo alimentar em alguns países, tais como a China, Índia e alguns países africanos. Ao que parecem, esses aumentos são mais estruturais do que conjunturais, em função do crescimento na demanda por alimentos, *commodities* e biocombustíveis, principalmente daqueles derivados da soja e do milho. Na maioria dos países, como não é o caso do Brasil, esse aumento dos preços vem criando problemas de desabastecimento e aumento da inflação e para minimizar os seus efeitos negativos, diversos países estão aplicando algum tipo de controle de preços sobre produtos alimentícios e/ou um imposto para limitar as exportações, como é o caso, entre outros, da Argentina e Rússia. Evidentemente que alguns países, tais como o Brasil, África do Sul, Argentina e Índia, EUA, grandes produtores e exportadores dessas *commodities*, podem se beneficiar com essa situação. O Brasil poderá ser um grande beneficiado caso essas projeções se confirmem nos próximos anos, pois o país apresenta um grande potencial competitivo na produção agrícola de alimentos e de biocombustíveis (etanol e biodiesel), principalmente em função dos recursos ambientais disponíveis.

O crescimento das exportações brasileiras de *commodities* agrícolas, acompanhando o crescimento do comércio mundial de produtos agrícolas e alimentos no mundo (Tab. 10), vem batendo recordes nos dois últimos anos, principalmente de produtos como carnes, derivados

da soja e derivados da cana-de-açúcar. Em 2008, já se iniciam as exportações de arroz e milho, produtos historicamente destinados ao mercado interno.

Tabela 10 - Comércio mundial de produtos agrícolas e alimentos

Ano	Valor das exportações agrícolas ¹	Índice de valor unitário	Valor das exportações Agrícolas (a preços constantes) ¹	Valor das exportações de alimentos ¹
2000	421.828	1.00	421.828	294.841
2001	424.334	0.99	430.316	302.502
2002	454.003	1.01	450.127	321.847
2003	537.582	1.13	473.647	384.041
2004	620.558	1.26	491.437	440.815
2005	669.063	1.29	517.406	464.340

Fonte: BNDES, 2008

¹ Em US\$ bilhões

A China, com um PIB de US\$ 3,2 trilhões, um crescimento médio em torno de 10-11% nos últimos dois anos e um dos maiores importadores mundiais de commodities, importa quase US\$ 50 bilhões em produtos agrícolas, de diversos países, e o Brasil já é responsável por quase 10% do fornecimento destas compras (BNDES, 2008). A China já é o principal destino das exportações brasileiras desse grupo de produtos, principalmente soja (outros produtos, mas com uma importância comparativa muito menor, são: celulose, couro bovino, fumo e madeira), com um grande percentual de crescimento nas vendas para esse país e de participação no total das exportações brasileiras de produtos agrícolas.

Como a regulação e a globalização ainda se apresentam com características marcadamente setoriais, a seguir descreve-se um panorama mais específico dos mercados do arroz, carne bovina e tabaco, de forma muito sucinta para os dois primeiros e um pouco mais detalhado, historicamente, para o caso do tabaco. Os mercados do arroz, da carne bovina e do tabaco são considerados instituições determinantes das dinâmicas de desenvolvimento do território que abriga o “distrito agropastoril”, no caso dos dois primeiros mercados, e dos demais territórios e seus “distritos”, no caso do mercado do tabaco.

5.1.1 O Mercado de Carne Bovina

Apesar de ser evidente que o grande mercado consumidor da carne bovina brasileira é o mercado interno, as exportações vêm se tornando uma alternativa para o setor. O volume de

exportação historicamente não ultrapassa 10% da produção brasileira de carne. Espera-se um avanço do Brasil no mercado externo em 2008, com o volume de produto exportado próximo de 1,7 milhão de toneladas e receitas em torno de US\$ 5 bilhões, conforme estimativas da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne (Abiec), o que poderá provocar alterações na dinâmica de desenvolvimento do território “Agropastoril” dos campos do sul da região VRP. O aumento das exportações ocorre porque o Brasil está conseguindo novos mercados, como Cuba, Malásia e China, além da revogação das limitações da Rússia.

Todos esses valores têm potencial para aumentar se forem considerados fatores como áreas ainda disponíveis para a pecuária, a baixa taxa de desfrute e a capacidade de abate dos frigoríficos nacionais. O fato de a maior parte do gado brasileiro ser alimentado com pastagens tem sido um fator adicional de valorização da carne bovina brasileira no mercado internacional. A União Européia (UE) desde 1996 sofre com a crise da “vaca louca”, o que afetou a produção e o comércio externo de seus países-membros. O consumo de carne bovina tem aumentado apenas em alguns países da Ásia, África e do Oriente Médio e um declínio no consumo de carne bovina nos países industrializados, que aumentaram o consumo da carne suína e de aves. O reconhecimento do Brasil como fornecedor potencial de carne bovina no mercado internacional vem ocorrendo ao mesmo tempo em que há um consumo interno maior nos últimos anos, mas ainda insuficiente para absorver a produção nacional, e uma modernização de estrutura produtiva dos frigoríficos. O processo de mudança tecnológica nos frigoríficos iniciou nos anos 50, junto com a modernização da indústria brasileira, aproveitando a expansão do setor de bens de produção.

5.1.2 O Mercado de Arroz

No momento em que o Brasil atinge a auto-suficiência na produção de arroz e pretende entrar no mercado mundial de arroz, é interessante conhecer a participação dos principais países produtores e exportadores nesse mercado. Enquanto a produção mundial de arroz (em casca) quase dobrou entre 1970 e 2004, no mesmo período, a área plantada cresceu um pouco mais de 13 % (FAO, 2004).

A China é o maior produtor mundial de arroz, produziu 30,6 % do total mundial em 2004 e a Índia e a Indonésia, entre 1970 e 2004, foram o segundo e terceiro maiores produtores mundiais, respectivamente. A produção indiana cresceu 49%, nesse período, e a Indonésia aumentou 64%.

O Brasil ocupa hoje o nono lugar na produção de arroz do mundo, com uma produção de mais de 13 milhões de toneladas em 2004, um aumento de 43% no mesmo período (Tab. 11).

Tabela 11 - Arroz em casca – Produção Mundial nos dez principais países

País	2002	2003	2004
China	176.342.195	162.304.280	186.730.000
Índia	108.900.000	130.400.000	124.400.000
Indonésia	51.489.696	52.078.832	53.100.104
Bangladesh	37.593.000	39.090.000	37.910.000
Vietnã	34.447.200	34.518.600	35.500.000
Tailândia	26.057.000	27.241.000	25.200.000
Mianmar	22.780.000	24.640.000	23.000.000
Filipinas	13.270.653	14.031.000	14.200.000
Brasil	10.457.100	10.319.900	13.356.300
Japão	11.111.000	9.740.000	11.400.000
Total mundial	571.075.822	586.248.413	608.496.284

Fonte dos dados: Faostat, 2006

Elaboração: Projeto Arroz Brasileiro

O crescimento da produção de arroz no mundo tem sido possível em função do aumento da produtividade agrícola, como resultado do aumento da tecnologia, principalmente decorrente da biotecnologia nos cruzamentos de variedades, que resultou nas variedades de ciclo mais precoce, que passaram de períodos vegetativos de 120-150 dias para 90-120 dias. Além disso, na China já se utiliza o plantio de arroz híbrido, que é muito mais produtivo, enquanto que na África, desde o início dos anos 1990, surgiram variedades que combinam alta produtividade com resistência às condições ambientais adversas do continente, originadas de cruzamentos com espécies de arroz nativas. No Brasil, a partir do final da década de 1990, a pesquisa proporcionou melhoras na qualidade do arroz de sequeiro, largamente utilizado nos estados das regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), em julho de 2008, mostram que desde janeiro de 2008, o país exportou 243 mil toneladas de arroz, o dobro do que exportou em 2007, principalmente para países africanos. Com a ampliação de um terminal no porto de Rio Grande (RS), destinado para o embarque de

arroz, o Brasil deverá aumentar as exportações deste produto a partir deste ano, ao mesmo tempo em que reduzirá as importações do produto, que são basicamente feitas de países do Mercosul.

5.1.3 O Mercado de Tabaco

A produção agroindustrial de tabaco representa entre 50 e 60% (chegando a 80% no caso de Santa Cruz do Sul) do valor adicionado em ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) na maioria dos municípios da região VRP, o que representa um percentual muito próximo da renda bruta gerada por atividade. As dinâmicas sócio-econômicas dos distritos “Agrícola”, responsável por grande parte da produção agrícola do tabaco, e o “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul”, que beneficia grande parte do tabaco produzido no Rio Grande do Sul, com uma pequena participação na produção de cigarros, atualmente são muito dependentes da rede global em torno dessa cadeia de produção. Por isso, os atores que atuam como dirigentes do segmento empresarial (Sindicato das indústrias de fumo - Sindifumo) e aqueles que atuam como dirigentes das organizações dos produtores agrícolas, principalmente a Afubra, têm uma destacada participação nas organizações nacionais e internacionais do setor²⁶.

O tabaco, que já era conhecido no Brasil antes mesmo do seu descobrimento (os indígenas utilizavam o tabaco nos seus rituais), começou a ser cultivado no Brasil ainda no século XVI (VOGT, 1997). Com a fundação da Colônia Santa Cruz, no Vale do Rio Pardo, em 1849, o tabaco encontrou o local ideal para se desenvolver, auxiliado por uma demanda no mercado mundial. Na década de 1890 já era o principal produto da economia da região VRP e já havia uma pequena produção de fumos “negros” para atender a demanda interna e para a exportação à Europa. Segundo Vogt (1997), em 1903, teve início a industrialização de cigarros no Rio de Janeiro e a partir de 1918, com o crescimento da demanda interna, houve a necessidade de organizar o sistema produtivo brasileiro, tendo sido implantado o “sistema integrado de produção” de tabaco no Estado do Rio Grande do Sul. Entre 1916 e 1919, em Santa Cruz, instalaram-se as grandes indústrias de tabaco e as primeiras agências bancárias e fundou-se a União Comercial e Industrial, como importante instrumento de aglutinação de toda a cadeia econômica. A produção de tabaco sempre esteve em crescimento, mas a partir da década de 1920 iniciou um processo altamente acelerado de crescimento. A partir de 1950

²⁶ Atuação na “Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo” e na Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA). Os mais recentes presidentes da Afubra têm sido também presidentes da ITGA.

teve início a produção dos tabacos claros tipo “Virgínia” e “Burley” no sul do Brasil (VOGT, 1997).

Nos anos 1960, os conflitos étnicos na Rodésia (atual Zimbábwe) e o embargo comercial contra esse país africano acabaram contribuindo de forma muito significativa para o aumento da demanda pelo tabaco brasileiro. Portanto, o contexto político-institucional na África afetou o mercado do produto que, auxiliado pelo ingresso de capital externo, foi determinante para a expansão da atividade na região VRP. Estruturou-se uma cadeia produtiva baseada na integração entre produtor e indústria, com fortalecimento do mercado e grande reforço na melhoria da qualidade do produto. Outro grande impulso para a formação do complexo agroindustrial do tabaco na região ocorreu na década de 1970, quando o aumento da demanda de tabaco em folha no mercado internacional fez com que se instalasse no município de Santa Cruz do Sul as principais empresas transnacionais do setor (VOGT, 1997). Isso foi feito através de um processo de aquisição das empresas nacionais e aumento da produção e adoção de inovações, tanto no processamento industrial como na organização do sistema de produção agrícola do tabaco. A produção de tabaco teve um aumento significativo nos estados do sul do Brasil, com a ampliação do parque industrial e com o incremento da produção e da exportação.

Atualmente, de acordo com os dados da produção agrícola municipal, levantados pelo IBGE, o Brasil produz mais de 800 mil toneladas de tabaco por ano, o segundo maior produtor mundial de tabaco (o primeiro é a China). O tabaco é responsável pela arrecadação de grandes somas em impostos, com a arrecadação anual ultrapassando cinco bilhões de dólares, e as exportações brasileiras de tabaco e seus derivados já passam de um bilhão de dólares (o Brasil é o maior exportador mundial), em torno de 2,5% do total das exportações brasileiras (BNDES, 2008). Esta atividade ocupa mais de 650 mil agricultores na produção agrícola, é a fonte de uma renda média anual de US\$ 4.500 para aproximadamente 135 mil famílias rurais e emprega mais de 30 mil pessoas nas usinas de beneficiamento e nas fábricas de cigarros, cigarrilhas e charutos. Em toda a cadeia produtiva, desde o seu plantio até a comercialização final, há o envolvimento de mais de dois milhões de pessoas (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2007).

5.2 Os Distritos Rurais como Estruturas Sócio-Econômicas dos SPLs Rurais

Nesta seção descrevem-se os SPLs, na forma de “distritos rurais”, encontrados na região VRP, identificados a partir de informações sobre os 22 municípios da região. A maior parte dessas informações foi utilizada no cálculo do Quociente Locacional (QL), pois elas se referem às variáveis determinadas pela evolução da composição e da caracterização dos mercados de trabalho da região. Entre estas se incluem emprego por atividade, escolaridade e remuneração média dos trabalhadores e tamanho do estabelecimento empregador (CAGED-MTE), entre 1985 e 2005 (selecionados os dados de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005). Além destas, para a determinação dos QLs, utilizou-se também o PIB, o valor agregado da produção rural por produto ou atividade, o valor agregado dos setores agropecuário, industrial e de serviços de cada município, assim como dados referentes à distribuição da população (total e rural) por município (IBGE). Esta identificação é resultante dos grupos formados pelo programa estatístico ADDAD (análise fatorial e classificação ascendente hierárquica).

5.2.1 Métodos Estatísticos para a Formação dos Grupos

Entre os múltiplos aplicativos da análise de dados encontra-se aquele que permite identificar semelhanças ou diferenças entre indivíduos ou elementos. A semelhança entre dois indivíduos, ou que tenham seus perfis próximos, é estabelecida segundo um conjunto de diferentes variáveis. É possível representar, sobre um gráfico, estas proximidades entre indivíduos com a ajuda de um método fatorial. Os métodos de classificação permitem agrupar os indivíduos relativamente heterogêneos em categorias mais homogêneas (BOUROCHE & SAPORTA, 1980).

Outro aplicativo da análise de dados permite a descrição das relações entre variáveis. Considera-se que duas variáveis estão correlacionadas quando elas variam da mesma maneira sobre diferentes indivíduos. É possível privilegiar uma ou algumas variáveis e procurar explicitar estas variações em função das outras. Quando todas as variáveis seguem uma regra idêntica procura-se colocar em evidência os grupos de variáveis principais. Com isto, são apresentados os indivíduos e as variáveis em um mesmo espaço geométrico, fazendo com que haja uma transformação dos dados para serem visualizados dentro de um plano ou para classificá-los em grupos mais homogêneos, com uma perda de informação muito pequena.

Neste estudo, na seleção e determinação das variáveis classificatórias dos municípios e dos fatores resultantes das combinações destas variáveis, foi utilizada a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Em seguida, para a identificação e caracterização dos Sistemas

Produtivos Localizados (SPLs), o método empregado foi o da Classificação Ascendente Hierárquica (CAH), que produz seqüências de partições em classes. As técnicas de seleção (ou determinação) de variáveis (AFC) e as de formação dos grupos (CAH) utilizadas no trabalho são descritas a seguir.

5.2.1.1 Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) é um método ainda bastante utilizado para a descrição de dados qualitativos em função de suas propriedades matemáticas e a riqueza de suas interpretações (CIBOIS, 1987). O método da AFC conduz à representação gráfica e utiliza variáveis qualitativas e variáveis inicialmente quantitativas, mas transformadas em qualitativas através da divisão em classes de freqüência. Esta análise, que consiste em calcular uma distância entre dois elementos tomados dois a dois em cada um dos conjuntos, efetua-se sobre uma matriz de números de co-ocorrência entre elementos do conjunto de municípios do conjunto das classes das variáveis definidas para a realização de uma tipificação desses municípios. Um é ligado ao outro através de uma distância, que é função da semelhança existente entre os perfis distribucionais, que esses dois elementos apresentam através das classes de suas variáveis. O conjunto forma no espaço uma nuvem, na qual os pontos estão separados dois a dois por uma distância geométrica igual ao valor da distância calculada, com a aproximação de um coeficiente. Essa nuvem aparece como a expressão completa e exata das afinidades existentes entre os elementos e o conjunto. A forma e a estrutura da nuvem, seu alongamento sobre determinados eixos ou planos, seus pólos e densidades, traduzem a heterogeneidade das ligações que unem seus elementos.

O estudo foi feito a partir das variáveis originais que incluíam inicialmente variáveis quantitativas e qualitativas. Para fazer uso da análise fatorial de correspondência as variáveis quantitativas foram transformadas em qualitativas, pela divisão em classes ou níveis com mesma freqüência, que foram as modalidades, ou níveis, de cada variável. Assim, todas as variáveis passaram a ser qualitativas e representadas por níveis ordenados. Em seguida, estas variáveis qualitativas foram transformadas em variáveis indicadoras, uma para cada modalidade, e assim representadas na forma de uma matriz disjuntiva para cada variável. Dessa forma, para cada município relacionado com um determinado nível ou modalidade, a variável foi indicada pelo valor um (1) para essa modalidade e pelo valor zero (0) para as outras modalidades.

5.2.1.2 Classificação Ascendente Hierárquica (CAH)

Este é um método de classificação automática que se conjuga perfeitamente com a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Para isso, utiliza-se um algoritmo de distância que tem por objetivo a agregação dos objetos ou indivíduos de uma matriz em função de suas distâncias ou similaridades (JAMBU, s.d.).

Assim, reúnem-se grupos de elementos que apresentam coeficientes de distâncias ou similaridades mais próximos dentro da matriz. Um município (ou um indivíduo) só se junta a um grupo se ele estiver ligado a todos os outros indivíduos desse mesmo grupo. Dois grupos só poderão ser unidos, tornando-se um grupo maior, se cada um dos municípios do primeiro apresentarem uma ligação com os municípios do segundo, e vice-versa. Os dendogramas ou outras formas de representações gráficas são critérios de decisão, que levam em conta o grau de fracionamento buscado e o limite de significação ou de interpretação dos grupos de municípios ou de variáveis encontradas, para determinar-se a que nível de partição a hierarquia corresponde melhor à situação que se deseja descrever.

O método CAH facilita a interpretação dos gráficos da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Assim, concentrando a atenção sobre os gráficos da Análise Fatorial de Correspondência, o método permite a individualização fácil dos grupos e uma divisão do total dos municípios estudados em grupos mais ou menos homogêneos, representando uma boa imagem da diversificação e similaridade existente. Concluindo, esta classificação inicia com uma partição “politética” (cada município é um grupo) até a partição “monotética” (todos os municípios estão em um mesmo grupo). Entre estas estão as partições intermediárias que, efetivamente, serão utilizadas na caracterização dos grupos estudados.

5.2.2 Distrito Agropastoril dos Campos do Sul

Desde a sua origem, a principal característica desse território é a pecuária extensiva de bovinos de corte e de ovelhas. Mais de 61% do rebanho bovino e mais de 93% dos ovinos da região VRP estão nos campos desse território (Tab. 12). Este se inicia às margens do Rio Jacuí, ainda nos municípios de Rio Pardo e General Câmara e se estende até as terras mais altas do “Escudo Sul-Riograndense”, localizado ao sul do Rio Jacuí, no município de Encruzilhada do Sul, passando por Pantano Grande (Fig. 10). O território que abriga o

Distrito Agropastoril está ligado diretamente à presença histórica do gado bovino, principal atrativo para a ocupação.

A formação das primeiras invernadas e estâncias de luso-brasileiros foram responsáveis pela introdução da pecuária na região. Essas propriedades ficavam próximas aos caminhos das tropas que saíam do território e seguiam em direção ao norte pelo litoral. A atividade pecuária cresceu junto com a progressiva e ampla distribuição de sesmarias e a formação das invernadas e estâncias.

Tabela 12 - Rebanho de Bovinos e Ovinos - efetivo animal

Rebanho	Distritos				VRP
	Agropastoril	Agrícola	Agroindustrial	Agroindustrial e Serviços	
Bovinos	405.523	161.231	48.101	44.957	659.812
Ovinos	162.000	8.614	1.398	1.185	173.197

Fonte: IBGE (2005)

Tabulação do autor

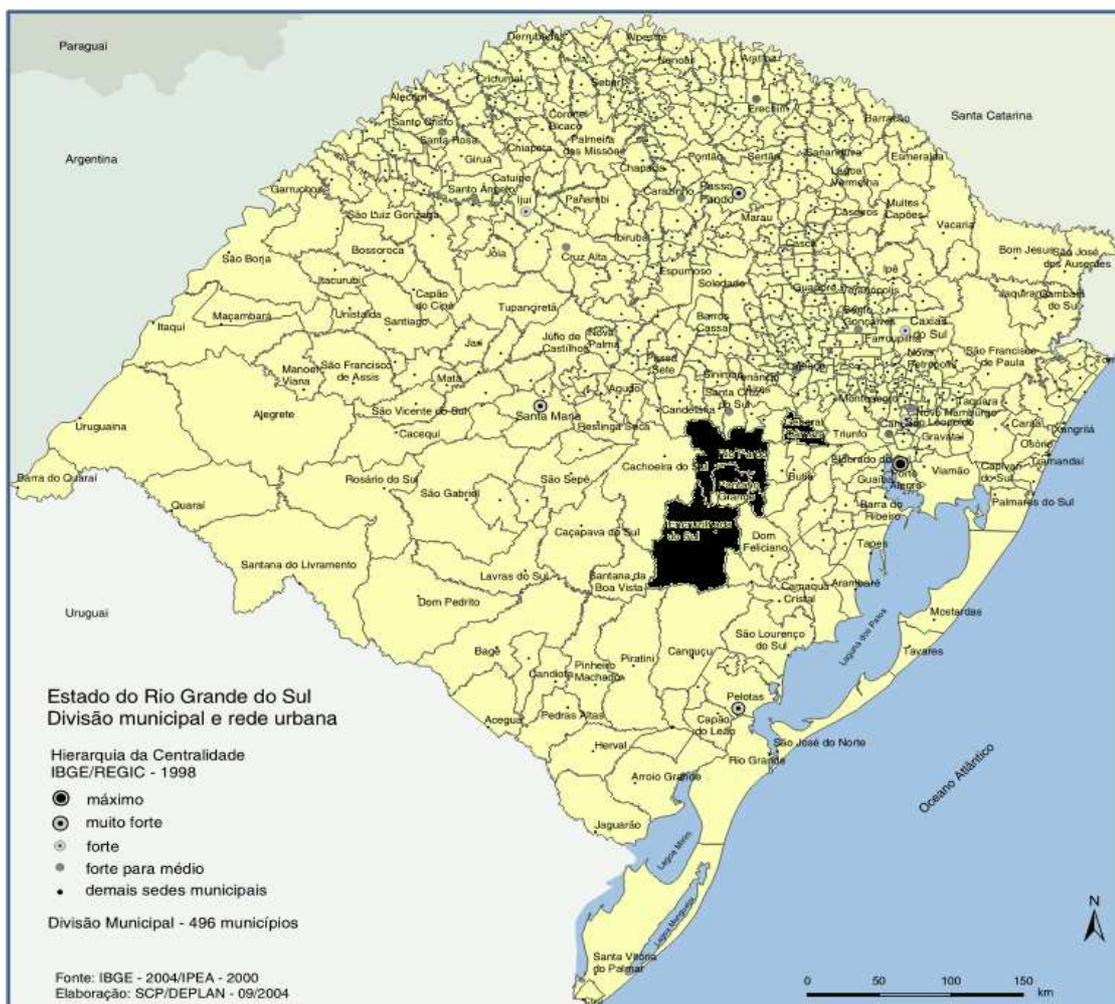


Figura 10 - Localização do “Distrito Agropastoril” dos Campos do Sul
 Fonte: IBGE-IPEA(2000) Elaboração: SCP/DEPLAN e autor

Este é um território de ocupação antiga, dos quatro municípios que fazem parte deste território apenas Pantano Grande não é emancipado desde o século XIX, sendo que Rio Pardo e Encruzilhada do Sul estão completando 200 e 160 anos, respectivamente, de emancipação. Esses municípios estão localizados em áreas onde havia, inicialmente, ocupação e disputa militar entre Portugal e Espanha pelo território. Essas aglomerações que se formaram a partir das estâncias, em torno de fortalezas ou postos avançados de defesa militar, originadas das sesmarias recebidas por militares da coroa portuguesa e de propriedades de açorianos e luso-brasileiros vindos de Laguna e São Paulo (HEIDRICH, 2000).

Na produção agrícola, além da mandioca, que é uma cultura muito difundida e com uma abundante produção em toda a região VRP, são importantes as produções de melancia e de grãos (Fig. 11 e 12). Entre estes, com grande destaque, aparece a produção de arroz no vale do rio Jacuí (Fig. 13). Em termos econômicos, a produção de 18 mil toneladas (10% da produção da região) de tabaco é a principal geradora de renda agrícola do território (35% do total), com valores próximos da renda gerada, individualmente, pela produção de arroz ou pela pecuária (IBGE, 2007).

Tabela 13 - Produção física e valor da produção - Distrito Agropastoril

Produto	Distrito Agropastoril dos Campos do Sul				VRP
	Produção (toneladas)	Valor da produção (R\$ 1.000)	Valor da produção % / Distrito	Concentraç ão da produção	Valor da produção
				QL	(R\$ 1.000)
Tabaco	18.073	80.582	25,8	0,5	819.617
Arroz (em casca)	106.040	63.708	20,4	2,6	114.427
Soja (em grão)	48.088	36.375	11,7	2,4	75.937
Mandioca	38.450	23.070	7,4	1,2	85.299
Melancia	95.550	15.225	4,9	4,1	17.027
Trigo (em grão)	11.840	4.796	1,5	2,6	8.383
Outras	28.363	88.064	28,2	-	892.876

	346.404	311.820			
Total			100,0	-	2.013.566

Fonte: IBGE (2005)

No entanto, essa produção de tabaco está concentrada em colônias de imigrantes alemães implantadas, ainda no século XIX, dentro do município de Rio Pardo, mas muito próximo de onde estão instaladas fisicamente as grandes indústrias processadoras de tabaco em Santa Cruz do Sul. Mas, a produção agrícola de tabaco neste distrito apresenta uma concentração baixíssima, ou seja, corresponde à metade do percentual ($QL=0,5$) da produção de tabaco da região, em relação ao total de toda a produção agrícola da região.

Por outro lado, independente do volume de produção, verifica-se que neste distrito (ver Tabela 13), há uma grande concentração (em relação ao restante da região) das produções de melancia ($QL=4,1$), arroz ($QL=2,6$), trigo ($QL=2,6$) e soja ($QL=2,4$). O município de Encruzilhada do Sul, com 48.500 toneladas, é o maior produtor individual de melancia do Rio Grande do Sul, este que é o maior produtor dessa fruta no país, respondendo por 23,7% da produção brasileira ou 383.404 toneladas, considerando a média 2001 a 2003 (IBGE, 2007).

O que muda socialmente com essas novas atividades, como conseqüências da reestruturação do capital através da instalação na região de empresas que antes atuavam em outras regiões, são as relações capitalistas. Constatou-se, através de relatos dos atores locais e observações empíricas, que até recentemente essas relações eram dominadas pelos grandes proprietários rurais pecuaristas e alguns arrozeiros, arrendatários ou proprietários, mas agora dividem parcela do poder de decisão com algumas grandes empresas (com sede fora do distrito) dos setores agroindustriais, particularmente, dos sub-setores de vinho, papel e celulose, madeireiro e de frutas, vindos de outras regiões e que se tornam novos proprietários de terra. Além destas, também há novos arrendatários agrícolas do sub-setor produtor de grãos, que passam a fazer contratações de trabalhadores agrícolas assalariados, ampliando o mercado de trabalho agrícola formal nessa região, e provocando uma elevação dos preços da terra e do arrendamento.



Figura 11 - Pastagens e lavouras de arroz e soja
Fonte: foto do autor

Com relação à silvicultura, as restrições do governo estadual no Rio Grande do Sul ao estudo de zoneamento ambiental feito pela Fepam (a fundação responsável pelo licenciamento ambiental e fiscalização da aplicação da legislação ambiental) e a instalação de empresas produtoras de celulose e papel no estado têm sido criticadas por ambientalistas, pesquisadores e políticos. Isto gerou um debate sobre os seus reflexos sobre o meio ambiente na metade sul do estado, dentro do qual se insere o “distrito agropastoril”.



Figura 12 - Parte da área de campo nativo substituída por lavoura de soja

Fonte: Foto do autor



Figura 13 - Lavoura de arroz nas partes baixas e silvicultura nas partes mais altas (ao fundo)
Fonte: Foto do autor

As empresas Aracruz, Votorantin e Stora Enso pretendem instalar fábricas de celulose no Rio Grande do Sul utilizando o eucalipto como matéria prima. Segundo os dados dos projetos, relatados pelos técnicos das empresas, para abastecer essas plantas industriais será necessário o plantio de um milhão de hectares com essa espécie. Uma parte significativa dessa área está dentro do território formado pelos municípios localizados neste distrito agropastoril, principalmente Encruzilhada do Sul, Pantano Grande e General Câmara.

O eucalipto vem sendo plantado nas áreas de campo da região desde 2006, utilizando-se licenças “provisórias” e flexibilizadas para contornar as limitações para o plantio florestal do zoneamento ambiental elaborado pela Fepam, que restringem as áreas de plantio para que este não cause prejuízos aos rios, florestas nativas, fauna e ambientes turísticos do Rio Grande do Sul. É preciso ressaltar que essa diversificação é basicamente resultante de incentivos para que algumas grandes empresas de fora desses municípios se instalem no território, mas apenas para a produção agrícola, ficando o processamento agroindustrial para ser realizado fora da região (Fig. 14).

Por este motivo, quase a metade dos empregos formais dentro do setor agroindustrial, em 2007, foram gerados dentro do segmento de *produção agropecuária*, principalmente nos

sub-setores silvicultura, pecuária e integração lavoura-pecuária (mista), que geraram, respectivamente, 98%, 72% e 88% dos empregos da região VRP nesses sub-setores (Tab. 14).

Tabela 14 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais - Distrito Agropastoril

Segmentos e Sub-setores	Distrito Agropastoril dos Campos do Sul				VRP
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	Empregos formais
	Nº absoluto	% / distrito	QL	% / região	Nº absoluto
FORNECEDORES					
Serviços à agropecuária	185	6,0	2,1	27,5	673
Atacado insumos p/ agropecuária	97	3,2	1,6	21,0	460
Pedras e calcário	214	7,0		75,1	285
PRODUÇÃO AGROPEC.					
Silvicultura e florestal	648	21,2	7,4	98,0	662
Lavouras temporárias	94	3,1	2,1	28,0	339
Pecuária	227	7,4	5,4	72,0	316
Mista (lavoura+pecuária)	275	9,0	6,6	88,0	313
Lavouras permanentes	67	2,2	6,0	86,0	78
AGROINDÚSTRIA					
Abate e ind. derivados carne	184	8,9	2,0	26,4	698
Desdobramento de madeira	272	7,2	4,2	55,6	489
Fabr. derivados madeira, trançados	219	6,2	3,8	49,0	439
Fabricação outros alimentos	189	5,0	2,0	26,8	706
Fabricação de farinha e ração	153	7,7	4,5	60,0	255
Outros	234	16,5	-	-	1.587
Total	3.058	100,0	-	23,7	12.922

Fonte dos dados: MTE-CAGED (2007)



Figura 14 - Colheita da uva no município de Encruzilhada do Sul
Fonte: Prefeitura municipal de Encruzilhada do Sul

O Distrito Agropastoril tem uma estrutura e uma dinâmica muito semelhante e representativa dos sistemas produtivos dos territórios rurais que fazem parte da região conhecida como *Metade Sul* do Rio Grande do Sul e que se estende por toda a região da *Campanha* do Rio Grande do Sul. São distritos que se caracterizam por uma densidade demográfica muito baixa, por estabelecimentos rurais com grandes extensões de terra e com a sua economia baseada, historicamente, na criação extensiva de bovinos de corte e ovelhas.

5.2.3 Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias

O território rural que fica mais ao norte da região VRP, formado por 15 municípios localizados predominantemente na região geográfica denominada de Planalto das Araucárias, assim denominada devido à presença de grande quantidade desta espécie vegetal até a ocupação da região no século XIX. Esta espécie é característica das áreas do planalto que se inicia no centro do Rio Grande do Sul e se estendem até o Estado do Paraná.

Dos municípios que formam este território, mais de 80% deles têm entre 15 e 20 anos de existência como município, sendo que apenas Sobradinho e Candelária, que cederam grande parte dos seus territórios aos novos municípios, têm em torno de 80 anos de emancipação política. Este distrito, basicamente formado por municípios novos, é a estrutura de um território rural que representa grande parte dos que originalmente eram as áreas essencialmente rurais e agrícolas dos municípios de Santa Cruz do Sul e, posteriormente, de Venâncio Aires, Sobradinho e Candelária (Fig. 15).

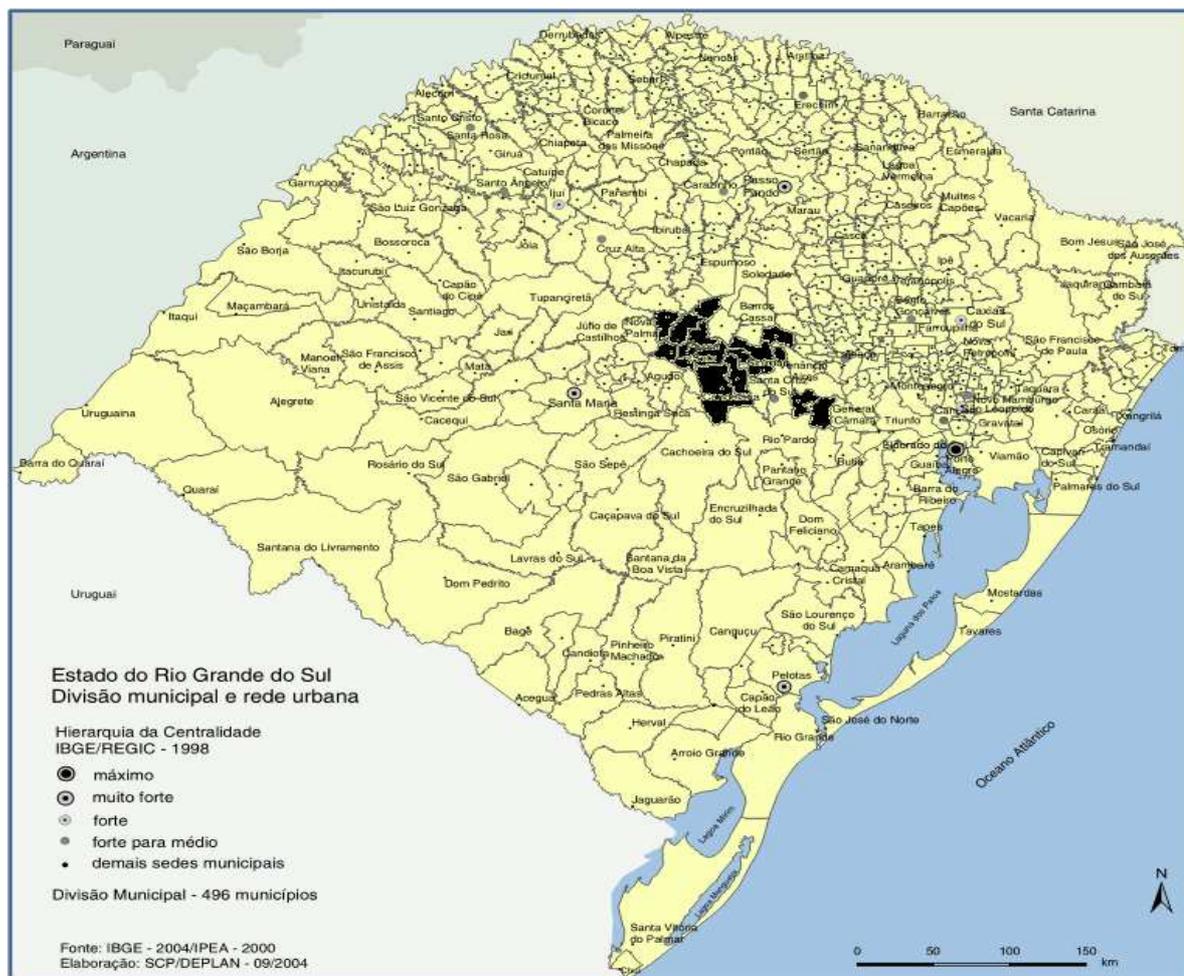


Figura 15 - Localização do “Distrito Agrícola” do Planalto das Araucárias
Fonte: IBGE-IPEA(2000) Elaboração: SCP/DEPLAN e autor

Um diferencial deste grupo de municípios que forma o distrito é a sua concentração de população rural, 54,3% de toda a população rural da região VRP e um percentual de 61% de sua população total vivendo em áreas rurais, conforme visualizado na tabela 6, no capítulo anterior. O que se destaca neste distrito, e o que deu origem à sua denominação neste estudo, é a sua característica de grande produtor agrícola da região, pois quase 45% de toda a produção agrícola da região VRP e em torno de 60% da produção de tabaco têm origem nos municípios desse grupo (Fig. 16 e 17). Este distrito é responsável também por 47% da produção de milho e mais de 80% da produção total de batata e feijão da região VRP (Tabela 15).

Mesmo sabendo-se que este distrito é o grande produtor agrícola da região (tabaco, milho, feijão, batata e soja), ao contrário do distrito anterior, neste se verifica quase a inexistência de empregos formais na produção agropecuária (Tab. 17). Isto se explica quando se constata que, neste distrito, há mais de 25 mil famílias rurais, e uma população rural de

81,5 mil pessoas, trabalhando quase que exclusivamente na agricultura, em estabelecimentos rurais com uma área média de 19 hectares, conforme tabela 6, do capítulo anterior.

Tabela 15 – Produção agrícola do Distrito Agrícola

Produtos	Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias			VRP	
	Produção toneladas	Valor da produção R\$ 1.000	Valor da produção % / Distrito	Concentraçã o da	Valor da
				produção QL	produção R\$ 1.000
Tabaco				1,2	
(folha)	110.845	477.797	77,2		819.617
Soja (grão)	55.019	37.892	6,1	1,0	75.937
Milho (grão)	55.095	17.310	2,8	0,9	37.336
Feijão (grão)	10.321	11.430	1,8	1,7	13.527
Batata-doce	10.989	4.106	0,7	1,3	6.489
Batata-inglesa	6.507	3.253	0,5	1,6	4.191
Amendoim- casca	221	722	0,1	1,3	1.169
Tomate	858	616	0,1	0,9	1.389
Outros	156.023	66.008		--	217.267
TOTAL	405.879	619.134	100,0	--	1.176.922

Fonte: IBGE (2005)



Figura 16 - Lavoura de tabaco

Fonte: disponível em <http://www.mundoregional.com.br/fumo> (acesso em 15/10/2007)



Figura 17 - Estufa para secagem do tabaco

Fonte: disponível em <http://www.mundoregional.com.br/fumo> (acesso em 15/10/2007)

Com exceção de algumas indústrias de calçados no município de Candelária, pode-se dizer que há uma completa ausência de indústrias e de empregos formais no setor industrial. Este distrito praticamente não tem nenhuma atividade industrial tradicional, nem mesmo de beneficiamento do tabaco, que é a sua produção agrícola mais importante. O que se verifica é a presença de um “polo” calçadista no município de Candelária, em torno de uma dezena de empresas industriais do setor de calçados e fabricação de artigos de couro, facilitada pela política de expansão das empresas do setor, através dos chamados “ateliers”, que são responsáveis pela metade dos empregos formais nesse sub-setor na região VRP, embora tenha ainda um grande contingente de trabalhadores rurais não-assalariados.

Tabela 16 – Empregos formais na Indústria Não-Agroindustrial

Sub-setores	Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias				VRP
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	Empregos formais
	Nº absoluto	% / distrito	QL	% / VRP	Nº absoluto
Fabricação de calçados	1.411	75,6	3,0	49,9	2.828
Fabr. artigos de couro p/viagem	180	9,7	3,3	55,7	323
Outros	274	14,7	-	-	6.381
Total	1.865	100	-	-	9532

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Além da irrisória contribuição dos setores industriais e de serviços para a geração de empregos neste distrito, também se verifica situação semelhante no setor *agroindustrial*, pois os escassos empregos formais do distrito estão nos sub-setores de “atacado de insumos para a agropecuária” (as *agropecuárias*), no “varejo de alimentos, bebida e fumo” e nos “serviços para a agropecuária” (Tab. 17).

Tabela 17 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais

Segmentos e sub-setores	Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias				VRP Nº absoluto
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	
	Nº absoluto	% / distrito	QL	% / VRP	
FORNECEDORES					
Serviços p/ a agropecuária	108	9,2	1,0	16,0	673
Atacado insumos p/ agropec.	285	24,2	3,7	62,0	460
Ind. máq. e equip. p/ agropec.	35	3,0	1,9	33,0	107
PRODUÇÃO AGROPEC.					
Pecuária	48	4,1	0,9	15,0	316
AGROINDÚSTRIA					
Laticínios	16	1,4	1,7	28,0	57
Fabr. derivados de madeira	82	7,0	1,1	19,0	439
Fabricação de farinha e ração	62	5,3	1,4	24,0	255
Fabr. conservas frutas e legumes	11	0,9	2,5	44,0	25
DISTRIBUIÇÃO					
Varejo alimentos, bebida e fumo	126	10,7	1,1	18,0	686
Outros	403	34,3	-	-	9.907
Total	1.176	100,0	-	9,1	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Os produtores familiares de tabaco, majoritariamente localizados neste *Distrito Agrícola*, são representados pela *Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)*. Em 2007, esta associação elegeu como seu presidente, para um período de 4 anos, Benício Albano Werner, produtor de tabaco no município de Vale do Sol e filho do fundador da associação, há mais de 50 anos. A direção da *Afubra* pretende intensificar as suas ações no sentido da diversificação da produção das famílias rurais da região, com atividades que possam gerar

uma renda complementar ao tabaco, e lutar pela obtenção de melhores rendimentos com a venda do tabaco produzido e que é considerado de alta qualidade. Atualmente, a Afubra, em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), vem procurando alternativas para diversificar a produção e as rendas agrícolas, através da utilização de outras espécies vegetais produtoras de biocombustíveis e de alimentos. Como consequência, os dirigentes da instituição, que representa os produtores familiares de tabaco, esperam estar contribuindo para o desenvolvimento rural e buscando a sustentabilidade das famílias e da propriedade rural (AFUBRA, 2007).

5.2.4 Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires

Este distrito tem a menor área total (6% do total da região VRP), compreensível já que o mesmo está restrito a somente um município (Fig.18) e, por esse motivo, a área média dos seus 5.400 estabelecimentos rurais é de apenas 11 hectares, cerca de um terço da área média da região VRP. A sua elevada densidade demográfica rural (33 hab./km²) está relacionada com o fato contrastante com o distrito Agropastoril, uma vez que as populações rurais dos dois distritos são semelhantes, mas a área deste último é dez vezes maior. A presença da agricultura familiar se constata também através dos dados levantados pelo IBGE, no censo agropecuário de 1995, no qual se verifica que o distrito apresenta a maior média de pessoas por domicílio rural (3,7) e tem 14,8 mil familiares rurais sem remuneração direta ou vínculo empregatício (conforme tabela 6, do capítulo anterior).

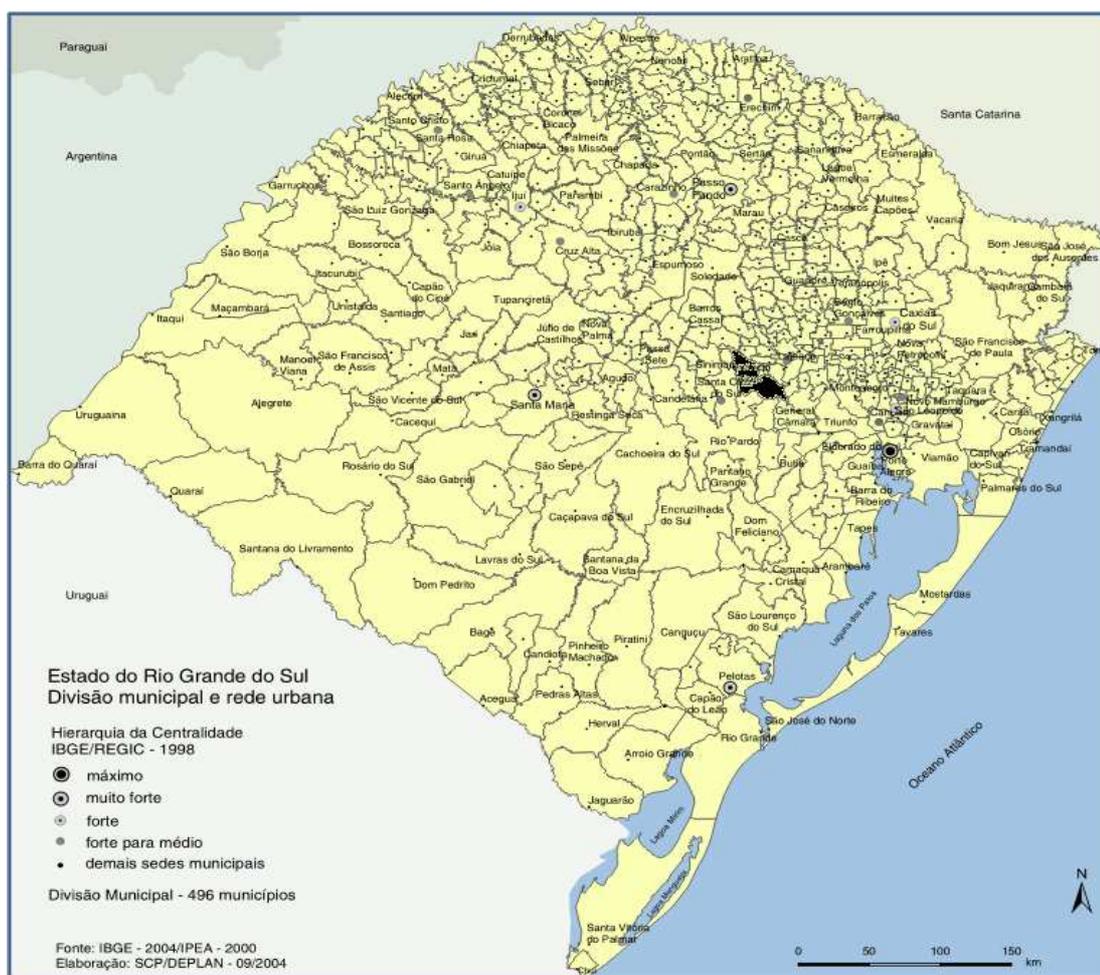


Figura 18 - Localização do “Distrito Agroindustrial” de Venâncio Aires
Fonte: IBGE-IPEA(2000) Elaboração: SCP/DEPLAN e autor

Alguns sub-setores industriais se destacam em Venâncio Aires, com altos índices de concentração (QL), talvez iniciando a formação de um SPL especializado em alguns desses sub-setores, com grande número de empregos formais gerados, embora com um número de empresas ainda relativamente pequeno para que possa ser caracterizado como um distrito ou SPL especializado. Os sub-setores industriais que vêm se destacando são os de vestuário, talvez o mais próximo de, futuramente, tornar-se um SPL especializado porque já conta com 29 empresas e mais de 500 empregos formais; de calçados, com quase mil empregados, mas em apenas 10 empresas; e o de eletrodomésticos, que apesar de um grande gerador de empregos, ainda está concentrado em um reduzido número de empresas (Tab. 18). Os sub-setores industriais produtores de “artigos do mobiliário”, “máquinas e equipamentos” e de “plásticos”, que apresentam um alto grau de concentração (QLs entre 1,8 e 3,8) ainda geram uma quantidade ainda relativamente pequena de empregos formais e, além disso, estão restritos a poucas empresas no município.

No município de Venâncio Aires, além da grande produção de mandioca (36 mil toneladas), aparecem as produções agrícolas de tabaco, milho, cana-de-açúcar e, nas várzeas do rio Taquari-mirim, uma pequena produção de arroz. Comparativamente, verifica-se uma grande diferença em termos de valores agregados e preços unitários e, conseqüentemente, na renda gerada pelas produções agrícolas de tabaco, cana-de-açúcar, milho e mandioca (Tab. 19). Embora a produção desta última seja quase 50% maior do que a de tabaco, a sua renda não chega nem a 20% da renda gerada por este, o que explica o destaque dado à atividade produtiva agrícola do tabaco e o seu beneficiamento. Conhecido pela organização da Festa Nacional do Chimarrão (Fenachim), o município de Venâncio Aires tem uma produção de erva-mate quase cinco vezes maior (QL= 4,7) do que a média da região VRP.

Tabela 18 – Empregos Formais no Sub-Setores Industrial Não-agroindustrial

Sub-setores	Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires				VRP
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	
Fabricação de calçados	991	30,8	2,0	35,0	2.828
Fabricação eletrodomésticos	791	24,5	5,7	100,0	791

Fabricação de vestuário	503	15,6	2,6	45,5	1.106
Fabricação produtos plásticos	261	8,1	1,8	30,8	847
Fabr. máquinas/equipamentos	224	7,0	3,8	67,5	332
Fabr. artigos do mobiliário	163	5,1	2,4	41,5	393
Outros	289	9,0		4,6	6.297
Total	3.222	100,0		40,0	8.055

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Com relação aos indicadores de desenvolvimento deste distrito, com base no IDESE (índice de desenvolvimento sócio-econômico) e no ISMA (índice social municipal ampliado), ambos da FEE (2000; 2001), assim como em relação à taxa de analfabetismo, é possível afirmar que o distrito atingiu um patamar de desenvolvimento semelhante ao do Distrito “Agroindustrial e de Serviços”, descrito a seguir, mas destacadamente superior ao dos distritos “Agrícola” e “Agropastoril”. Os valores dos índices IDESE e ISMA são, respectivamente, de 0,70 e de 0,56 e uma taxa de analfabetismo de 5,8%, equivalente a aproximadamente a metade das taxas dos distritos “Agrícola” e “Agropastoril” (conforme tabela 8, no capítulo anterior).

Tabela 19 – Produção Agrícola do Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires

Produtos	Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires -			VRP	
	Produção			QL	R\$ 1000
	toneladas	R\$ 1.000	% / Distrito		
Tabaco (folha)	26.245	118.802	74,0	1,1	819.617
Mandioca	36.000	21.600	13,5	1,9	85.299
Milho (grão)	26.280	8.462	5,3	1,7	114.427
Cana-de-açúcar	14.600	2.190	1,4	2,0	8.198
Erva-mate (folha)	4.200	2.059	1,3	4,7	3.332
Outras	12.739	7.470	4,5	-	134.148
TOTAL	120.064	160.583	100,0	-	1.165.021
Tabaco (%) / Total	21,9	74,0	-	-	70,4

Fonte: IBGE (2005)

Este distrito também apresenta um setor agroindustrial baseado no beneficiamento do tabaco. No entanto, o seu PIB industrial não chega a um terço do PIB industrial do “Distrito Agroindustrial e de Serviços” de Santa Cruz do Sul, embora seja, em média, cinco vezes maior que o PIB industrial dos distritos “Agrícola” e “Agropastoril” e quatro vezes mais concentrado do que o da região VRP (conforme tabela 2, no capítulo anterior). Mesmo assim, o seu PIB industrial per capita é muito próximo ao do distrito formado por Santa Cruz do Sul e Vera Cruz e praticamente o dobro dos outros dois distritos (Agrícola e Agropastoril).

Este distrito tem no sub-setor que beneficia o tabaco o seu grande empregador, com quase 45% de todos os empregos gerados pelo setor agroindustrial no município (Tab. 20), este que justifica o seu próprio nome. Porém, entre os sub-setores agroindustriais tem algum destaque ainda, mais pelo seu grau de concentração (QL) do que pelo número de empregos ou de empresas, o sub-setor atacadista de alimentos (QL=2,3), dentro do segmento de distribuição, e o sub-setor de indústria de máquinas e equipamentos para a agropecuária (QL=2,9), dentro do segmento agroindustrial fornecedor de insumos, serviços e máquinas para a agropecuária.

Tabela 20 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais

Segmentos e sub-setores	Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires				VRP n°absoluto
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	
	n° absoluto	% / distrito	QL	% / VRP	
FORNECEDORES					
Ind. máq. e equip. p/ agropecuária	55	2,6	2,9	51,0	673
AGROINDÚSTRIA					
Beneficiamento do tabaco	923	44,4	1,0	18,0	5.151
Laticínios	13	0,6	1,3	23,0	42
Abate e ind. derivados carne	140	6,7	1,1	20,1	698
Desdobramento de madeira	106	5,1	1,2	22,0	489
Fabricação outros alimentos	180	8,6	1,5	25,5	706
DISTRIBUIÇÃO					
Atacadista de Alimentos	362	17,4	2,3	40,2	901
Outros	302	14,5			
Total	2081	100,0		16,1	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Dentro do segmento de produção agrícola não há nenhum sub-setor com destaque na região, em termos de empregos formais, porque praticamente todo o tabaco, mandioca, milho, cana-de-açúcar e erva-mate do município são produzidos por 25 mil agricultores familiares, em unidades rurais de trabalho e produção com aproximadamente 11 hectares, em média. Por essa razão, compreende-se a completa ausência de empregos formais no sub-setor “produção agropecuária” (Tab. 20), num distrito com uma grande produção de mandioca e cana-de-açúcar, culturas que praticamente não têm as suas produções comercializadas (não são mercantis), mas, juntamente com uma parte da produção de milho, são utilizadas para consumo interno, principalmente na alimentação animal.

5.2.5 Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul

Este distrito, ancorado predominantemente na cidade de Santa Cruz do Sul (Fig. 19), mas se estendendo até o município de Vera Cruz (este que tem sua sede a uma distância que não ultrapassa dez quilômetros do centro da cidade de Santa Cruz do Sul) é responsável por 52% de toda a produção (PIB) da região VRP. Aproximadamente 70% da produção (valor adicionado) industrial da região tem origem neste distrito, sendo essa uma das principais razões para que se tenha um PIB percapita de quase R\$ 17 mil (Tab 2). Isto contribui para caracterizar o distrito como o centro econômico e o grande gerador de empregos na região VRP.



Figura 19 - Localização do “Distrito Agroindustrial e de Serviços” de Santa Cruz do Sul
Fonte: IBGE-IPEA(2000) Elaboração: SCP/DEPLAN e autor

Este distrito é determinado por uma dinâmica urbana fortemente apoiada no mercado de trabalho gerado pelas atividades ligadas ao setor de serviços (Tab 7 e 21), bastante diversificado, com quase 60% dos empregos gerados no setor de serviços na região. e predominantemente nas atividades de comércio varejista – “não-especializado” (hipermercados, supermercados e “mercadinhos”, entre outros) e de “outros produtos” (tais como material elétrico e de construção, farmácias, etc...). Da mesma forma que em todo o restante da região, em Santa Cruz do Sul maior empregador individual também é o Estado (considerando todos os seus níveis).

Como consequência do crescimento do setor agroindustrial vinculado ao tabaco e como resultado da migração recente e da concentração populacional, o setor de serviço aparece como um grande gerador de empregados formais. Além do comércio varejista, diversos sub-setores relacionados com o crescimento urbano e à concentração populacional, tais como transporte terrestres, restaurantes, atenção à saúde, vigilância e segurança, assim

como, a UNISC, são os principais responsáveis pela geração de empregos formais no setor de serviços nesse distrito.

Tabela 21 – Empregos Formais em Sub-setores de Serviços Não-agroindustriais

Sub-setores	Distrito Agro-Industrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul				VRP
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	Nº absoluto
	Nº absoluto	% / distrito	QL	% / VRP	
Adm. do Estado e Políticas	2.987	16,5	0,7	34,6	8.641
Varejo de Outros Produtos	2.095	11,5	0,9	49,0	4.276
Varejo Não-Especializado	1.488	8,2	0,9	46,3	3.213
Transportes Terrestres	1.386	7,6	1,3	67,5	2.054
Ensino Superior	1.235	6,8	1,9	99,4	1.243
Restaurantes	1.078	5,9	1,3	69,8	1.545
Atenção à Saúde	1.064	5,9	1,0	52,3	2.035
Vigilância e Segurança	842	4,6	1,9	98,1	858
Varejo de Tecidos	779	4,3	0,9	49,1	1.586
Imunização e hig. de prédios	565	3,1	1,9	99,1	570
Outras Atividades					
Associativas	543	3,0	1,0	54,5	997
Serviços às empresas	513	2,8	1,7	88,1	582
Limpeza urbana e esgoto	368	2,0	1,9	99,7	369
Assessoria empresarial	309	1,7	1,1	57,6	536
Comércio peças p/ veículos	277	1,5	1,0	53,2	521
Edição e impressão	268	1,5	1,4	75,5	355
Outros	1.187	13,1	-	-	2.465
TOTAL	16.984	100	-	54,5	31.846
TOTAL (sem Estado)	13.997	83,5	-	61,5	23.205

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Como foi visto na tabela 21, embora o Estado e os sub-setores de varejo sejam os grandes empregadores no distrito e mesmo que, em relação ao varejo, exista uma grande quantidade de pequenas empresas, não se pode caracterizar como um distrito especializado em alguns desses sub-setores, porque o seu grau de concentração ou quociente locacional (QL) em relação à região é baixo (igual ou menor do que 1,0). Isto indica que, proporcionalmente, o mesmo acontece em todos os municípios da região VRP, ou seja,

mesmo que represente uma grande quantidade de empregos, em termos absolutos, para o distrito, o varejo também representa um grande percentual sobre o total dos empregos de cada um dos outros distritos. Por outro lado, há alguns sub-setores do setor de serviços que possuem um grau alto de concentração (QL acima de 1,0), como “transportes terrestres”, “ensino superior” (Unisc), “restaurantes”, “vigilância e segurança”, “imunização e higienização de prédios”, “serviços às empresas”, “limpeza urbana e esgotos” e “edição e impressão”.

Tabela 22 – Empregos Formais em Sub-setores da Indústria Não-Agroindustrial

Sub-setores	Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul				
	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação no VRP	VRP
	Nº absoluto	% / distrito	QL	% / VRP	Nº absoluto
Construção Civil	1.171	27,0	1,5	79,3	1.477
Fabricação de vestuário	587	13,5	1,0	53,1	1.106
Fabr. produtos plásticos	573	13,2	1,3	67,7	847
Fab. produtos div. de metal	505	11,6	1,5	77,3	653
Fab. de artigos de borracha	443	10,2	1,8	95,3	465
Outros	1.057	5,8	-	-	4.274
Total	4.336	100,0		45,5	9.532

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

O setor industrial (não-agroindustrial) de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz é bastante diversificado, tem as suas características muito parecidas com as da região VRP, é responsável por quase a metade dos empregos industriais regionais e o seu PIB industrial (valor adicionado) é mais do que o dobro do PIB do setor de serviços do distrito (conforme tabela 2, no capítulo anterior). Mesmo assim, o número de empregos formais neste setor industrial é de aproximadamente um terço dos empregos gerados pelo setor de serviços.

Tabela 23 – Empregos Formais em Sub-Setores Agroindustriais

Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul					
Segmentos e sub-setores	Empregos formais	Participação no Distrito	Concentração	Participação na região	VRP
	Nº absoluto	% / distrito	QL	% / VRP	Nº absoluto
FORNECEDORES					
Serviços à agropecuária	375	5,7	1,1	55,7	673
Atac.máq./equip. p/ agropecuária	35	0,5	1,5	80,0	44
PRODUÇÃO AGROPEC.					
Horticultura e viveiros	42	0,6	1,5	81	52
Lavouras temporárias	189	2,9	1,1	56,0	339
AGROINDÚSTRIA					
Processamento de tabaco	4.136	62,6	1,5	80,3	5.151
Abate e ind. derivados carne	321	4,9	0,9	46,0	698
Curtimento de couro	41	0,6	1,9	98,0	42
Fabricação de bebidas	126	1,9	1,8	95,0	133
DISTRIBUIÇÃO					
Varejo alimentos, bebida e fumo	353	5,3	1,0	51,0	686
Outros	721	11,0	-	-	-
Total do Setor Agroindustrial	6.607	100,0	-	51,1	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

O principal sub-setor industrial, em termos de empregos formais, é o da construção civil (Tab. 22), que é responsável por quase 80% de todos os empregos formais nesse sub-setor na região e com uma concentração 50% (QL=1,5) acima da média regional. Os outros sub-setores que apresentam algum destaque, considerando os seus graus de concentração (QLs), são os de produtos plásticos, de borracha e de metal.

Dentro do setor agroindustrial, o sub-setor de processamento de tabaco é o grande gerador de empregos formais também neste distrito, com um QL de 1,5 e com mais de 4.100 empregos (80% dos empregos gerados por esse sub-setor em toda a região VRP), o que corresponde a 62,6% dos 6,6 mil empregos gerados pelo setor agroindustrial dentro do distrito (Tab. 23). Este número de empregos gerados por esse sub-setor (processamento de tabaco) é quase o número total de empregos em todo o “setor industrial não-agroindustrial” (4.336 na tabela 22), sendo esse o principal motivo para o uso do termo “agroindustrial” na denominação de “distrito agroindustrial e de serviços”, embora o setor de serviços seja majoritário nesse aspecto, com um total de 13.997 empregos neste distrito (Tab. 21).



Figura 20 - Agroindústria e comércio de carnes e derivados na zona rural de Santa Cruz do Sul
Fonte: fotografia do autor

As produções de mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar e tabaco representam quase toda a produção agrícola do distrito, mas esta última é quase nove vezes maior do que a produção da segunda no ranking da renda gerada nessas atividades. De um total de pouco mais de R\$182 milhões de produção agrícola do distrito, mais de R\$142 milhões (78%) são gerados pela produção de tabaco (Tab. 24).

Tabela 24 – Produção Agrícola do Distrito “Agroindustrial e de Serviços”

Produtos	Distrito Agro-Industrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul			QL	VRP em R\$ 1000
	em toneladas	em R\$ 1.000	% / Distrito		
Tabaco (folha)	31.466	142.436	78,0	1,1	819.617
Mandioca	27.464	16.478	9,0	1,2	85.299
Milho (grão)	21.600	6.956	3,8	1,2	37.336
Cana-de-açúcar	22.950	3.443	1,9	2,7	8.198
Tomate	520	260	0,1	1,2	1.389
TOTAL	125.787	182.497	100,0	-	1.167.370
Tabaco (%)/Total	25,0	78,0	-	-	70,2

Fonte: IBGE (2005)

Isso se explica, em grande parte, pela natureza não-mercantil da produção de mandioca e cana-de-açúcar e de parte da produção de milho, que são utilizadas para alimentação animal

dentro das unidades agrícolas, da mesma forma que isto também é válido para o distrito Agroindustrial de Venâncio Aires. A diferença é que Santa Cruz do Sul e Vera Cruz têm quase o dobro (13 mil famílias) do número de famílias rurais de Venâncio Aires, apesar de terem uma população rural do mesmo tamanho.

5.3 Resumo e Considerações Finais

Neste capítulo buscou-se apresentar os resultados empíricos da aplicação de uma abordagem teórico-metodológica e as contribuições das abordagens territoriais do desenvolvimento rural para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais. O estudo foi feito por meio de uma análise empírica das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região *Vale do Rio Pardo (VRP)*, através da elaboração de uma tipologia dos SPLs e territórios da região. Com essa tipologia foi possível identificar os diversificados e complexos territórios da região e as suas formas de reprodução através dos seus SPLs Rurais, que foram representados e caracterizados na forma de “distritos rurais”. Embora atualmente existam dentro da região alguns potenciais sistemas agroalimentares localizados (SIALs), estes não podem ser descritos como tal porque ainda não possuem todas as características essenciais que dão a forma ou que fundamentam os conceitos de SIALs.

Os vinte e dois municípios da região VRP foram a base para os quatro grupos territoriais e os seus respectivos SPLs predominantes. Estes se formaram tanto a partir de um território com quinze municípios com características semelhantes, com forte presença de população rural, como é o caso do “Distrito Agrícola” localizado no “Planalto das Araucárias”, como a partir de outros com apenas um município, como é o caso do distrito “Agroindustrial de Venâncio Aires”. Os resultados da tipologia apresentaram diferenciações bastante significativas entre os distritos ou SPLs, como por exemplo, em relação à estrutura agrária, destacando-se o distrito “Agropastoril” com uma grande extensão de áreas totalmente rurais (as áreas urbanizadas são extremamente reduzidas), baixa densidade demográfica rural (3,7 hab./km²) e estabelecimentos rurais com uma grande área média (81 ha). Por outro lado, a área média dos estabelecimentos rurais do distrito agroindustrial de Venâncio Aires é de 11 ha e uma densidade demográfica rural de 33 hab./km².

As características da economia dos distritos, das origens das rendas ou o valor adicionado em cada setor, contribuíram fortemente para a denominação dos distritos, uma vez que os percentuais de cada setor na formação do PIB dos distritos indicam as suas principais

características. Por exemplo, o distrito “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul”, por exemplo, tem mais da metade de sua renda gerada no setor industrial, agroindustrial principalmente. No entanto, verificou-se, também, que os grandes empregadores na região são, em ordem decrescente de importância, o setor de serviços privados, as prefeituras e o setor agroindustrial.

O território que abriga o “Distrito Agropastoril”, formado por municípios antigos, está ligado diretamente à presença histórica do gado bovino, principal atrativo para a ocupação inicial. As primeiras invernações e estâncias de luso-brasileiros foram responsáveis pela introdução da pecuária na região, atividade que se ampliou junto com a progressiva e ampla distribuição de sesmarias. Este distrito é semelhante aos sistemas produtivos dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, conhecidos como a “metade sul” e que se estendem por quase toda a região da Campanha. Nos últimos anos, esse distrito vem diversificando sua produção através da fruticultura, da expansão de áreas cultivadas com eucalipto para a produção de madeira e celulose.

O território que dá sustentação ao “Distrito Agrícola” tem mais de 80% de seus municípios com menos de 20 anos de emancipação política e tem a estrutura de um território rural com grande parte de suas áreas essencialmente rurais e agrícolas e que antes pertenciam aos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Este distrito abriga mais da metade de toda a população rural da região e possui dois terços da sua população vivendo em áreas rurais, portanto, destacando-se a sua grande produção agrícola na região, principalmente a de tabaco, apesar de não ter nenhuma empresa de beneficiamento do produto em seus municípios.

Alguns setores industriais se destacam no “Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires”, com altos índices de concentração (QL), talvez iniciando a formação de um SPL especializado em alguns desses setores, com grande número de empregos formais gerados, embora com um número de empresas industriais ainda relativamente pequeno para que possa ser caracterizado como um distrito ou SPL especializado. Os setores industriais que vêm se destacando são os de vestuário, talvez o mais próximo de, futuramente, tornar-se um SPL especializado, calçados e eletrodomésticos.

O “Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul” é responsável por mais da metade do PIB e por mais de 70% da produção industrial da região VRP, caracterizando o distrito como o centro econômico e o grande gerador de empregos na região. Este distrito é determinado por uma dinâmica urbana fortemente apoiada no mercado de trabalho gerado

pelas atividades ligadas ao setor de serviços, principalmente empregos gerados no setor de serviços, predominantemente aquelas no comércio varejista.

Por fim, as variáveis-chaves utilizadas neste trabalho, relacionadas com os mercados formais de trabalho locais (agrícolas, não-agrícolas, rurais e urbanos) e com a produção agropecuária, deram uma boa resposta para a determinação e caracterização dos diferentes sistemas produtivos (grupos) existentes dentro da região VRP e das articulações dos territórios com os seus sistemas produtivos. As variáveis relacionadas com os mercados de trabalho formais nos municípios foram representativas da qualidade e da mensuração das relações e da interface entre os mercados e as sociedades locais. As variáveis relacionadas com a produção agropecuária dos municípios refletiram as relações do mundo rural com o mercado e de grande parte das relações entre sociedade, natureza e poder econômico. O Quociente Locacional (QL) como medida da especialização dos territórios, embora estes fossem bastante diversificados, mostrou-se um bom identificador das principais estruturas econômicas e de algumas potencialidades da região, que foram as bases da tipologia dos SPLs. O QL “rural” que utiliza a produção agropecuária no lugar de empregos formais pareceu ser uma forma capaz de demonstrar as potencialidades sócio-econômicas dos territórios rurais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dos termos de uma abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar para estudar as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais, representadas pelos seus Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), teve início no capítulo dois e seguiu no capítulo três, quando foram apresentadas as bases teóricas iniciais para a abordagem de estudo. Descreveram-se as novas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento territorial, derivadas da crise do regime de acumulação fordista, e foi sugerida a possibilidade de que os SPLs pudessem ser o mecanismo de coordenação dessas dinâmicas.

Teve prosseguimento no capítulo quatro, quando foi apresentada uma base empírica e metodológica, com a identificação dos processos históricos, institucionais e culturais desses territórios e da evolução desses processos de formação dos territórios rurais da região VRP. E ainda, nesse mesmo capítulo, apresentou-se uma análise geral das realidades sócio-econômicas e estruturais e o resultado da identificação de algumas instituições e atores com atuação sobre o território, embora estes não necessariamente sejam locais. Nessa identificação foram considerados os efeitos da atual regulação global, principalmente por intermédio dos mercados agrícolas, e de parte da governação local, realizada por instituições locais informais, tais como costumes, convenções, hábitos culturais e as formas familiares de produção e trabalho, e por instituições formais, tais como Afubra, Corede e Unisc, entre outras. Em seguida, no capítulo cinco, finalizou-se o trabalho com uma descrição da diversidade das realidades sócio-econômicas e estruturais dos territórios da região VRP e dos seus respectivos SPLs Rurais, acompanhados pela descrição dos métodos de análise e formação dos grupos que foram utilizados para a realização da tipologia.

Como resultado do trabalho de busca da comprovação dos pressupostos teóricos, nos territórios rurais, é possível afirmar que, nesse novo contexto, os Sistemas Produtivos Locais/Localizados Rurais (SPLs-Rurais) emergem como uma representação das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais e como instrumentos de coordenação (regulação e governação). O que se verifica é uma variação do grau de aceitação das influências externas sobre essas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Isto vai desde admitir uma interferência “negociada” da globalização e do processo de expansão do capitalismo nos processos locais, principalmente da influência dos mercados agrícolas nacionais e internacionais

sobre a produção local, até a tentativa de uma autonomia relativa em relação à escolha de um tipo de desenvolvimento *endógeno*, utilizando somente os seus próprios recursos. Ressalva-se, porém, que esta última situação, considerando a forte dependência da região em relação aos mercados agrícolas, tende a ser mais difícil na atualidade, principalmente porque os mercados internacionais de grãos (soja, arroz, milho e outros) estão com demanda e preços em alta.

Neste estudo, utilizou-se uma definição de desenvolvimento territorial rural como sendo um ambiente onde alguns territórios rurais conseguem desenvolver suas próprias potencialidades e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades externas, de diversos tipos e formas, constituindo uma dinâmica sócio-econômica local diferenciada de desenvolvimento rural, instrumentalizada e mediada através de seus SPLs Rurais. As ligações e as relações entre o *global* e o *local* dentro dos territórios e as articulações entre os referenciais teóricos do regulacionismo e do institucionalismo com a abordagem territorial do desenvolvimento, são realizadas satisfatoriamente utilizando-se os pressupostos teóricos que sustentam a “imersão” ou “enraizamento” (*embeddedness*) da economia de mercado no sistema social, propostos por Polanyi. Estes foram os principais subsídios teóricos de sustentação dessa abordagem de análise do desenvolvimento sócio-econômico dos territórios rurais.

Em torno do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, identifica-se atualmente uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para o estudo do papel do “rural” no desenvolvimento regional do país. Uma nova perspectiva de estudo vem substituindo a visão tradicional, que se apoiava na dicotomia rural-urbana e confundia rural com agrícola, por uma visão sobre o mundo rural que se apóia na possibilidade de o “território rural” incluir também as pequenas cidades do “interior” e oferecer novas alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Isto foi de grande relevância para o estudo da região VRP, uma vez que quase 70% dos municípios da região têm menos de dez mil habitantes e, além disso, a grande maioria destes municípios tem mais de 80% de sua população total morando em áreas rurais. Sob o ponto de vista das políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios rurais, estes deveriam ser incentivados a utilizar os seus potenciais locais, suas características ambientais, históricas e culturais, juntamente com as oportunidades externas, levando a uma nova ruralidade.

Em um aparente contraste com o processo de esgotamento do capitalismo fordista mundial, a região VRP aproveitou uma grande oportunidade oferecida pelo mercado externo de

tabaco e as potencialidades de seus recursos ambientais, humanos e sociais, como por exemplo, a presença de um grande contingente de agricultores familiares. De forma semelhante ao que Reis (1999) identificou na economia portuguesa, pode-se afirmar que também na região VRP a diferenciação dos componentes territoriais é resultado das combinações locais e regionais específicas entre a organização dos sistemas produtivos locais, da estruturação e acumulação das economias familiares e da reprodução das condições de vida e da força de trabalho. A agricultura familiar aparece com grande influência sobre as condições de funcionamento dos mercados de trabalho e atua de forma complementar nos processos de ampliação e estruturação dos territórios da região, em alguns mais do que em outros. Além de multiplicar e sustentar ao longo do tempo os seus vínculos com a economia, ela pode determinar os tipos de industrialização e de urbanização, uma vez que o contingente de população “rural” familiar sem emprego formal, na região, é o dobro da população total (urbana e rural) com emprego formal, em toda a região. Acredita-se que essa parcela possa ser maior ainda, porque essa proporção é baseada nos levantamentos do IBGE, que considera como rural apenas a população residente no que se poderia chamar de “interior do interior”, ou seja, toda a população residente nas sedes de distritos e municípios, independente do seu tamanho ou de onde estão localizados, é considerada população urbana.

No quarto capítulo, apresentaram-se os indícios de possíveis relações entre a evolução histórica do desenvolvimento dos territórios e a presença de mecanismos institucionais de regulação e governação desses territórios na região. Isto foi o resultado da identificação da contribuição histórica de algumas instituições nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região e na origem do atual estágio do capitalismo fordista. Na região VRP verificou-se um alto grau de concentração econômica no município de Santa Cruz do Sul, destacando-se como um pólo regional onde está concentrada grande parte da produção industrial, da circulação de mercadorias, da população urbana e dos empregos formais na indústria e nos serviços.

Os territórios rurais da região se sustentam economicamente através de atividades de produção agropecuária, agroindustrial e de serviços, onde pode se incluir também algumas atividades de pouca expressão econômica, como artesanato e turismo. Todas essas atividades dependem tanto da dinâmica do processo de globalização como também da capacidade dos seus agentes locais atraírem fluxos de recursos, assim como, do potencial de seus “capitais territoriais” (ambiental, cultural, educacional, financeiro, social, institucional e conhecimento humano).

A fase de maior crescimento econômico da região VRP, principalmente nos territórios formados a partir da imigração alemã, além de episódios pontuais como mudanças no mercado do tabaco provocado por questões políticas no Zimbábwe, foi conseqüência também da evolução do capitalismo mundial e do contexto de crise do capitalismo fordista, desde o início da década de 1970. Esse processo de crise, de certa forma, beneficiou regiões periféricas ou semi-periféricas (intermediárias) como a de Santa Cruz do Sul, que tinham um produto de exportação, no caso do tabaco, com valor agregado alto e com um mercado internacional em expansão.

No entanto, também já foi “anunciada” uma crise regional, por falta de flexibilidade e sustentabilidade das cadeias de produção ou da ineficiência macroeconômica para garantir a acumulação capitalista ou por problemas institucionais e econômicos específicos, tais como a “convenção quadro”, retirada de incentivos fiscais estaduais ou a redução das margens provocada pelo acirramento da competitividade, assim como a desestruturação do *sistema integrado* de produção de tabaco. Por essa razão, já se verifica movimentos estratégicos no sentido de uma "saída" através da intensificação da flexibilização das relações de trabalho (nas grandes empresas e no crescimento de pequenas empresas com maior flexibilidade), na redução de novos investimentos no setor de beneficiamento do tabaco na região, na busca de novos setores de acumulação, além de fusões, compras e transferências de empresas para outros estados, visando economias de escopo e/ou redução de custos.

Mas, com relação aos rumos do desenvolvimento da região VRP e dos reflexos da reestruturação produtiva mundial sobre o desenvolvimento local, as idéias que despontam também são a da “globalização”, por um lado, e algumas das diversas interpretações sobre o desenvolvimento territorial, por outro. Então, como resultado da investigação teórica, defende-se aqui uma “saída” territorial para o desenvolvimento rural, porque esta representa uma articulação das perspectivas territoriais e institucionais do desenvolvimento e porque nos territórios os efeitos do capitalismo global sobre as dinâmicas locais de desenvolvimento podem ser mediados por estruturas de regulação e governação. Dessa forma, geram diversificadas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento que aproveitam, ao mesmo tempo, as potencialidades locais dos territórios e as oportunidades externas.

No último capítulo foram apresentados os resultados da utilização de uma abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais, dentro de uma perspectiva territorial do desenvolvimento

rural. O estudo foi feito por meio de uma análise empírica das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região *Vale do Rio Pardo (VRP)*, através da elaboração de uma tipologia dos SPLs e dos territórios da região. Assim, então, foi possível identificar quatro diversificados e complexos territórios na região e a sua reprodução, na forma de SPLs Rurais, que foram estruturados, representados e caracterizados como “distritos rurais”. Embora existam dentro da região alguns potenciais sistemas agroalimentares localizados (SIALs), estes não puderam ser descritos como tal porque ainda não possuem, e até mesmo podem estar longe disso, todas as características essenciais que dão a forma ou que fundamentam os conceitos de SIALs, mas, certamente existem SPLs candidatos a SIALs com potencial muito forte.

As variáveis chaves utilizadas neste trabalho, relacionadas com os mercados de trabalho locais (agrícolas, não-agrícolas, rurais e urbanos) e com a produção agropecuária, deram uma resposta satisfatória para a determinação e caracterização dos diferentes sistemas produtivos (grupos) existentes dentro da região VRP e das articulações dos territórios com os seus sistemas produtivos. As variáveis relacionadas com os mercados de trabalho nos municípios foram representativas da qualidade e da mensuração das relações e da interface entre os mercados e as sociedades locais. As variáveis relacionadas com a produção agropecuária dos municípios da região refletiram as relações do mundo rural com o mercado e de grande parcela das relações entre sociedade, natureza e poder econômico. O Quociente Locacional (QL), como medida da especialização dos territórios, mesmo estes sendo bastante diversificados, foi um bom indicador das estruturas econômicas e das potencialidades da região, as principais bases da tipologia dos SPLs. O QL “rural” que utiliza a produção agropecuária no lugar de empregos formais parece ser uma forma capaz de demonstrar, mesmo que parcialmente, as potencialidades dos territórios rurais.

Os quatro territórios distintos encontrados na região VRP foram representados pelos seus Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) Rurais, porque estes refletem as dinâmicas sócio-econômicas e históricas de desenvolvimento dos territórios. Então, verificou-se que esses Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) representam os mecanismos de mediação entre os mercados agrícolas globais, no caso do tabaco e da soja, ou nacionais, como ainda é o caso do arroz, milho e carne bovina, e propostas de desenvolvimento “endógeno” através da elaboração, pelos atores locais, de uma agenda para a região. Como exemplos de propostas locais, podem ser citados as proposições de ações visando à implantação de um pólo madeireiro, estímulo à

agroecologia, ao uso de energias alternativas e ao agro-turismo, melhorias na educação rural, criação de um centro de certificação de produtos, fortalecimento e consolidação dos conselhos municipais, além de diversas outras propostas nas áreas ambiental, educacional e de saúde. Dessa forma, então, as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios, resultantes dessas mediações, poderiam ser uma combinação das potencialidades locais dos territórios com as oportunidades externas.

Os vinte e dois municípios da região VRP foram a base para os quatro grupos territoriais e os seus respectivos SPLs predominantes. Os resultados da tipologia apresentaram diferenciações bastante significativas entre os SPLs e distritos da região, como por exemplo, em relação à estrutura agrária. A economia dos distritos, as origens das rendas ou o valor adicionado em cada setor, contribuiu fortemente para a denominação dos distritos, uma vez que os percentuais de cada setor na formação do PIB dos distritos indicam as suas principais características. O distrito “Agroindustrial e de Serviços”, por exemplo, tem mais da metade de sua renda gerada no setor industrial, basicamente no agroindustrial, e, ao mesmo tempo, verificou-se que os principais empregadores na região são: o setor de serviços, as prefeituras e o setor agroindustrial.

O território que abriga o “Distrito Agropastoril”, formado por municípios antigos, está ligado diretamente à presença histórica do gado bovino, principal atrativo para a ocupação inicial. As primeiras invernadas e estâncias de luso-brasileiros foram responsáveis pela introdução da pecuária na região, atividade que cresceu junto com a progressiva e ampla distribuição de sesmarias. Este distrito é semelhante aos sistemas produtivos dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, conhecidos como a “metade sul” e que se estendem por quase toda a região da Campanha. Nos últimos anos, esse distrito vem diversificando sua produção através da expansão de áreas cultivadas com eucalipto para a produção de madeira e celulose e da fruticultura.

O território que dá sustentação ao “Distrito Agrícola” tem mais de 80% de seus municípios com menos de 20 anos de emancipação política e tem a estrutura de um território rural com grande parte de sua população e suas áreas essencialmente rurais e com ocupação agrícola e que antes pertenciam, majoritariamente, aos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Este distrito abriga mais da metade de toda a população rural da região e possui dois terços da sua população vivendo em áreas rurais, por esse motivo, destacando-se a sua grande produção agrícola na região, principalmente a de tabaco, apesar de não ter nenhuma empresa de beneficiamento do produto em seus municípios.

Alguns setores industriais se destacam no “Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires”, com altos índices de concentração (QL), talvez iniciando a formação de um SPL especializado em alguns desses setores, com grande número de empregos formais gerados, embora com um número de empresas indústrias ainda relativamente pequeno para que possa ser caracterizado como um distrito ou SPL especializado. Os setores industriais que vêm se destacando são os de calçados, eletrodomésticos e o de vestuário, este talvez o mais próximo de, futuramente, tornar-se um SPL especializado.

O “Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul” é responsável por mais da metade do PIB e por mais de 70% da produção industrial da região VRP, caracterizando o distrito como o centro econômico e o grande gerador de empregos na região. Este distrito é determinado por uma dinâmica urbana fortemente apoiada no mercado de trabalho gerado pelas atividades ligadas ao setor de serviços, principalmente empregos gerados nesse setor, predominantemente as atividades de comércio varejista.

Como resultado, foi possível constatar a utilidade das abordagens que consideram relevantes a evolução histórica dos diversos tipos de instituições que têm alguma relação com a dinâmica de desenvolvimento do território. Através da utilização destas, verificou-se que a região administrativa representada pelo Corede VRP é constituída por territórios diversificados e complexos, predominantemente rurais, que se formam e se reproduzem através de diversos tipos de Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), na forma de distritos ou sistemas rurais, industriais, agroindustriais, agrícolas, de serviços, entre outros, que são coordenados por mecanismos institucionais. A partir disso, espera-se que as demais regiões administrativas do Rio Grande do Sul, com exceção da Metropolitana de Porto Alegre, que representadas pelos seus Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), tais como o da região Vale do Rio Pardo (VRP), também sejam constituídos de forma muito semelhante.

A perspectiva territorial do desenvolvimento rural e as abordagens dos SPLs (SIALs, distritos rurais, industriais, agrícolas e agroindustriais e sistemas locais e rurais) representaram os pontos de partida para se chegar à noção de “SPL-Rural” e para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Verificou-se, no final, a presença de aglomerações produtivas e SPLs muito diferenciados, desde aqueles com características predominantemente industriais, passando pelos agroindustriais, até aqueles essencialmente agropecuários, os quais podem ser denominados de “SPLs-Rural”, dentro da diversificada região administrativa VRP.

Apesar de, inicialmente, ser esperado encontrar-se SPLs com todas as características que levassem à constatação da presença de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIALs), isto não se verificou. Talvez porque a escala em que foram trabalhados os dados (volume de produção agropecuária e número de empregos formais por atividade) não permitiu ou porque realmente não existem nem mesmo em escalas menores. Mas, de qualquer forma, fica a ressalva de que há algumas atividades, tais como a produção de mandioca, cana-de-açúcar, alguns tipos de produtos derivados do tabaco, entre outros, que poderão vir a se tornar um SIAL, com importância sócio-econômica para algum território ou para a região, desde que sejam agregadas em torno destas atividades características deste tipo de aglomeração. No entanto, fica em aberto a sugestão para novos estudos, utilizando-se outras fontes de dados ou outros métodos de pesquisa que possam detectar com mais facilidade esse tipo de SPLs em escalas menores, a busca para encontrar SIALs com outras dimensões sócio-econômicas ou até mesmo em fase de formação.

Conforme o que foi visto, é possível afirmar que a abordagem territorial do desenvolvimento, devido a sua característica de “proximidade” geográfica e institucional, justifica a ação pública “local” ou “localizada” e sugere uma coordenação feita por atores e instituições. No caso da região VRP, assim como provavelmente também acontece em outras regiões administrativas do Rio Grande do Sul (Coredes), a tentativa de organizar essa coordenação tem ficado por conta das estruturas dos Coredes, que têm os resultados de suas ações públicas muito limitadas pelas suas restrições orçamentárias. Por essa razão, na realidade, verificam-se dinâmicas sócio-econômicas territoriais de desenvolvimento bastante diferenciadas nessas regiões administrativas, que tomam a forma de variados tipos de SPLs, a maioria destes muito diversificados internamente. Em muitos desses SPLs, a utilização dos recursos endógenos e a produção local são coordenados por um conjunto de atores e instituições, tais como Estado, mercados, empresas, associações e diversas outras instituições presentes nos territórios, que fazem a regulação e a governação dos mesmos.

A partir do que se observou na região, embora ainda não sendo uma resposta epistemologicamente definitiva neste estudo, pela razão de serem insuficientes os dados conclusivos secundários obtidos para essa finalidade, pode-se afirmar que com as incertezas sobre os rumos da reestruturação produtiva capitalista deverá crescer a importância das diversas instituições no processo de formação e consolidação desses SPLs. Ainda ficam sem respostas conclusivas, pela mesma razão acima, as questões relacionadas com a possibilidade de essas

instituições serem determinantes das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios da região e estarem na origem da diversidade de reações diante da nova realidade global da reestruturação. Esta é uma das principais limitações deste trabalho, porque a identificação e o aprofundamento do estudo das relações de causa e efeito entre as ações dos atores, instituições, territórios e SPLs somente poderiam ser realizados com informações mais detalhadas, através de dados primários, o que não foi possível fazer considerando os limites das condições materiais e temporais deste estudo. No entanto, essa limitação não é motivo para qualquer afirmativa que possa levar a concluir pela negação de qualquer dos pressupostos apresentados ao longo deste trabalho. Ao contrário, os indícios retirados dos dados secundários continuam indicando a possibilidade de uma comprovação futura das hipóteses e desses pressupostos teóricos ainda não comprovados até o momento. Por esse motivo, esse tema e essas hipóteses ainda não comprovadas em definitivo, ao lado dos efeitos futuros do atual processo de crise do capitalismo mundial, ficam também como sugestão para serem incluídos em novos estudos, ao lado das conseqüências que virão .

Certamente que em regiões periféricas, ou naquelas que poderiam ser consideradas “intermediárias”, como no caso específico de Santa Cruz do Sul, a “consciência” da importância do rural acontece junto com um processo de desenvolvimento capitalista fordista. Esse processo chegou como resultado da onda de expansão do capitalismo mundial, nessa virada de século, em direção às regiões com menores custos de produção, principalmente da força de trabalho. De forma muito parecida com o que já aconteceu nos países centrais, a região VRP ainda vive um momento de capitalismo fordista, embora neste caso, a região tenha contado com a contribuição adicional da agricultura familiar na produção de tabaco. Junto com as transformações sócio-econômicas mais gerais, muitas características relacionadas com as instituições locais e as estruturas de produção familiar são determinantes das relações sociais de trabalho e da ligação dos sistemas produtivos locais da região com o processo global de acumulação capitalista.

Com relação às dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, acredita-se que, com o aprofundamento da atual crise do capitalismo mundial, haverá uma redescoberta dos valores tradicionais atribuídos à organização social nos territórios rurais, embora ainda permaneça nestes um baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico, e mesmo uma situação de pobreza, em alguns desses territórios. Essa revalorização do local, a capacidade de organização e de pressão

dos atores sociais, o crescimento da importância do Estado e das políticas públicas deverão reforçar a existência do rural como resultado de diferentes tipos de territórios rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para Discussão n° 702 – IPEA – Rio de Janeiro: 2000.*

_____. *Desenvolvimento e Instituições: a importância da explicação histórica.* In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R.. Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

ACSELRAD, Henri. *Território e Poder: a política das escalas.* In: Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Tania Fischer (org.). Casa da Qualidade/PDGS. Salvador (BA): 2002.

AFUBRA (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL). *Benício Werner é o Novo Presidente da Afubra.* Santa Cruz do Sul: informativo interno da Afubra, 14/07/2007. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias¬icia>>. Acesso em: nov. 2007.

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural.* ILPES, Cadernos 43, Santiago do Chile, 1997.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2007. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2007.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA - ANUALPEC 99. São Paulo: FNP & Consultoria, 1999. p. 221.

APPENDINI, K., NUIJTEN, M. *El papel de las instituciones em contextos locales.* Revista de la CEPAL, n.76, p.71-88. Santiago: abril 2002.

BAGNASCO, Arnaldo. *La Función de las Ciudades en el Desarrollo Rural: la experiencia italiana.* Revista Políticas Agrícolas, número especial. México: REDCAPA, 1998.

BAGNASCO, A. & TRIGLIA, C. *La Construction Sociale du Marché: le défi de la Troisième Italie.* Paris: Juillet/Éditions de L'ENS-Cachan, 1993.

BASILE E. & CECCHI C. *La trasformazione post-industriale della campagna. Dall'agricoltura ai sistemi locali rurali*. Torino, Rosenberg & Sellier. 2001.

BECATTINI, Giacomo. *O Distrito Marshalliano*. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). *As Regiões Ganhadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Celta editores: 1994.

BECATTINI, G.; RULLANI, E.. *Sistema Local e Mercado Global, Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 6, 6-21. 1995.

BECKER, Bertha. *O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo*. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério; SILVEIRA, Carmem (orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986, p.1-8.

_____. *Modernidade e Gestão do Território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva*. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991.

BECKER, Dinizar F.. *REDENEP: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional*. Lajeado: EDUNIVATES, 2000.

BELLETTI, G.; BERTI, G.; BRUNORI, G.; MARESCOTTI, A.; ROSSI, A.. *Le Metodologie di Animazione per lo Sviluppo Rurale: l'esperienza del distretto della Maremma*. Laboratorio di Ricerche Economiche. Quaderno n.1. Novembro 2006.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.

BENKO, G. & LIPIETZ, A.. *O Novo Debate Regional*. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). *As Regiões Ganhadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Celta editores: 1994.

BERTI Giaime. *Il Distretto Rurale*. Università Cattolica di Piacenza LEL, Quaderno n. 97, settembre 2005.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). *O Comércio Exterior Brasileiro em 2007*. Sinopse Internacional, nº 09 – Janeiro de 2008. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/conhecimento/sinopse_intl/SI09.pdf

BOISIER, Sergio E.. *Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial*. Santiago de Chile, ILPES: 1997.

BONANNO, Alessandro. *A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar*. In: CAVALCANTI S. (Org.) *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 47-94.

- BONANNO, A.; MARSDEN, T. & J. GRAZIANO DA SILVA. Globalização e Localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, S. (org), *Globalização, Trabalho e Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora da UFPE:1999, p.341-366.
- BOUROCHE, J. M. e SAPORTA, G.. *L'Analyse de Donnes*. 2. ed. Paris, Press Universitaires de France, 1980. 127 pg. (Que sais-je?1854).
- BOURDIEU, Pierre. *O Campo Econômico*. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. Política & Sociedade. p. 15-57, n. 6, abril de 2005.
- BOYER, Robert. As alternativas ao Fordismo. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). *As Regiões Ganhadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Celta editores: 1994.
- _____. *Secteurs, Régions et Modes de Régulation*. In: ALLAIRE, G. e BOYER, R. (Ed.). *La Grande Transformation de L'Agriculture*. INRA e Económica, 1995.
- _____. *Une Théorie du Capitalisme est-elle Possible?* Paris: Odile Jacob. Comissão Europeia (1999), *Schéma de Développement de l'Éspace Communautaire: Vers un développement spatial équilibré et durable du territoire de l'Union européenne*. 2004.
- BOYER, R. & DRACHE, D.. *Estados Contra Mercados: os limites da globalização*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.
- BOYER, R.; SAILLARD, Y. (ed.). *Théorie de la Régulation — L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte. 1995.
- BRUNORI, G. & ROSSI, A.. *Differentiating countryside: Social representations and governance patterns in rural areas with high social density: The case of Chianti, Italy*. Journal of Rural Studies 23, 183–205. 2007.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1997. 27p.
- CAMPOLINA D. C.; SANTOS, F. & CROCCO, M.. *Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local* (Relatório de Pesquisa). Belo Horizonte: FACE/CEDEPLAR-UFGM, fevereiro de 2004.
- CASSIOLATO, J.E., LASTRES, H.M.. *Inovação, Globalização e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*. Nota Técnica 21/98. Rio de Janeiro, novembro de 1998. IE/UFRJ. 1998.
- _____. O Enfoque em Sistemas Produtivos e Inovações Locais. In: *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Tania Fischer (Org.). Casa da Qualidade/PDGS. Salvador (BA): 2002.

CASTILHOS, Clarisse . Sistemas Locais de Produção do RS: reflexões sobre seus limites e possibilidades enquanto política pública. In: CASTILHOS, Clarisse C. (Coord.). *Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção: a Construção de uma Política Pública no RS*. Porto Alegre: FEE-SEDAI, 2002.

CAVALCANTI, José. S. B. (Org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999. 366p.

CECCHI, Claudio. *Rural Development and Local Systems: The Case of the "Maremma Rural District"*. Tese de Doutorado. Department of City and Regional Planning. University of Wales. College of Cardiff. July 2001.

CIBOIS, P.. *L'Analyse Factorielle*. 2 ed. Paris, Press Universitaires de France, 1987. 127 pg. (Que sais-je? 2095).

CIRAD-SAR. *Systèmes agro-alimentaires localisés: organisations, innovations et développement local*. Montpellier: CIRAD-SAR, 1996. (CIRAD-SAR, 134/96).

COASE, Ronald H.. *Essay on Economics and Economists*, Chicago, Londres, The University of Chicago Press. 1994.

CORREA, Carlos Andrés. *Analyse Comparative de 9 Cas D'Agro-Industrie Rurale de L'Amérique Latine*. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines: setembro de 2004.

COURLET, Claude. *Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados(SIL)*. In Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 14, n.1, 1993.

COURLET, C. & PECQUEUR, B.. Os Sistemas Industriais Locais em França: um novo modelo de desenvolvimento. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (Org.). *As Regiões Ganadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Lisboa: Celta editores: 1994a.

_____. *Districts industriels, systèmes productifs localisés et développement*. Actes du Colloque Nouveaux Dynamismes Industriels et Economie du Développement. Grenoble, IREP, 1994b.

FAO. *Production Yearbook*. Rome: FAO, 2004.

FENELON, Jean-Pierre. *Qu'est-ce que l'Analyse des Données?* Paris, Lefonen, 1981.

FIORI, José Luiz. *Globalização Econômica e Descentralização política: um primeiro balanço*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 295-311, 1994.

FRIEDLAND, William. The new globalisation: the case of fresh produce. In BONANNO, A et al (eds) *From Columbus to Conagra*. University of Kansas Press, 1994.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-FEE. *Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico do RS (IDESE) – 1991-2000*. Porto Alegre: FEE, n. 58, 2000.

_____. *Índice Social Municipal Ampliado para o RS - 1991-98*. Ano 10 Nº 12. Porto Alegre: dezembro de 2001.

_____. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, v. 24, n. 1, p. 49-92, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. A Globalização da Agricultura. In: SILVEIRA, M.A.; VILELA, S.L., (ed.) *Globalização e Sustentabilidade da Agricultura*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1998. p.29-42. (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 15)

HELD, D. & Mc GREW, A. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HEIDRICH, Álvaro L.. *Além do latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000.

HODGSON, Geoffrey. *Economia e Instituições*, Oeiras, Celta. 1994

_____. *Economia e Evolução: O regresso da vida à teoria económica*, Oeiras, Celta. 1997.

_____. *The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research*. Oeiras, Celta. 2002.

_____. *Institutional Economics into the Twenty-First Century*. Conferência na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal): out. 2006.

HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. (ed.). *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions*, Cambridge, Cambridge University Press. 1997.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE ((Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário 1995-1996*. Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Produção agrícola municipal 2007*. Rio de Janeiro, 2007.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). *Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense na Década de 90*. Curitiba, 2003.

JAMBU, M. *Programme General de Construction de Classifications Ascendentes Hierarchiques (C.A.H.)*. Paris, Laboratoire de Statistique Mathematique, s.d.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. GEPAD, Porto Alegre, 24-25 de novembro de 2005.

KAISER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.

KLARMANN, Herbert. *A Industrialização e o Comércio Regional no Vale do Rio Pardo*. In: Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região. Vogt, Olgário; Silveira, Rogério (org.). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

KRUGMAN, Paul. *The Role of Geography in Development*. Annual World Bank Conference on Development Economics. Washington D.C., abril de 1998.

LACROIX A . & MOLLARD, A . *L'Approche Sectorielle de La Régulation: une problématique à partir de l'agriculture*. In: La Grande Transformation de L'Agriculture, G. Allaire e R. Boyer (ed.). INRA e Economica, 1995.

LIPIETZ, Alain. *As relações Capital-trabalho no Limiar do século XXI*. In Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 12, n.1, 1991.

MARSDEN, Terry. *New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces*. Journal of Rural Studies, v.14, n.1, p.107-117, 1998.

_____. *Creating space for food: the distinctiveness of recent agrarian development*. In_ Goodman. D and Watts.M (eds) Globalising Food : agrarian questions and global restructuring. Routledge, London: 1997.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural. 1992.

MOURE, Telmo Lauro. *Nacionalismo e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

MURDOCH, J. *Networks – a new paradigm of rural development?* Journal of Rural Studies, Amsterdam, n. 16. p.407-419. 2000.

MUCHNIK, José. *Les Systèmes Agroalimentaires Localisés: intérêt, approche, interrogatios*. Exposé Introductif - Colloque SYAL. GIS SYAL: Montpellier, outubro de 2002.

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. In Revista Estudos Avançados, v. 16, no. 43. São Paulo: USP, 2001.

NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

PAIVA, Carlos Águedo. *O que são Sistemas Locais de Produção*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/eeg/artigos/mesa%2020Paiva.doc>. Acessado em 10/2002.

_____. *Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?* Documentos FEE, n. 59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PECQUEUR, Bernard. *Territoire, territorialité et développement. Industrie et territoire: les SPL*. Colloque IREPD, Grenoble, outubro, 1992.

_____. *Sistemas Industriais Localizados: o exemplo francês*. In Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 14, n.1, 1993.

_____. *Qualite et Developpment Territorial (II) L'Hypothese du Panier de Biens*. Symposium sur le développement régional, INRA-DADP. Montpellier 11, 12 et 13 janvier 2000.

_____. *Le développement territorial : une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud*. Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier. Grenoble, 2004.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMMIER, Paulette. *Systemes Productifs Locaux*. Colloque SYAL., Montpellier, outubro de 2002.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RADÜNZ, Roberto. *A Organização Cultural dos Alemães no Vale do Rio Pardo*. In: Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região. Vogt, Olgário; Silveira, Rogério (org.). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. *Os Espaços da Indústria: a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal*. Edições Afrontamento. Porto: 1992.

_____. *Estado, instituições e economia: a despesa pública em Portugal*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 25-58. 1995.

_____. *O Institucionalismo Económico: Crónica sobre os saberes da economia*. Notas Económicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 11, 130-149. 1998.

_____. *A Globalização como Metáfora da Perplexidade: Os Processos Geoeconómicos e o 'Simples' Funcionamento dos Sistemas Complexos*. In Boaventura de Sousa Santos (org) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 109-134. 2001

_____. *A Economia Portuguesa: Entre Espanha e as Finanças Internacionais*, *Boletim de Ciências Económicas*, Vol.XVL-A, p. 683-712. 2002.

_____. *Governança e Territórios na Europa: hipóteses sobre um sub-federalismo europeu*. In: Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Ideias de Europa: Que fronteiras?* Coimbra, Quarteto Editora, 13-27. 2004.

_____ (coord.). *Governança Regional e Gestão das Intervenções Financiadas pelos Fundos Estruturais*. Estudo para o Observatório do QCA III. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2005.

_____. *Uma Epistemologia do Território*. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2006.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. *On Some Contributions on the Definition and Relevance of Social Capital*. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines: outubro de 1999a.

_____. *Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?*. Disponível em: <http://www.prodar.org/cd.htm>. 1999b.

_____. *Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés"*. Université de Versailles-Saint Quentin en Yvelines. CAHIERS DU C3ED, n° 02-01: junho, 2002a.

_____. *Les systèmes agroalimentaires localizes en américa latine: un facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale sur des marchés globalizes?* In: *Économies et Sociétés*, Série "Systèmes agroalimentaires", A.G., n° 25, 9-10, 2002b.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. do Globo, 1969.

SABOURIN, Eric. *Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores*. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37.

SACK, Robert. *Humam Territoriality. Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SAUTIER, Denis. *Eléments de Perspective. Séance Plénière Finale, Colloque SYAL*. GIS SYAL. Montpellier: outubro, 2002.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. *Desarrollo Territorial Rural*. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

SCHMITZ, Hubert. *Responding to Global Competitive Pressure: Local Co-operation and Upgrading in the Sinos Valley, Brazil*. IDS Working Paper 82. Institute of Development Studies: 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. *Da Crise da Sociologia Rural à Emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.2, p.225-256, 1997.

_____. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

_____. *A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas*. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SCHNEIDER, S. & TARTARUGA, I. G. P.. *Do Território Geográfico à Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural*. Jornadas de Intercambio y Discusión: El Desarrollo Rural en su Perspectiva Institucional y Territorial. Flacso, Argentina, Universidad de Buenos Aires/Conicet. 23-24 de junho de 2005.

SCHOLTE, Jan Aart. *Globalization: A Critical Introduction*. Great Britain: Palgrave, 2000.

SCOTT, A. J. & STORPER, M. *Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica*. In Espaço e Debates, n.25. São Paulo, 1988.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração, colonização e identidade étnica*. (Notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil)”. *Revista de Antropologia XXIX*: 57-71. 1986.

_____. *Imigração e colonização alemã no Brasil: Uma revisão da bibliografia*. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)* 25: 3-55. 1988

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB. 1990.

SANTOS, Boaventura Souza. (Org.). *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Nali J. de (Coord.). *Evolução Econômica e Social da Região do vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

STORPER, Michael. *La géographie des conventions: proximité territoriale, interdépendances hors marché et développement économique*. In RALLET, Alain e TORRE, André. *Économie industrielle et économie spatiale*. Economica, Paris: 1996.

SUZIGAN W.; FURTADO J.; GARCIA R.; SAMPAIO S. *Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas*. 2002.

VARGAS, M.; SANTOS, N.; ALIEVE, R.. *Análise da Dinâmica Inovativa em Arranjos Produtivos Locais no RS: Complexo Agro-industrial Fumageiro*. Nota Técnica nº 30/99. IE/UFRJ. Mangaratiba – RJ, dezembro de 1998.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

VEBLÉN, Thorstein. *The Collected Works of Thorstein Veblen*, Londres, Routledge/Thoemms Press. 1994.

VOGT, Olgário P.. *Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

VOGT, O. & SILVEIRA, R. L. (Org.) *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.

WILLIANSO, Oliver. *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*. Nova Iorque: Free Press. 1995.

_____. *The Economic Institutions of Capitalism*. Nova Iorque: The Free Press. 1987. (<http://mapage.noos.fr/RVD/soccap1.htm>. Acessado em 10/10/2006).

APÊNDICE A

Tabela A1 - Empregos formais nos segmentos (A, B, C, D) e sub-setores do setor *agroindustrial* na região VRP - em 2005

Segmentos e sub-setores	VRP
A – Fornecedores p/ a Produção Agropecuária	1.569
Serviços à agropecuária	673
Atacado insumos p/ agropecuária	460
Pedras e calcário	285
Ind. máq. e equip. p/ agropecuária	107
Atac. máq/equip. p/ agropecuária	44
B – Produção Agropecuária	1.760
Silvicultura e florestal	662
Lavouras temporárias	339
Pecuária	316
Mista (lavoura+pecuária)	313
Lavouras permanentes	78
Horticultura e produtos de viveiro	52
C – Agroindústria	8.006
Processamento do Fumo	5.151
Fabricação outros alimentos	706
Abate e ind. derivados carne	698
Desdobramento de madeira	489
Fabr. derivados madeira, trançados	439
Fabricação de farinha e ração	255
Fabricação de bebidas	133
Laticínios	57
Curtimento de couro	42
Fabr. conservas frutas e legumes	25
Óleos/gorduras vegetal e animal	11
D – Distribuição	1.587
Atacadista de Alimentos	901
Varejo alimentos, bebida e fumo	686
TOTAL (Segmentos A+B+C+D)	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Tabela A2 - Empregos formais nos sub-setores do setor *industrial não-agroindustrial* na região VRP - em 2005

Sub-setores	VRP
Construção Civil	1.477
Fabricação de calçados	2.828
Fabricação de vestuário	1.106

Fabricação de produtos de plástico	847
Fabricação de eletrodomésticos	791
Fabr. produtos diversos de metal	653
Fabricação de artigos de borracha	465
Fabr. artigos do mobiliário	393
Fabr. máquinas e equipamentos	332
Fabr. artigos de couro p/ viagem	323
Fabricação de estruturas metálicas	317
TOTAL	9.532

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Tabela A3 - Empregos formais nos sub-setores do setor de *serviços não-agroindustriais* na região VRP - em 2005

Sub-setores	VRP
Adm. do Estado e políticas	8.641
Varejo de outros produtos	4.276
Varejo não-especializado	3.213
Transportes terrestres	2.054
Atenção à saúde	2.035
Varejo de tecidos	1.586
Restaurantes	1.545
Ensino Superior	1.243
Outras Atividades Associativas	997
Postos de gasolina	891
Vigilância e Segurança	858
Bancos-depósitos à vista	739
Serviços às empresas	582
Imunização e higienização de prédios	570
Assessoria empresarial	536
Comércio de peças p/ veículos	521
Ensino médio	495
Limpeza urbana e esgoto e	369
Edição e impressão	355
Oficina de automóveis	340
TOTAL	30.369

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

APÊNDICE B

Tabela B1 –Número de empresas dos sub-setores do setor *industrial não-agroindustrial* - em n^{os} absolutos e por distrito -

Sub-setores (2005)	Agropastor il	Agrícola	Agroindustri al	Agroindustrial e de serviços	VRP
Construção civil	15	40	65	110	230
Vestuário (fábrica)	2	5	29	40	76
Estruturas metálicas e caldeiraria	10	13	16	35	74
Artigos do mobiliário	7	13	14	31	65
Artefatos de concreto, cimento	4	20	5	15	44
Produtos diversos de metal	1	13	8	18	40
Calçados	1	16	10	6	33
Total	25	80	82	145	332

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Tabela B2 – Número de empresas dos sub-setores componentes do setor *de serviços não-agroindustriais* - em n^{os} absolutos e por distrito

Sub-setores (2005)	Agropastoril	Agrícola	Agroindustrial	Agroindustrial e de serviços	VRP
Varejo de outros produtos	187	315	258	569	1.329
Varejo não especializado	72	136	71	178	457
Varejo de tecidos	42	102	93	209	446
Atenção à saúde	44	66	67	204	381
Restaurantes	42	71	61	182	356
Transportes terrestres	43	44	58	127	272
Construção civil	15	40	65	110	230
Comércio de peças para veículos	26	43	34	61	164
Assessoria empresarial	29	33	20	79	161
Outras atividades associativas	20	44	24	62	150
Serviços às empresas	7	8	17	92	124
Postos de gasolina	19	38	19	43	119
Oficinas de veículos automotores	9	23	24	54	110
Condomínios prediais	4	1	6	55	66
Atividades desportivas e lazer	8	6	7	38	59
Serviços pessoais	6	9	10	32	57
Varejo e atacado de automóveis	3	7	11	33	54
Reparação de objetos pessoais	2	10	8	33	53
Bancos	10	15	7	20	52
Atacadista produtos não agropec.	11	4	4	31	50
Organizações sindicais	6	12	7	18	43
Atacadista mat. prima, na.vivos	8	16	7	11	42
Hotéis e alojamento temporário	5	7	7	22	41
Oficinas de motocicletas, peças	4	9	10	16	39
Edição e impressão	4	5	7	17	33
Educação profiss. e ativ.ensino	4	3	8	18	33
Agências de viagens	3	4	5	17	29
Total	633	1.071	915	2.331	4.950
Administração Estado e políticas	8	21	3	3	35

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Estrutura Administrativa da APESC

Constituem a Administração da APESC:

- » Assembléia Comunitária;
- » Conselho Superior; e,
- » Diretoria.

Diretoria

Constituída pelo Presidente e Vice-Presidente da APESC, respectivamente: Vilmar Thomé e Jacob Braun.

Conselho Superior

Constituído por onze membros:

- » seis membros eleitos pela Assembléia Comunitária;
- » Presidente da APESC - Vilmar Thomé;
- » Vice-Presidente da APESC - Jacob Braun;
- » Reitor da UNISC - Vilmar Thomé;
- » Pró-Reitor de Administração da UNISC - Jaime Laufer; e
- » Presidente da ADUNISC - Claudia Tirelli.

Assembléia Comunitária

Constituída pelos seguintes sócios efetivos, legalmente representados:

- 1** - Associação Brasileira de Odontologia - Secção Rio Grande do Sul - Regional Santa Cruz do Sul;
- 2** - Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul - ACI;
- 3** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Cruz do Sul;
- 4** - Associação dos Administradores do Vale do Rio Pardo - AAVARP;
- 5** - Associação dos Docentes da Universidade de Santa Cruz do Sul - ADUNISC;
- 6** - Associação dos Ex-alunos e Amigos do Colégio Mauá;
- 7** - Associação dos Ex-alunos e Amigos dos Irmãos Maristas;
- 8** - Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA;
- 9** - Associação dos Funcionários da Universidade de Santa Cruz do Sul - AFUNISC;
- 10** - Associação dos Jovens Empresários de Santa Cruz do Sul - AJESC;
- 11** - Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul;
- 12** - Centro de Formação Profissional SENAI - Carlos Tannhauser;
- 13** - Cinco Departamentos da UNISC, indicados pelo Conselho de Pesquisa, Pós- Graduação, Extensão e Relações Comunitárias da UNISC - CONPPEX;
- 14** - Cinco Diretórios Acadêmicos da UNISC, indicados pelo Conselho de Diretórios Acadêmicos da UNISC;
- 15** - Colégio Marista São Luís;
- 16** - Colégio Mauá;
- 17** - Décimo oitavo (18º) Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS;
- 18** - Delegacia de Santa Cruz do Sul do Conselho Regional de Medicina;
- 19** - Diocese de Santa Cruz do Sul;
- 20** - Editora Dreher Ltda;
- 21** - Escola de Educação Básica Educar-se;
- 22** - Escola Estadual de Ensino Médio Ernesto Alves de Oliveira;
- 23** - Gazeta do Sul S.A.;
- 24** - Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IELB;
- 25** - Lions Clube Santa Cruz do Sul- 1849;
- 26** - Lions Clube Santa Cruz do Sul- Aliança;
- 27** - Lions Clube Santa Cruz do Sul- Centro;
- 28** - Ministério Público de Santa Cruz do Sul;
- 29** - Oitavo Batalhão de Infantaria Motorizada - 8º BIMtz;
- 30** - Poder Executivo de Santa Cruz do Sul;
- 31** - Poder Executivo do Município de Capão da Canoa;
- 32** - Poder Executivo do Município de Sobradinho;
- 33** - Poder Executivo do Município de Venâncio Aires;
- 34** - Presidência da APESC;
- 35** - Pró-Reitoria de Administração da UNISC - PROAD;
- 36** - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias da UNISC - PROEXT;
- 37** - Pró-Reitoria de Graduação da UNISC - PROGRAD;
- 38** - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da UNISC - PROPLAN;
- 39** - Rádio Santa Cruz Ltda;
- 40** - RBS TV Santa Cruz Ltda;

ANEXO B

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA - Quantidade Produzida e Valor da Produção	
Culturas Anuais:	Silvicultura:
Abacaxi (frutos)	Erva-mate cancheada
Alho	Pinhão
Amendoim (em casca)	Carvão vegetal
Arroz (em casca)	Lenha
Aveia (grão)	Madeira em tora
Batata-doce	Carvão vegetal
Batata-inglesa	Madeira em tora para papel e celulose
Cana-de-açúcar	Acácia-negra (casca)
Cebola	
Cevada	
Ervilha (em grão)	Rebanho e Produção Animal:
Fava	Bovinos (1.000 cab)
Feijão (em grão)	Suínos (1.000 cab)
Fumo (em folha)	Eqüinos - rebanho-cabeça
Linho	Bubalinos -rebanho(cabeça)
Mandioca	Coelhos - rebanho-cabeça
Melancia	Ovinos (1.000 cab)
Melão	Galinhas (1.000 cab)
Milho (em grão)	Frangos (1.000 cab)
Soja (em grão)	Codornas - rebanho(cab)
Tomate	Caprinos - rebanho-cabeça
Trigo (em grão)	Vacas ordenhadas - rebanho (1.000cab)
	Leite vaca (VBP)
Culturas Perenes:	Lã - (VBP)
Abacate	Ovos galinha (VBP)
Banana	Ovos de codorna - (VBP)
Caqui	Mel abelha (VBP)
Erva-mate (folha verde)	
Figo	
Goiaba	
Laranja	
Limão	
Maçã	
Mamão	
Marmelo	
Noz (fruto seco)	
Pêra	
Pêssego	
Tangerina	
Uva	

ANEXO C

**VARIÁVEIS CLASSIFICATÓRIAS INICIAIS UTILIZADAS
(ANTES DA SELEÇÃO)**

Fonte: IBGE e formatada pelo autor

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA - Quantidade Produzida e Valor da Produção	
Culturas Anuais:	Silvicultura:
Abacaxi (frutos)	Erva-mate cancheada
Alho	Pinhão
Amendoim (em casca)	Carvão vegetal
Arroz (em casca)	Lenha
Aveia (grão)	Madeira em tora
Batata-doce	Carvão vegetal
Batata-inglesa	Madeira em tora para papel e celulose
Cana-de-açúcar	Acácia-negra (casca)
Cebola	
Cevada	
Ervilha (em grão)	Rebanho e Produção Animal:
Fava	Bovinos (1.000 cab)
Feijão (em grão)	Suínos (1.000 cab)
Fumo (em folha)	Eqüinos - rebanho-cabeça
Linho	Bubalinos -rebanho(cabeça)
Mandioca	Coelhos - rebanho-cabeça
Melancia	Ovinos (1.000 cab)
Melão	Galinhas (1.000 cab)
Milho (em grão)	Frangos (1.000 cab)
Soja (em grão)	Codornas - rebanho(cab)
Tomate	Caprinos - rebanho-cabeça
Trigo (em grão)	Vacas ordenhadas - rebanho (1.000cab)
	Leite vaca (VBP)
Culturas Perenes:	Lã - (VBP)
Abacate	Ovos galinha (VBP)
Banana	Ovos de codorna - (VBP)
Caqui	Mel abelha (VBP)
Erva-mate (folha verde)	
Figo	
Goiaba	
Laranja	
Limão	
Maçã	
Mamão	
Marmelo	
Noz (fruto seco)	
Pêra	
Pêssego	
Tangerina	
Uva	

ANEXO D

ANEXO D
VARIÁVEIS INICIAIS UTILIZADAS (ANTES DA SELEÇÃO)

Fonte: CAGED - MTE

Número de empregados - GRUP CNAE 95
GRUPO 011- Lavouras temporárias
GRUPO 012--Horticultura e produtos de viveiro
GRUPO 013--Produção de lavouras permanentes
GRUPO 014-Pecuária
GRUPO 015-Mista (lav+pec)
GRUPO 016-Serviços à agric e pec
GRUPO 021--Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados
GRUPO 141--Extração de pedra, areia e argila
GRUPO 142--Extração de outros minerais não metálicos
GRUPO 151-Abate e fabricação derivados carne
GRUPO 152--Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, leg
GRUPO 153--Produção de óleos e gorduras vegetais e animais
GRUPO 154--Laticínios
GRUPO 155-Moagem e fabrica de farinha e ração
GRUPO 158--Fabricação de outros produtos alimentícios
GRUPO 159--Fabricação de bebidas
GRUPO 160-Produtos do fumo(fábrica)
GRUPO 176--Fabrç. de artefatos têxteis a partir de tecidos - exclusive vestuar...
GRUPO 177--Fabricação de tecidos e artigos de malha
GRUPO 181-Vestuário(fábrica)
GRUPO 191--Curtimento e outras preparações de couro
GRUPO 192--Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couros
GRUPO 193-Calçados
GRUPO 201--Desdobramento de madeira
GRUPO 202--Fabrç. de produtos de madeira, cortiça e material trancado - exclus...
GRUPO 221--Edição e impressão
GRUPO 222--Impressão e serviços conexos para terceiros
GRUPO 242--Fabricação de produtos químicos orgânicos
GRUPO 247--Fabrç. de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de per...
GRUPO 251--Fabricação de artigos de borracha
GRUPO 252--Fabricação de produtos de plástico
GRUPO 263--Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento e gesso
GRUPO 264--Fabricação de produtos cerâmicos
GRUPO 269-pedras e calcário
GRUPO 273--Fabricação de tubos - exceto em siderúrgicas
GRUPO 274--Metalurgia de metais não-ferrosos
GRUPO 275--Fundição
GRUPO 281--Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada
GRUPO 283--Forjaria, estamparia, metalurgia do po e serv. de tratamento de met...
GRUPO 284--Fabrç. de artigos de cutelaria, de serralheria e de ferramentas man...
GRUPO 289--Fabricação de produtos diversos de metal
GRUPO 291--Fabrç. de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmiss...
GRUPO 292--Fabricação de maquinas e equipamentos de uso geral
GRUPO 293--Fabricação de maquinas e equipamentos para agricultura e avicultura
GRUPO 296--Fabricação de outras maquinas e equipamentos de uso específico

GRUPO 298--Fabricação de eletrodomésticos
GRUPO 299--Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos industriais
GRUPO 302 - Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para proc...
GRUPO 315--Fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação
GRUPO 319--Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos
GRUPO 321--Fabricação de material eletrônico básico
GRUPO 343--Fabricação de cabines, carrocerias e reboques